



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE LETRAS

DEPTO. DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

DISCURSOS EM CONFLITO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:

UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

VERALUCIA GUIMARÃES DE SOUZA

**Brasília
2012**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS
DEPTO. DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

DISCURSOS EM CONFLITO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:

UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

VERALÚCIA GUIMARÃES DE SOUZA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade: Discursos, Representações Sociais e Textos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denize Elena Garcia da Silva

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a Solange Maria de Barros

Brasília
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

S729d Souza, Veralucia Guimarães.
Discurso em conflito de catadores de materiais recicláveis : uma perspectiva crítica / Veralucia Guimarães Souza. – 2012.
xvii, 229 f. : il. color.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denize Elena Garcia da Silva.

Tese (doutorado) – Universidade de Brasília - UnB, Instituto de Letras, Pós-Graduação em Linguística, Área de Concentração: Linguagem e Sociedade : Discursos, Representações Sociais e Textos, 2012.

Bibliografia: f. 200-228.

1. Análise do discurso. 2. Discursos em conflito. 3. Gramática sistêmico-funcional. 4. Materiais recicláveis - Catadores. I. Título.

CDU – 81'42

Ficha elaborada por: Rosângela Aparecida Vicente Söhn – CRB-1/931

**DISCURSOS EM CONFLITO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UMA
PERSPECTIVA CRÍTICA**

Veralúcia Guimarães de Souza

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora, área de concentração *Linguagem e Sociedade: Discursos, Representações Sociais e Textos*, defendida no dia 17 de dezembro de 2012 diante da banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva

Universidade de Brasília (UnB/LIP) – presidente

Profa. Dra. Viviane Maria Heberle

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – membro titular externo

Prof. Dr. Dánie Marcelo de Jesus

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – membro titular externo

Profa. Dra. Edna Cristina Silva Muniz

Universidade de Brasília (UnB/LIP) – membro interno

Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho

Universidade de Brasília (UnB/LIP) – membro efetivo

Profa. Dra. Juliana de Freitas Dias

Universidade de Brasília (UnB/LIP) – membro suplente

DEDICATÓRIA

Aos heróis da sobrevivência, os catadores que colaboraram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Denize Elena Garcia da Silva, minha orientadora, meus agradecimentos por haver compartilhado comigo saberes acadêmicos e sua amizade a cada encontro, em cada aula, em vários congressos e no processo de orientação.

À Professora Doutora Solange Maria de Barros, pela amizade, pela leitura cuidadosa dos capítulos desde o exame de qualificação e, sobretudo, pelas valiosas contribuições ao longo da minha vida acadêmica.

À FAPEMAT pelo apoio financeiro de um ano e meio para realização de parte do percurso do doutorado.

Aos professores Dionei, Rosana, Edna, Maria Luiza e Daniele pelas reflexões proporcionadas durante as disciplinas, que muito contribuíram para minha formação.

Aos amigos Kelly, Wellington e Carolina Moreira; Elaine, Renzo, Lucas, Felipe e a pequena Isabela Caldeiras, que sempre me acolheram com carinho.

Aos colegas índios, Paulo e Joaquim e aos colegas surdos-mudos, Gláucio e Marise, pelos momentos de estudos e aprendizagem compartilhada.

Ao Roberto, fiel escoteiro de Professora Denize, por partilhar seus momentos familiares com orientações, pelos lanches da tarde e pelas viagens ao aeroporto.

À Renata e Ângela, pela atenção e pelo atendimento à longa distância.

Às minhas irmãs, irmão, cunhados, cunhadas, tias, sobrinhos e sobrinhas, pelo incentivo para meus estudos.

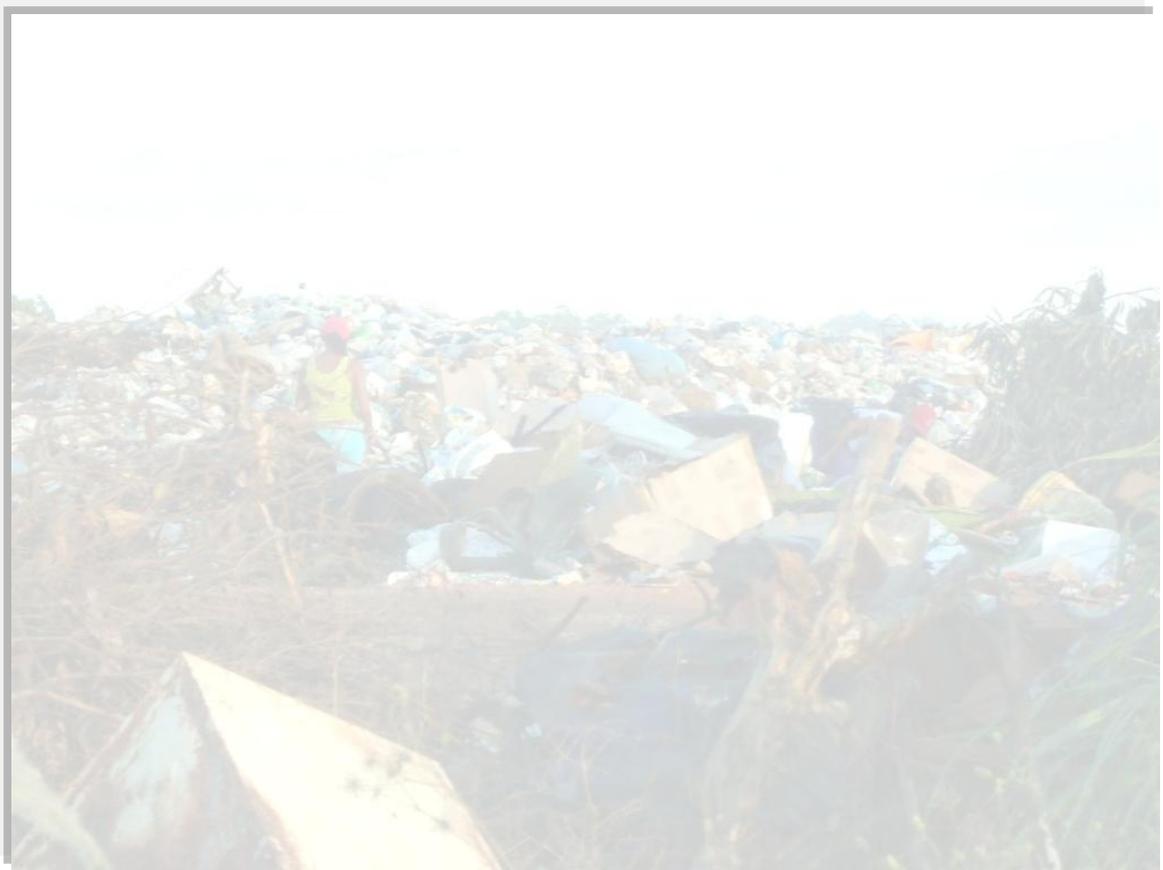
À Taísa e Vinícius, sobrinhos e companheiros, sempre presentes na vida de Mateus e Bruna, quando eu estava ausente.

A meu pai, Manoel Caetano, pelo carinho, pelo modo de viver e perceber o mundo. A minha mãe, Umbelina Guimarães, pelo exemplo de dedicação, trabalho e garra.

A meu marido, Hamilton, companheiro fiel, por me incentivar a desvendar o mundo.

A meus filhos, Bruna e Mateus por formarem, junto com meu Hamilton, o triângulo de afeto que inunda meu coração. Aos três dedico a razão dos meus estudos e da minha vida.

EPÍGRAFE



O essencial é invisível aos olhos.

[Antoine de Saint Exupéry](#)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Cartaz do II Congresso Latino-Americano de catadores	11
Figura 1. 2 – Encontro Nacional do MNCR 2006	12
Figura 1. 3 – Organograma do MNCR	16
Figura 1.4 – Ciclo da cadeia produtiva de reciclagem	17
Figura 2.1 – A cadeia de Gênero deste estudo	24
Figura 2.2 – Intertextualidade – Fairclough (2001, 2003)	28
Figura 2.3 – Estratos do sistema semiótico	36
Figura 2.4 – Relação texto e contexto	36
Figura 2.5 – A organização simbólica do texto	38
Figura 2.6 – Os processos – Halliday (1994)	41
Figura 2.7 – Resumo dos processos materiais	44
Figura 2.8 – Resumo do processo mental	44
Figura 2.9 – Resumo do processo relacional atributivo	45
Figura 2.10 – Resumo do processo relacional identificativo	46
Figura 2.11 – Resumo do processo comportamental	47
Figura 2.12 – Resumo do processo verbal	48
Figura 2.13 – Resumo do processo existencial	49
Figura 2.14 – Diagrama da relação de modalidade, polaridade e modo	52
Figura 2.15 – Resumo das circunstâncias	57
Figura 2.16 – Representações de atores sociais	62
Figura 2.17 – Relação entre Halliday (1994) e Fairclough (2003)	63
Figura 3.1 – Logística interna da cooperativa	89
Figura 3.2 – Estágios e passos da metodologia em ADC	96

Figura 3.3 – O desenho da pesquisa	100
Figura 3.4 – Triangulações da pesquisa	102
Figura 4.1 – Hierarquia dos documentos	106
Figura 4.2 – Gênero de governança nas cooperativas	108
Figura 4.3 – Estrutura composicional do estatuto	111
Figura 4.4 – Resumo da intertextualidade e da interdiscursividade presentes no texto	124
Figura 4.5 – Trilhas de identificação de atores sociais (adaptado de van Leeuwen, 1997).	140
Figura 5.1 – O percurso de alguns catadores de Mato Grosso	172
Figura 5.2 – <i>Continuum</i> de usos do operador modal ‘poder’	197

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1.1 – 1ª ExpoCatadores 2009	14
Fotografia 1.2 – Participação do presidente da república na 2ª ExpoCatadores	15
Fotografia 1.3 – Catadora chegando à cooperativa com seu carrinho	18
Fotografia 3.1 – Pátio interno da cooperativa	90
Fotografia 3.2 – Pátio interno da cooperativa	90
Fotografia 3.3 – Pátio externo da cooperativa	91
Fotografia 5.1 – O contexto de trabalho desses catadores	159
Fotografia 5.2 – A lagoa	166
Fotografia 5.3 – Cooperativa COOTRAMAMARE	176
Fotografia 5.4 – O fardo	189
Fotografia 5.5 – Ficha de controle de produto	199

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 – Distribuição dos tipos de processos no estatuto	127
Gráfico 4.2 – Ocorrência dos processos materiais no estatuto	129
Gráfico 4.3 – Processos materiais mais recorrentes na voz ativa	130
Gráfico 4.4 – Atores dos processos materiais na voz ativa	131
Gráfico 4.5 – Ocorrência e subclassificação dos processos relacionais	135
Gráfico 4.6 – Posição da meta e do agente na construção da voz passiva	141
Gráfico 4.7 – Atores sociais dos processos materiais na voz passiva	144
Gráfico 4.8 – A frequência dos operadores modais ‘dever e poder’ no estatuto	147
Gráfico 4.9 – Ocorrência dos processos materiais com modalizadores na voz ativa	148
Gráfico 4.10 – Ocorrência dos processos materiais com modalizadores na voz passiva	152
Gráfico 4.11 – Modulação e Modalização	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Objetivo para o MNCR – Mato Grosso	13
Quadro 2.1 – Componentes da transitividade	31
Quadro 3.1 – Dimensão do processo de pesquisa segundo Bauer & Allum (2003, p.19)	69
Quadro 3.2 – As quatro dimensões do processo desta pesquisa	70
Quadro 3.3 – Lista de documentos selecionados	76
Quadro 3.4 – Tópico guia das entrevistas	83
Quadro 3.5 – Resumo das entrevistas	84
Quadro 3.6 – Resumo das observações e das conversas colaborativas	86
Quadro 3.7 – Demonstrativo dos cooperados na ata de fundação e seus respectivos trabalhos	92
Quadro 3.8 – Perfil sociolinguístico dos catadores entrevistados	93
Quadro 4.1 – Capítulos da Lei 5.674/71 recontextualizados no estatuto	115
Quadro 4.2 – Representação de discurso – <i>Referência</i>	119
Quadro 4.3 – Representação de discurso - <i>Encaixe</i>	119
Quadro 4.4 – Representação de discurso – <i>Aspas</i>	120
Quadro 4.5 – Representação de discurso – <i>Supressão e acréscimo</i>	120
Quadro 4.6 – Representação do Discurso – <i>Sinonímia e acréscimo</i>	121
Quadro 4.7 – Representação de Discurso - <i>Apropriação</i>	122
Metadiscurso	
Quadro 5.1 – Representações discursivas dos catadores independentes	175
Quadro 5.2 – Representações discursivas dos catadores cooperados	187
Quadro 5.3 – Representações discursivas da presidente da cooperativa.	211
Quadro 5.4 – Resumo das representações discursivas dos catadores.	213

LISTA DE MAPAS E TABELAS

Mapa 1.1 – Localização geográfica das cooperativas e associações de catadores de Mato Grosso	9
Tabela 4.1 – Corpus linguístico do estatuto	125
Tabela 4.2 – Os processos mais frequentes no estatuto	126

SIGLAS

IFMT – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia	1
COOTRAMAMARE – Cooperativa de Trabalho e Manejo de Material Reciclável	2
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	3
GP – Grupo de Pesquisa	3
PUC Chile – Pontifícia <i>Universidad Católica do Chile</i>	3
REDLAD – Rede Latino-Americana de Análise de Discurso da Pobreza	3
UBA – <i>Universidad</i> de Buenos Aires	3
UNC – Universidade Nacional da Colômbia	3
UCV – Universidade Central da Venezuela	3
MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis	4
COOPAMARE – Cooperativa de Materiais Recicláveis	7
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil	9
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral	9
RS – Rio Grande do Sul	10
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	15
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente	20
LSF – Linguística Sistêmico-Funcional	64
ADC – Análise de Discurso Crítica	66
GSF – Gramática Sustêmico-Funcional	66
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	77
PIS – Programa de Integração Social	77
SRF – Secretaria da Receita Federal do Brasil	77
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	78
DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais	78
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	87
PIBIC – Projeto de Iniciação e Bolsista em Iniciação Científica	87
FAPEMAT – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso	87
GPS – Sistema de Posicionamento Global	101
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	193
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	205

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO (Adaptado de SILVA, 2001)

Símbolos	Descrição
::	Alongamento de vogal
()	Comentário do analista
“ ”	Discurso direto
...	Pausa
MAIÚSCULA	Ênfase na voz
[...]	Transcrição parcial ou parte suprimida

RESUMO

Nesta tese, investigo discursos de dois grupos de catadores de material reciclável: os independentes e os filiados a uma cooperativa, bem como outros discursos que circulam nesse contexto de trabalho. O objetivo da pesquisa é discutir as vozes em conflito desses dois grupos, que ecoam no interior de uma cooperativa, com vistas a apontar soluções para mitigar e, em condições propícias, mostrar caminhos para a união profissional de uma categoria social que sobrevive e tira o seu sustento do que é descartado pela sociedade. O propósito subjacente é favorecer o fortalecimento da inclusão sócio-política-econômica dessa classe no cenário do centro-oeste brasileiro. A pesquisa encontra-se desenvolvida à luz dos estudos críticos do discurso e, de modo específico, guiada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC), na vertente de Fairclough (2001, 2003, 2010), num percurso balizado pelo diálogo da ADC com a Linguística Sistêmico-Funcional, teoria social da linguagem proposta por Halliday (1994) e ampliada em Halliday e Matthiessen (2004). Os dados empíricos selecionados para análise são de natureza documental e de natureza etnográfica. No *corpus* de natureza documental – tais como lei, estatuto e regimento interno, enquanto textos que regulamentam ações operacionalizadas em uma cooperativa –, buscou-se mapear situações de interação linguístico-discursivas, desde modalidades, passando por representações de processos, elementos presentes e/ou ausentes na voz passiva, bem como atores sociais incluídos e/ou excluídos, para identificar a influência dos gêneros de governança em ações locais, bem como a intertextualidade e a interdiscursividade presentes nessa cadeia genérica de tipos de discurso. Os dados de natureza etnográfica, coletados e selecionados a partir de triangulações metodológicas – observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas, realizadas com catadores independentes, com catadores filiados à cooperativa e com a presidente da cooperativa – permitiram-me ampliar um leque analítico sobre modalidades, bem como sobre representações discursivas por meio dos componentes dos processos de transitividade, inclusive a que tendências sociais se filiam tanto os catadores independentes quanto os cooperados. Pôde-se descrever e interpretar práticas discursivas desses dois grupos, que sinalizam também uma diferença entre alienação e sobrevivência. Os resultados apontam que, apesar das diferenças contextuais entre os grupos selecionados, os discursos que permeiam o contexto de trabalho do cooperado se aproximam dos independentes nos seguintes pontos: ambos os grupos apresentam um discurso relativamente familiar, apesar de os catadores independentes estarem mais atrelados ao campo do discurso capitalista, do discurso laboral, do discurso ambientalista e, inclusive, do discurso jurídico. As modalidades presentes, em termos de função interpessoal e significado identificacional da linguagem, exibem uma identidade de comprometimento, voltada para a modalidade epistêmica, com as ações realizadas na cooperativa. A modalidade subjetiva revela o ponto de vista dos catadores para com a gestão da cooperativa, o conhecimento do mundo a sua volta, o que reforça o compartilhamento das mesmas angústias, ansiedades, embates e lutas vividas, tanto na cooperativa quanto fora dela, o que os aproxima dos independentes. A modalidade deôntica, por sua vez, pontua as obrigações que cada cooperado tem dentro da cooperativa. Mas para os independentes, revela-se mais forte na proibição do trabalho no lixão, apesar da necessidade que eles têm, a exemplo dos cooperados, da busca de recicláveis para transformar em moeda o que vai garantir o sustento, a sobrevivência, seja da família, ou de suas necessidades imediatas.

Palavras-chave: catadores de materiais recicláveis; discursos em conflito; Análise de Discurso Crítica; Gramática Sistêmico-Funcional

ABSTRACT

In this thesis, I investigate two groups of waste pickers' discourse: the independent and the affiliated to cooperative as well as other discourses that circulate in this workplace. The research aim is to discuss the conflicting voices of these two groups, which echo within a cooperative, in order to identify solutions to mitigate and, in favorable conditions, show paths to professional union of a social category that survives and takes sustenance of what is discarded by society. The underlying purpose is to promote the strengthening of socio-political-economic inclusion of this class in the Brazilian Center-Western landscape. The research is developed in the light of critical discourse studies and, specifically, guided by theoretical and methodological assumptions of Critical Discourse Analysis (CDA), the slope of Fairclough (2001, 2003, 2010), a path supported by ADC's dialogue with Systemic Functional Linguistics, social language theory proposed by Halliday (1994) and amplified in Halliday and Matthiessen (2004). Empirical data selected for analysis are documental and ethnographic. In the *corpus* of documental nature - such as law, statute and internal regulations as texts that regulate actions which are developed in a cooperative - we tried to map the situations of linguistic-discursive interaction, since modalities, passing through representations of processes, and present / or absent elements in the passive voice, as well as included and / or excluded social actors, for identifying the influence of governance gender in local actions, as well as intertextuality and interdiscursivity present in this generic chain of this type of discourse. The ethnographic data collected and selected from methodological triangulations - participant observation, field diary and semi-structured interviews conducted with independent waste pickers, with affiliated to the cooperative waste pickers and with the cooperative president - allowed me to expand an analytical range about modalities, as well as discursive representations of the components of transitivity processes, including social trends that are affiliated both independent waste pickers as the cooperative ones. It was possible to describe and interpret the discursive practices of these two groups, which also indicate a difference between alienation and survival. The results show that, despite the contextual differences among selected groups, discourses that permeate the work context of the cooperative approach to independent in the following points: both groups have a relatively familiar discourse, though independent waste pickers are more tied to field of capitalist discourse, the labor discourse, the environmental discourse and even the legal discourse. The present modalities, in terms of interpersonal function and identificational meaning of language exhibit an identity of commitment, focused on epistemic modality, with the actions conducted in the cooperative. The subjective modality reveals the waste pickers' viewpoint with the management of the cooperative, knowledge of the world around them, which strengthen sharing the same anguishes, anxieties, conflicts and struggles experienced in the cooperative and out of it, what approaches them to the independent ones. The deontic modality, in turn, points out the obligations that each member has within the cooperative work. But for independents, it reveals stronger because of the prohibition to work at the city dump, in despite of their poverty condition, like the affiliated to cooperative, the search of recyclable materials to turn into currency which will ensure the sustenance, survival, whether the family or their immediate needs.

Keywords: waste pickers; conflicting discourses, Critical Discourse Analysis, Systemic Functional Grammar

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
O PERCURSO	1
CAPÍTULO 1 - INÍCIO DA VIAGEM	7
1.1 O cooperativismo no Brasil	7
1.2 O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	9
1.3 O trabalho cooperado da COOPEMAMARE	19
1.4 Algumas considerações	20
CAPÍTULO 2 - ROTEIRO TEÓRICO DA VIAGEM	22
2.1 Percursos discursivos	22
2.1.1 Na trilha dos significados acionais da linguagem	23
2.1.2 Na trilha dos significados representacionais da linguagem	28
2.1.3 Na trilha dos significados identificacionais da linguagem	32
2.2 Percursos linguístico-discursivos	35
2.2.1 A oração como processo	39
2.2.1.1. Processos básicos: materiais, mentais e relacionais	41
2.2.1.2 Processos complementares: comportamentais, verbais, existenciais	46
2.2.2 A oração como troca	49
2.2.2.1 O Modo	50
2.2.2.2 O resíduo	53
2.2.3 A oração como mensagem	54
2.2.4 As circunstâncias	55
2.3 Percursos sociológicos	58
2.4 Algumas considerações	62

CAPÍTULO 3 - O CAMINHO PARA GERAÇÃO DE DADOS	66
3.1 Pelas trilhas da pesquisa qualitativa	66
3.1.1 Os métodos na pesquisa qualitativa	68
3.1.2 A ética na pesquisa qualitativa	71
3.2 Pelos caminhos da pesquisa colaborativa	72
3.3 Pelos atalhos da pesquisa documental	75
3.3.1 A Lei 5.764/71	77
3.3.2 O Estatuto	78
3.3.3 O Regimento	78
3.3.4 As Atas	79
3.4 Por veredas etnográficas	80
3.4.1 As entrevistas	82
3.4.2 A observação participante	85
3.5 A descrição do cenário e dos viajantes	87
3.5.1 O cenário	87
3.5.2 Os participantes	91
3.6 O mapa da viagem	94
3.7 A bússola metodológica de quatro estágios	95
3.8 O GPS utilizado na viagem	101
3.9 A triangulação teórico- metodológica	102
3.10 O tratamento dos dados	103
3.11 Algumas considerações	104
CAPÍTULO 4 - PARADAS PARA ANÁLISE DOCUMENTAL	105
4.1 O nicho do estatuto como documento legal	105
4.1.1 Entre a estrutura composicional e o estilo	109

4.1.2 Entre a interdiscursividade e a intertextualidade	117
4.2 Estação <i>Wordsmith Tools</i>	125
4.2.1 Os processos na esfera do Estatuto	126
4.2.2 Voz passiva	141
4.2.3 Os modalizadores	145
4.3 Algumas considerações	156
CAPÍTULO 5 - PARADAS PARA ANÁLISE ETNOGRÁFICA	157
5.1 As vozes dos catadores independentes	158
5.1.1 A entrevista com Mina e Franco	160
5.2 As vozes dos catadores filiados à cooperativa	175
5.2.1 A entrevista com Fama e Vana	177
5.3 As conversas colaborativas	187
5.3.1 As conversas com Tina	189
5.4 Algumas considerações	212
A CHEGADA	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222
ANEXOS – CD-ROM	230

O PERCURSO

O objetivo central desta tese é discutir vozes em conflito de dois grupos de catadores de materiais recicláveis, que ecoam no interior de uma cooperativa, com vistas a apontar soluções para mitigar e, em condições propícias, mostrar caminhos para uma união profissional. O propósito subjacente é favorecer o fortalecimento da inclusão sócio-político-econômica dessa classe no cenário do centro-oeste brasileiro. Para tanto, traço os seguintes objetivos operacionais:

- analisar o principal documento que regulamenta a cooperativa;
- comparar os discursos dos catadores filiados à cooperativa com o discurso dos catadores independentes;
- distinguir os elementos léxico-gramaticais presentes nos discursos dos dois grupos de catadores: os trabalhadores filiados e os independentes;
- analisar as representações discursivas que diferenciam ambos os grupos.

Ao longo de minha vida estudantil e profissional, sempre me inquietei quando procurava respostas para determinadas atividades humanas, as quais, para mim, são desumanas. Sempre tive o desejo de compreender o porquê de determinadas atitudes do homem para com o outro, entender por que determinadas vozes são socialmente apagadas.

Depois que terminei o curso de mestrado em 2007 na Universidade Federal de Mato Grosso, passei em um concurso público, no Estado de Mato Grosso, para professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT), *Campus* São Vicente. Assim que cheguei ao *Campus*, na primeira reunião, o diretor descreveu o contexto social daquela região. Uma área rural, rodeada por assentamentos de sem-terra, catadoras de babaçu e catadores de materiais recicláveis, e a escola deveria preocupar-se com a elaboração de projetos que pudessem contribuir com a formação desses grupos. Era necessário pensar em ofertas de cursos que levassem tecnologia para essas comunidades carentes, que lutam por uma qualidade de vida. Trata-se de trabalhadores que vivem à margem da sociedade, silenciados ou, praticamente, invisíveis.

Diante desse contexto, em 2008, comecei a participar de alguns encontros com os catadores de materiais recicláveis de Carde, cidade que fica a 53 Km do *campus*, porque, para mim, era o grupo em que se encontravam as pessoas mais carentes de bens materiais e, talvez, desprovidas de apoio. Nesses encontros, identifiquei uma cooperativa, COOTRAMAMARE

(Cooperativa de Trabalho e Manejo de Material Reciclável), com mais de dois anos de atividade, constituída por um grupo de dezessete pessoas. Os 17 cooperados, ademais do baixo nível de escolaridade e de conhecimento técnico, encontravam-se unidos por objetivos comuns: desde a luta pela busca de conhecimento, parcerias com as secretarias municipais, faculdades e empresas para seu negócio, até um ideal de qualidade de vida. Por outro lado, havia também vários catadores que não aderiram ao movimento da cooperativa, os quais coletam os materiais recicláveis direto no depósito de lixo da cidade. Além daqueles que se afastaram do trabalho cooperado, não gostaram da experiência vivida naquele espaço da COOTRAMAMARE.

Essa divisão chamou a minha atenção, principalmente em relação à necessidade do fortalecimento da cooperativa, já que perecera, pois estava com um grupo muito reduzido de catadores. Dessa forma, comecei a observar com mais cautela os discursos que circulavam naquele contexto de trabalho, uma vez que percebia conflitos gerados pela própria história de fundação, bem como de organização interna da cooperativa.

A partir dessa ausência de coesão social, começam minhas buscas em direção aos problemas que rasgavam aquele tecido social, que cobria trabalhadores em situação de exclusão. Decidi compreender aquele contexto e colaborar diante da cisão que se criou dentro daquela comunidade solidária, para que eles pudessem unir as vozes que se encontravam apagadas ou socialmente invisíveis no cenário político de Mato Grosso. Trata-se de um estado da federação que sempre está em evidências nas manchetes nacionais e internacionais pelos problemas ambientais. E os catadores são peças fundamentais para a limpeza, preservação e conservação do meio ambiente.

Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer as vozes, a identidade social dos catadores nesse contexto, bem como apontar lacunas no documento que regulamenta suas ações. Para tanto, necessário é acompanhar todo movimento dialógico da linguagem frente ao paralelo: catadores ativos de uma cooperativa e catadores independentes. Refiro-me a uma classe, cujos membros, apesar das divergências de posição, encontram-se unidos pela luta diária da sobrevivência. Alguns acham que pagar dez por cento da taxa cobrada pela cooperativa (Lei 5.764/71), para constituir Fundo de Reserva, bem como cinco por cento para Fundo Assistência Técnica é significativa diante da necessidade diária de cada um. Encontra-se, ali, a primeira causa da ruptura do tecido que os mantém em situação de apagamento: a desunião da classe, identificada em suas práticas sociais, sobretudo em termos de espécie de jogo discursivo.

Dentro desse jogo discursivo, as identidades constroem-se e são construídas. Por isso, busco as modalidades (Fairclough, 2001, 2003), os processos (Halliday & Matthiessen, 2004), bem como a representação de atores sociais (van Leeuwen, 1997, 2008) para investigar até que ponto elas se manifestam. O propósito subjacente é amenizar os conflitos, além de descrever e interpretar as relações de poder que permeiam o grupo. Nessa perspectiva, acerco-me também da intertextualidade, para identificar as vozes que, de certa maneira, ecoam nesse contexto de trabalho, principalmente nas comunidades que deveriam ser solidárias.

Esta tese configura-se como um desdobramento do grupo Brasileiro de Estudo de Discurso, Pobreza e Identidade, liderado pela Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva e desenvolvido em parceria acadêmico-científica com instituições de quatro países da América Latina: Argentina (UBA), Chile (PUC de Santiago), Colômbia (UNC) e Venezuela (UCV), que configuram a REDLAD, registrada no diretório do GP do CNPQ (2008).

A pesquisa na área de estudos de linguagem, com ênfase em questões sociais, na voz de atores sociais em disputa por questões de espaço e de poder, mais que de solidariedade, concentra-se nas práticas discursivas geradoras de opressão e segregação do ser humano. Esta pesquisa tem o objetivo de promover o bem-estar do ser humano, além de contribuir para a investigação de fenômenos linguísticos que nascem no nível do discurso (exterioridade da linguagem) e podem ser apontados na interioridade do sistema (gramática).

Balizada pelos objetivos operacionais, busco responder às seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Que vozes estão presentes no estatuto que regulamenta a cooperativa de materiais recicláveis?
- b) A que discursos se filiam os catadores de materiais recicláveis, tanto os cooperados quanto os independentes?
- c) Que representações discursivas são preponderantes nas falas desses catadores?
- d) Em que medida as práticas discursivas desses dois grupos de catadores representam a diferença entre alienação e sobrevivência?

Para aproximar respostas a essas questões, parto de uma dimensão teórico-metodológica de natureza crítica, voltada para o discurso como prática social, tecida em vozes de atores sociais, bem como em vozes institucionalizadas, modeladas no estatuto da cooperativa. Nessa perspectiva, levantei dados por meio de gravação em áudio de conversas colaborativas entre a pesquisadora e uma presidente de cooperativa de materiais recicláveis, com o intuito de promover reflexões, avaliar e situar seu trabalho nesse contexto. A gravação

em áudio envolve também entrevistas com os catadores independentes e com os catadores filiados à cooperativa, sobretudo para identificar as representações discursivas que corroboram as vozes em conflito. A análise do estatuto, por outro lado, permite apontar as vozes que regulamentam direitos e deveres dos catadores.

A pesquisa que ora se apresenta envolve cinco capítulos, além da presente introdução e das considerações finais.

No Capítulo 1 – INÍCIO DA VIAGEM –, contextualizo a pesquisa, ao narrar três seções que marcam os primeiros passos a caminho do campo de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Na seção 1.1, relato os motivos que levaram os catadores a se organizarem no trabalho cooperado. Assim, trago um breve histórico do movimento cooperado no Brasil, bem como algumas discussões travadas sobre a Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, do cooperativismo no Brasil. Na seção 1.2, mostro os percursos trilhados pelos integrantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Brasil, bem como a luta intensa desses trabalhadores para inclusão enquanto categoria no cenário das políticas públicas do governo brasileiro. Para tanto, destaco os eventos realizados sob a coordenação do MNCR com os respectivos objetivos, a organização nacional do MNCR e a importância desses trabalhadores no ciclo da cadeia produtiva de reciclagem. Em seguida, discuto o desenvolvimento do trabalho cooperado de catadores de materiais recicláveis de Mato Grosso, uma das bases do MNCR. Na seção 1.3, apresento o contexto de trabalho de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis no interior de Mato Grosso.

No Capítulo 2 – ROTEIRO TEÓRICO DA VIAGEM –, apresento três percursos realizados na viagem: discursivos (Faiclough, 2003), gramaticais (Halliday & Matthiessen, 2004) e sociológicos (van Leeuwen, 1997). Os percursos discursivos, trilhados na observância dos significados acionais, representacionais e identificacionais da linguagem, permitem apontar a importância da linguagem enquanto gênero, representação e identificação. Os percursos gramaticais mostram como se dá a organização do texto no contexto de situação moldada pelo contexto de cultura: a oração como representação (processos, participantes e circunstâncias), a oração como troca (o modo e o resíduo) e a oração como mensagem. Os percursos sociológicos desvendam como as escolhas de inclusão e de exclusão marcam as representações dos atores sociais.

No Capítulo 3 – O CAMINHO PARA GERAÇÃO DE DADOS –, apresento e caracterizo os atores sociais, bem como as ferramentas utilizadas na viagem. A seção 3.1 situa a pesquisa qualitativa bem como os respectivos métodos e princípios éticos. A seção 3.2 traz uma breve consideração sobre a pesquisa colaborativa. A seção 3.3 mostra a importância da

pesquisa documental, o estatuto e a Lei 5.764/71, para observar a que discursos os catadores se filiam, as atas e o regimento, usados como saturação de *corpus*¹, para complementar o estudo dos dados etnográficos e entender porque determinados discursos estão presentes nesse contexto de trabalho. A seção 3.4 descreve as veredas etnográficas percorridas, as entrevistas e a observação participante, para compreender o conhecimento e as práticas que os viajantes partilham e usam para interpretar as próprias experiências. Esta seção também revela o primeiro contato com os atores sociais de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis e a necessidade de estar presente nesse contexto, para contribuir com o desenvolvimento do trabalho dessa entidade social. A seção 3.5 expõe a composição do cenário, bem como a descrição dos viajantes. A seção 3.6 delinea os procedimentos de análise balizados pela Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2003), Gramática Sistêmico-Funcional (Halliday & Mathiessen, 2004), bem como pelas categorias pertinentes à representação de atores sociais (van Leeuwen, 1997). A seção 3.7 relata o uso da ferramenta computacional *Wordsmith Tools* nesta pesquisa. A seção 3.8 apresenta a triangulação teórica, metodológica e de dados proposta. A seção 3.9 envolve a descrição relativa ao tratamento dos dados.

O Capítulo 4 – PARADAS PARA ANÁLISE DOCUMENTAL – é o momento que explicita o que ocorre com o documento principal, que regulamenta todas as ações dentro de uma cooperativa. Na seção 4.1, discuto a importância desse texto legal, a sua estrutura composicional, o estilo, bem como as vozes da Lei nº 5.764/71, que ecoam a todo o momento. Na seção 4.2, apresento a ferramenta *Wordsmith Tools* para mostrar as escolhas linguísticas que balizam a textura do estatuto. Assim, realizo uma análise linguística dos processos e participantes, voz passiva e modalizadores, com o propósito de apontar como essas escolhas retratam a exclusão e a inclusão de atores sociais.

No Capítulo 5 – PARADAS PARA ANÁLISE ETNOGRÁFICA –, com o propósito de ampliar a discussão voltada para os dados de natureza etnográfica, apresento e discuto, em três seções, as vozes que insurgem do grupo de catadores. A primeira seção traz à baila as vozes dos catadores independentes, mediante recortes das entrevistas realizadas com Mina e Franco. A segunda seção expõe as vozes dos catadores filiados à cooperativa, com recortes das entrevistas realizadas ainda com Fama e Vana. A terceira expõe as conversas colaborativas realizadas com Tina, presidente da cooperativa. O capítulo encontra-se desenhado para identificar as representações discursivas que os catadores possuem de tudo

1 O termo “saturação de corpus” é seguido por Bauer & Aarts (2003, p.56) para caracterizar dados que implicam funções e categorias que se aproximam do senso comum.

aquilo que os cerca em seu ambiente de trabalho, o que me permite discutir as vozes em conflito.

Na última parte – A CHEGADA – teço as considerações sobre o trajeto percorrido e apresento, sobretudo, algumas implicações e relevâncias voltadas para o contexto de trabalho cooperado de catadores de materiais recicláveis, o que pode ser considerado como uma forma de contribuição para futuras pesquisas que venham a contemplar a construção de práticas discursivas fortalecedoras.

CAPÍTULO 1

INÍCIO DA VIAGEM

*É preciso avançar
Prosseguir na lida
Reciclando coisas
E reciclando a vida...
(Cartilha de Formação, 2005,
p.75)²*

Neste capítulo, dividido em três seções, apresento o contexto da pesquisa. Na seção 1.1 recorro ao site do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), para narrar a luta dos viajantes, momento em que revelo os eventos organizados por eles com os respectivos objetivos, a organização nacional, bem como a importância dessa classe de trabalhadores no ciclo da cadeia produtiva de reciclagem no Brasil. Na seção 1.2, descrevo o início do trabalho cooperado no Brasil, ancorado em valores de ajuda mútua, equidade e solidariedade. Na última seção, delinco o trabalho de catadores de materiais recicláveis, de modo específico, o desenvolvido pela Cooperativa de Trabalho de Manejo e Reciclagem de Resíduos Sólidos (COOTRAMAMARE), em Carde (MT)³.

1.2 O cooperativismo no Brasil

A literatura recente voltada para este tema destaca a dificuldade para traçar o perfil histórico do desenvolvimento das cooperativas no Brasil, sendo necessário traçá-lo por tipos de cooperativa, uma vez que cada uma teve sua própria história. Somente no final do séc. XIX o cooperativismo desenvolveu-se na zona rural do Brasil, sendo necessária a criação de uma lei que pudesse regular a sua missão.

O cooperativismo iniciou-se em 1847, com a fundação de uma colônia chamada Tereza Cristina, no Paraná. O trabalho cooperado, independente de seu ramo de atuação, preza pelos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com seu semelhante. Assim, as cooperativas se baseiam em valores de ajuda

² Este texto foi retirado da Cartilha de Formação publicada no site do Movimento Nacional de Catadores de materiais recicláveis.

http://www.mnrcr.org.br/box_4/formacaoconjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf/view. Acessado em 21/03/2009.

³ Todos os nomes dos colaboradores bem como da cooperativa e da cidade são pseudônimos.

mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. De forma geral, a cooperativa é uma sociedade de pessoas que trabalham com prestação de serviços, na qual o principal elemento é o ser humano.

A gestão visa desenvolver os princípios da democracia em que uma pessoa tem direito a um voto para eleição de conselhos responsáveis pela administração da cooperativa. O capital de fundação, dividido e pago em cotas-partes iguais para cada cooperado, não pode ser transferido a terceiros e há retorno financeiro proporcional às operações para cada cooperado.

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e aborda as atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

A adesão ao trabalho cooperado é voluntária e livre, a gestão é democrática, com tomadas de decisões em assembleias. Todos contribuem para a formação do capital da cooperativa e; se houver lucro, o excedente é dividido entre os cooperados. O trabalho do cooperado é para ser autônomo e independente e controlado pelos próprios cooperados. Existe uma preocupação com a educação, formação e informação dos cooperados, a fim de capacitá-los para a prática do cooperativismo. Há possibilidade de intercooperação entre as cooperativas do mesmo ramo para intercâmbio de informações, produtos e serviços. Assim, elas trabalham para o bem-estar da comunidade, executando programas de responsabilidade social.

A COOPAMARE (Cooperativa de Materiais Recicláveis) , em 1989, marca o início do trabalho cooperado de catadores de materiais recicláveis no Brasil, com o objetivo de acabar com os atravessadores bem como levantar a autoestima do trabalhador. Em 2005, além de contar com 56 cooperados, a COOPAMARE adquiria material de, aproximadamente, 250 pessoas que se dirigiam até a cooperativa para vender seus produtos. Segundo o presidente da cooperativa, seus cooperados se beneficiam de aulas de alfabetização, oficinas de reciclagem e confecção de papel reciclado. Essa cooperativa, ao que parece, foi modelo para a implantação de mais três mil cooperativas de catadores de materiais recicláveis atuantes hoje no cenário brasileiro.

Em Mato Grosso, há quatro cooperativas: duas localizadas em Cuiabá, uma em Tangará da Serra, outra em Carde e seis Associações, distribuídas, respectivamente, em

Várzea Grande, Rondonópolis, Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Jaciara e Sorriso, conforme Mapa 1.1⁴.



Mapa 1.1– Localização geográfica das cooperativas e das associações de catadores de Mato Grosso

De acordo com a SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso, 142 municípios desenharam o mapa do Estado de Mato Grosso, mas somente em oito cidades há cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis, entre as quais apenas quatro apresentam registro na OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). Isso mostra que as cooperativas não estão regulamentadas, conforme previsto na legislação brasileira. Cabe destacar, ainda, a presença de duas cooperativas e uma associação na capital, Cuiabá.

1.4 O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, configurado nesta pesquisa como (MNCR), surgiu em novembro de 1999 com o 1º Encontro Nacional de

4 Adaptado de <http://www.indicador.seplan.mt.gov.br/censo/html/mapamunicipios2.htm>

Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, mas a sua fundação só ocorreu em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília. Esse evento contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, durante o qual foi escrita a Carta de Brasília, um anteprojeto de lei para ser apresentado ao Congresso Nacional, o qual propõe regulamentação da profissão, catador de materiais recicláveis, e determina que o processo de reciclagem seja desenvolvido em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em 2003, aconteceu o 1º Congresso Latino-Americano de Catadores em Caxias do Sul – RS, com o objetivo de divulgar a situação dos catadores da América Latina unificando a luta entre os países latino-americanos. Durante esse congresso, vários tópicos importantes foram discutidos e, em 2010, regulamentados pelo Decreto Nº 7.404. A seguir discorro sobre os seis tópicos mais importantes presentes no Decreto Nº 7.404, emergidos durante esse congresso de maior conquista da categoria (Carta de Caxias, 2003)⁵:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;
4. conquistar, junto aos governos, o reconhecimento do trabalho dos Catadores na limpeza pública e a regulamentação da nossa profissão;
6. lutar pela revisão da legislação do cooperativismo para facilitar a implementação e o funcionamento do sistema no processo de organização dos Catadores;
9. garantir que os investimentos do governo federal brasileiro para o setor de resíduos sólidos urbanos sejam condicionados à implantação da coleta seletiva em parceria com as organizações dos Catadores;
10. lutar pela erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários e pela garantia de investimentos para a implantação de infraestrutura para o trabalho dos Catadores através de suas organizações;
11. lutar por uma legislação que exija que as empresas geradoras de resíduos sólidos assumam com responsabilidade o seu destino correto;

Naquele momento, o MNCR começa a mostrar nacionalmente sua força com as articulações regionais. De 23 a 25 de janeiro de 2005, realizou-se o 2º Congresso Latino-Americano de Catadores, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, com a participação de mil pessoas, vindas de todas as regiões do Brasil e delegações da Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia. A Figura 1.1 exhibe uma cópia do cartaz do congresso, que traz fotos dos eventos

⁵ Neste trabalho, mantive as numerações dos itens citados conforme se encontram no documento, para facilitar a identificação no original.

do movimento e um símbolo que retrata a importância da classe para o meio ambiente: uma imagem de um catador puxando o planeta Terra dentro do carrinho e o mapa da América Latina ao fundo. O *lead* do cartaz – “Não há fronteiras para os que exploram. Não deverá haver para os que lutam” – está na parte superior da imagem como primeira informação⁶.



Figura 1.1 – Cartaz do II Congresso Latino-Americano de catadores

Nesse congresso, os avanços alcançados pela categoria bem como a motivação para continuar a luta tiveram como principais eixos de discussão as seguintes ações:

8. combater a exploração dos atravessadores e as ações das indústrias geradoras de resíduos.
9. exigir o repasse direto de recursos públicos, sem burocracia, para montar ou melhorar a infraestrutura dos trabalhos da coleta e da reciclagem.
10. exigir que a verba das taxas ambientais seja repassada às Associações e Cooperativas dos Catadores/as e que também as empresas façam doação do material reciclável produzido por elas.
11. exigir em lei que os bancos, assim como instituições públicas, destinem os materiais recicláveis para as organizações dos Catadores/as.
12. lutar para que a erradicação dos lixões aconteça só depois de garantir infraestrutura de trabalho para os Catadores/as e implantação de programas de coleta seletiva com sua participação.

O movimento foi-se fortalecendo de tal modo que, em 2006, o MNCR organizou uma grande marcha até Brasília para levar as demandas da categoria e pressionar o governo federal

⁶ Retirado do site do MNCR, disponível em: http://www.mnccr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/ii-congresso-latino-americano-de-catadores-as, acessado dia 14/04/2010.

em favor da criação de 40.000 (quarenta mil) novos postos de trabalho em cooperativas e associações de catadores de todo o Brasil. Isso pode ser apreciado na Figura 1.2⁷.



Figura 1. 2 – Encontro Nacional do MNCR 2006

O texto não verbal apresenta os catadores marchando em direção ao símbolo do MNCR. O último catador puxa um carrinho usado normalmente para a coleta de resíduos sólidos nas ruas das cidades brasileiras. O *lead* do cartaz, – “Organização e luta pra construir o poder popular” –, está no início do texto e Marcha Nacional dos Catadores para Brasília na parte inferior, mas grafado com letras maiores.

O referido encontro proporcionou momentos em que esses trabalhadores de diferentes regiões do Brasil apresentaram suas metas de longo e curto prazo. Em Mato Grosso, somente na capital do Estado, desde 2006, alguns objetivos em curto e médio prazo apresentados no Quadro 1.1 foram alcançados, tais como constituição do comitê regional, meios de transporte para os catadores bem como Leis que garantam a fiscalização das ações da prefeitura pelos catadores. Registra-se aqui a existência de um forte movimento em 2011 para fortalecer as ações do MNCR, principalmente quanto aos direitos sociais, possíveis de serem alcançados com a criação de um instituto, o qual se encontra, hoje, em fase de implantação. A meta

⁷ Retirado do site do movimento, disponível em:

http://www.mncr.org.br/box3publicaçõesonline/14042006132556Relatorio_do__Encontro_dos_700.pdf.

Acessado dia 14/04/2010.

alcançada em longo prazo foi a do controle da cadeia produtiva pelos catadores, garantido pelos Decretos n.ºs. 7.404/2010 e 7.405/2010, o que pode ser visualizado no Quadro 1.1 apresentado a seguir.

Quadro 1.1 – Objetivos para o MNCR – Mato Grosso

Objetivos de curto prazo	Objetivos de médio prazo	Meta em longo prazo
Organizar os catadores; Realizar campanha de conscientização solidária; Articular os Comitês Regionais; Providenciar meios de transporte para os nossos materiais; Estruturar as bases.	Construir uma rede de comercialização; Propiciar creches, escolas, saúde, moradia e aposentadoria; Lutar por Leis que garantam a fiscalização das ações da prefeitura pelos catadores; Garantir os direitos sociais.	Realizar o controle da cadeia produtiva pelos catadores.

Entre os dias 1º e 4 de março de 2008, delegados de 15 países latinoamericanos representando Argentina, Chile, Peru, Brasil, Bolívia, México, Porto Rico, Costa Rica, Guatemala, Equador, Paraguai, Venezuela, Nicarágua, Haiti e Colômbia discutiram, na cidade de São Paulo, os avanços e as necessidades dos catadores da América Latina. Uma das principais reivindicações foi a exigência junto aos poderes públicos do governo de que, por ocasião da contratação de serviços de limpeza, priorizassem as organizações de catadores, o que resultaria nas condições para sua efetiva inclusão, mediante o desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais.

De 28 e 30 de outubro de 2009, o evento internacional do MNCR passou a ser nomeado de ExpoCatadores. Na ocasião, cerca de 3 mil pessoas reuniram-se na Vila Guilherme, zona norte de São Paulo, com a participação de delegações de 19 estados brasileiros, assim como representantes do Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Costa Rica, Porto Rico, Peru, além da Índia. O objetivo principal do evento, que contou com a presença de representantes do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, foi a troca de experiências e debates de políticas e ações voltadas para a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Cinco ações conjuntas foram tomadas durante o evento: Encontro Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis; Seminário Estratégico; Feira de máquinas e equipamentos para coleta seletiva, seleção e triagem de materiais; Exposição de projetos de coleta seletiva solidária; Exposição dos serviços e projetos desenvolvidos pelas organizações de catadores.

A Fotografia 1.1 exibe os catadores reunidos em plenária na abertura do evento. A imagem sugere uma reflexão sobre o perfil desses profissionais, geralmente pessoas com mais de 40 anos de idade que, por perderem espaço no mundo do trabalho, veem-se obrigadas a coletar resíduos sólidos como fonte alternativa de ganho salarial⁸.



Fotografia 1.1 – 1ª ExpoCatadores 2009

O marco histórico do MNCR culminou entre os dias 21 e 23 de dezembro de 2010, durante a 2ª ExpoCatadores, na Vila Guilherme, zona norte de São Paulo, pois, em pleno evento, com a participação de catadores de todo o território nacional, de alguns representantes de países latinoamericanos e da população em situação de rua do Brasil, o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado pela presidente eleita Dilma Rousseff (Fotografia 1.2), assinou o Decreto nº 7.404/2010 de regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto nº 7.405/2010 do Programa Pró-Catador, incluindo a classe no gerenciamento dos resíduos sólidos do País. A 2ª ExpoCatadores marca a presença de

⁸ Retirada do site do MNCR. Disponível em <http://expocatadores.com.br/2010/2010/06/fotos-da-expocatadores-2009/>. Acessado dia 14/04/2010.

representantes do Banco do Brasil e do BNDES, para divulgar linhas de financiamento específicas para as cooperativas e associações de catadores⁹.



Fotografia 1.2 – Participação do presidente da república na 2ª ExpoCatadores.

Com base nesse percurso histórico, que o MNCR, por suas características como classe trabalhadora organizada, pode ser configurado como um movimento social que há mais de dez anos busca organizar o trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis do Brasil (Figura 1.3). Trata-se de um movimento que procura dar voz aos catadores e, ao mesmo tempo, fortalecer a busca de reconhecimento profissional. Nesse sentido, propõe ações para a autogestão do trabalho de seus cooperados e o controle da cadeia produtiva de reciclagem, com a finalidade de garantir que o serviço realizado beneficie a todos. Assim, assentam-se as bases orgânicas do movimento em cooperativas e associações, de forma que ninguém possa lucrar à custa do trabalho do outro. O movimento almeja uma vida mais digna para essa categoria, historicamente excluída da sociedade, uma vez que muitos catadores sobrevivem de forma precária com a coleta de material reciclável realizada em lixões e em ruas. Coletar material reciclável significa buscar recursos mínimos para garantir a sua sobrevivência e de sua família.

⁹ Retirada do site do MNCR. Disponível em <http://expocatadores.com.br/2010/2010/12/fotos-2010/>. Acessado dia 14/04/2010.

O MNCR possui uma rede, que conecta a Comissão Nacional, a sua menor célula, às bases, às cooperativas e às associações de catadores. Essa cadeia de relações tem uma equipe de articulação, representada pela Comissão Nacional, constituída por um membro das Coordenações Regionais do Sudeste, Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. O representante de cada região, além de pertencer a uma Coordenação Estadual, faz parte de um Comitê Regional e tem a tarefa de articular as bases, conforme Figura 1.3¹⁰.

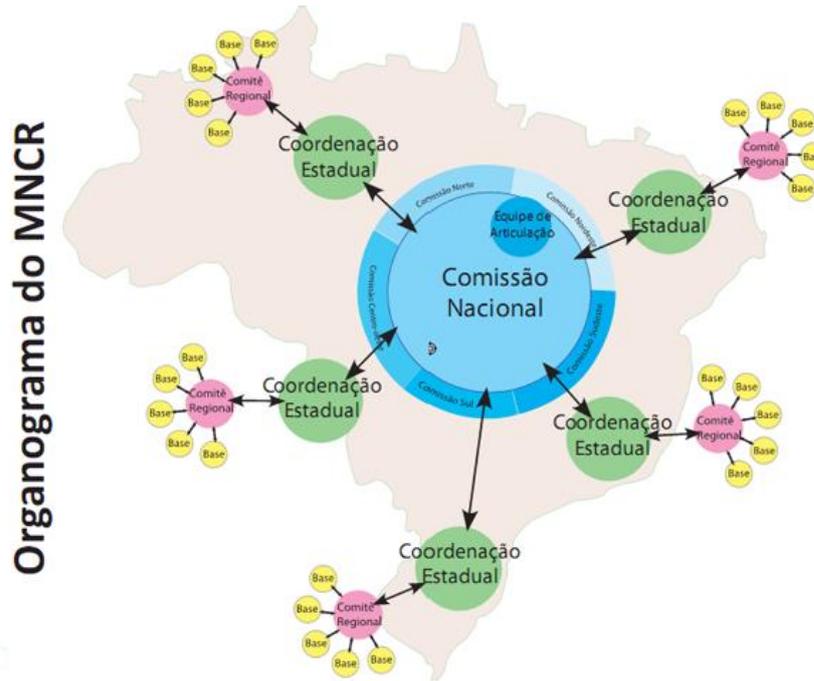


Figura 1. 3 – Organograma do MNCR

Apesar de toda organização, o MNCR, no Estado de Mato Grosso, está representado apenas por três cooperativas que se encontram na capital do Estado, constituindo o Comitê Regional, as quais participam ativamente do movimento, realizando encontros locais e participando de eventos nacionais, para discutir os problemas enfrentados pelos catadores. Falta, porém, interiorizar esta ramificação para ampliar as bases conectadas ao MNCR e para fortalecer o movimento.

O ciclo da cadeia mostra o papel de cada setor da cadeia produtiva de reciclagem, os catadores, a indústria e os atravessadores. A indústria produz os resíduos sólidos, lança-os no meio ambiente, mas pouco faz para resgatá-los. Os atravessadores, por sua vez, compram os produtos dos catadores por um preço inferior ao de mercado, transformam-nos em matéria-

¹⁰ Retirado do site do MNCR. Disponível em http://www.mnccr.org.br/box_1/estruturas-regionais/teste/image. Acessado dia 14/04/2011.

prima e vendem-nos para as indústrias; no entanto são os catadores que cumprem o papel principal, pois saem de casa em casa, de rua em rua, ou ficam em esteiras nos aterros sanitários, a céu aberto em lixões, coletando ou separando os resíduos sólidos, evitando, assim, que toneladas de resíduos sólidos sejam depositadas em aterros sanitários ou lançadas a céu aberto em depósitos de lixo urbano, poluindo o meio ambiente. A Figura 1.4 apresenta o Ciclo da cadeia produtiva de reciclagem¹¹.

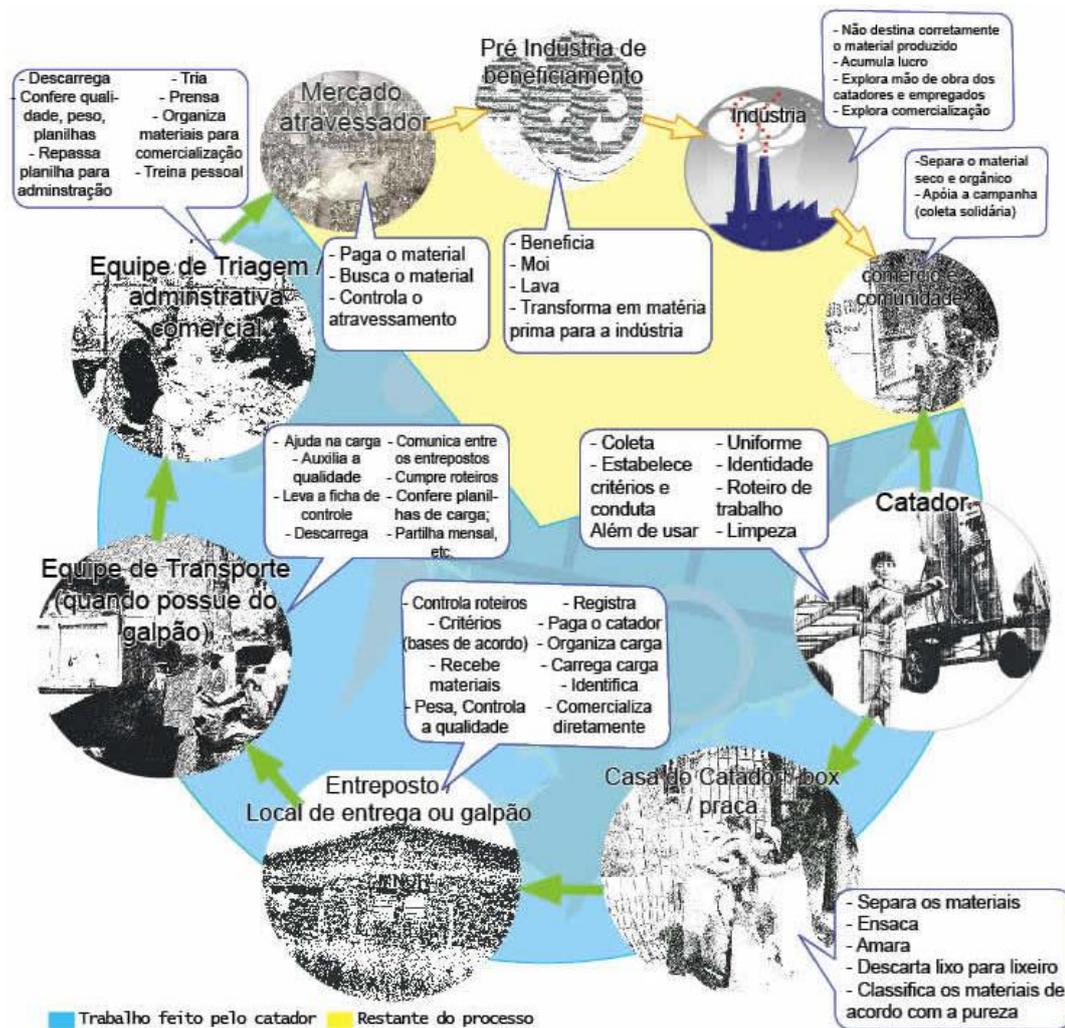


Figura 1.4 – Ciclo da cadeia produtiva de reciclagem

Ao catador, como se pode observar na Figura 1.4, cabe à função principal, uma vez que ele trabalha no manuseio do processo de reciclagem, um trabalho árduo, realizado de

¹¹ Imagem retirada do site do MNCR. Disponível em: http://www.mnccr.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/ciclo-da-cadeia-produtiva-de-reciclagem/. Acessado dia 14/04/2010.

maneira precária, geralmente em lixões. A partir das observações participantes, observa-se que a trajetória diária desse trabalhador costuma ser a seguinte: sair bem cedo de casa e percorrer uma média de 8 a 10 quilômetros por dia, em busca de material reciclável para vender e garantir o suficiente para cobrir suas despesas. À medida que prossegue em sua caminhada, a carga do carrinho aumenta, chegando a pesar cerca de 50 quilos. A Fotografia 1.3 configura a lida diária de uma catadora ao chegar à cooperativa.



Fotografia 1.3 – Catadora chegando à cooperativa com seu carrinho (Souza, 2011)

Embora a senhora mantenha o sorriso, pode-se afirmar que o seu trabalho diário não é fácil. Todos os dias, às seis horas da manhã, ela pega o carrinho e anda pelas ruas da cidade, aproximadamente 15 quilômetros, a procura de materiais recicláveis. Nota-se que dentro de seu carrinho não há materiais pesados, tais como, ferro, cobre, etc. Ela é uma catadora com 44 anos e não consegue puxar ou empurrar carrinho com muito peso. Da maneira como estão dispostos os materiais, o carrinho, nesse dia, estava com aproximadamente 60 quilos.

O trabalho é árduo, o catador costuma sofrer humilhações e exploração de empresários de ferros-velhos e de empresas de reciclagem, que não querem pagar o valor de mercado pelo material. Além disso, há grandes indústrias que colocam seus produtos no mercado, lucram, mas não se responsabilizam pela coleta das embalagens, que são lançadas no meio ambiente. Como registra a Cartilha de Formação do MNCR (2005, p. 51):

Muito diferente dos discursos inflamados de alguns ecologistas sem prática, mas com a vida, pernas, braços e mãos retiraram milhares de toneladas de matérias primas recicláveis e as destinaram para a reciclagem, preservando milhares de metros cúbicos de natureza limpa.

Uma vida com uma vasta história social, o catador carrega consigo e, com muita luta, o MNCR deseja escrever essa história de outra maneira, visando mais justiça. Assim, ao escrever a Declaração de princípios e objetivos (Cartilha de Formação, p. 10), o MNCR procura fortalecer as bases orgânicas, as cooperativas e as associações de catadores, com a inclusão de obrigações que competem a essas bases. Entre elas destacam-se:

- 3.1- Ser compostas e dirigidas exclusivamente por Catadores (as) de Materiais Recicláveis.
- 3.2- Basear a organização de sua atividade produtiva nos princípios do MNCR.
- 3.5- Manter um espaço de formação e informação para todos os Catadores (a) participantes das Bases Orgânicas para apresentar e discutir os princípios, objetivos e ações do Movimento Nacional dos Catadores no nível municipal, regional, estadual e nacional.
- 3.7- Priorizar ingresso nas Bases Orgânicas para os catadores de lixões ou de rua em situação de exploração mediante cumprimento dos critérios de ingresso acordados com o MNCR.
- 3.8- Promover o protagonismo dos catadores de materiais recicláveis por via da ação direta na luta para conquistar direitos relativos à saúde, habitação, lazer, educação, segurança e desenvolvimento social.

Dessa forma, o movimento procura assegurar a participação efetiva dos catadores no movimento, unindo forças e vozes para clamar pelos seus direitos, muitas vezes esquecidos pelo poder público, responsável pelo destino final dos resíduos sólidos de cada cidade do país.

1.5 O trabalho cooperado da COOPEMAMARE

De acordo com o registro em atas, o trabalho cooperado da COOPEMAMARE iniciou-se em 2005, com vinte e um cooperados. Nessa época, havia envolvimento de um padre da cidade e de funcionários da prefeitura. Mediante a leitura das atas, eles articulavam e ajudavam o grupo com a elaboração do estatuto, prestação de contas, bem como faziam reuniões para traçarem metas da cooperativa e elaboração das atas ao final de cada assembleia.

Após a aprovação do estatuto e eleição para o primeiro Conselho de Administração e Conselho Fiscal, a cooperativa teve ajuda de professores de uma universidade particular para colaborar na gestão. Essa experiência foi um pouco triste, porque a estudante escolhida como estagiária, para ajudar os catadores na gestão, acabou entrando com uma ação trabalhista no

Ministério do Trabalho, e os cooperados tiveram que arcar com uma despesa de mais de três mil reais. Além disso, houve problemas com a administração de um presidente, que não fazia as devidas prestações de conta, chegando ao ponto de, em assembleia, os cooperados pedirem seu afastamento do cargo.

Ainda seguindo os registros em atas, a prefeitura mentora da fundação da cooperativa esteve presente durante os três primeiros anos de gestão, depois ficou afastada, inclusive contribuindo com o fechamento do depósito de lixo, lugar onde os catadores faziam sua maior coleta e movimentavam a parte financeira da cooperativa. Só no final de 2010, com a mudança dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, a prefeitura voltou a ter um papel importante de ajuda à cooperativa, a qual estava funcionando no perímetro urbano, por isso não possuía os documentos necessários de autorização para funcionar. Contudo, atualmente a prefeitura alugou uma nova área, fora do perímetro urbano, e isso possibilitou à SEMA (Secretaria de Meio Ambiente) conceder a licença ambiental, hoje considerado o principal documento para o funcionamento da cooperativa.

A partir do decreto nº 7.404 /2010, a prefeitura pôde também contratar, sem licitação, a cooperativa, para realizar a coleta de material reciclável na cidade, o que aumentará o fluxo financeiro da cooperativa, que vem passando por dificuldades desde 2007, pois não há dinheiro para depositar o Fundo de Reserva e o Fundo de Apoio Técnico, conforme o Estatuto e a Lei nº 5.764/71.

1.6 Algumas considerações

O trabalho cooperado aparece no cenário brasileiro como um dos recursos necessários para o desenvolvimento de ações que cheguem a categorias de trabalhadores, com o objetivo de fortalecer a classe e promover o bem-estar do grupo. O princípio sempre foi de apoio mútuo para geração de lucro e sua partilha. Assim, é um tipo de trabalho que possibilita ao pequeno trabalhador, unir-se a outros pequenos trabalhadores, para a venda em grande escala, com respeito e solidariedade, zelando sempre pelo princípio da gestão democrática.

A partir desse princípio, o trabalho do MNCR tem sido crucial para o fortalecimento e a organização das cooperativas de catadores de todo o Brasil. É, poderíamos dizer, a melhor alternativa para manter os catadores unidos em defesa de um único objetivo, melhorar a condição social em que se encontra cada catador. Esse desejo do MNCR passa a ser um sonho, na medida em que se trata de uma classe de trabalhadores que não possui condições financeiras para promover encontros frequentes e partilhar seus anseios e sonhos. Isso implica

também uma dificuldade maior para implementação de novas ações que venham corroborar uma boa gestão nas cooperativas de catadores.

Dessa forma, tudo o que é discutido em nível nacional dificilmente chega às bases, pois o Estado de Mato Grosso envolve uma área muito extensa. A distância entre as cidades é consideravelmente longa, e isso, de certa forma, desarticula a ação dos representantes de Mato Grosso no MNCR. Além disso, não há uma verba destinada a cobrir os gastos dos representantes com o deslocamento bem como com suas despesas diárias.

Diante da luta do MNCR, cabe ressaltar a articulação do grupo com o Governo Federal, que garantiu algumas ações amarradas na legislação, principalmente, no Decreto nº 7.404/2010 e no Decreto nº 7.405/2010. É um avanço, mas ainda há muito que fazer para fortalecer as bases do MNCR e garantir a participação dos catadores na gestão de resíduos sólidos de cada cidade brasileira.

CAPÍTULO 2

ROTEIRO TEÓRICO DA VIAGEM

*Vem catador
Pro movimento organizado
Pois unidos ficamos fortes
E não seremos mais explorados
Vem catador recuperar a dignidade
Lutando pra construir
o socialismo com liberdade!
(Cartilha de Formação, 2005, p.71)*

Este capítulo encontra-se dividido em três seções. Na primeira, busco os parâmetros dos estudos críticos, encetando, para tanto, uma discussão teórica com base nos significados acionais, representacionais e identificacionais, propostos por Fairclough (2003). Na segunda, percorro as trilhas da Gramática Sistêmico-Funcional (Halliday & Matthiessen, 2004), descortinando, a exemplo de Fairclough, as janelas que se abrem para os elementos das três metafunções: *ideacional, interpessoal e textual*. Enquanto a função ideacional abarca o sistema de transitividade da língua (oração como processo), a função interpessoal volta-se para o caráter dialógico da linguagem (a oração como troca). Na terceira função, a textual (a oração como mensagem), Halliday (1994) destaca a simultaneidade das duas primeiras e, ao mesmo tempo, enfatiza que, sem esta, aquelas não poderiam ser identificadas. De acordo com Silva (2003a, p. 60), o componente textual diferencia-se dos outros dois, sobretudo porque funciona como um elo que liga o aspecto de representação ao contexto de cultura e de situação. Na terceira seção, busco delinear percursos sociológicos, de acordo com as categorias propostas por van Leeuwen (1997).

2.1 Percursos discursivos

Os percursos discursivos retratados neste trabalho estão ancorados nos estudos de Fairclough (2003, p. 2), o qual define língua como “uma parte irredutível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos de vida social”. O autor britânico apresenta-nos a importância da língua para retratar o social e, ao mesmo tempo, mostra-nos como o

social constitui a língua, e sugere, portanto, um dos pontos de partida para se fazer pesquisa social: a linguagem.

Para Fairclough, não é possível compreender os efeitos sociais de discurso sem olhar bem de perto o que acontece quando as pessoas falam ou escrevem. Dessa forma, todo falante usa textos orais, escritos, visuais e/ou multimodais para agir e interagir no curso de eventos sociais. Para interagir nas diversas práticas sociais, Fairclough (2003) apresenta três principais significados da linguagem (acional, representacional e identificacional), com base na articulação das macrofunções de Halliday, associando os três significados aos conceitos de gênero, discurso e estilo.

Ao buscar o arcabouço teórico de Halliday (1994), Fairclough prefere incorporar a função textual ao significado acional, ao contrário de Halliday, que coloca a função textual separada da ideacional e da interpessoal: “Eu não distingo uma função ‘textual’ separada, ao contrário, eu a incorporo dentro da Ação” (Fairclough, 2003, p. 27).

A operacionalização desses três significados – acional, representacional e identificacional – atua simultaneamente em todo enunciado e reforça a noção de multifuncionalidade, presente na Linguística Sistêmico-Funcional, bem como na Análise de Discurso Crítica. Fairclough (2003) sugere que o discurso figura de três principais maneiras na relação entre textos e eventos nas práticas sociais:

- (i) como modos de agir, relacionados com a nossa relação com os outros, com a ação sobre os outros e com o poder;
- (ii) como modos de representar, nossa relação com o conhecimento e como, por meio dele, as pessoas possuem o controle sobre as coisas;
- (iii) como modos de ser, a identificação que se liga com as relações com a própria pessoa, ética e assuntos morais.

A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado, os quais serão explicitados a seguir.

2.1.1 Na trilha dos significados acionais da linguagem

A partir das reflexões acerca do papel do discurso em diversas práticas sociais, Fairclough (2003, p. 30) apresenta três efeitos constitutivos do discurso que correspondem a três significados da linguagem – acional, representacional e identificacional – dialeticamente materializados em textos. Assim, o discurso, na concepção de Fairclough, é tanto constituído

pelo social quanto constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

O significado acional se liga à concepção de gênero, definido pelo autor “como aspectos discursivos de maneiras de agir e de interagir no curso de eventos sociais”. Essa concepção está muito ligada à ideia de *ação* e interação linguística a uma forma de transformação, pois o homem age em diferentes eventos discursivos através de variados tipos de textos orais, escritos e/ou multimodais. Para Fairclough (2003, p. 30), os textos são uma parte crucial das relações em rede das sociedades modernas complexas – as ordens do discurso associadas com redes de práticas sociais especificam relações particulares em cadeias e tessituras entre tipos de textos:

As cadeias de gênero são diferentes gêneros que se ligam com regularidade, envolvendo transformações sistemáticas de gênero em gênero e podem operar como agente regulador para selecionar e privilegiar alguns discursos em detrimento de outros. Neste estudo, por exemplo, a Lei nº 5.764/71 do Cooperativismo no Brasil dita as regras para a elaboração do Estatuto da Cooperativa, o qual, por sua vez, dita as regras que farão parte do Regimento. Trata-se, aqui, de ordens de discurso, que atuam dentro de uma cadeia de gênero, no caso, discurso jurídico, conforme Figura 1.5.



Figura 2.1 – A cadeia de gênero deste estudo

Essas transformações de um tipo de discurso que remete a outro dentro de uma cadeia genérica costumam refletir modos de agir e de pensar e moldam ações em termos de distâncias espaço-temporais. De acordo com Fairclough, a mudança de um gênero é parte das transformações sociais ocorridas no novo capitalismo. Nesse contexto, o homem, para agir nessa nova corrente, deve adequar-se à maneira de interagir com uma nova forma que interiorize e contribua para as ações sociais e interações em eventos sociais, e, como no novo capitalismo tudo tem um fluxo muito rápido, os gêneros estão em constante transformação, seguindo esse mesmo fluxo.

Diversas classificações de gêneros são discutidas, ainda, por Fairclough (2003, p.32), tais como gêneros de governança, caracterizados por propriedades específicas de recontextualização. Esses gêneros têm papel crucial para sustentação de estrutura institucional da sociedade contemporânea, pois eles se apropriam de elementos de uma prática social

dentro de outra e ligam diferentes escalas de vida social, conectando o local e o particular ao nacional e/ou ao global. Diante disso, os gêneros não só sustentam as relações estruturais entre o mundo acadêmico e o mundo dos negócios, mas também escalonam as relações entre o local e o global nas sociedades contemporâneas, exercendo poder sobre os indivíduos.

Alguns gêneros têm seu formato bem definido em determinadas práticas sociais em que são usados, outros não. Assim, um texto pode envolver combinação de diversos gêneros, chamados pelo autor de gêneros híbridos, os quais se mesclam em diferentes níveis de abstração, dando existência, dessa forma, a novos gêneros. Fairclough (2003) utiliza o termo pré-gênero de Swales (1990) para definir os gêneros de alto nível de abstração, que permeiam uma prática social específica ou rede de comunicação de uma determinada prática social, como a narrativa, o diálogo, a argumentação e a descrição.

O autor apropria-se do termo “desencaixe”, de Giddens (1991, p. 29), entendido como o “deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço”, para construir a definição de gêneros desencaixados. Estes são considerados menos abstratos que a narrativa, mas dispersos de redes particulares de práticas sociais onde inicialmente se desenvolveram, tornando-se disponíveis como um tipo de tecnologia social, que transcende diferenças entre rede de práticas e diferenças de escalas de vida social, como as entrevistas políticas, entrevistas de emprego, entrevistas de celebridades na televisão. Gêneros situados são aqueles específicos a redes de práticas particulares, como o estatuto, que pertence à rede particular do discurso jurídico.

Chouliaraki & Fairclough (1999, p.79) sugerem o termo desencaixe, inspirados nos estudos de Giddens sobre modernidade tardia. Para Giddens, a modernidade tardia é caracterizada por um sistema mundial de aceleração dramática de distância entre espaço-tempo, a marca da globalização. Esta intensificação de distância entre tempo-espço envolve o desencaixe de relações sociais de lugares e contextos particulares, e sua generalização além dos limites temporais e espaciais. Desencaixe pode ser visto como uma prática reguladora particular dentro de sistemas sociais, pelos quais as relações sociais são deslocadas de seu local e reorganizadas para viajar, falar. Assim, elas transcendem as barreiras locais e situam-se em outras práticas, por isso ser gênero desencaixado.

Os gêneros individuais de um texto ou interação podem ser analisados, segundo Fairclough (2003), em termos de atividade (o que as pessoas estão fazendo discursivamente), relações sociais (quais são as relações sociais entre elas) e tecnologia da comunicação (de qual tecnologia de comunicação a atividade depende). Além disso, quanto ao formato, deve-se

ter atenção à sua forma multimodal, pelo fato de um gênero reunir diferentes modos semióticos. No entanto, uma questão importante que surge na análise de gêneros é saber quais modos semióticos são usados e como eles são combinados.

A análise de gênero situado – Estatuto – poderá contribuir para a percepção de como a integração das novas tecnologias dentro de processos econômicos, políticos, sociais e culturais se torna imediata por meio de novos gêneros, e em termos de como cadeias de gêneros são formadas dentro do tecido da sociedade de informação. As normas estabelecidas em uma lei estarem presentes no Estatuto de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Quanto ao gênero entrevista, apesar de Fairclough (2003, p.69) considerá-la, enquanto categoria abstrata, um tipo de ‘gênero situado’, parece-nos pertinente considerá-la como gênero desencaixado, pelo menos no contexto desta tese, uma vez que se trata de um tipo textual que não apresenta a mesma regularidade que uma lei, ou mesmo o estatuto, visto que as entrevistas não pertencem a práticas regulares institucionalizadas.

Retoma Fairclough (2001, p. 134) os estudos de Kristeva (1986a, p.39), ao apontar que o texto responde, reacentua e retrabalha textos passados e, dessa forma, ajuda a fazer história e contribui para processos de mudança mais amplos, antecipando e tentando moldar textos subsequentes.

A intertextualidade pode ser horizontal e vertical (Kristeva, 1986a, p.36 *apud* Fairclough, 2001, p.135). A intertextualidade horizontal concerne ao diálogo que um texto estabelece com outro, seja o que procede ou que o segue na cadeia de textos. As relações intertextuais verticais constituem seus contextos mais ou menos imediatos ou distantes: textos com os quais um texto está historicamente ligado em várias escalas temporais e por vários parâmetros.

Além das relações intertextuais de textos com outros textos específicos, Fairclough (2001, p136) busca nos estudos de Authier-Révuz (1982) e de Maingueneau (1987) as relações intertextuais de textos com as convenções, as quais são denominadas intertextualidade ‘manifesta’, oposta à ‘constitutiva’. Na intertextualidade manifesta, outros textos estão explicitamente presentes pela presença de aspas. A intertextualidade constitutiva de um texto é a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção, é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso, também denominada pelo autor como interdiscursividade.

Nessa perspectiva, Fairclough (2001, p.155) discute, ainda, a intertextualidade manifesta em relação à representação do discurso, à pressuposição, à negação, ao metadiscurso e à ironia. A representação do discurso é uma forma de intertextualidade, na

qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como tal, com recursos, como aspas, citação direta ou encaixe, e orações relatadas, paráfrases ou resumos, citação indireta. Pressuposições são proposições tomadas pelo produtor (a) do texto como já estabelecidas ou dadas. As pressuposições podem ser manipulativas, ou relativamente legítimas. Assim, as pressuposições são formas potenciais em determinados contextos e podem manipular as pessoas e requerer sujeitos interpretantes com experiências e suposições particulares em textos anteriores e, dessa forma, elas contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos. Negação, as frases negativas são usadas com finalidades polêmicas, pois carregam tipos especiais de pressuposição que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos para contestá-los ou rejeitá-los.

Cabe, aqui, ressaltar que o metadiscurso é uma forma peculiar de intertextualidade manifesta em que o autor do texto distingue níveis diferentes dentro de seu próprio texto e se distancia de alguns níveis do texto, tratando o nível distanciado como se fosse outro texto, externo. O metadiscurso implica o controle e a manipulação do falante com seu próprio discurso. Isso alude para a relação entre discurso e identidade (subjetividade), o que vai contra a visão de que a identidade social de uma pessoa é uma questão que, como ela, está posicionada em tipos particulares de discurso. Por outro lado, a ironia é a expressão de algum tipo de atitude negativa sobre seu enunciado, ou de fato sobre você. A ironia depende da situação de os leitores serem capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto.

Quanto à intertextualidade constitutiva – interdiscursividade – o autor sugere que pode ser considerada como a incorporação das relações complexas que tem com as convenções (gêneros, discursos, estilos), que estão estruturadas juntas e constituem uma ordem de discurso. A interdiscursividade se aplica a vários níveis: a ordem de discurso societária, a ordem de discurso institucional, o tipo de discurso, e mesmo os elementos que constituem os discursos, como, por exemplo, o discurso pedagógico, o discurso jornalístico e o discurso acadêmico. A ordem de discurso institucional tem uma configuração particular de gêneros em relações particulares uns com os outros, constituindo um sistema. Essa configuração de gêneros caracteriza a interdiscursividade. Além disso, a configuração e o sistema estão abertos à mudança, para serem redesenhados à medida que as ordens de discurso são desarticuladas e rearticuladas em novas ordens. Isso pode afetar a ordem de discurso ‘local’ de uma instituição, ou pode transcender a instituição e afetar a ordem de discurso societária.

O discurso constitui a articulação dos tipos de elemento. Um discurso é um modo particular de construir um assunto, uma área relevante do conhecimento e o modo particular

como ela é construída, tais como, discurso jurídico, discurso educacional. Assim um discurso é comumente associado com uma variedade de gêneros, como o discurso jurídico está presente nas leis, nos estatutos, nos regimentos, nas petições, e assim por diante e pode ainda aparecer em todos os tipos de outros gêneros (conversação, entrevistas, aulas).

Fairclough (2001, p.152) apresenta três distinções tipológicas entre diferentes modos de relações intertextuais: 1 – intertextualidade sequencial, em que diferentes textos ou tipos de discurso se alteram em um texto; 2 – intertextualidade encaixada, em que um texto ou tipo de discurso está claramente contido dentro da matriz de outro. É a relação entre os estilos; 3 – intertextualidade mista, em que textos ou tipos de discursos estão fundidos de forma mais complexa e menos facilmente separável.

Podemos resumir as reflexões de Fairclough (2001, 2003) sobre intertextualidade como a Figura 2.2.

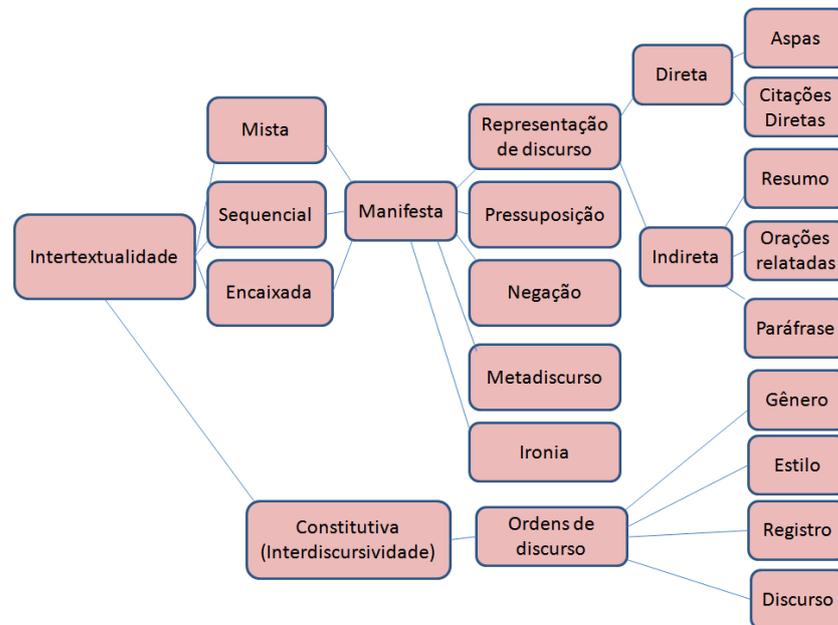


Figura 2.2 – Intertextualidade – Fairclough (2001, 2003)

Em seguida, discuto a trilha dos significados representacionais da linguagem.

2.1.2 Na trilha dos significados representacionais da linguagem

Uma das concepções de discurso defendida por Fairclough (2003, p.124) é o discurso como uma forma particular de representar aspectos do mundo material (seus processos, seus

objetos, suas relações, seus parâmetros de espaço e tempo), do mundo mental dos pensamentos, sentimentos, representações e do mundo social. As representações dos eventos sociais podem ser materializadas de modo mais generalizadas e abstratas no que se referem às estruturas, relações, tendências (Fairclough, 2003, p. 124), possibilitando, inclusive, a representação diferentemente de aspectos particulares do mundo, levando-nos a considerar a relação que há entre diferentes discursos.

O autor defende a ideia de que os discursos não são representações meramente concretas e locais, não representam somente o mundo como ele é, ou melhor, é visto para ser, mas são também projetivos, imaginários representando mundos possíveis e inseridos em projetos de mudar o mundo em direções particulares. Diferentes discursos retratam diferentes perspectivas do mundo que estão associadas às diferentes relações que as pessoas têm com esse mundo e, portanto, dependem de suas posições, suas identidades sociais e pessoais das relações sociais com outras pessoas (Fairclough, 2003, p. 124).

As relações entre discursos diferentes são um elemento das relações entre as pessoas diferentes, dessa forma, eles podem complementar-se, competir entre si, um pode dominar o (s) outro (s), num jogo discursivo no qual o discurso é um recurso de que as pessoas dispõem para se posicionarem no mundo, cooperando, competindo, dominando. Portanto, discurso pode ser visto não apenas como modo de representação com um grau de afinidade e estabilidade, mas como modo de representação que constitui pontos nodais na relação dialética entre linguagem e outros elementos da vida social (Fairclough, 2003, p. 126). Vários novos discursos são produzidos a partir da nova articulação do velho, porém nem sempre eles estão em harmonia.

Em diferentes textos, podemos perceber diferentes representações, mas não podemos nomear cada representação de um diferente tipo de discurso, pois os diferentes textos inseridos na mesma rede de eventos sociais ou dispostos em relação à mesma rede de práticas sociais, mesmo representando os mesmos aspectos do mundo, diferem nos discursos em que se apoiam. Para o autor, só é possível identificar diferentes discursos em um texto se pensarmos no discurso como representação de mundo. Além disso, textos também podem estabelecer relações dialógicas ou polêmica entre os seus "próprios" discursos e os discursos de outros. Essa relação dialógica / polêmica é um modo em que os textos misturam diferentes discursos, mas seus 'próprios' discursos são também frequentemente mistos ou híbridos (Fairclough, 2003, p.128).

Uma análise interdiscursiva de textos está relacionada com a identificação de quais discursos são utilizados e como eles são articulados, para isso é necessário identificar as

principais partes do mundo (incluindo áreas da vida social) que estão representadas – os temas principais e identificar a perspectiva, o ângulo ou o ponto de vista particular do qual eles são representados.

Assim, afirma Fairclough (2003) que os traços de vocabulário são os mais óbvios de distinção de um discurso. Para o autor, discursos “nomeiam” ou “lexicalizam” o mundo de modos particulares, sendo possível distinguir um discurso do outro pelo vocabulário empregado e, conseqüentemente, pelas relações semânticas entre as palavras. Fairclough (2003, p.130) diz que os vocabulários associados a diferentes discursos em um domínio particular da vida social podem ser parcialmente diferentes, porém é provável que se sobreponham substancialmente. Os mesmos vocábulos podem estar presentes em diferentes discursos, no entanto, eles são usados diferentemente, podendo mesmo essa diferença ser identificada nas relações semânticas. Embora não corresponda a uma categoria recorrente, analisada no contexto desta pesquisa, a metáfora configura-se como recurso linguístico-discursivo relevante no estudo das representações, uma vez que podem costumam produzir representações distintas no mundo. Resulta que diferentes metáforas combinadas podem diferenciar os discursos.

Por outro lado, os discursos são caracterizados e diferenciados não apenas por traços de vocabulário, relações semânticas e suposições, mas também por traços gramaticais. Eles se diferem na maneira como componentes de eventos sociais – processos, pessoas, objetos, meios, ocorrências, lugares – são representados, e essas diferenças podem ser tanto gramaticais – processos, participantes e circunstâncias – como lexicais – vocabulário. Conforme Fairclough, (2003, p.133), podemos analisar textos sob a perspectiva representacional, apontando quais elementos dos eventos estão incluídos na representação desses eventos, quais deles são excluídos e a quais elementos incluídos é dada maior importância. Também podemos analisá-los tendo por base como os eventos são representados: se de forma concreta ou abstrata e com que nível de generalização.

Os eventos sociais podem ser representados em diferentes níveis de abstração e concretude: as mais concretas são as representações de eventos sociais específicos; as mais abstratas/generalizadas são abstração sobre uma série ou conjunto de eventos sociais no nível de práticas sociais e de estruturas sociais (Fairclough, 2003, p. 138). Assim, quando as representações são generalizadas ou abstratas, deve-se analisar particularmente como as coisas estão sendo classificadas nos esquemas construídos para impor uma “*de-vision*” social que constitui uma visão particular.

O autor apresenta a recontextualização como uma visão mais ampla da representação dos eventos sociais, pois possibilita analisar os elementos de inclusão, exclusão, proeminência e representações concretas e abstratas de tais eventos. Argumenta ainda que campos sociais específicos, redes de práticas sociais específicas e gêneros específicos como elementos de tais redes de práticas sociais têm associados a eles princípios de recontextualização específicos, o que possibilita compreender por que determinado tipo de evento social é representado em diferentes campos, redes de práticas sociais e gêneros. Dessa forma, os elementos dos eventos sociais são seletivamente filtrados de acordo com os princípios da recontextualização para retratar modos específicos de organizar, explicar, legitimar e avaliar os eventos.

A partir dos estudos de Halliday (1994) e van Leeuwen (1995), Fairclough (2003, p.141) discute a representação dos processos, dos participantes e das circunstâncias, que constituem os componentes da transitividade. O Quadro 2.1 sumariza os principais tipos de processos e define o tipo de participante e o tipo de circunstância que lhes estão associados.

Quadro 2.1 – Componentes da transitividade

Participantes	Tipos de Processos	Circunstâncias
Ator, Afetado	Material	Tempo, Lugar, Propósito, Razão, Modo e Meio
Ator	Verbal	
Experienciador, Fenômeno	Mental	Tempo, Lugar, Razão
Portador, Atributo	Relacional (1)	
Característica, Valor	Relacional (2)	
Existente	Existencial	

Traduzido de Fairclough (2003, p. 141).

Com base na proposta hallidayana, Fairclough (2003) apresenta os processos Materiais e Mentais como ações que viabilizam uma gama maior de circunstâncias, excluindo os processos Verbais, Relacionais e Existenciais. O autor delimita sua discussão a dois tipos de processos materiais: transitivos (ator+processo+afetado) e intransitivos (ator + processo), porém, com base em Halliday (1994), observa que os processos materiais transitivos podem ser ativos ou passivos, com a opção de ter ou não o agente. Assim, os eventos particulares

podem ser representados “metaforicamente” ou “congruentemente” representados por diferentes processos ou pela nominalização do processo. Conforme Fairclough, da mesma forma que há escolhas a serem feitas na representação dos processos, há escolhas na representação dos agentes sociais que sempre são participantes nas orações e podem relacionar-se a circunstâncias, no entanto nem todo participante é agente social, tendo em vista que o agente social é um participante humano. Afirma Fairclough (2003) que a representação dos atores sociais passa por várias escolhas de inclusão ou de exclusão, as quais serão discutidas mais adiante.

Outro aspecto importante na análise de texto é o estudo da representação de tempo e espaço (as circunstâncias). Vários aspectos linguísticos contribuem para a representação do tempo: tempo verbal (presente, passado, futuro), o aspecto do verbo (distinção entre ação progressiva ou não e entre perfectivo e não-perfectivo), os advérbios, as conjunções e as preposições que marcam tempo. Com base em Harvey (1996a), Fairclough (2003, p. 151) afirma que as noções de espaço e tempo são construtos sociais, uma vez que são construídas diferentemente em cada sociedade.

Além disso, é difícil separar as noções de espaço e tempo, pois versa dimensões muito interligadas em virtude do fato de que, em qualquer ordem social, poderá haver diferentes categorias de espaço-tempo coexistindo. Quando se fala nos gêneros de governança, por exemplo, trata-se de focar a ligação de diferentes escalas da vida social: o local, o nacional, o regional e o global, o que nos permite identificar uma estreita ligação espaço-tempo, principalmente, no que concerne a uma especificidade de um lugar estar conectado ao espaço-tempo de movimento sociais, retratando, dessa forma, como tais conexões são feitas rotineiramente na vida diária em eventos sociais. Assim, neste trabalho, o gênero de governança, a lei 5.764/71, atua no contexto de trabalho de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis via estatuto.

A seguir, apresento um percurso sobre os significados identificacionais da linguagem percorridos na viagem.

2.1.3 Na trilha dos significados identificacionais da linguagem

Ao tratar dos significados identificacionais, Fairclough (2003, p. 159) demonstra uma preocupação com os textos no processo de constituição das identidades sociais/pessoais dos falantes nos eventos sociais dos quais fazem parte. O autor ressalta que estilo é o aspecto

discursivo dos modos de ser, identidades (*op. cit.* 159), e enfatiza ainda que quem você é passa a ser parcialmente uma questão de como você fala, escreve; bem como a maneira como se mostra; movimenta-se. Observa-se, ainda, que todos esses aspectos envolvem uma interface entre corpo e língua.

Desse modo, o autor acredita que as diferentes maneiras de como as pessoas se manifestam discursivamente é um importante indício de como elas se identificam. O autor tenta mostrar a ligação que existe entre identidade social e identidade pessoal e como essa relação pode ser investigada pela análise textual.

Da mesma forma como ocorreu com as concepções de gênero e de discurso, o *estilo* traz em seu bojo a representação das identidades, seja ela social ou pessoal. Fairclough (2003) critica as correntes modernas e pós-estruturalistas por associarem identidade com discurso, refere-se à identidade como um efeito do discurso, construída no discurso. Segundo o autor, as pessoas não são meramente pré-posicionadas pela maneira como participam dos eventos sociais e textos, elas são agentes sociais que fazem, criam e mudam coisas. Há um *continuum* na formação da identidade que perpassa toda nossa vida.

A identidade social é marcada pelo que o indivíduo é involuntariamente ao nascer, há um posicionamento involuntário como agente primário (posição social) dentro da distribuição social de recursos. Atingir esta ou aquela identidade social dependerá da sua capacidade de assumir papéis sociais, investindo-os de sua própria personalidade, identidade pessoal e desempenhando-os de modo diferenciado.

Estilo pode ser identificado em diferentes níveis de abstração como os gêneros e os discursos, embora no caso do estilo este nível de abstração esteja relacionado à maneira como as personalidades investem nas identidades e nos papéis sociais. Os mais variados tipos de personagens dentro de uma cultura são o que a distinguem de outra e a fazem mais significativa. Esses personagens existem em um nível muito mais alto de abstração e generalização e apresentam em formação contínua porque as transformações sociais acarretam mudanças no estoque de personagens. Em eventos sociais concretos, as personalidades, ou identidades pessoais, investem diferentes personagens para atender aos diferentes eventos de que fazem parte.

Quanto à análise de texto, é preciso levar em consideração três pontos: primeiro, é preciso perceber que as agências, como força causal para modelar eventos e textos, não são diferenciadas, a efetividade da agência depende tanto da natureza do evento quanto de sua relação com as práticas sociais e estruturas sociais, e a capacidade do agente; segundo, alguém pode dizer que o diálogo em seu sentido mais rico é a comunicação entre pessoas

como agentes sociais e como personalidades; terceiro, a identificação em textos é tanto uma questão de individualidade quanto de coletividade (eu e nós).¹²

Estilo também é realizado em uma série de aspectos linguísticos e aspectos fonológicos: pronúncia, entonação, acento tônico, ritmo; vocabulário e metáfora. Além da linguagem corporal, as escolhas lexicais que as pessoas fazem conduzem as identidades sociais e a personalidade, retratando a natureza dialética da relação entre discurso e mundo não-discursivo (*ibid.*, p. 162).

Fairclough (2003, p.164) admite haver outras características textuais que retratam a identificação, mas chama a atenção para modalidade e avaliação porque elas retratam o quanto os autores se comprometem no que diz respeito ao que é verdadeiro, ao que é necessário e ao que é desejável e indesejável, bom ou ruim. Conforme esse autor, a modalidade pode ser vista como a questão de quanto as pessoas se comprometem quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas. Afirmações e perguntas aludem à troca de conhecimento, modalidade epistêmica, que revela o comprometimento com a “verdade”. As demandas e as ofertas referem-se à troca de atividade, modalidade deôntica, que revela o comprometimento com a obrigatoriedade/necessidade.

Fairclough apresenta também o conceito de modalidade categórica para incluir os polos positivo e negativo, além de acrescentar uma reflexão acerca das distinções dos tempos verbais, como as distinções entre pode/poderia e deve/deveria, que coincidem com a distinção entre hipotético e não hipotético. O autor acrescenta outra distinção entre modalidade objetiva e subjetiva, sendo que na modalidade objetiva, o julgamento do falante está implícito, podendo não estar claro qual ponto de vista é representado, se “o falante projeta seu ponto de vista como universal ou age como veículo para o ponto de vista de outro indivíduo ou grupo” (Fairclough, 2001, p. 20). Já na modalidade subjetiva, o grau de afinidade do próprio falante com a proposição está expresso.

Fairclough propõe uma corrente teórico-metodológica para estudar textos e eventos em diversas práticas sociais para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico. Assim, desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea. Para conseguir seu objetivo, reformula a teoria das metafunções de Halliday defendendo três proposições: 1. Agimos por meio de gêneros; 2. Representamos por meio de escolhas linguísticas presentes em nossos textos; e 3. Identificamos por meio do estilo que imprimimos nos textos. Destarte, o estudo de

12 O conceito de agência apresentado nesta pesquisa encontra-se balizado pelos estudos de van Leeuwen (2008, p.23).

Fairclough é significativo para o estudo de linguagem em contexto de trabalho de catadores de materiais recicláveis, grupo social marginalizado, uma vez que se encontra na fronteira da discriminação e da miserabilidade. Busca-se, pois, propor algumas reflexões sobre as ações desencadeadas nesse contexto seja pelos catadores, pela presidente da cooperativa e, sobretudo, pelo governo através dos gêneros de governança.

Na seção seguinte, delinheio os percursos gramaticais trilhados para a análise linguística do texto.

2.2 Percursos linguístico-discursivos

Os percursos linguístico-discursivos delimitados neste trabalho estão sustentados na Gramática Sistêmico-Funcional, proposta teórica que consiste em estudar a língua levando em consideração forma e sentido para o alcance da função. Nessa perspectiva, Halliday (1994, p. 8) afirma que usamos a língua para falar sobre coisas e eventos, dessa forma, o contexto de produção dos enunciados faz com que certas escolhas sejam mais apropriadas do que outras. Assim, o homem sempre faz escolhas que registram a sua intencionalidade linguística em um ato enunciativo.

O ato enunciativo não se materializa só com a língua, uma vez que é atravessado pela cultura do falante. Isso leva Halliday & Hasan (1997) a definir língua como um conjunto de sistemas de sentido que, juntos, constituem a cultura humana. Trata-se de uma atividade social perceptível pelo registro em um contexto de situação, moldada pelo gênero em um contexto de cultura. Dessa forma, as palavras que são trocadas no contexto de situação obtêm sentidos das atividades em que elas são produzidas, que novamente são atividades sociais com objetivos e agências sociais.

O sistema semiótico, representado na Figura 2.3, possui três estratos: no nível micro, o estrato grafo-fonológico (as letras e os sons); no segundo plano, o nível da oração realizada pela léxico-gramática (orações); e por último o semântico-discursivo (significados), localizado em um nível de abstração que está além da oração, exemplificado na Figura 2.3.

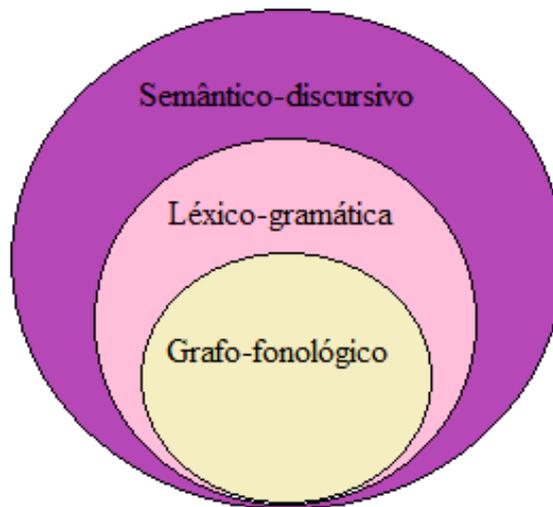


Figura 2.3 – Estratos do sistema semiótico. Adaptado de Halliday & Matthiessen (2004, p.25)

Ao discutirem texto e contexto, Halliday e Hasan (1989) recorrem aos estudos de Malinowski (1935) sobre o contexto de situação, compreendido como o ambiente da enunciação. Esse ambiente leva em consideração a descrição tanto linguística quanto cultural, já que muitos aspectos linguísticos tornam-se incompreensíveis se estiverem desvinculados da descrição cultural. Desse modo, o texto produzido pelos falantes retrata o registro que está no contexto de situação, e o registro que constitui o gênero está no contexto de cultura, como representado na Figura 2.4.

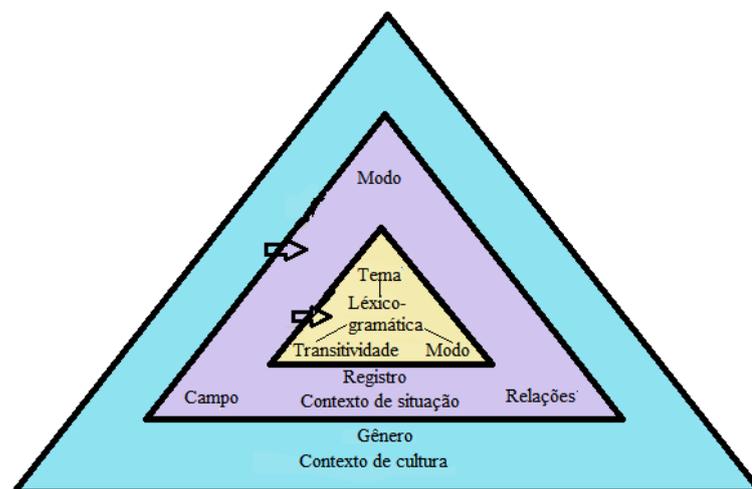


Figura 2.4 – Relação Texto e Contexto. Adaptado de Eggins (2004, p.111)

De acordo com Eggins (2004), Halliday e Hasan explicitam que o contexto de situação possibilita aos falantes expectativas e previsões das próximas falas quando as trocas estão sendo estabelecidas, pois a situação linguística em que a interação ocorre dá aos

participantes muitas informações sobre os sentidos que estão sendo trocados e os que provavelmente serão trocados. É, também, neste contexto, que ocorrem as variáveis do registro, pois as escolhas linguísticas que materializam o texto dependem das relações (com quem se vai falar), do modo (como será organizado o texto) e do campo (quais ideias serão expressas). Assim, para Heberle (2000, p.297) contexto e texto ‘integram-se no processo de significação, de organização e construção da experiência humana’.

Halliday e Hasan (1989) definem texto, falado ou escrito, como uma unidade semântica e uma unidade funcional. Como unidade semântica, os linguistas têm o desafio de combinar as duas noções de texto: como processo (movimento, rede de significados potenciais) e como produto (armazenado); já como unidade funcional o texto é visto em seu processo como um evento interativo, ou seja, o emprego da língua em algum contexto promovendo intercâmbio social de significado.

Conforme os autores, todo contexto de situação – o ambiente em que os sentidos estão sendo trocados – apresenta o campo, as relações e o modo. O campo do discurso refere-se à natureza da ação social que está ocorrendo; as relações referem-se à natureza dos participantes, seus *status* e papéis; o modo refere-se à organização simbólica do texto, o *status* que ele tem e as funções dele no contexto. Eles retratam que o campo do discurso representa a natureza da ação social através dos significados experienciais presentes no texto, a transitividade – a metafunção ideacional; as relações do discurso representam a natureza dos participantes, seus papéis estão relacionados aos significados interpessoais – modo, modalidade, pessoa – a metafunção interpessoal; e o modo do discurso representa a organização simbólica do texto, os significados textuais – tema, informação, relações coesivas – a metafunção textual. É o que se pode observar na Figura 2.5.

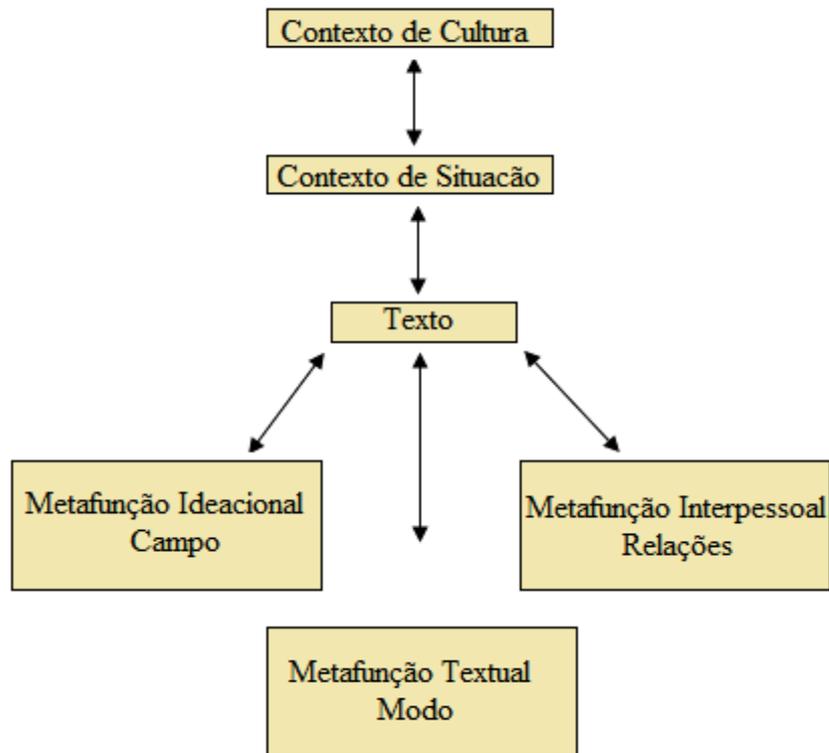


Figura 2.5 – A organização simbólica do texto

Na concepção de Halliday (1994, p.xv), a Gramática Sistêmico-Funcional é um modo de pensar uma gramática “funcional”, em termos de uma teoria da gramática orientada para a semântica do discurso. Em outras palavras, quando nós dizemos que estamos interpretando a gramática funcionalmente, significa que estamos colocando em primeiro plano seu papel como um recurso para construir significados¹³.

A Gramática Sistêmico-Funcional leva em consideração o uso da língua como um fenômeno social, em que os falantes fazem as escolhas das categorias léxico-gramaticais diretamente relacionadas ao contexto de situação e ao contexto de cultura em que a linguagem é utilizada. Halliday (1994) considera a língua como resultado de um contexto sócio-cultural. Nessa perspectiva, parte da forma para explicar como a língua é estruturada pelos falantes em diferentes contextos.

Com isso, Halliday (1994) compreende que a linguagem para satisfazer as necessidades humanas, organiza-se em torno de três metafunções da linguagem: interpessoal, ideacional e textual. Essas metafunções, segundo o linguista, dão conta dos modos de usos da linguagem, não são isoladas e interagem na construção do texto conferindo-lhes um caráter

13 One way of thinking of a ‘functional Grammar, like the present one, is that it is a theory of Grammar that is oriented towards the discourse semantics. In other words, if we say we are interpreting the grammar functionally, it means that we are foregrounding its role as a resource for construing meaning, Halliday (1994, p.xv).

multifuncional. Além disso, essas metafunções se materializam na estrutura da oração e se relacionam diretamente com a léxico-gramática de uma língua. A metafunção interpessoal consiste na interação que retrata os papéis sociais, o sistema gramatical de modo e de modalidade. A metafunção textual consiste na construção e na organização de textos, a oração é vista como mensagem, envolvendo Tema, a informação conhecida, e Rema, a informação nova. É pela metafunção textual que os ouvintes e falantes compreendem os enunciados como algo coeso e coerente. A metafunção ideacional consiste na expressão da experiência do falante em relação ao mundo externo (eventos) e ao mundo interno (representações, pensamentos, sentimentos) de sua própria consciência. Implica a oração como processo, uma vez que a linguagem estrutura a experiência interna e externa e contribui para determinar nossa visão de mundo. Halliday & Matthiessen (2004) sugerem que essas metafunções ocorrem simultaneamente no processo de produção do discurso.

A seguir, as metafunções serão discutidas de modo detalhado.

2.2.1 A oração como processo

A língua compreende um conjunto de fontes para se referir às entidades no mundo e às maneiras como essas entidades agem ou se referem uma com a outra. No nível mais simples, a língua nos possibilita revelar nosso ponto de vista do mundo através de eventos (verbos) envolvendo coisas (nomes) que podem ter atributos (adjetivos) e que têm como detalhes de conhecimento, lugar, tempo, maneira, etc.(advérbios) como no fragmento apresentado a seguir¹⁴.

(1)

O material	mais	caro	que	tem	na parte da reciclagem aí	é	a pet
nome	advérbio	adjetivo	conectivo	verbo	advérbio	verbo	nome

(Conversa Colaborativa 2, 07/07/2011)

Os processos são os núcleos das orações da perspectiva experiencial, expressos ou realizados por um grupo verbal. Em alguns casos, os participantes não são explícitos, mas são compreendidos como parte do sentido experiencial, por exemplo, “você” é compreendido

¹⁴ O exemplo acima constitui parte do documento oral (conversa colaborativa) que integra o *corpus* desta tese, razão pela qual encabeça o fragmento (1).

como o ator participante de orações imperativas. É o tipo de processo que determina como os participantes são rotulados, como exemplificado no fragmento (2).

(2)

Mas aí	tem de separar	esse material	Pra	pesar.
	processo material	meta		processo material

(Conversa Colaborativa 2, 07/07/2011)

Os componentes de transitividade possibilitam compreender ações e eventos que são expressos em discursos, os quais mostram determinada realidade social. Essa identificação é possível devido aos elementos da transitividade: os processos, os participantes e as circunstâncias. Os processos são representados pelos grupos verbais; os participantes, pelos grupos nominais, às vezes, um participante pode não ser explicitamente mencionado, mas é compreendido porque a desinência número-pessoa do verbo, em português, marca sua presença; as circunstâncias são representadas pelos grupos adverbiais e sintagmas preposicionais, como exemplo (3).

(3)

[...] ontem	a Mana	até	me	Ajudou	[...] ela	sabe [...]
circunstância	participante		participante	processo	participante	processo

(Conversa Colaborativa 2, 07/07/2011)

Halliday (1994), através de um espectro de cores (Figura 2.6), apresenta os seis processos que usamos para narrar os eventos do mundo: com as cores primárias, ele apresenta os processos materiais, processos mentais e processos relacionais, o que nos possibilita inferir serem os processos puros, sem mistura, que não invadem a fronteira de outro processo. Com as cores secundárias, ele apresenta os processos verbais, processos comportamentais e processos existenciais, o que nos possibilita inferir serem os processos que demandam mais atenção do linguista, pois, dependendo do contexto de produção e de cultura em que foi utilizado, ele estará invadindo a fronteira de outro processo, conforme Figura 2.6.

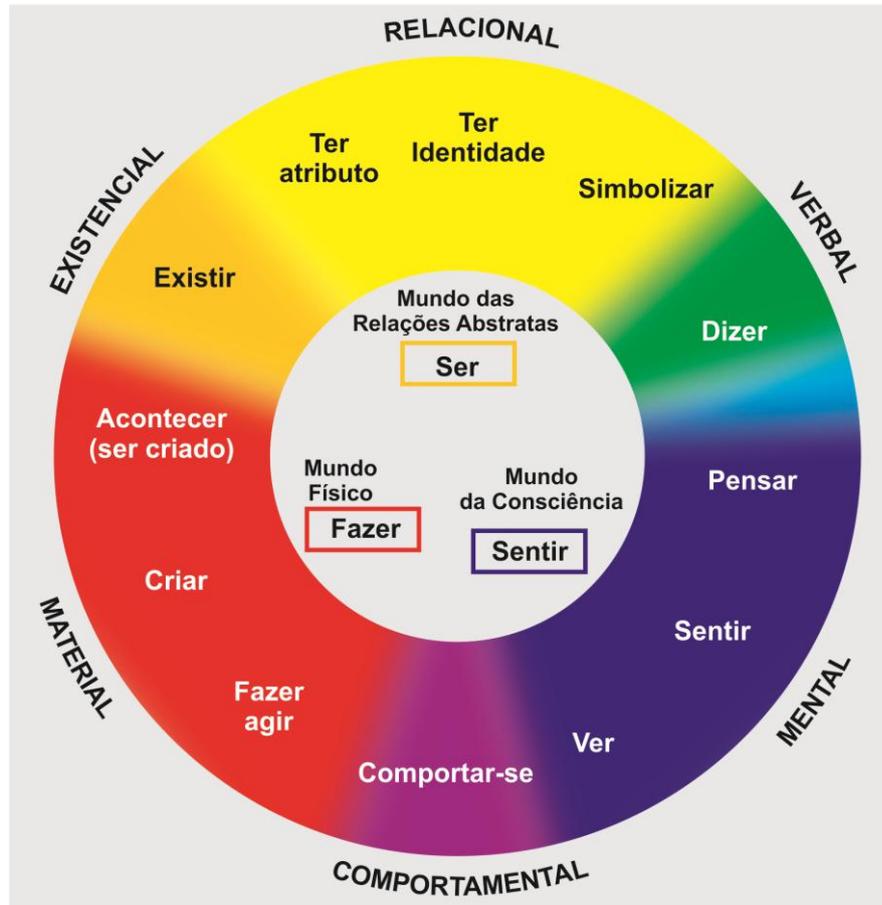


Figura 2.6 – Os Processos – Halliday (1994 – traduzido por Silva, 2012)

2.2.1.1. Processos básicos: materiais, mentais e relacionais

Halliday (1994, capa), ao desenvolver o *spectrum* de cores – Figura 2.6 –, alude os processos a uma metáfora. Para ele, há processos básicos, ilustrados com as cores primárias, amarelo, vermelho e azul. São os processos ‘puros’ e não invadem a fronteira dos processos complementares. Os processos materiais representam o mundo físico do acontecer, do criar e do fazer (agir), os processos mentais representam o mundo da consciência, do ver, do sentir e do pensar e os processos relacionais representam o mundo das relações abstratas, ter atributo, ter identidade e simbolizar.

A – Materiais

Processos materiais são os processos do “fazer” (transitivos) e do “acontecer” (intransitivos), os quais envolvem as ações físicas que retratam o mundo externo do falante. A significação fundamental é que alguém ou algo faz alguma coisa. De acordo com Halliday

(1994), Eggins (2004) e Halliday & Matthiessen (2004), os processos materiais podem ter como participantes: ator, meta, escopo, beneficiário (recedor ou cliente) e atributo. O executor desse tipo de processo é chamado de ator, um participante inerente em ambas às orações materiais, transitivas ou intransitivas. A meta é o participante modificado pelo processo a quem ele é dirigido. O escopo funciona como uma extensão do processo (um verbo lexicalmente vazio), completando seu significado e pode realizar duas funções: (a) construir o domínio sobre o qual o processo ocorre, ou (b) construir o próprio processo. O escopo ocorre tipicamente com verbos intransitivos, não pode ser um pronome e não pode ser modificado por um possessivo.

O recedor e o cliente representam um participante que está se beneficiando da realização do processo, sendo que o recedor é alguém para quem alguma mercadoria é dada e o cliente alguém para quem algum serviço é feito. Halliday & Mathiessen (2004, p. 191) usam a marca gramatical da preposição *to* para identificar recedor e, *for*, para cliente, o que não é possível de ser aplicado à língua portuguesa, uma vez que seus falantes usam a preposição “para” em ambos os casos. Recedor ocorre mais em orações com processos materiais transformativos transitivos de extensão, geralmente denotando a transferência de posse de bens, neste caso representado pelos bens transferidos. Com o cliente, o serviço pode ser construído como a meta do processo material criativo transitivo, algo ou alguém é trazido à existência pelo processo, por ora observados nos fragmentos (4) e (5).

(4)

O plástico,	você	paga	400	para o cooperado?
meta	ator	processo material	meta	cliente

(Conversa Colaborativa 2, 07/07/2011)

(5)

Então	vai	lá,	Mostra	pra mim.
	processo material	circunstância	processo material	recedor

(Conversa Colaborativa 2, 07/07/2011)

Os processos materiais podem ser divididos em processos que representam uma ação envolvendo somente um ator e aqueles que afetam ou estão sendo feitos por outro participante, sendo este outro participante a meta para quem a ação é direcionada. Um ator pode ser uma entidade inanimada ou abstrata e a meta pode ser uma entidade humana. Halliday & Matthiessen (2004, p.184) classificam em dois tipos os processos materiais: processo material criativo, aquele que traz à meta a existência, como fragmento (6).

(6)

[...]a gente	Depois	tem que sentar,	pra fazer	essa planilha de custo
Ator	circunstância	processo material	processo material criativo	meta

(Conversa Colaborativa 1, 07/07/2011)

O ato de fazer a planilha trouxe à existência; e processo material transformativo, o ator (com verbos intransitivos) ou a meta (com verbos transitivos) já existe e ocorre uma mudança, por isso, geralmente, há um elemento representando o resultado, como no fragmento (7).

(7)

Aí, você	tem que organizar	a sua parte contábil [...]
ator	processo material transformativo	Meta

(Conversa Colaborativa 1, 07/07/2011)

A parte contábil já existia, independentemente, de eu organizá-la ou não. Os processos materiais transformativos podem apontar como resultado uma elaboração, uma extensão ou um reforço do ator ou da meta.

Afirmam Halliday & Mathiessen (2004, p.196) que os processos materiais não representam somente eventos concretos e físicos, mas também ações e acontecimentos abstratos, tratados na língua como tipos de ações. Quanto mais abstrato for o processo, mais difícil se torna a distinção entre ator e meta. Com os processos materiais abstratos, há sempre as formas ‘operativas’ e ‘receptivas’ lado a lado com diferenças entre elas.

Quando há somente um ator, o processo material criativo relata a participação do ator na ação e o processo material transformativo relata a mudança de estado feita pelo ator. Na voz passiva, o ator pode não estar explícito.

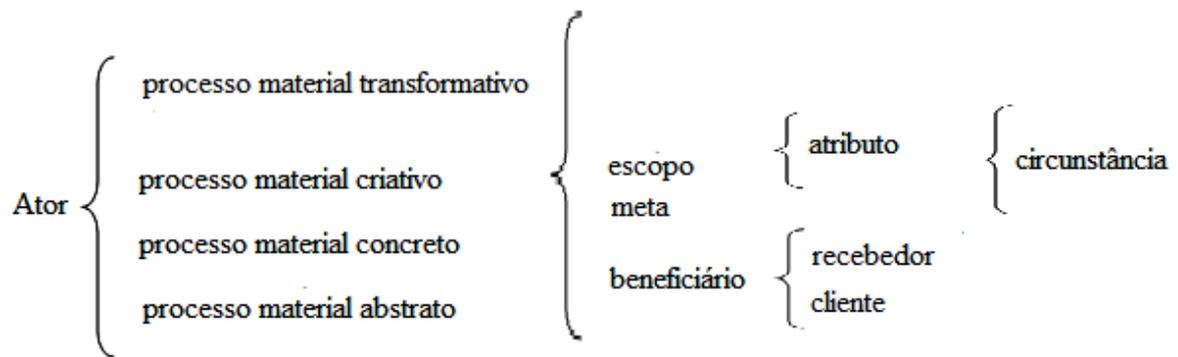


Figura 2.7 – Resumo dos processos materiais

B. Mentais

Os processos mentais referem-se às ações do mundo interior de nossa consciência, há muitos verbos que se referem a estes processos: do pensar, do gostar, do querer e do ver, entre outros. O processo mental tem como executor um experienciador, sempre um humano, objeto ou animal personificado, dotado com consciência, que sente, pensa, deseja ou percebe. O outro participante do processo mental é o fenômeno, aquilo que é sentido, pensado, desejado ou percebido.

Os processos mentais se dividem em quatro subcategorias: emoção ou reação (processos de sentimento que constroem emoção); cognição (processos de decidir, conhecer, entender, geralmente podem projetar outro conteúdo experiencial); percepção (processos que constroem as percepções dos fenômenos do mundo, tais como ver, ouvir, etc.) e desejo (processos que exprimem desejo, interesse, vontade também, podem projetar outra oração). O fragmento (8) exemplifica ocorrência de processo mental de cognição.

(8)

[...] porque	Eu	penso	assim,	se :::como a gente tá individual [...]
	experienciador	processo mental - cognição	circunstância	fenômeno

(Conversa Colaborativa 1, 07/07/2011)

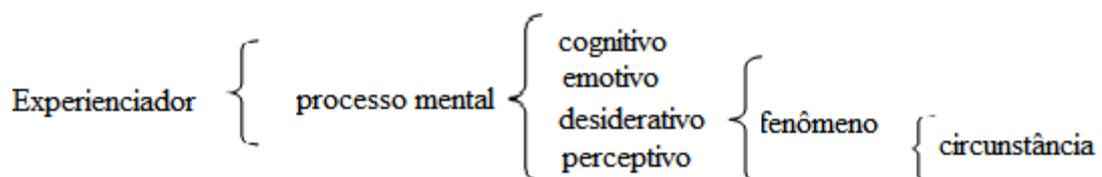


Figura 2.8 – Resumo do processo mental

C. Relacionais

Os processos relacionais sinalizam a existência do relacionamento entre os participantes e é usado para caracterizar ou identificar as entidades. Há dois tipos de processos relacionais: atributivo e identificativo.

O processo relacional atributivo classifica as entidades a partir de outras (A é membro da classe x). Esse tipo de processo apresenta sempre dois participantes, o portador (a entidade que carrega uma qualidade) ou o atribuidor (a identidade que atribui uma qualidade) e o atributo (a entidade que caracteriza o portador). Divide-se em três grupos: processo relacional atributivo intensivo, uma entidade tem algumas qualidades atribuídas a ela (A é um atributo de x); processo relacional atributivo circunstancial, o elemento circunstancial é um atributo que está sendo atribuído a uma entidade (x está em A), neste caso, a circunstância pode ser expressa na forma de atributo ou a na forma de processo; processo relacional atributivo possessivo, a relação de posse é codificada como atributo ou como processo. Se a relação de posse é codificada como atributo, ela toma a forma de grupo nominal possessivo e se a relação de posse é codificada como processo, o possuidor é o portador e o possuído é o atributo ou o possuído é o portador e o possuidor é o atributo (x tem A). O fragmento (9) exemplifica o processo relacional atributivo intensivo.

(9)

[...] e num foi atrás de nada,	(eu)	fico	parada	aqui ó. [...]
	portador	processo relacional atributivo intensivo	atributo	circunstância

(Conversa Colaborativa 1, 07/07/2011)

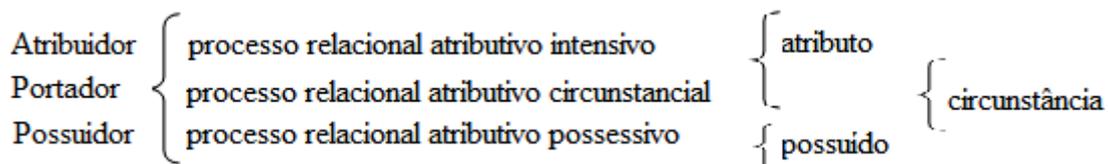


Figura 2.9 – Resumo do processo relacional atributivo

O processo relacional identificativo tem a função de identificar uma entidade a partir de outras. Ele exige duas entidades: valor/característica e identificado/identificador. O valor revela que valores o escritor (ou a cultura a que ele pertence) usa para categorizar a

característica com a qual ele lida. Ele é subdividido em três outros processos: processo relacional identificativo intensivo, em que x é identificado por A ou A serve para definir a identidade de x. O elemento x é identificado e o elemento A, que serve como identidade (sempre marcado), o identificador. Identificado é um participante que já foi mencionado ou cuja existência é assumida. Identificador é a informação nova e carrega sempre a proeminência tônica; processo relacional identificativo circunstancial, uma entidade está sendo relacionada à outra por uma característica de tempo, modo, lugar; processo relacional identificativo possessivo, a posse toma a forma de uma relação entre duas entidades, podendo ser codificada como processo, realizado pelo verbo possuir, ou como participante, que incorpora a noção de posse, um significando propriedade do possuidor, o outro significando a coisa possuída.

Além dos participantes já citados, Halliday e Matthiessen (2004: p. 237) acrescentam um terceiro participante. Para as orações elaboradas com processo relacional atributivo intensivo, atribuidor (*Attributor*) e para as identificativas, designador (*Assigner*), que, respectivamente, são os participantes identificados no texto como os responsáveis pela atribuição e identificação, conforme apresentado na figura a seguir, vejamos um exemplo de uso do processo relacional identificativo intensivo.

(10)

[...] mas	Você	não tinha	o regimento.
	possuidor característica	processo relacional possessivo	possuído valor

(Conversa Colaborativa 1, 07/07/2011)

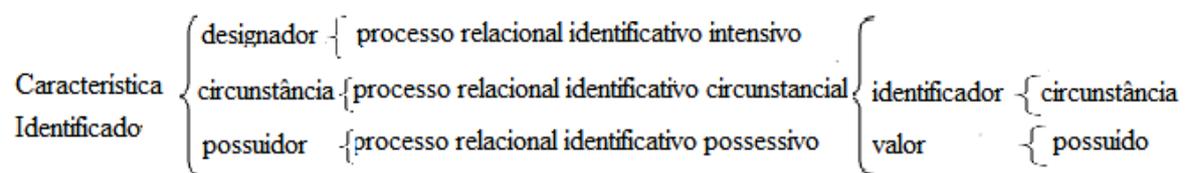


Figura 2.10 – Resumo do processo relacional identificativo

2.2.1.2 Processos complementares: comportamentais, verbais e existenciais

São processos que estão sempre na fronteira entre dois processos básicos, conforme Figura 2.5. Entre o processo relacional de cor amarela e o mental de azul, está o processo

verbal de verde, classificado como complementar. Halliday quis mostrar por meio das misturas de cores, que esses processos não são puros, inclusive não há uma fronteira definida entre uma cor e outra. Assim, o processo verbal pode estar mais para relacional ou para mental e isso ocorre com todos os processos complementares.

A. Comportamentais

Os processos comportamentais estão na fronteira entre os processos materiais e os mentais, por isso representam manifestações do comportamento físico e psicológico realizadas por humanos ou seres personificados. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 248), os processos comportamentais não possuem características claramente definidas. Os autores sugerem que há processos comportamentais como olhar, assistir, encarar, preocupar-se, dentre outros, que estão mais próximos de ações mentais, e outros que estão mais próximos de ações materiais, como dançar, respirar, deitar,

Nesses processos, o comportante é o participante (tipicamente humano ou personificado) que sente e externaliza um processo, sendo, pois, sua presença obrigatória na oração. Embora o padrão seja de orações com apenas um participante, em algumas situações pode haver outra entidade representada, o comportamento, definida como aquilo que é expresso pelo processo. Halliday e Matthiessen (2004, p. 251) ressaltam, ainda, que o comportamento pode realizar a função semelhante ao que acontece com o escopo nos processos materiais. Nesse caso, não se tem um participante real, mas, sim, uma especificação do processo comportamental, como se fosse uma extensão. Os processos comportamentais não apareceram nos dados analisados. Não obstante, podemos apreciar o seguinte enunciado.

(11)

O catador	dorme	no lixão
comportante	processo comportamental	Circunstância

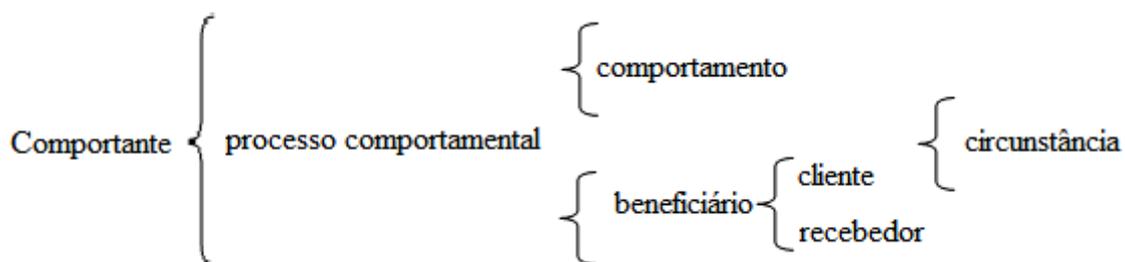


Figura 2.11 – Resumo do processo comportamental

B. Verbais

Os processos verbais são os verbos do dizer, os quais estão na fronteira do processo mental e relacional, entendidos como qualquer tipo de troca de significado expresso verbalmente. Esses processos do dizer, segundo Matthiessen & Halliday (2004, p 254) são relações simbólicas construídas na consciência humana e realizadas por meio da linguagem. Quatro são os participantes: o dizente, aquilo ou aquele que diz alguma coisa, pode ser um humano ou não; o receptor, aquele para quem a mensagem é direcionada; o alvo, a entidade que é atingida pelo processo; e a verbiagem que corresponde ao que é dito, aparece como um constituinte da oração e não como outra oração, assim, pode ser o conteúdo do que é dito, muitas vezes representada por uma oração projetada que completa o sentido do processo verbal (Eggins, 2004).

Eles têm papel importante no discurso acadêmico, pois segundo Halliday e Matthiessen (2004, p.253), são esses processos que possibilitam citar e informar o resultado de pesquisa de vários estudiosos ao mesmo tempo em que indicam a posição do autor. Eles apresentam tanto o discurso direto quanto o indireto.

(12)

[...] eu	Falei	aqui,	eu	falei	o menino recebe salário
dizente	processo verbal	circunstânci a	dizente	processo verbal	verbiagem

(Conversa Colaborativa 1, 07/07/2011)

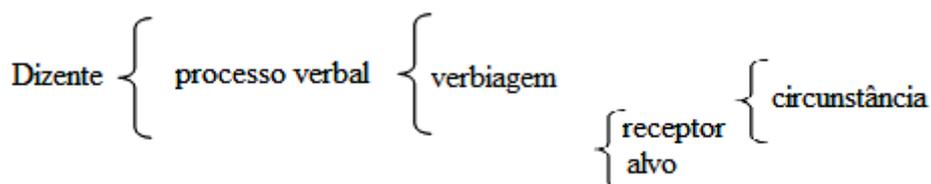


Figura 2.12 – Resumo do processo verbal

C. Existenciais

Os processos existenciais representam que algo existe ou acontece, encontram-se na fronteira entre os processos relacionais e os materiais e, geralmente, são realizados pelos processos haver, existir e ter em língua portuguesa. Há somente um participante, o Existente. O que ocorre com o processo existencial é que o falante está renunciando à oportunidade para representar o participante (Existente) como envolvido no evento. A função do processo existencial é simplesmente anunciar a existência de uma situação, como primeiro passo, falar sobre ela.

(13)

[...] tem	alguma coisa que você gostaria que colocasse e não tá, Tina?
processo existencial	Existente

(Conversa Colaborativa 1, 07/07/2011)

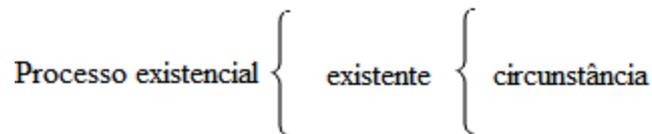


Figura 2.13 - Resumo do processo existencial

2.2.2 A oração como troca

A metafunção interpessoal é que concerne à interação. Assim, engajamo-nos em uma troca na qual desempenhamos papéis discursivos de dar informação (proposição declarativa), solicitar informação (proposição interrogativa), solicitar bens e serviços (modo imperativo - pedidos, ordens ou comandos, modo declarativo ou interrogativo). Dessa forma, essa troca só é bem estabelecida se o ouvinte compreende o que o falante diz e vice-versa.

Halliday, ao sugerir a gramática sistêmico-funcional, pensa a língua como um sistema funcional que possibilita os falantes de uma comunidade de fala pedir e dar informações, bens e serviços. Os rótulos gramaticais encontram-se relacionado prioritariamente à função interativa da língua para indicar como os diferentes sentidos são expressos. Esses rótulos estão intrinsecamente relacionados aos sentidos que os atores sociais imprimem em suas propostas ou proposições.

Afirmam Halliday e Matthiessen (2004, p. 108) que, em algumas situações, a troca de informação só será bem sucedida se for seguida de uma ação não-verbal, por exemplo,

quando alguém diz: “Procure o significado desta palavra no dicionário”, a troca de informação só será bem sucedida se o ouvinte executar a ação não-verbal, ou seja, se ele abrir o dicionário e procurar a palavra solicitada. Thompson (2004), a partir dos estudos realizados por Halliday & Matthiessen (2004), leva-nos a uma reflexão sobre o uso da língua, ressaltando a importância de esta ser analisada. Para tanto, afronta a relação à forma/sentido devido ao caráter funcional da interação humana. O homem sempre faz escolhas que marcam a sua intencionalidade linguística de produzir os sentidos que ele gostaria de produzir em um determinado contexto de situação. Thompson (2004, p. 8) procura nos mostrar que “usamos a língua para falar sobre coisas e eventos”. Dessa forma, o contexto de produção dos enunciados faz com que certas escolhas sejam mais apropriadas de que outras, porém isso não implica que essas escolhas sejam feitas conscientemente pelos falantes.

Para Thompson (2004, p. 29), “o sentido é sempre mais do que a soma de cada palavra”. O contexto de cultura determina o sentido que cada palavra carrega em seu contexto de situação. No contexto de situação, o referido autor identificou três tipos de sentido para o qual nós usamos a língua:

1. falar sobre nossa experiência do mundo e descrever eventos e estados e as entidades que os envolvem;
2. interagir com outras pessoas, estabelecer e manter relações com elas, influenciar o seu comportamento, expressar nosso próprio ponto de vista sobre as coisas do mundo e elicitá-las ou mudá-las;
3. organizar nossas mensagens de forma que elas indiquem como se enquadram com outras mensagens e com o contexto mais amplo no qual estamos conversando ou escrevendo.

A partir do princípio dos papéis discursivos, na metafunção interpessoal, podemos identificar o Modo e o Resíduo, o que será focado a seguir.

2.2.2.1 O Modo

O estudo do sistema de modo, que agrega a modalidade, ajuda-nos a entender o uso da língua ou a melhorar nossas habilidades com a linguagem. Para Halliday (1994), a língua usada durante um processo interativo é a expressão das relações interpessoais, materializada pelo sistema oracional de modo, pois, durante as trocas interacionais, podemos perceber como as identidades são construídas e como diferentes papéis e relações são expressos. Uma

escolha de uma determinada oração implica certa posição do ator social frente ao seu dizer e também revela padrões culturais diferentes.

Desse modo, quando usamos a língua, não queremos apenas trocar significados, desejamos também influenciar atitudes ou comportamentos das pessoas, convencê-las de que nosso ponto de vista sobre determinado assunto é o correto, fornecer informação que sabemos que elas não têm, ou explicar nossas próprias atitudes ou comportamento.

O Modo é constituído pelo sujeito + finito + polaridade + modalidade. O sujeito é o grupo nominal ou um pronome que, na gramática tradicional, é classificado como sujeito da oração. Em português, o sujeito pode ser marcado pela desinência verbal, que define número e pessoa, por isso ele é estritamente ligado ao Finito, o qual é dividido em dois grandes grupos de operadores verbais: os que expressam tempo em relação ao falante, marcados, em português, pelas desinências de modo, tempo e aspecto, delimitadores do tempo em que a interação foi estabelecida (presente, passado ou futuro) e aqueles que indicam modalidade em relação à opinião do falante (poder, necessitar, dever, ter) e os tempos: futuro do pretérito do modo indicativo (possibilidade), presente do subjuntivo (incerteza), pretérito imperfeito do subjuntivo (possibilidade) e futuro do subjuntivo (incerteza). A polaridade positiva é pressuposta e a polaridade negativa é marcada. O uso da polaridade extrapola a questão discutida, se é positiva ou negativa, uma vez que entre um sim e um não existe uma gradação (talvez, raramente, etc.) expressa pela modalidade.

A modalidade se divide em modalização quando o falante está trocando informação, neste caso, a modalidade indica a validade da proposição em termos de probabilidade (quão verdadeira é a informação que está sendo trocada, materializada pelo uso dos adjuntos de dúvida, pelo verbo poder e alguns tempos verbais - futuro do pretérito - e modo subjuntivo) e usualidade (quão frequentemente a proposição é verdadeira, marcada pelo uso dos adjuntos de frequência). A modulação, quando o falante troca bens e serviços, expressa uma obrigação, uma necessidade (ter que, dever, necessitar, precisar), permissão (pode) e conselho (deveria) ou desejos (habilidade) e inclinação (determinação), conforme Figura 2.14:

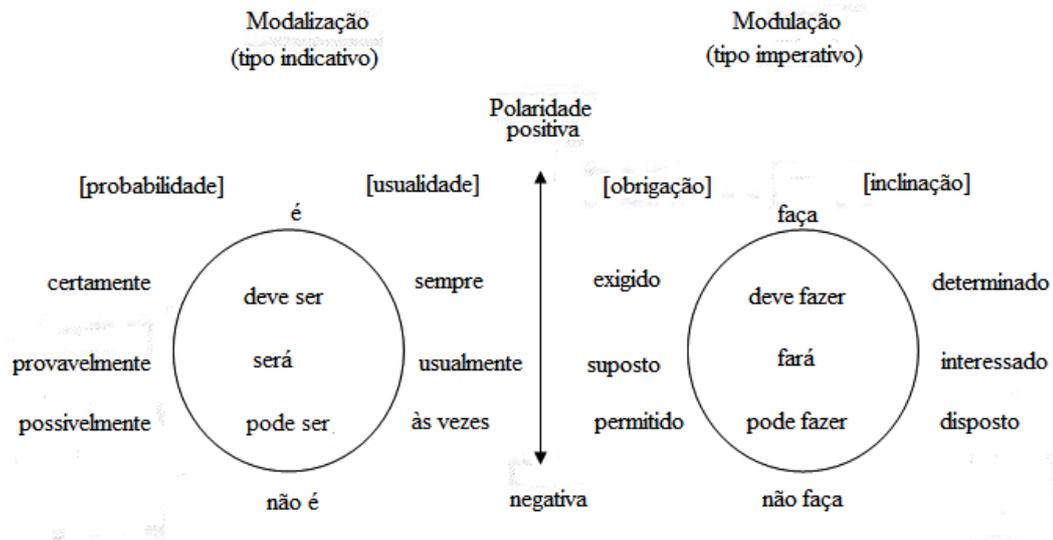


Figura 2.14 – Diagrama da relação de modalidade, polaridade e modo. (Traduzido de Halliday e Matthiessen, 2004, p. 619).

Para realizar análise sobre o sujeito, podemos olhar a oração em termos de que troca está sendo estabelecida entre o falante e o ouvinte, examinando o tipo de resposta que o ouvinte pode dar à informação ouvida, neste caso, a resposta indica como o ouvinte interpreta a mensagem do falante. O ouvinte pode validar, aceitar, rejeitar, questionar ou qualificar a validade apenas repetindo ou alterando o Finito, mas o sujeito permanece o mesmo. Dessa forma, pelo Finito há a possibilidade de se discutir a validade da proposição. Através do finito, segundo Thompson (2004, p.53), o falante sinaliza três tipos básicos de pretensões sobre a validade da proposição, sendo que o ouvinte pode aceitá-los ou rejeitá-los:

- Se a proposição é válida para o tempo presente e para a situação atual ou para outras situações – passado, futuro – ou situações irreais (tempos);
- Se a proposição tem validade positiva ou negativa (polaridade);
- A que extensão a proposição é válida, se é modalizada ou não.

A função básica do Finito é orientar o ouvinte em direção ao tipo de validade que está sendo exigida pela proposição, por relacionar o Finito também à realidade aqui e agora do evento da fala ou à atitude do falante em direção à proposição. A informação, quando não é modalizada, é absolutamente válida e quando não está na negativa, é positivamente válida também.

Dessa forma, a análise gramatical do sistema de modo pode auxiliar-nos a relacionar o comportamento linguístico a certos papéis sociais e a compreender as escolhas que as pessoas fazem para se posicionarem e posicionarem os outros nas interações dentro de um determinado contexto de situação, em que os atores pedem e dão informações, bens e

serviços, ou seja, neste contexto, as relações que estão em jogo, que tipo de troca está acontecendo, quem são os participantes envolvidos, seus papéis, atitudes, personalidades, quais são os traços lexicogramaticais e como a língua se estrutura para realizar significados interpessoais e expressar opiniões, valores e julgamentos.

2.2.2.2 O resíduo

Resíduo é o que sobra da oração, a base para a predicação ou validação do resto da oração. O Resíduo pode ser formado pelo Predicador, Complementos e Adjuntos.

O Predicador é expresso pelo grupo verbal, menos o operador modal e temporal, pois estes são parte do finito. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 122), ele tem quatro funções: (i) especifica uma referência de tempo diferente da referência do tempo do evento de fala, isto é, o tempo secundário: presente, passado ou futuro; (ii) especifica diversos outros aspectos e fases, tais como parecer, tentar e esperar; (iii) especifica a voz (ativa ou passiva); e (iv) especifica o processo que está sendo predicado pelo Sujeito.

O Complemento é um elemento do resíduo formado por um grupo nominal. De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p.122), o Complemento é um grupo nominal da oração que teria potencial para ser o Sujeito, mas que não ocupa essa função na oração. Pode ser a protuberância do argumento.

Os Adjuntos são os grupos adverbiais ou sintagmas preposicionais. Adjuntos de modo expressam a atitude do falante diante do fato acontecido (rapidamente), dúvida (talvez, provavelmente), intensificação ou minimização (realmente, absolutamente, apenas), obrigação (necessariamente) e inclinação (felizmente, desejavelmente). Adjuntos conjuntivos são marcadores discursivos e têm a função de sinalizar como a oração como um todo se adapta (não existe adequação, é defectivo) ao texto precedente. Adjuntos de comentário adicionam comentários que expressam a atitude do falante na proposição como um todo, geralmente são advérbios terminados em -mente (infelizmente, surpreendentemente).

Apresentam Halliday e Matthiessen (2004, p. 148) uma escala de valor (alto, médio e baixo) para sinalizar grau de certeza (mais alto ou menos alto) sobre a validade de uma proposição ou grau de pressão (mais alto ou menos alto) sobre uma pessoa a quem foi solicitado um serviço. Além disso, o falante deixa claro para o ouvinte quando o seu ponto de vista sobre um evento é subjetivo ou objetivo. Na modalidade, para Thompson (2004, p. 73), o falante está sempre expressando uma visão subjetiva ao invés de um fato objetivo.

2.2.3 A oração como mensagem

A metafunção textual observa o fluxo de informação segundo o sistema temático e o papel dos conectivos. Ela é responsável pela organização da informação dentro das orações e nos capacita a criar um texto organizado de modo a fazer sentido no contexto, satisfazendo sua função como mensagem. Assim é a função textual que dá conta do encadeamento de ideias, estudado no sistema temático (a relação Tema X Rema, binômio que orienta o falante) e no sistema de hierarquização da informação (relação Dado X Novo, binômio que orienta o ouvinte). Tema é o ponto de partida para a mensagem, Rema é o resto da mensagem; Dado é a informação já conhecida pelo ouvinte, e Novo é a informação nova.

Tema, de acordo com Halliday & Matthiessen (2004, p. 64), é “aquilo que o falante escolhe como ponto de partida para a mensagem”, tudo aquilo que aparece em primeiro plano até o final do primeiro elemento da função experiencial, podendo ser um grupo nominal, adverbial ou preposicional, ou seja, o tema de uma oração termina com o primeiro constituinte que é o participante, a circunstância ou o processo. Cabe ressaltar que há variações na forma de apresentação do Tema entre os gêneros escritos e os gêneros orais, como é possível constatar em: “faço tudo” (eu- recuperável pelo processo). O uso de forma implícita do pronome ‘eu’ é uma preferência da oralidade. Nesse contexto de uso, Siqueira (2000) e Lima-Lopes (2001) consideram que o Tema deve ser o processo (ou verbo), uma vez que ele é o primeiro elemento experiencial da sentença, satisfazendo, portanto, uma das condições colocadas por Halliday (1994).

Ao se considerar o Tema implícito (omissão do pronome), estamos inferindo que esse seria o ponto de partida da mensagem, o que é previsto dentro do sistema do português em que a omissão do pronome é recuperada na desinência número/pessoa do verbo. Quando o falante não inicia a mensagem pelo pronome/sujeito, está realizando uma escolha no nível textual. Assim, tal escolha deve ser levada em conta no momento da análise.

Halliday (1994) prevê processos como Temas no caso das orações imperativas, o que nos possibilita inferir que os processos podem ser considerados como Temas quando vêm em posição inicial na sentença, pois o Tema é tudo que aparece em posição inicial na oração até o primeiro elemento experiencial, e os processos são elementos experienciais. Entretanto, há divergências. Barbara e Gouveia (2001) e Gouveia e Barbara (2003) sugerem que o Tema é um elemento coesivo que pode (ou não) ser expresso. Ao considerarem que o Tema pode ou não ser expresso, defendem que, no português, se recupera o tema não expresso pela desinência do verbo, (nós) criamos à cooperativa.

De acordo Ventura e Lima-Lopes (2002), essas diferentes classificações levam a dois tipos de análise, uma em que o enunciado tem Tema e outra em que o enunciado só é Rema. O tema pode ser dividido em três tipos: Tema tópico é o primeiro elemento da oração que expressa algum tipo de significado experiencial, pode ser um participante, uma circunstância ou um processo, trata-se da etapa ideacional do Tema. O Tema interpessoal é a parte interpessoal do tema, que inclui o finito quando aparece em posição inicial indicando a espera de uma resposta. Pode apresentar-se com um pronome relativo, um vocativo ou um adjunto. O Tema textual constitui a primeira parte do Tema que vai antes de qualquer tema interpessoal estabelecendo destaque aos temas textuais com função relacional. E o Tema múltiplo ocorre quando encontramos vários tipos de tema na mesma oração.

Quando o primeiro elemento de uma oração declarativa é o sujeito, o tema é neutro, *não marcado*, ou seja, não há dá destaque especial do tema. Mas se o primeiro elemento da oração não é o sujeito, o tema coincide com o Dado e o Novo coincide com o Rema, o tema é marcado.

Os percursos linguístico-discursivos trilhados nesse trabalho contribuirão para a análise da materialidade linguística que perpassa os textos que serão analisados. Isso, para melhor compreender porque o falante fez esta e não aquela escolha linguística para atribuir um determinado sentido dentro de um contexto de situação e de cultura.

2.2.4 As circunstâncias

Uma das possibilidades de explorar essa categoria é sondar em questões diferentes para as quais as circunstâncias fornecem respostas. As circunstâncias são categorizadas em quatro grupos: de intensidade (de extensão – espacial (distância e lugar) e temporal (duração, frequência e tempo); de localização – espacial (lugar) e temporal (tempo); de modo – meio, qualidade, comparação e grau; de causa – razão, propósito e benefício; de contingência – de condição, de falta, de concessão; de extensão – de acompanhamento (comitativo e aditivo), de elaboração – de papel (guisa e produto) e de projeção – de modo e de ângulo (fonte e ponto de vista).

As circunstâncias de extensão e de localização constroem o desdobramento dos processos em espaço e tempo marcando a distância espacial, a duração e a frequência bem como o lugar e o tempo do evento. Existe um paralelismo entre as expressões espacial e temporal, pois as circunstâncias de extensão bem como as de localização incorporam a noção de espaço e de tempo e em ambas o espaço e o tempo são medidos em unidades padrão,

podendo ser definidos ou indefinidos, relativos ou absolutos, estáticos ou de movimento. Halliday & Mathiessen (2004, p.264) ainda acrescentam que as circunstâncias de extensão estão ligadas à categoria interpessoal de habitualidade, pois marcam uma opinião modal em uma escala entre positivo e negativo (sempre / nunca).

As circunstâncias de modo representam a maneira como o processo se realiza. Subdividem-se em quatro tipos: 1) meio, representando significados do tipo 'com o que'/'de que maneira'; 2) qualidade, concebendo significados do tipo 'quão + advérbio'; 3) comparação, importando significados de semelhança ou dessemelhança; e 4) grau, realizado por um elemento adverbial com um indicador geral de gradação, tais como quanto, muito etc. (Halliday, 1994, p. 154; Halliday & Matthiessen, 2004, p. 267).

O elemento circunstancial de causa constrói a razão e o propósito pelos quais o processo é realizado. E é dividido em três subtipos: 1) razão, representa o que motivou a realização de uma ação; 2) propósito, representa o fim ou objetivo para a qual a ação foi realizada; e benefício, uma entidade para a qual uma ação foi realizada.

Os elementos circunstanciais de contingência especificam um elemento do qual a realização do processo depende e estão divididos em três subtipos: 1) condição, expressa uma condição para a realização do processo, geralmente materializada por: se, em caso de, em condição de, no evento de; 2) concessão, a qual constrói uma causa frustrada, com o sentido de “embora”, é expressa por elementos como: a despeito de, apesar de, ainda que etc., e 3) falta, que tem o sentido de uma condição negativa, expressa significados trazidos por elementos como: na ausência de, na falta de.

As circunstâncias de acompanhamento formam a participação conjunta no processo, correspondem a significados como “e quem” ou “com quem”, ou seja, uma ideia de ação conjunta, participação efetiva na ação. Esses elementos se dividem em duas categorias: comitativa e aditiva. A primeira representa o processo como instância única, e a segunda representa o processo como duas instâncias, duas entidades partilham a mesma função de participante, mas uma delas é representada circunstancialmente.

As circunstâncias de papel constroem o sentido de ‘ser’ e tornar-se circunstancialmente, o papel corresponde ao atributo ou ao valor de uma oração relacional intensiva. Dividem-se em guisa, a qual constitui o significado do processo ‘ser’, responsável pela identidade ou atributo, na forma de uma circunstância, e em produto, o qual constitui o significado do processo ‘tornar-se’ similarmente como atributo ou identidade, dessa forma, mostra um processo de transformação dos participantes.

As circunstâncias de assunto estão relacionadas aos processos verbais, têm uma função muito similar à verbiagem, aquilo que é narrado, descrito, dito. As circunstâncias de ângulo estão relacionadas ao dizente de uma oração verbal ou ao experienciador dos processos mentais, com o sentido de ‘como... pensa’. Podem ser realizadas de duas formas: como fonte, usada para representar a fonte da informação e como ponto de vista, usada para representar a informação dada pelo ponto de vista de alguém. Vejamos a Figura 2.15, que sumariza as circunstâncias sob o olhar da Gramática Sistêmico-Funcional.

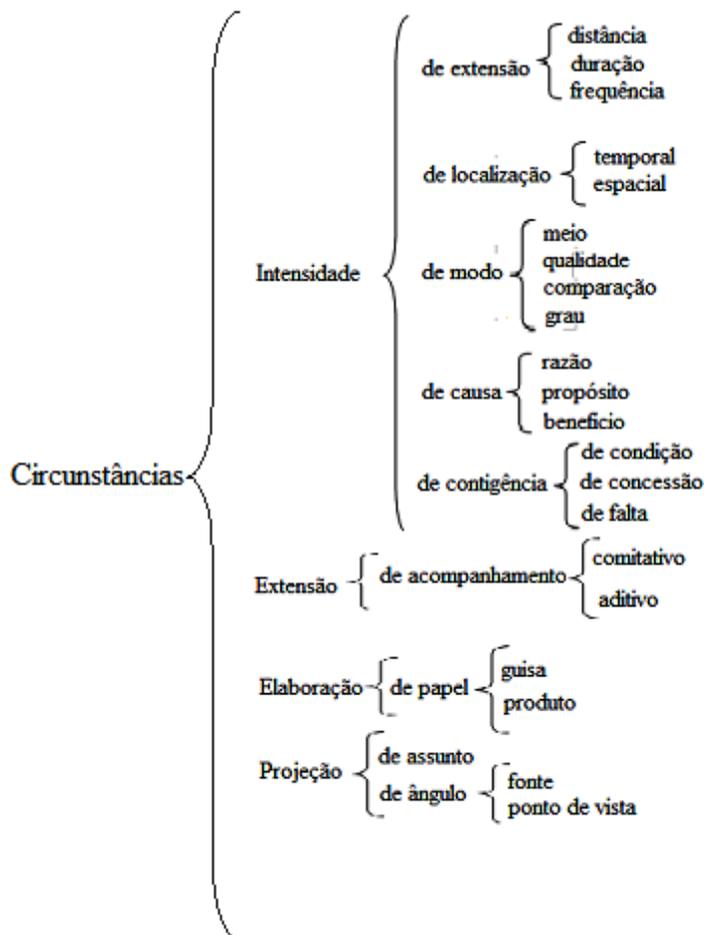


Figura 2.15 – Resumo das circunstâncias

Na seção seguinte, trago as contribuições de van Leeuwen (1997) para a análise das representações sociais dos catadores de materiais recicláveis descortinadas neste trabalho.

2.3 Percursos sociológicos

Uma das categorias sociológicas exploradas neste trabalho são as categorias analíticas de atores sociais discutidas por van Leeuwen (1997). O referido autor, ao iniciar a discussão acerca dos atores sociais, sugere, a partir da proposta teórica hallidayana, não haver uma correferência exata entre categorias sociológicas e linguísticas, pois a agência sociológica (agente da prática social) nem sempre é realizada pela agência linguística, representada por um papel gramatical, tais como ator, experienciador, comportante, dizente.

Seguindo esse ponto de vista, van Leeuwen (1997, p.180) afirma que a representação dos atores sociais em um discurso traz à baila as discussões sobre as intenções do ator que “podem ser includentes ou excludentes para servir aos interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem”. A partir dessas considerações, discorre o autor sobre os principais modos pelos quais os atores sociais podem ser representados no discurso através de duas categorias: exclusão e inclusão.

As categorias de exclusão e de inclusão, por serem as mais gerais, podem subdividir-se em várias outras, discutidas nas laudas seguintes. As exclusões podem ser radicais, quando apagam definitivamente do texto tanto os atores sociais quanto suas atividades, nesse caso, ocorre a supressão. Em outros casos, a exclusão pode deixar pistas, como quando se menciona a atividade, mas não um ou todos os atores sociais a ela relacionados, ou quando estes são apresentados em outro lugar no texto, configurando o que o autor denomina de colocar em segundo plano (encobrimento). A supressão clássica ocorre com o apagamento do agente da passiva, mas há outros usos que também corroboram o apagamento dos atores sociais, tais como o uso das orações reduzidas de infinitivo que funcionam como um participante gramatical, as nominalizações e o uso de nomes ou de adjetivos em lugares de processos.

A inclusão ocorre através de papéis que são dados aos atores sociais para desempenharem em representações. É importante saber se o ator social é representado como ‘agente’ ou como ‘paciente’, denominado por van Leeuwen como ‘Actor’ e ‘Finalidade’, em uma dada ação.

Nas palavras de van Leeuwen (1997, p.187), “as representações podem redistribuir papéis e organizar as relações sociais entre os participantes”. Isso pode ocorrer por ativação, quando os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas numa atividade, e passivação quando são representados como “submetendo-se” à atividade, geralmente o ator social passivado pode ser sujeito ou beneficiado. O que nos interessa é investigar que opções são feitas, que interesses as servem e que propósitos são alcançados. Em uma prática social, a

ativação pode ser realizada por circunstancialização, nominalizações ou substantivos processuais por meio de possessivação. O uso de pronomes possessivos para ativar ou passivar um ator social sempre encobre a agência, transformando-a em posse de um processo que tem, ele próprio, sido transformado numa “coisa”.

Afirma van Leeuwen (1997, p. 190) que “a escolha entre referência genérica e específica é outro fator importante na representação dos atores sociais que podem surgir como classes – genericização – ou como indivíduos específicos e identificáveis – especificação”. A genericização pode ser realizada através do uso do plural sem artigo ou no singular com um artigo definido ou indefinido.

Os atores sociais podem ser representados como indivíduos, a individualização (singularidade), ou como grupos, a assimilação (pluralidade). Para van Leeuwen (1997, p. 197), a assimilação apresenta dois tipos, a agregação e a coletivização. A agregação é responsável pela quantificação de grupos de participantes, tratando-os como “dados estatísticos”. Isto coaduna com o que a maioria das pessoas considera legítima, sendo, por isso, muitas vezes usada para regulamentar a prática e para produzir uma opinião de consenso, mesmo que se apresente como registro dos fatos. A coletivização é responsável pelo coletivo, sem mensuração e preocupação com dados estatísticos. A assimilação pode-se realizar através de um substantivo contável ou de um substantivo que denote um grupo de pessoas. A agregação se realiza através da presença de um quantificador definido ou indefinido que funcione como numerativo ou como núcleo do grupo nominal.

Os atores sociais podem ser representados como grupo através da associação, grupos formados por atores sociais e / ou grupos atores sociais que nunca são classificados no texto. A realização mais comum da associação é a parataxe, podendo esta ser manifestada por circunstâncias de acompanhamento, porém essa ocorrência é classificada como passageira e instável. Van Leeuwen (1997, p. 197) acrescenta que “os pronomes possessivos e as orações possessivas atributivas com os verbos ter e pertencer podem fazer associação explícita sem classificar o grupo social resultante, mas a associação está representada como mais estável e duradoura, e na realidade, possessiva”. As associações fazem e desfazem em um mesmo texto, deixando as fronteiras entre os grupos nitidamente marcadas.

Quanto à representação por indeterminação e por diferenciação, van Leeuwen (1997, p.199) informa que a indeterminação ocorre quando os atores sociais são representados como indivíduos ou grupos não especificados e anônimos e a determinação realiza-se através de pronomes indefinidos usados em uma função nominal. Neste caso, anonimiza um ator social. Assim, o escritor trata a identidade do ator como irrelevante para o leitor (*Ibid*, p. 199). A

indeterminação pode também ser agregada com uso de pronomes indefinidos no plural. A diferenciação diferencia explicitamente um ator social individual ou um grupo de atores sociais de um ator ou grupo semelhante, criando a diferença entre o “*próprio*” e o “*outro*”, ou entre o “*nós*” e “*eles*” (*Ibid.*: p. 199).

Outra categoria descrita por van Leeuwen (1997, p. 200) sobre a representação dos atores sociais é a nomeação e a categorização. Segundo o autor, os atores sociais podem ser representados, quer em termos de sua identidade única, sendo nomeados, quer em termos de identidade e funções que partilham com outros (categorização). Assim é importante observar que atores são nomeados e que atores são categorizados. Geralmente os personagens não nomeados têm papéis passageiros e funcionais e não se tornam ponto de identificação para os leitores ou ouvintes. A nomeação realiza-se através de nomes próprios e pode ser formal (uso de apelido com ou sem honoríficos), semiformal (uso de nome próprio e apelido) ou informal (uso do nome próprio). Algumas vezes letras e números substituem os nomes, ocorrendo a ocultação do nome, de modo que a nomeação passa a ter significado enquanto o nome é ocultado. Outros recursos, diferentes de nomes próprios, podem ser usados para nomeação, tais como titulação, filiação e adição de um termo de relação pessoal ou de parentesco.

As categorizações são usadas como identidades únicas. Apresenta van Leeuwen (1997, p. 202) a distinção entre três tipos de categorização: funcionalização, identificação e avaliação. A funcionalização é a referência em termos de atividade, ocupação ou função, dependendo do que se faz. Ela realiza-se por um substantivo formado a partir de um verbo, um substantivo formado a partir de outro substantivo que denota local ou instrumento associado a uma atividade e pela composição de substantivos relacionados a atividades e categorizações altamente generalizadas (homem, mulher, pessoas, etc.). A identificação depende do que os atores sociais permanente ou inevitavelmente são. Há três tipos de identificação: classificação (idade, sexo, origem, raça, religião, classe social, etc.), identificação relacional (relações pessoais, de parentesco ou trabalho – que pertencem juntos) e identificação física (características físicas como loiro, moreno, alto, com barba, etc.). Os atores sociais, também, são avaliados quando são referidos em termos que os qualificam.

As categorias personalização é uma representação cujo significado inclui uma característica humana. Já a impersonalização é uma representação balizada pelo uso de substantivos abstratos, ou substantivos concretos cujos significados não incluem a característica humana. A impersonalização se divide em dois tipos: abstração e objetivação. Na abstração, a representação se dá por meio de uma qualidade atribuída aos atores. Na objetivação, a representação ocorre pela referência a um local ou a uma coisa associada à

pessoa ou à atividade a que os atores estão ligados. Subdividem-se em espacialização, os atores são representados por meio de uma referência a um local ao qual estão, em um dado contexto, diretamente direcionados; autonomização do enunciado, os atores são representados por meio de uma referência aos seus enunciados; instrumentalização, os atores são representados por meio de uma referência ao instrumento com o qual eles empreendem a atividade a que estão ligados; somatização, os atores são representados por meio de uma referência à parte de seu corpo.

Para van Leeuwen (1997, p. 210), a impersonalização “pode encobrir a identidade e/ou papel dos atores sociais, pode fornecer autoridade impessoal ou força a uma atividade ou qualidade de um ator, e pode acrescentar conotações positivas ou negativas a uma atividade ou enunciado de um ator social”.

Além das categorias citadas, van Leeuwen (1997, p. 211) apresenta uma discussão sobre a sobredeterminação, a qual ocorre pela representação dos atores em mais de uma prática social simultânea. É uma das formas de legitimar as práticas através dos textos. Subdivide-se em: 1) inversão, quando os atores estão ligados a duas atividades que se opõem; 2) simbolização, os atores ou grupos de atores ficcionais representam outros atores em práticas sociais não-ficcionais; 3) conotação, uma única determinação (nomeação ou identificação física) corresponde a uma classificação ou funcionalização. Ao identificar fisicamente ou nomear alguém, as qualidades associadas a essa identificação, partilhadas culturalmente, são projetadas ou transferidas ao ator social; 4) destilação, a realização da sobredeterminação, através de uma combinação da generalização com a abstração, liga os atores sociais a várias práticas sociais, abstraindo a mesma característica dos atores sociais envolvidos nestas práticas.

E, por último, o autor apresenta as duas formas de inversão mais comuns: o anacronismo e o desvio. O anacronismo, empregado para dizer coisas que não se podem dizer diretamente, como proferir críticas, e o desvio, representação por referência a atores sociais que, normalmente, não estariam qualificados para desempenhar essas atividades. O desvio serve quase sempre ao propósito da legitimação, pois o fracasso do ator social desviado confirma as normas. A Figura 2.16 apresenta um resumo dos estudos de van Leeuwen (2008) acerca das representações de atores sociais.

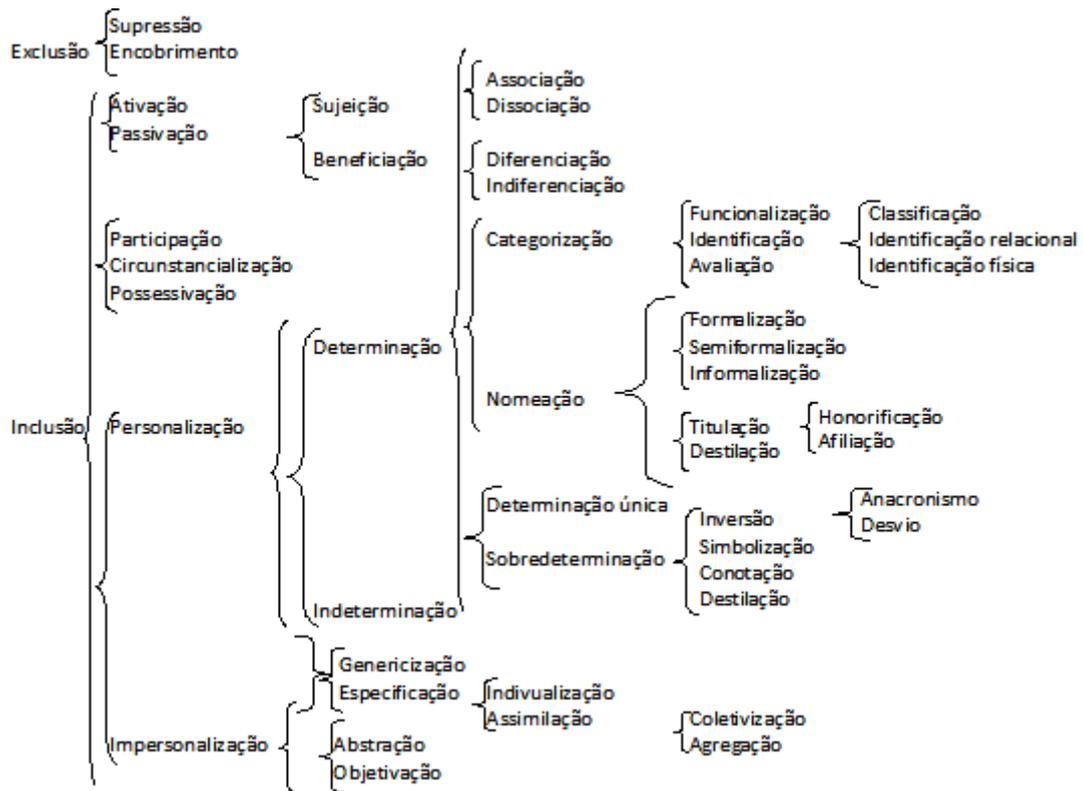


Figura 2.16 – Representações de atores sociais. (van Leeuwen, 1997, p.212)

2.4 Algumas considerações

A triangulação teórica apresentada neste trabalho, Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2003), Gramática Sistêmico-Funcional (Halliday & Matthiessen, 2004) e Representação de Atores Sociais (van Leeuwen, 1997) corrobora uma análise da materialidade linguística dos textos, uma vez que se busca relacionar o contexto de situação ao contexto de cultura. Dessa forma, a análise linguística não se pauta apenas no léxico ou nos itens gramaticais da língua, mas sim, no sentido que eles produzem dentro de um determinado contexto, considerando as relações de poder e de ideologias presentes na via de mão dupla que existem entre texto e evento social.

Halliday & Matthiessen (2004), bem como Fairclough (2003), veem os textos como multifuncionais, embora de forma um pouco distinta. Fairclough defende a ideia de que os textos revelam e constroem formas de representar, formas de agir e formas de ser, estando ligados ao evento social no qual são gerados, aos participantes desse evento e ao mundo físico e social mais amplo. Nessa perspectiva, Fairclough prefere não falar em funções exercidas pelos textos, mas em diferentes significados que eles criam, reproduzem ou alteram. Por isso,

o autor apresenta em sua teoria os três grandes grupos de significados textuais: representacionais, acionais e identificacionais.

O significado representacional está atrelado à metafunção ideacional de Halliday. O significado acional corresponde à função interpessoal de Halliday, mas Fairclough argumenta que, ao investigarmos os significados acionais de um texto, nosso foco está na forma como esse texto atua como meio de interação em eventos sociais, englobando as relações sociais entre os participantes. E, finalmente, o significado identificacional refletindo as formas de ser, as identidades sociais construídas pelos textos, também corresponde à metafunção interpessoal de Halliday. Esses três grupos de significados estão presentes, simultaneamente, em qualquer texto, conforme Figura 2.17.

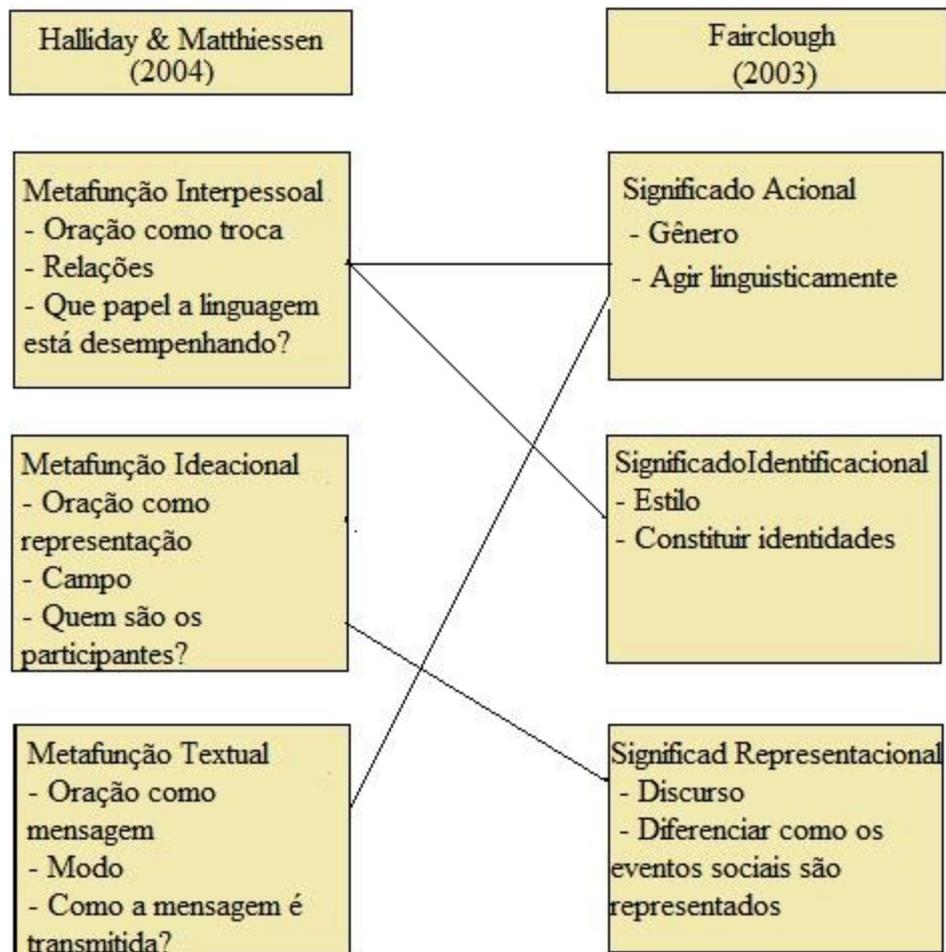


Figura 2.17 – Relação entre Halliday (2004) e Fairclough (2003)

O estudo do Modo, na Metafunção Interpessoal, permite a compreensão do papel gramatical que as escolhas desempenham na construção das identidades sociais. As escolhas, materializadas pelos traços lexicogramaticais, apresentam como a língua se estrutura para

realizar significados interpessoais e expressar opiniões, valores e julgamentos. Pelos elementos do modo, é possível discutir na análise documental e etnográfica a opinião dos falantes sobre o tópico em discussão, certeza ou credibilidade que os falantes dão à proposição, qual resposta é preferida.

Na presente investigação, a análise da modalização e da modulação nos documentos e nas entrevistas com os catadores permitirá que sejam desveladas as forças ocultas de poder e de ideologias que geram tais leis e o comprometimento ou não dos catadores quando fazem afirmações, perguntas, demandas e ofertas para com suas proposições, revelando, assim, seu compromisso com a cooperativa e com seu trabalho. O grau de afinidade que os catadores têm com suas proposições, revelando-se ora como catadores, ora como veículos mantenedores do ponto de vista de outras pessoas, reforça a relação de poder e a força hegemônica que parece naturalizar as práticas discursivas. Parece que é nessa perspectiva que Hodge e Kress (1988, p. 123) asseveram que, em qualquer enunciado proposicional, o interactante deve indicar um grau de afinidade e de comprometimento com a proposição.

Cabe ressaltar, ainda, que Halliday apresenta a modalidade dividida em modalização, quando o falante estiver realizando troca de informação, e modulação, quando o falante estiver solicitando ou oferecendo bens e serviços. Essa posição difere de Fairclough, que vê a modalidade como julgamento do falante para com seu enunciado. Assim, Fairclough vai reconfigurar as modalidades aristotélicas em: epistêmica, deontica, categórica hipotética e não hipotética, objetiva e subjetiva.

Conforme Silva (2009, p. 66), reforçar o diálogo entre a LSF e ADC é fundamental para a compreensão das relações de poder, pois o texto, além de envolver simultaneamente as funções ideacional, interpessoal e textual, deve ser visto como ação (gênero), representação (discurso) e identificação (estilo), que são os três elementos de ordem do discurso. Nesse sentido, é importante para os analistas críticos combinarem a LSF e a ADC para estudos de texto, pois enquanto a LSF se preocupa com o estudo das escolhas linguísticas (registro) para agir e interagir em um contexto de cultura (gênero), a ADC se preocupa com as ordens do discurso, as relações de poder que forçam essas escolhas linguísticas.

A metafunção ideacional nos possibilita mostrar a oração como combinação de pequenos sintagmas para retratar quem fez o que a quem sob quais circunstâncias. As pessoas codificam sua experiência de mundo pela escolha das expressões linguísticas. Analisar essas escolhas como representação implica observar os papéis dos participantes que estão associados a um processo e a possível seleção das circunstâncias. Identificar os participantes se são afetados ou não, e em que circunstâncias as ações foram desenvolvidas é importante

para nos auxiliar a relacionar o comportamento linguístico a certos papéis sociais e a compreender as escolhas que as pessoas fazem para se posicionarem e posicionarem os outros nas interações. Saber qual participante está ausente pode retratar uma intenção linguística que reforça a relação de dominação de um agente social sobre o outro. Nesta pesquisa, é importante observar que papéis sociais são atribuídos aos catadores de materiais recicláveis, na análise do estatuto e como eles se representam discursivamente, na análise das entrevistas.

A busca pelos estudos de van Leeuwen (1997) fortalece a ponte que une as explicações sobre o sistema linguístico (Halliday, 1994) com os vários sentidos de uma mesma proposição, dependendo do evento social (Fairclough, 2003) em que foi produzido. As representações dos atores sociais passam por várias escolhas gramaticais e lexicais feitas pelos falantes para marcar inclusão ou exclusão. Tais escolhas são socialmente significativas, sobretudo quando concernentes à representação da agência. Saber quais agências estão presentes e ausentes no documento que regulamenta as ações dos catadores de materiais recicláveis em seu contexto de trabalho para desvelar as intenções desses atores sociais e como se representam em seus próprios discursos (as entrevistas) e como são representados pelos outros (em documento oficial).

CAPÍTULO 3

O CAMINHO PARA GERAÇÃO DE DADOS

O mecanismo social no qual estamos inseridos muitas das vezes nos vem como uma cortina de fumaça e neste meio é como se um monstro que está neste parâmetro todo, nos ameaçasse em forma de economia perversa e dominadora.

(cartilha de Formação, 2005, p.74)

Neste capítulo, realizo um passeio teórico-metodológico mediante a escolha de três caminhos de pesquisa: um documental, um colaborativo e o outro, próximo ao etnográfico. Trago algumas considerações sobre o Estatuto, o Regimento e as Atas da COOTRAMAMARE (Cooperativa de Trabalho e Manejo de Materiais Recicláveis) como fonte de coleta de dados da pesquisa documental. As entrevistas e a observação participante são caracterizadas como fonte de geração de dados da etnografia e conversas colaborativas, como fonte de geração de dados da pesquisa colaborativa. Em seguida, exponho o cenário, os participantes da pesquisa, os motivos que me fizeram escolher algumas partes das entrevistas e das conversas colaborativas para a análise. E, por último, descrevo os procedimentos analíticos, balizados pela ADC (Análise de Discurso Crítica) e GSF (Gramática Sistemico-Funcional) e o instrumento computacional *Wordsmith Tools*, utilizado na categorização das palavras que compõem o *corpus*.

3.1 Pelas trilhas da pesquisa qualitativa

Esta pesquisa de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa) e, de certa forma, de cunho exploratório, na dimensão da análise linguística, desenvolveu-se em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, em uma cidade no interior do Estado de Mato Grosso, balizada com alguns instrumentos de geração de dados primários, colhidos dentro dos moldes etnográficos. Trata-se da observação participante e entrevistas abertas. Quanto à pesquisa colaborativa, trabalho de acordo com modelos de estudiosos, tais como, Pimenta (2005) e Kincholoe (1997), entre outros, na coleta de conversas colaborativas bem como a análise de documentos como dados secundários. Ressalta-se que dados primários, segundo Andrade

(2003, p.125), são aqueles coletados “diretamente no local de ocorrência dos fenômenos”, ao passo que os dados secundários provêm de outras fontes, nessa pesquisa, as leis, o regimento e o estatuto.

A pesquisa qualitativa, segundo Deslandes (1994, p.22), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, representações, valores e atitudes”. Isso implica estudo do mundo dos significados das ações e relações humanas, não tão perceptíveis e não tão captáveis com outro método de pesquisa. Assim, essa metodologia de pesquisa concebe a linguagem, as práticas e as coisas como inseparáveis, pois procura trabalhar com a vivência, com a experiência, com o dia a dia, com a compreensão das estruturas e instituições como resultantes da ação humana.

André (1995, p. 17) define pesquisa qualitativa como “o estudo do fenômeno em seu acontecer natural”, levando em consideração todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. Isso endossa a importância da pesquisa qualitativa para o estudo de representação discursiva e social de catadores de uma cooperativa de materiais recicláveis.

Acredito que, neste tipo de trabalho, os laços que se criam ligam pesquisador e participantes, pois não há como o pesquisador ir a campo, gerar os dados com as observações, conversas colaborativas e entrevistas, ajudar na organização interna da cooperativa, na elaboração e organização de documentos, e, após a finalização da coleta, distanciar-se, deixando os participantes à deriva, principalmente, os que precisam de apoio, quando se consideram os problemas de ordem social, organizacional e de poder que atravessam suas vontades e seus desejos.

Nesse caso, Deslandes (1994), ao professar os pensamentos de Lévi-Strauss (1975, p. 215), argumenta que “numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”. Deslandes deixa clara a existência de uma identidade entre sujeito e objeto, pois “a pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, que os torna solidariamente imbricados e comprometidos” (Deslandes, 1994, p.14).

Afirmar que o pesquisador é neutro dentro desse contexto de pesquisa é negar a capacidade humana que o retrata em seu percurso diário. Sua ideologia está presente em suas ações. Dessa forma, o olhar que se dá ao objeto veicula interesse e visões de mundo, historicamente construídas pelos atores sociais, participantes e pesquisador, considerados, neste trabalho, como colaboradores.

3.1.1 Os métodos na pesquisa qualitativa

O trabalho de investigação pautado na pesquisa qualitativa promove um grande debate na academia acerca de validade e de controle de variáveis, pois parece começar, segundo Denzin & Lincoln (2006, p.389), “pelo distanciamento das narrativas e dos paradigmas únicos, de maior abrangência, ontológicos, epistemológicos e metodológicos”. Esse distanciamento ocorre porque alguns pesquisadores que trabalham com a pesquisa qualitativa acreditam em uma política de libertação. Assim, procuram estudar o mundo a partir da perspectiva dos indivíduos ou dos grupos que foram marcados pelas forças ideológicas, econômicas e políticas de uma sociedade ou de um momento histórico (Denzin & Lincoln, 2006, p.390).

Diante desse contexto, Denzin & Lincoln (2006, p.389) esclarecem que os praticantes da pesquisa qualitativa “são suscetíveis ao valor da abordagem de múltiplos métodos, tendo um compromisso com a perspectiva naturalista e a compreensão interpretativa da experiência humana”, por isso ela é definida por uma série de tensões e contradições. Afirmam os dois autores (p.391) que, no presente, a pesquisa qualitativa continua com quatro pontos principais em discussão: primeiro, “o pesquisador qualitativo não é um observador objetivo, oficial, politicamente neutro, que está fora ou acima do texto”. Segundo, os estudos de Bruner (1993, p.1) asseveram que “o pesquisador qualitativo tem uma posição histórica e situa-se localmente [como] um [observador] extremamente humano”. Terceiro, ainda, a partir das discussões de Bruner, veem que o “significado é plural, aberto e a política perpassa todo relato”. Quarto, “uma maneira correta de conceituar a investigação qualitativa é como um projeto cívico, participativo, colaborativo, que faz com que o pesquisador e os pesquisados envolvam-se em um diálogo moral contínuo”.

O uso de diferentes métodos qualitativos justifica-se pela necessidade de observar as pessoas em seu próprio contexto interacional, ou seja, “ambiente em que a interação ocorre naturalmente. Isso, com o interesse de compreender a maneira como elas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para si e como pensam sobre suas ações e as dos outros. Para Bauer & Allum (2003, p.18), “uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados”. Os métodos usados na pesquisa qualitativa, segundo Bauer & Gaskell (2003), incluem observação, entrevistas individuais e grupais, entrevista narrativa, entrevista episódica, vídeo, filmes, fotografias, bemetologia (meteorologia), registro de sons, questionário, análise de textos ou documentos e análise de discurso ou comportamento gravado com o uso de fitas de áudio e de vídeo. Para os autores, há vários

enfoques analíticos para texto, imagem e som, tais como, Análise de conteúdo, Análise argumentativa, Análise de discurso, Análise da conversação e da fala, Análise retórica, Análise semiótica de imagens paradas, Análise de imagens em movimento, Análise de ruído e música, Análise com auxílio de computador e análise estatística de texto.

Nessa perspectiva, Bauer & Allum (2003, p.19) defendem a necessidade de o pesquisador distinguir quatro dimensões que descrevem o processo de pesquisa.

Primeiro, é necessário o delineamento da pesquisa de acordo com seus princípios estratégicos. Segundo, há os métodos de coleta de dados, tais como, a observação, a entrevista e a busca por documentos. Terceiro, há os tratamentos analíticos dos dados, tais como, a análise de conteúdo, a análise retórica, a análise de discurso e a análise estatística. Finalmente, os interesses do conhecimento referem-se à classificação de Habermas sobre o controle, a construção de consenso e a emancipação e “empoderamento”.

Dessa forma, a pesquisa por ora apresentada, procura seguir as quatro dimensões destacadas acima, o que pontualizo no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Dimensão do processo de pesquisa segundo Bauer & Allum
(2003, p.19)

1º	O delineamento da pesquisa
2º	Os métodos de coleta
3º	O tratamento dos dados
4º	A importância do conhecimento gerado

Primeiro, o delineamento da pesquisa perpassa a etnografia bem como a pesquisa documental e a pesquisa colaborativa. Segundo, os métodos de coletas são as entrevistas, as conversas colaborativas e os documentos. Terceiro, os dados são tratados sob o olhar da Análise de Discurso Crítica e da Gramática Sistêmico Funcional. Quarto, os interesses em todo esse conhecimento referem-se à classificação de Habermas (1990, *apud* Fairclough, 1999: p.84) sobre emancipação e “empoderamento”. O Quadro 3.1 apresentado a seguir, sintetiza as quatro dimensões elencadas e trabalhadas no contexto da presente investigação.

Quadro 3.2 – As quatro dimensões do processo desta pesquisa.

Princípios do delineamento	Interesse do conhecimento	Geração e coleta de dados	Análise dos dados
Etnografia	Emancipação e “empoderamento”	Observação participante	Análise de Discurso Crítica
		Entrevistas gravadas em áudio	
Pesquisa colaborativa		Conversas colaborativas gravadas em áudio	Gramática Sistêmico-funcional
Pesquisa Documental		Coleta de documentos	<i>Wordsmith Tools</i>

(Adaptado de Bauer & Allum, 2003, p.19)

A escolha da etnografia como princípio do delineamento desta pesquisa ancora-se na necessidade de compreender o contexto de cultura em que a linguagem foi produzida. Isto, porque compreendo a impossibilidade de estudar a linguagem humana sem levar em consideração o contexto de cultura em que esta é produzida. Para assegurar uma melhor compreensão do fenômeno estudado, escolhi a observação participante, bem como as conversas colaborativas e as entrevistas, como instrumentos para geração de dados e a coleta documental como instrumentos para coleta de dados.

A realização de conversas colaborativas durante as observações participantes ajudaram-me no desenvolvimento de ações que auxiliaram de certa forma o “empoderamento” da presidente, sobretudo no que concerne ao acesso dela à leitura da legislação vigente acerca das Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos, bem como do cooperativismo no Brasil. Acredito que a análise documental contribuirá com a amplitude do meu olhar como pesquisadora sobre os eventos sociais ocorridos nesse contexto de pesquisa.

A escolha da Análise de Discurso Crítica, como método, e da Gramática Sistêmico-Funcional, como fonte de ferramentas para análise de dados, está na importância que essas duas abordagens teórico-metodológicas atribuem ao papel social da linguagem, concretizada em textos (oral e escrito), bem como nas relações atravessadas por poder e por ideologias, sobretudo, aquelas que emergem oprimindo, ou emancipando, os atores sociais. A ferramenta

computacional – *Wordsmith Tools* – é utilizada para marcar a frequência e a localização de representações linguístico-discursivas, presentes nos componentes da transitividade (participantes, processos e circunstâncias), em documentos de natureza escritos, que conformam o *corpus*.

Isso contribuirá para desvelar a representação dos atores sociais frente aos diferentes discursos que circulam no contexto de trabalho da cooperativa. Quanto ao interesse do conhecimento, conforme destaque na última coluna do Quadro 3.2, concerne ao propósito que subjaz a esta tese, qual seja, contribuir para a emancipação e “empoderamento” de uma classe trabalhadora, ainda carente de um reconhecimento oficial. Portanto, fortalecer a cooperativa, empoderar seus cooperados, principalmente, a presidente, figura líder, responsável por agregar as pessoas e manter o equilíbrio do poder nas ações do trabalho e que acabe de vez com os discursos em conflito são os objetivos deste estudo.

3.1.2 A ética na pesquisa qualitativa

A metodologia qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta questões éticas, principalmente devido à proximidade entre pesquisador e colaboradores. A presença de pesquisadores, muitas vezes disfarçada, pode envolver os colaboradores de maneira inadequada, manipulá-los de acordo com seus interesses e objetivos, o que pode acarretar tensões e provocar rupturas.

Ao lembrar que o contexto do trabalho de campo coloca o pesquisador diante de uma situação de contato íntimo com a vida dos observados, Silva (2003b, p. 161) corrobora essa discussão. Assim, o pesquisador deve ter cuidado com o que gravar, quais informações divulgar e, principalmente, como se aproximar dos dados.

Discute Zaluar (1986) a relação social e política que se estabelece entre o pesquisador e os colaboradores. Para alguns estudiosos, o mais importante é a pesquisa a ser feita, o que leva a compreender que os outros devem estar a serviço deles para lhes fornecerem os dados. Dessa forma, esquecem-se da necessidade da pesquisa para a vida daquele grupo ou para os indivíduos que dele fazem parte.

Outro aspecto importante dessa discussão reside no fato de que os cientistas sociais tendem frequentemente a tomar, como objeto de investigação, grupos sociais com os quais têm alguma identificação, o que pode transformar o pesquisador em militante de uma causa ou de um movimento, que olha e procura entender a realidade não como ela é, mas como gostaria que ela fosse. Por isso, cabe ao pesquisador ajudar os colaboradores a se fortalecerem

enquanto sujeitos emancipados, capazes de elaborar o seu projeto de vida, a partir do conhecimento gerado no contexto de pesquisa.

No que tange a esta pesquisa, o princípio ético ora apresentado corrobora com os princípios do Conselho de Ética da Universidade de Brasília (UnB)¹⁵. Centrados em Termo de Ciência, o qual fora assinado pela presidente da cooperativa em que foi realizada a coleta e geração de dados. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, previamente autorizado e assinado por todos os entrevistados, bem como o Termo de Cessão de Uso de Imagem, também assinado e autorizado pelos colaboradores, foi obtido no decorrer do trabalho de campo. O mais importante, quando se fala em ética na pesquisa, não é meramente ter todos os termos assinados para entrada em campo com a autorização dos colaboradores, mas, sim, as ações conduzidas nesse espaço, que visam a contribuir com o crescimento do grupo como um todo, colaboradores e pesquisadores, em uma via de mão dupla, em que colaboradores fornecem os dados e o pesquisador estuda o fenômeno, e, com muita cautela, socializa o resultado de seu estudo, para buscar a melhoria para a qualidade de vida de todos.

Outro ponto relevante levantado quando se discute ética em pesquisa qualitativa concerne a questões que envolvem acusações de fraude, de plágio, de adulteração de dados e de deturpação, que, segundo Denzin & Lincoln (2006, p.45), continuam até os dias de hoje. Há a necessidade de um modelo de ética baseado em valores do bem comum, pois toda pesquisa, de acordo com Denzin & Lincoln (2006, p.45), “está enraizada em um conceito que envolve cuidado, governança compartilhada, boa vizinhança, amor, bondade e bem estar moral”.

Assim, Collins (1990) e Christians (1998), *apud* Denzin & Lincoln (2006, p.46), defendem uma ética comunitária que requer relações colaborativas, de confiança, não opressivas entre pesquisadores e aqueles que estão sendo estudados. As palavras de Silva (2003c, p.165), “a pesquisa pensada dentro de parâmetros éticos deve alertar e despertar o interesse do pesquisador para minimizar danos ou inconveniências na interação com os pesquisados”.

3.2 Pelos caminhos da pesquisa colaborativa

Na pesquisa colaborativa, há a necessidade de cada um ter sua voz e, por sua vez, contribuir com a voz do outro para um trabalho em conjunto. Como discorrem Damon e

15 Este projeto recebeu aprovação do Conselho de Ética no dia 08 de abril de 2011.

Phelps (1988 *apud* Bailey, 2001, p. 261), “A aprendizagem colaborativa está organizada em torno dos aprendizes trabalhando juntos em situação de interação face-a-face”¹⁶.

Faz Christians (1998), *apud* Denzin & Lincoln (2006, p.46), um apelo por um modelo colaborativo de pesquisa na ciência social que torne o “pesquisador responsável não por uma disciplina (ou instituição) distante, mas por aquelas pessoas que estão sendo estudadas, o que serve para implementar tradições críticas, feministas e de ação que vigorosamente alinham a ética da pesquisa a uma política dos oprimidos”.

A pesquisa colaborativa tem sido utilizada por vários pesquisadores, principalmente, da Linguística Aplicada, tais como Bailey (2001), Liberali (2002), Magalhães (2002), Vieira-Abrahão (2002), Kfoury-Kaneoya (2004), Horikawa (2004) e Pessoa (2005), na área de formação de professor de língua estrangeira.

O uso do termo *colaboração* (Zeichner, 1993, *apud* Pimenta, 2005), inserido em alguns estudos, ocorre porque é um tipo de pesquisa em que sempre há alguém colaborando com o outro. Geralmente há um docente universitário ajudando outros docentes das escolas a transformar sua prática institucional e suas ações em sala de aula. Nesta pesquisa, assumi o papel de pesquisadora que colabora com a presidente de uma cooperativa de materiais recicláveis na organização interna da cooperativa. Nessa perspectiva, procurei colaborar também no sentido de refletir e buscar em conjunto a compreensão de alguns eventos sociais que contribuíram com o afastamento de vários cooperados naquele contexto de trabalho.

Neste percurso, adotei o modelo da pesquisa colaborativa apresentado por Pimenta (2005) e Souza (2007), que o denominaram como pesquisa-ação crítico-colaborativa. Nesse modelo, os sujeitos da pesquisa se reúnem com o objetivo de discutir sobre o papel de presidente de uma cooperativa de materiais recicláveis, refletir sobre ele e sobre sua prática nesse contexto de trabalho, a fim de partilhar conhecimento e a propor mudanças para unir o grupo. Essa proposta está ancorada na teoria crítica, que concebe a linguagem como prática social imbricada de ideologia e poder. O papel do pesquisador é colaborar com os outros, ajudá-los a se situar em um contexto teórico mais amplo e, assim, possibilitar a ampliação da consciência dos envolvidos, com o objetivo de planejar as formas de transformação das ações dos sujeitos e das práticas institucionais.

Por outro lado, comenta Kincheloe (1997) que “a pesquisa colaborativa crítica não pretende apenas compreender ou descrever o mundo da prática, mas transformá-lo; [...] é sempre concebida em relação à prática – ela existe para melhorar a prática”. Os pesquisadores

¹⁶ Collaborative learning is organized around learners working together through face-to-face interaction.

críticos tentam descobrir os aspectos da ordem social que dominam as práticas sociais com objetivos emancipatórios, o que se coaduna com o propósito subjacente ao presente estudo e vai ao encontro do método de pesquisa em ADC apresentado por Fairclough (2010, p. 226)

Assim, nesta tese, a pesquisa colaborativa crítica envolve uma metodologia que ajuda a presidente de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis a reconfigurar sua prática enquanto presidente e, ao mesmo tempo, uma cooperada, alicerçada na percepção dos pontos fracos que precisam melhorar, inserindo os aspectos sociais e políticos que travam o desenvolvimento da cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

Alinho-me à pesquisa colaborativa reflexivo-crítica, porque acredito que a colaboração, a reflexão e uma concepção crítica são instrumentos cruciais para o desenvolvimento de trabalhadores que almejam o bem-comum. Não adianta propor um trabalho colaborativo sem a reflexão de “como estou fazendo e que mudanças eu proponho”. Acredito, assim, que a concepção crítica no fortalecimento de uma cooperativa de catadores é um dos poucos meios que temos para propor a emancipação e a transformação dos sujeitos em um contexto macrossocial dominado por relações de poder e lutas hegemônicas.

Cabe, aqui, informar que as conversas colaborativas ocorreram durante as observações participantes, quando a presidente da cooperativa solicitava da pesquisadora informações sobre a legislação brasileira acerca das Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos, do cooperativismo e sobre algumas ações que travavam o trabalho da cooperativa. Nessa ocasião, a pesquisadora se reunia com ela e, juntas, conversávamos sobre as legislações e outros eventos que iam aparecendo. Além disso, à medida que os estudos iam-se ampliando sobre a situação dos catadores no Brasil, essas informações eram repassadas e discutidas com a presidente. Convém ressaltar que tal trabalho não foi realizado com todos os catadores devido à falta de disponibilidade de tempo por parte deles, razão pela qual somente 4 conversas foram gravadas.

Conversas colaborativas podem ser entendidas como momento reflexivo em que a presidente da cooperativa e a pesquisadora podem partilhar suas ansiedades, suas experiências, suas representações e conhecimentos mediante a leitura de documentos que regulamentam as políticas nacionais de resíduos sólidos bem como o serviço cooperado no Brasil. É um momento em que as colaboradoras se ajudam mutuamente na construção de sentidos mediante intensa (re)negociação para avaliar e reconfigurar o trabalho do catador no Brasil frente às novas legislações e às ações do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Da mesma forma, interpreto que as conversas colaborativas são encontros importantes porque neles são realizadas interações que permitem o engajamento dos colaboradores da pesquisa na interação. Para que a interação se concretize, é necessário o uso da linguagem que, segundo Bakhtin (2004, p. 41), é uma criação coletiva que tem a palavra como material essencial. A palavra se revela como o local onde se confrontam valores sociais contraditórios, de forma que os conflitos da língua revelam os conflitos de classe no próprio interior do sistema social. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e de interpretação e será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais porque “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (Bakhtin, 2004, p.41). Assim, Souza (2007, p.33) crê que, nessas conversas, a palavra não é só uma palavra, mas o conhecimento, a experiência, a angústia, a vontade de mudar e de partilhar. Vale ressaltar que as conversas colaborativas, portanto, permitem explicitar nossa vivência pessoal e profissional, cheia de valores e representações adquiridas ao longo de muitos anos de prática.

3.3 Pelos atalhos da pesquisa documental

Outra abordagem metodológica para elaboração deste trabalho é a pesquisa documental, a qual se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (Sá-Silva *et al.*, 2009). Para este estudo, foram utilizados quatro documentos: A Lei nº 5.764/ 71 do Cooperativismo no Brasil, o *Estatuto* apregoado pelos valores da Lei nº 5.764/ 71, o *Regimento Interno* que normatiza a rotina diária dos catadores da COOTRAMAMARE e as *Atas*, como saturação de dados, documentos esses que registram as descrições das ações e angústias tomadas pelo grupo de catadores durante as assembleias.

Quadro 3.3 – Lista de documentos selecionados

Ano	Dispositivos Legais	Total
1971	Lei nº 5.764	1
2005	Estatuto da Cooperativa	1
2011	Regimento	1
2005 a 2011	Atas	7
Total		10

O exame desses documentos, no âmbito da presente pesquisa, contribui para maior compreensão do fenômeno estudado, uma vez que os mesmos possibilitam a contextualização histórica e sociocultural das ações que ocorrem com frequência na cooperativa. Compreender o contexto histórico, o universo sócio-político da autoria do documento e daqueles a quem foi ele destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito, – tais como o Estatuto e o Regimento –, a dimensão temporal é primordial em todas as etapas da análise documental. Segundo Sá-Silva *et al.* (2009), este conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, refutações, reações e, ainda, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos a que se faz alusão.

Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma de organização, e, sobretudo, para evitar a interpretação do conteúdo do documento em função de valores modernos, o que possibilita também que o pesquisador levante uma questão fundamental sobre a intencionalidade da autoria do documento: se ele retrata uma fala individualizada ou representa a voz de um grupo social.

A pesquisa documental realizada neste trabalho constitui-se como instrumento metodológico importante para triangulação de dados, pois os documentos são utilizados no sentido de contextualizar o fenômeno estudado, explicitar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através das observações, das conversas colaborativas e das entrevistas.

3.3.1 A Lei nº 5.764/71

A Lei nº 5.764/71 é um documento relevante para a constituição deste *corpus*, haja vista sua contribuição para compreender as vozes presentes no contexto de trabalho de catadores de materiais recicláveis e o diálogo que ela mantém com o estatuto da cooperativa de catadores de materiais recicláveis em que este estudo foi realizado. A referida lei será utilizada como parâmetro para percepção das vozes que estão presentes no estatuto e para as que ficaram ausentes.

As Sociedades Cooperativas estão reguladas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas. De acordo como prescrito na lei, cooperativa é uma associação de pessoas que têm interesses comuns, economicamente organizada de forma democrática, pois conta com a participação livre de todos e respeita direitos e deveres de cada um de seus cooperados, para os quais presta serviços, sem fins lucrativos.

Dessa forma, as cooperativas são uma sociedade de pessoas, cuja prestação de serviço é o objetivo principal. Pode ter um número ilimitado de cooperados, mas limitado (21 cooperados) para a constituição. É administrada pelo princípio da democracia em que os cooperados escolhem os administradores da cooperativa através do voto, sendo um voto para cada pessoa. As decisões são tomadas em assembleias, o *quorum* das assembleias é baseado no número de cooperados. O capital social, fixado no estatuto, é dividido em quotas-parte – o valor das quotas-parte não pode ser superior ao salário mínimo – e não é permitida a transferência de quotas-parte a terceiros, estranhos à sociedade mesmo que seja herança. O fundo de reserva é indivisível entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade. Os cooperados tem o retorno financeiro proporcional ao valor das operações, assim a cooperativa não está sujeita à falência e constitui-se por intermédio da assembleia dos fundadores ou por instrumento público, sendo que seus atos constitutivos devem ser arquivados na Junta Comercial e publicados. A cooperação preza pela neutralidade política e não discriminação religiosa, social e racial.

Quanto à tributação, as cooperativas devem recolher ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – pela circulação de mercadorias ou prestação de serviços tributáveis, de acordo com a legislação estadual em que efetuar as operações. Pela Lei nº 5.764/71, as cooperativas deveriam pagar PIS – Programa de Integração Social – de duas formas: 1% sobre a folha de pagamento mensal e 0,65% sobre a receita bruta, mas, a partir de 01.11.1999 (data fixada pelo Ato Declaratório SRF 88/99), as cooperativas deverão

recolher 3% sobre a receita bruta, com as exclusões e isenções e demais procedimentos previstos, válidos tanto para o PIS quanto para a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. As cooperativas são isentas de Imposto de Renda sobre suas atividades econômicas, mas estão sujeitas à apresentação da DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais. Esses dados são importantes porque nos ajudam a compreender porque algumas pessoas resistem ao serviço cooperado e algumas cooperativas de catadores de materiais recicláveis estão irregulares no cenário brasileiro.

3.3.2 O Estatuto

O estatuto da COOTRAMAMARE foi redigido em 12 de setembro 2005 por um grupo de especialistas da prefeitura de Carde. Trata-se de um documento constituído por sessenta e três artigos, distribuídos em dez capítulos, que trazem a contextualização espacial da cooperativa, todos os direitos e deveres dos cooperados, entre eles os objetivos sociais da cooperativa, os objetivos das assembleias, como elaborar as atas, o processo eleitoral, o registro e divulgação da escrituração contábil e os livros de registros internos.

O registro de aprovação do estatuto fora narrado na Ata de 12 de setembro de 2005, cuja pauta foi a Fundação da cooperativa, a Aprovação do estatuto e a Eleição dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. A análise detalhada do Estatuto se encontra nas seções 4.1 e 4.2.

3.3.3 O Regimento

O Regimento, elaborado entre os meses de abril e maio de 2011, em parceria com esta pesquisadora e votado em assembleia geral também em junho de 2011, constitui-se também um documento que detalha minuciosamente os direitos e deveres dos cooperados a partir do Estatuto.

Os cooperados não sabiam que tal documento deveria existir e, quando questionada sobre isso, a presidente dizia que ele se encontrava nos arquivos, entretanto, depois de uma longa busca, constatou-se que se tratava do Estatuto, não do Regimento

Diante desse fato, esta pesquisadora se comprometeu com a presidente em ajudá-la na elaboração do documento, que depois deveria ser levado para apreciação dos outros cooperados em assembleia geral, para, finalmente, ser votado.

O Regimento está composto por treze capítulos, os quais estabelecem um diálogo constante com o Estatuto. Dessa forma, ele trata das definições gerais, da organização do trabalho interno e da administração da cooperativa, da prestação de contas, dos direitos e deveres dos cooperados no local de trabalho, dos benefícios e da responsabilidade do cooperado com a coleta dos materiais recicláveis.

Esse documento é utilizado, na tese, como apoio para análise documental do estatuto e das entrevistas bem como das conversas colaborativas.

3.3.4 As Atas

Ata é um documento no qual são registradas as ocorrências, deliberações, resoluções e decisões de reuniões ou assembleias realizadas na cooperativa. No arquivo da cooperativa, constam sete atas, entre as quais quatro registram as eleições, três apresentam outras deliberações, tais como uma prestação de contas de um dos presidentes, a qual os catadores não aceitaram e culminou com o afastamento do presidente das suas funções, apresentação de um modelo de gestão orientado por alunos e professores de uma instituição de ensino superior e assuntos gerais da gestão da cooperativa

Após fazer um levantamento nos documentos da cooperativa, foi constatado que, entre o dia 21 de agosto de 2007 e 11 de novembro de 2010, não houve elaboração de nenhuma ata de reunião ocorrida na cooperativa. Em conversa com os catadores, a ausência dessas atas foi explicada por ter sido um período em que ficaram desmotivados com a cooperativa, pois havia somente uma pessoa que centralizava o serviço administrativo, além de problemas que os cooperados tiveram com a Justiça do Trabalho. Assim, nem se reuniam e, quando isso acontecia, não registravam os encontros. Esse período marca também o afastamento dos cooperados. A análise linguístico-discursiva dessas atas, como saturação de corpus, pode ajudar na compreensão das deliberações que vieram a afastar o grupo de catadores da cooperativa e levá-los para as mãos de atravessadores.

Discutem Bauer & Aarts (2003, p. 59) a “saturação de *corpus*” como critério de finalização da pesquisa. Nas palavras de ambos, “investigam-se diferentes representações até que a inclusão de novos estratos não acrescente mais nada de novo”. Nesse sentido, as atas significam dados complementares, uma vez que contribuem tão somente para compreensão das representações mencionadas nas entrevistas e nas observações. O pesquisador qualitativo quer entender diferentes ambientes sociais no espaço social, tipificando estratos sociais e funções ou combinação deles, juntamente com representações específicas.

3.4 Por veredas etnográficas

Outros instrumentos de coleta de dados requisitados por esta pesquisa são de natureza etnográfica – as observações e as entrevistas –, pois se compreende que em toda análise linguística a cultura está presente. Por um lado, Johnstone (2000, p.80) define etnografia como o “estudo da cultura”. Assim, ela compreende etnografia como a descrição de como formas particulares de ser, agir e falar faz sentido para as pessoas engajadas na descrição. Por outro lado, Vidich & Lyman (2006, p.49) afirmam também que a pesquisa social etnográfica, qualitativa, portanto, requer uma atitude de desligamento em relação à sociedade, o que permite ao pesquisador observar a conduta de si mesmo e dos outros, entender os mecanismos dos processos sociais, compreender e explicar por que os atores e os processos são como são.

A principal preocupação na etnografia é com o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados, já que alguns significados são diretamente expressos pela linguagem e outros são transmitidos pelas ações. Afirma Spradley (1979) que em toda sociedade as pessoas usam sistemas complexos de significado (cultura) para organizar seu comportamento, para entender a sua própria pessoa e os outros e para dar sentido ao mundo em que vivem.

Ainda conforme Spradley (1979, p. 5), cultura é “o conhecimento já adquirido que as pessoas usam para interpretar experiências e gerar comportamentos”. Nesse sentido, a cultura abrange o que as pessoas fazem, o que elas sabem, as coisas que elas constroem e usam.

Peacock (1986 *apud* Vidich & Lyman, 2006, p.52) define etnografia como “a ciência que se dedica a descrever os modos de vida da humanidade”. A etnografia, então, refere-se a uma descrição científica social de um povo e da base cultural de sua consciência de unidade enquanto povo. A importância que a etnografia dá ao contexto e às diferenças culturais para a realização da pesquisa nos ajuda a fazer uma leitura diferente da cooperativa, onde há várias pessoas com diferentes culturas interagindo e, principalmente, respeitando as características individuais de cada um.

André (1995, p. 27) define etnografia como “um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade, etnografia significa descrição cultural”. Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: primeiro, um conjunto de técnicas usadas para coletar dados sobre valores, hábitos, representações, práticas e comportamentos de um grupo social e, segundo, relato escrito resultante do emprego dessas técnicas. Uma das principais técnicas para realização de um trabalho etnográfico é a observação participante.

Esse tipo de pesquisa permite compreender a importância de se chegar bem perto da cooperativa para entender como operam no seu dia a dia os mecanismos de dominação e de resistência, das relações e das interações, assim como compreender o papel e a atuação de cada participante, num complexo contexto interacional em que gêneros articulam suas vozes e onde dominações, ações, relações e discursos são construídos, negados ou reconstruídos.

Van Maanen (1988 *apud* Vidich & Lyman, 2006, p.73) corrobora a descrição da importância do etnógrafo quanto aos seus relatos. Para esse autor, o etnógrafo não será um mero observador dessa história; ele participará de sua eterna busca pela liberdade e será um parceiro e um repórter “das dores, das agonias, das experiências emocionais, das grandes e pequenas vitórias, dos traumas, dos temores, das ansiedades, dos sonhos, das fantasias e das esperanças” presentes nas vidas das pessoas. São esses os aspectos que constituem as etnografias desta era – narrativas reais do campo.

Definem Oberhuber & krzyżanowski (2008, p. 186) estudo etnográfico como uma abordagem metodológica importante para os estudos do discurso, pois, segundo os autores, a “etnografia pode ser empregada como um elemento do processo de obter material discursivo, o pesquisador entra em contato e entrevista pessoas no campo com o objetivo de coletar documentos a que ele não teria acesso”. Esse contato é importante porque leva o pesquisador a interagir e a participar da rotina diária das pessoas ou do grupo estudado possibilitando compreender o conhecimento e as práticas que os participantes partilham e usam para interpretar as suas próprias experiências.

Além disso, quando o pesquisador une a etnografia com a análise de discurso, ele estabelece o contexto que deseja estudar, usa o conhecimento adquirido no campo para mostrar como os processos discursivos e as estruturas sociais mais gerais ocorrem em um lugar específico e estuda as maneiras com as quais a língua está articulada e materializada nas práticas sociais estudadas.

Na perspectiva da ADC, Fairclough (2003, p. 15) defende a etnografia como abordagem metodológica que ajuda na compreensão da análise dos discursos, pois “ela retrata a maneira como os textos estão configurados em áreas particulares da vida social”. Ainda endossando a discussão acerca da importância do trabalho de campo para explorar o objeto de pesquisa e, posteriormente, contribuir para as análises, Resende (2009, p.138) apoia essa relação entre ADC e etnografia, afirmando “ser indispensável um conhecimento contextual capaz de possibilitar o estabelecimento das relações entre representações discursivas e práticas sociais”.

3.4.1 As entrevistas

Segundo Haguette (1990, p. 86), a entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. Seidman (1998, p. 4) apresenta “um estudo que vá além de obtenção de informação via entrevista”; para ele, a entrevista possibilita conhecer as histórias das pessoas que são materializadas na linguagem. Assim, através da entrevista, podemos compreender a experiência de outras pessoas e o sentido que elas atribuem a suas próprias experiências. Sweiss (1995, p. 1) argumenta que através de entrevistas nós podemos “aprender sobre lugares onde nós nunca estivemos e sobre contextos onde nunca moramos”, pois ela pode nos informar sobre a natureza da vida social e sobre as experiências interiores das pessoas. Na realidade, o ato de realizar entrevista é como uma janela fechada, à medida que a janela vai-se abrindo, o passado, a cultura e a experiência de outras pessoas vão sendo revelados.

Rubin & Rubin (1995, p. 18) apontam três temas guias da entrevista qualitativa: a compreensão da cultura, pois ela afeta o que é dito e como a entrevista é ouvida e compreendida; os entrevistadores não são atores sociais neutros, mas participantes, suas emoções e compreensão cultural tem impacto na entrevista; o objetivo da entrevista qualitativa é ouvir e compreender o que os entrevistados pensam e dar a eles a voz pública.

Assim, a entrevista realizada com os catadores tem como um dos objetivos permitir entender as suas representações, suas experiências no trabalho e as representações que construíram na profissão em que se encontram. Nessa perspectiva, ela não é pautada em termos de perguntas e respostas, pois, neste tipo de entrevista, cabe aos sujeitos envolvidos nesse processo apenas responder a uma série de questões predeterminadas pelo pesquisador.

Neste estudo, a entrevista tem como base teórica os princípios da entrevista individual, ou seja, a conversa não tem um tempo predefinido, devendo ocorrer o mais natural possível. O entrevistado fala espontaneamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir. O objetivo da entrevista individual é conhecer os sujeitos envolvidos no processo, seu aspecto cultural, valores, crenças e atitudes. Como observa Gaskell (2003, p.65) acerca do papel da entrevista na pesquisa qualitativa: “O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”.

Uma das principais características da entrevista qualitativa é o tópico guia, um conjunto de temas ou títulos que devem ser explorados durante a conversa, entendidos aqui

conversa como o diálogo em que há certa flexibilidade do tópico. Não dá para pensar que os sujeitos são seres monopolizados, que não têm desejos e ideias próprias e que não dizem o que querem dizer. Para Gaskell (2003, p.73), a entrevista é um ato interativo em que os sujeitos trocam ideias e significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Esse tópico-guia para realização de uma entrevista não deve ser muito extenso, mas deve ser bem planejado para que dê conta dos fins e dos objetivos da pesquisa, conforme listado no Quadro 3.4 apresentado a seguir.

Quadro 3. 4 – Tópico guia das entrevistas

<ol style="list-style-type: none"> 1. Nome 2. Idade 3. Escolaridade 4. Estado civil (se separado, há quanto tempo) <ul style="list-style-type: none"> • Residência própria • Filhos (nome, idade dos filhos, escolaridade dos filhos, profissão dos filhos) 5. Lugar onde nasceu 6. Lugares em que morou 7. Trabalhos que já realizou 7. A profissão atual 8. A profissão dos pais 9. Saber por que trabalha com material reciclável 10. Quem compra o material reciclável 11. Necessidade para melhorar o seu trabalho 12. Renda mensal com venda de material reciclável 13. Material que mais coleta e saber o porquê 14. É cooperado, saber o porquê 15. A importância da cooperativa para o seu trabalho 16. As mudanças necessárias para melhorar a gestão da cooperativa
--

As entrevistas conjugadas com a observação participante possibilitam aprofundar as questões discutidas e esclarecer os problemas observados, uma vez que a observação contextualiza a prática das entrevistas. Neste estudo, foram realizadas onze entrevistas, totalizando duas horas, dezenove minutos e trinta e quatro segundos de gravação em áudio digital, sendo transcritas, posteriormente, totalizando sessenta e sete páginas digitalizadas, conforme Quadro 3.5 apresentado a seguir.

Quadro 3.5 – Resumo das entrevistas

Data da entrevista	Número da gravação	Entrevistado (a)	Duração da entrevista	Número de laudas de transcrição	Situação do entrevistado
05/04/2011	01	Fama	8:56'	05	Cooperada
05/04/2011	02	Franco	9:46'	09	Não cooperado
05/04/2011	03	Mina	9:19'	09	Não cooperada
16/04/2011	04	Esmo	26:57'	11	Não cooperado
07/07/2011	05	Hena	12:12'	13	Cooperada
17/08/2011	06	Vio	3:44'	03	Cooperado
17/08/2011	07	Neiva	4:56'	04	Cooperada
17/08/2011	08	Vana	7:55'	04	Cooperada
14/09/2011	09	Bel	5:26'	04	Cooperada
14/09/2011	10	Leide	4:05'	02	Cooperada
14/09/2011	11	Juli	4:48'	03	Cooperada
Total	11	-	1:38:04'	67	

Dessas onze entrevistas, somente 4 foram utilizadas nas análises. As entrevistas realizadas com Franco e Mina, catadores não cooperados, e, Fama e Vana, cooperados, que se encontram em destaque. Escolhi dois cooperados filiados à cooperativa e dois não filiados para equilibrar a discussão e, como o quadro retrata, há mais entrevistas realizadas com catadores cooperados do que com catadores não cooperados. Isso aconteceu devido à dificuldade para localizar os catadores não cooperados na cidade e, quando são localizados, eles não desejam parar seu trabalho para dar entrevista.

Escolhi as entrevistas realizadas com Mina, Franco, Vana e Fama porque são as entrevistas que abarcam com maior densidade os problemas enfrentados pelos catadores independentes e cooperados. Elas contribuem para que o leitor possa visualizar e compreender melhor o serviço de catação em uma cidade do Estado de Mato Grosso e, ao mesmo tempo, exibir os dois contextos de trabalho de catadores de materiais recicláveis.

3.4.2 A observação participante

Uma das principais maneiras de desenvolver uma pesquisa qualitativa é a etnografia, cujo instrumento principal de coleta de dados é a observação participante. A observação participante faz com que o pesquisador seja um sujeito que esteja interagindo em um contexto, levando em consideração a cultura de outros que também se encontram nesse mesmo contexto. É um instrumento de geração de dados importante, porque ajuda na maneira de analisar o todo porque o pesquisador procura conhecer o aspecto cultural daquela realidade, compreendendo determinadas ações.

De acordo com Schwartz & Schwartz (1955 *apud* André, 1995, p. 71), a observação participante tem três perspectivas: uma apresentação operacional do processo, descrição das partes do processo e uma avaliação dos elementos humanos, bem como a utilização na coleta de dados. É participante, porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a ou sendo afetado por ela (André, 1995: p 28).

Esse grau de interação, segundo Ludke & André (1986), sugere uma escala de um *continuum* de observação: participação total, participante-como-observador, observador-como-participante e observador total, como bem observa Silva (1991, p.51). O participante total é um observador que não revela sua identidade para o grupo e nem seus objetivos, dessa forma ele age espontaneamente no grupo coletando informações que sejam de seu interesse. O participante-como-observador não oculta sua identidade, mas só revela parte do que pretende investigar. Isso possibilita aos participantes terem a consciência de suas relações. O observador-como-participante revela ao grupo sua identidade e os objetivos do estudo. Apesar de o pesquisador estar subordinado ao grupo que controla o que pode ou não divulgar da pesquisa, ele pode contar com a ajuda do grupo para fornecer-lhe uma diversidade de informações. O observador total é uma situação de afastamento, o pesquisador não interage com o grupo, sua atividade é desenvolvida sem que o grupo perceba.

As observações do etnógrafo são sempre orientadas por imagens do mundo que determinam quais são os dados principais e quais não o são: um ato de atenção em relação a um objeto e não a outro revela uma dimensão do compromisso de valor do observador, bem como seus interesses repletos de valores (Vidich & Lyman, 2006, p. 52). Assim, a observação ajudará na compreensão geral do contexto, possibilitando categorizar a geração de dados em primária ou secundária.

Para gerar os dados, optei em adotar a posição de observador-como-participante, pois eu necessitava, constantemente, de interagir com os participantes, ajudando-os na compreensão de alguns fatores que os impediam de desenvolver enquanto cooperativa e, ao mesmo tempo, precisava de mais informações para reorganizar as ações que pudessem contribuir com fortalecimento do grupo. A preocupação maior não em anotar tudo o que era observado, mas ajudar o grupo com o que ele necessitava. Muitas vezes o foco não foi o da pesquisa, mas o de ajudante, contadora, faxineira, arquivista.

Nesta fase, levei a cabo nove observações participantes, das quais apresento o dia e o mês de execução. Em alguns dias das observações, realizei cinco conversas colaborativas, das quais relato o dia, o mês, o tempo de duração e a quantidade de laudas digitalizadas. As observações e as conversas colaborativas compreenderam os meses entre abril de 2011 e fevereiro de 2012, conforme descrito no Quadro 3.5.

Cabe ressaltar que as conversas ocorriam de maneira espontânea, de acordo com a necessidade de pontuar alguma questão mais direta com a presidente. As conversas levadas a cabo não estavam atreladas às observações, mas ocorreram nos dias das observações, porque foram os dias em que eu estava em campo. Somente a primeira conversa teve um agendamento prévio, porque a presidente precisava ler o estatuto para elaboração do regimento, conforme registrado no Quadro 3.6.

Quadro 3.6 – Resumo das observações e das conversas colaborativas

Data das observações e das conversas colaborativas	Número da observação	Duração da conversa	Número de laudas de transcrição	Tópico
05/04/2011	01			
16/04/2011	02			
16/06/2011	03	1:02:41'	22	Regimento e Estatuto
07/07/2011	04	15:42'	06	Preços e produtos
11/08/2011	05	28:00'	13	Organização da cooperativa
17/08/2011	06			
14/09/2011	07			
16/10/2011	08	19:35'	09	Problemas da cooperativa
16/02/2012	09	1846	08	O percurso da cooperativa

Devo ressaltar que às vezes eu ia para a cooperativa, concretizava as observações, mas não realizava as conversas. Outras vezes, conversas surgiam conforme sentia a necessidade de pontuar alguma inquietação – ora apresentada durante as entrevistas, ou durante o meu próprio convívio com o grupo na cooperativa – para Tina, a presidente, ou quando ela pedia alguma ajuda e esse pedido de ajuda estivesse atrelado ao foco da pesquisa. Geralmente eram ações que deveriam ser executadas para dar mais confiabilidade e assim contribuir para fortalecer o grupo.

3.5 A descrição do cenário e dos viajantes

Esta seção compreende dois subtópicos: a descrição do cenário da pesquisa e a caracterização dos participantes, cuja colaboração encontra-se enriquecida por onze depoimentos colhidos em entrevista.

3.5.1 O cenário

O primeiro contato com a cooperativa foi em 2008, quando fui apresentada por um grupo de colegas da instituição federal em que trabalho, que tinha como objetivo implantar um Projeto de Incubadora de Empresas com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para formação dos catadores veiculados à cooperativa. Ao chegar à cooperativa e em visita ao depósito de lixo da cidade, percebi que não poderia ficar indiferente, pois o contexto de trabalho era muito precário: pessoas se misturando ao lixo, morando em carros ou barracos feitos de lona, sem banheiros, e a água era baldeada da cidade, mal possibilitava fazer comida e beber. Chegando à escola, logo escrevi um projeto para alunos bolsistas do PIBIC¹⁷-Júnior com apoio da FAPEMAT¹⁸, cujo edital se encontrava aberto. Assim que saiu a aprovação do projeto, comecei um trabalho tímido, com muita cautela, procurando compreender o contexto de trabalho de catadores, por que alguns deles estavam no depósito de lixo urbano na cidade, os chamados lixões, e outros na cooperativa, local em que alguns catadores são cooperados e vendem, por um preço mais alto, o material que coletam na rua durante o dia. Com o passar dos anos, o grupo foi demonstrando confiança em mim, o que me permitiu transpor as portas da cooperativa, apontando os principais problemas que dividiam o grupo de trabalhadores, vozes em conflito, e a necessidade da mitigação desse conflito para fortalecer o grupo diante

17 Projeto de Iniciação a Bolsista em Iniciação Científica

18 Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.

da legislação brasileira, do poder institucional – Secretaria de Meio Ambiente. Trata-se basicamente de estabelecer uma situação de colaboração, em que o pesquisador tem que se preocupar em esclarecer para o grupo de colaboradores o que se pretende investigar e as possíveis contribuições favoráveis advindas do processo investigativo.

Neste trabalho, por necessidade de delimitação do *corpus*, uso uma “lupa” para observar o movimento dos catadores de materiais recicláveis que se encontram na cooperativa. Essa escolha está pautada na necessidade de perceber os problemas de ordem social, organizacional e política, para que durante e posteriormente ao processo de geração de dados, possa colaborar com ações que venham contribuir com o fortalecimento da cooperativa, principalmente, o retorno dos catadores que dela se afastaram e, hoje, se encontram fora do grupo.

Durante o período de geração de dados, além de visitar os catadores em suas casas, no depósito de lixo da cidade, nas ruas da cidade, para a realização das entrevistas, dava-me ao relativo luxo de me sentar em uma cadeira branca de plástico, com o assento rachado, sob uma cobertura de eternit, rodeada por latões, papéis, motores, fios, cachorro, e ficava a observar aquele ambiente de trabalho.

Nesse ambiente, havia quatro pessoas trabalhando sem parar: Vana, que tirava os materiais de um carrinho, colocando-os nos montes conforme sua classificação (papel, alumínio, plástico), Tina e Victor, que prensavam garrafas pet, e Vio³, que amarrava um carrinho em uma moto para ir aos mercados coletar papel.

Entrava um, saía outro, e assim o dia ia passando... de repente, aparecia um caminhão da prefeitura cheio de material que fora recolhido na cidade e o guia da cooperativa, assim que o caminhão entrava, já se posicionava na frente, orientando quanto ao lugar para o descarregamento. O motorista subia a caçamba, o barulho era terrível, a poeira levantava, não apenas a que estava nos materiais, mas também a do terreno de chão batido. O material era despejado, todo misturado, móveis velhos, ferros, papéis, pneus, latas, plásticos, dentre outros detritos que uma cidade pode produzir de resíduo sólido. Logo que o caminhão saía, todos, homens e mulheres, como se fossem formigas em uma colônia, sabendo de sua missão no formigueiro, pegavam um tipo de material e o jogava em pequenos montes espalhados pelo pátio ou em grandes *bags*. A área onde se armazenava todo material coletado era retangular e pequena, de chão, recortada em vários montes, cada um para um tipo de material sólido reciclável: ferro, alumínio, cobre, pneu, plásticos, vidro, papel. Ela rodeava todo o muro interno do terreno; três árvores amenizavam o calor do sol e, ao centro, uma prensa antiga, manual, de difícil manuseio para o prensador. Às vezes, eu observava que nem mesmo o

plástico queria ser prensado, pois se desgrudava do monte quando a prensa ia se aproximando. Esse movimento se repetia várias vezes ao dia, e pacientemente, o prensador o colocava novamente no monte, passava mais uma volta de arame, para ser prensado.

O pátio da cooperativa tem um espaço interno para depositar os resíduos sólidos. Do lado direito do portão fica a área de espera, lugar designado para colocar os resíduos misturados assim que eles chegam à cooperativa. Do lado esquerdo do portão ficam os resíduos separados com maior fluxo de venda: cristal, garrafas pet, papelão, plástico duro, uma área de reserva, usada para outros materiais de menor fluxo e, no canto, o escritório. No muro interno do fundo, seguindo o escritório, há uma balança, em seguida, uma área para separação do material. No centro, está a prensa. Essa logística interna foi elaborada pelos alunos do curso de Administração de uma universidade local, conforme Figura 3.1.

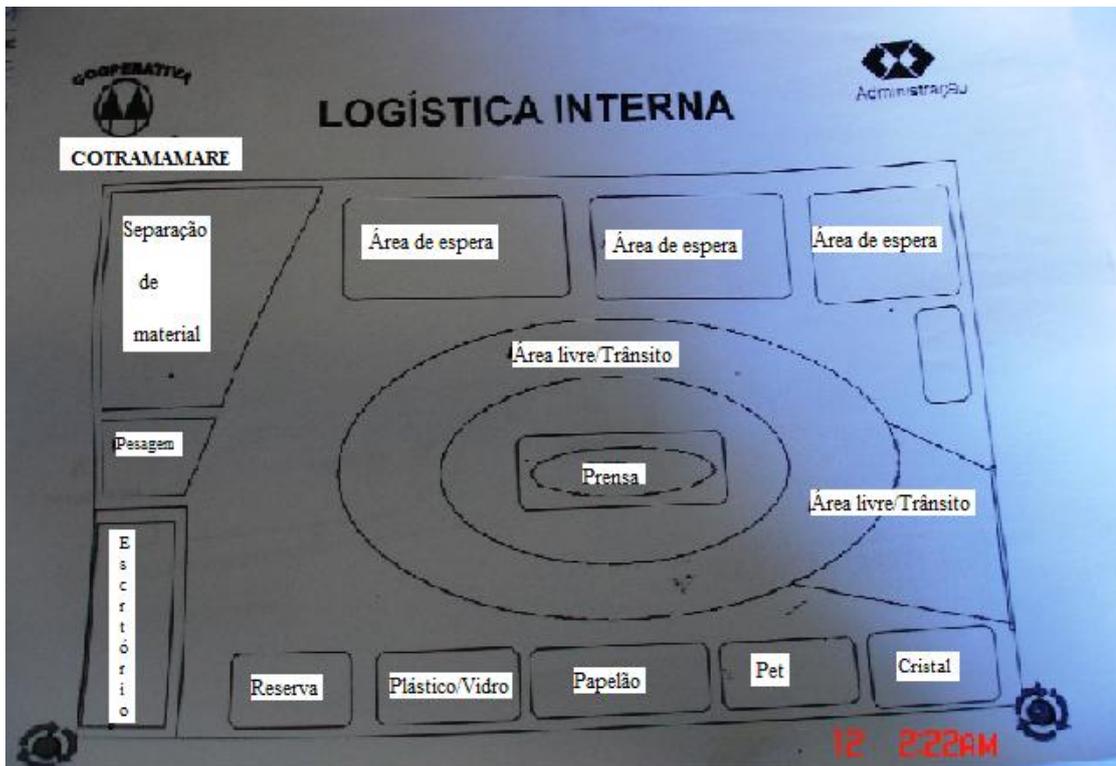


Figura 3.1 – Logística interna da cooperativa

Apesar desse planejamento logístico, a gestão da cooperativa não o seguia, uma vez que pude identificar certa improvisação, decorrente, talvez, da ausência de um plano funcional de trabalho mais adequado ao ambiente físico tão reduzido. A parte interna reservada para a área de circulação foi ocupada pela prensa e por alguns *bags* cheios de materiais separados, conforme Fotografia 3.1.



Fotografia 3.1¹⁹ – Pátio interno da cooperativa (Souza, 2011)

A Fotografia 3.1 mostra a prensa ao lado direito, logo após o portão, assim que se entra no pátio, e vários “bags” grandes onde os resíduos ficam pré-selecionados. Esta área era para ser área de circulação.

A Fotografia 3.2 retrata o lado direito do pátio da cooperativa, onde seria para estar a área de espera.



Fotografia 3.2 - Pátio interno da cooperativa (Souza, 2011)

19 A Fotografia 3.1 mostra o lado direito da parte interna do pátio assim que se passa pelo portão de entrada da cooperativa.

Em julho de 2011, a cooperativa deixa esse espaço físico e é transferida para o distrito industrial da cidade. Agora não há mais um planejamento logístico e nem poeira. Há um barracão com um espaço de aproximadamente 100 metros de comprimento e 30 de largura. O aluguel do espaço é pago pela prefeitura, que respaldada pelo Decreto nº 7.404/2010, pode contratar a cooperativa sem processo licitatório. Além do aluguel, a prefeitura paga um motorista e mantém um caminhão da campanha de coleta seletiva da cidade para transportar os catadores durante a coleta na cidade. Dessa forma, só chegam à cooperativa os resíduos sólidos. O caminhão vem, entra no barracão, e um cooperado retira o material que será separado, logo em seguida, por duas cooperadas. A prensa fica no interior do barracão, ao lado esquerdo, e, ao lado direito, ficam os *bags* para separação. Assim que os *bags* estão cheios, são retirados para a área externa da cooperativa, conforme Fotografia 3.3.



Fotografia 3.3 - Pátio externo da cooperativa (Souza, 2011)

Como pode ser observado, os materiais ficam a céu aberto sobre palites. Isso é prejudicial para a cooperativa, porque pode causar prejuízos quando chove, principalmente com o papelão, que, molhado, tem seu preço reduzido no mercado.

3.5.2 Os participantes

Os participantes deste estudo são onze catadores de materiais recicláveis cooperados da COTRAMAMARE, entre os quais, dois são cooperados desde a fundação da cooperativa e

permanecem ativos no trabalho. Um dos que havia sido cooperado saiu e, agora, com a mudança da cooperativa para o distrito, voltou. Cinco se filiaram à cooperativa depois também da mudança para o distrito industrial; são cooperados novos. Entre os outros três, dois nunca foram cooperados e um diz não ser mais cooperado, mas permanece com seu nome nos livros de registro, acreditando que só pelo fato de não frequentar a cooperativa já está desligado.

Pela ata de constituição da cooperativa, em 2005, havia vinte e um cooperados, com o passar dos anos eles foram se afastando, mas seus nomes constam nos livros de registros da cooperativa porque eles não seguiram os trâmites legais: enviar carta à presidente, solicitando o afastamento das atividades da cooperativa e o registro em Ata de Assembleia, relatando o motivo do afastamento. Isso acontece porque não está claro para os catadores, o que constitui um trabalho cooperado. Com o passar do tempo, alguns catadores foram desistindo de trabalhar com material reciclável, preferindo trabalhar em lavoura, aviário, sonhar com sua própria terra em assentamento ou montar seu próprio negócio. O Quadro 3.7 apresentado a seguir revela a situação atual dos cooperados que fundaram a cooperativa em 2005.

Quadro 3.7 – Demonstrativo dos cooperados²⁰ na Ata de Fundação e seus respectivos trabalhos²¹.

Cooperados	Situação Atual
1. Beto	Afastado da cooperativa
2. Fama	Ativa no trabalho cooperado
3. Dado	Ativo no trabalho cooperado – está operado da coluna
4. Edinalda	Afastada da cooperativa
5. Eleuza	Afastada da cooperativa
6. Esmo	Afastado da cooperativa
7. Mana	Ativa no trabalho cooperado – mora em assentamento
8. Isabela	Afastada da cooperativa – mora em assentamento
9. João	Afastado da cooperativa – trabalha em sitio
10. Lauro	Afastado da cooperativa
11. Léia	Afastada da cooperativa – mora em assentamento
12. Lima	Afastado da cooperativa

²⁰ Os nomes dos cooperados usados neste trabalho são pseudônimos.

²¹ Dados obtidos na Ata de Fundação da Cooperativa em 12 de setembro de 2005 e durante as conversas colaborativas com a presidente.

13. Mara	Afastada da cooperativa – trabalha em sítio
14. Marta	Afastada da cooperativa – abriu empresa de reciclável
15. Moa	Afastado da cooperativa
16. Pedro	Afastado da cooperativa – trabalha com caminhão
17. Samara	Afastada da cooperativa
18. Sebastião	Afastado da cooperativa
19. Selene	Afastada da cooperativa
20. Vania	Afastada da cooperativa
21. Vana	Ativa no trabalho cooperado

A situação socioeconômica é baixa para a quantidade de filhos. A maioria não tem ensino fundamental completo, o que dificulta encontrar emprego no mundo do trabalho, que está cada vez mais exigente, só restando a profissão de catador de material reciclável. Alguns catadores não possuem experiência profissional em outra atividade, a não ser doméstica, para as mulheres, e trabalho no campo, para os homens. A idade também é um fator que exclui as pessoas do mundo do trabalho no Brasil. Infelizmente, quando a pessoa passa dos trinta anos, já encontra dificuldades para encontrar trabalho, ficando, assim, à margem da sociedade.

O Quadro 3.8 apresenta um resumo do perfil situação sociolinguístico dos quatro catadores a partir de entrevista realizada e analisada no Capítulo 5.

Quadro 3.8 – Perfil sociolinguístico dos catadores entrevistados

Nome	Idade	Escolaridade	Estado civil	Número de filhos	Procedência	Ocupações	Renda mensal
Franco	Acima de 60	4ª série	Casado	5	Bahia	Lavrador Enxada	500,00
Mina	39	4ª série	Solteira	3	Bahia	Doméstica	500,00
Fama	44	2ª série	Casada	5	São Paulo	Fazenda	400,00
Vana	51	3ª série	Solteira	1	Paraná	Lavoura Roça Fazenda	550,00

A descrição detalhada de cada participante se encontra no Capítulo 5 antes da transcrição das entrevistas cedidas por eles. Decidi realizar esse movimento, fugindo um

pouco dos princípios metodológicos, porque acredito que a descrição dos colaboradores na metodologia distanciaria o perfil deles de suas falas, o que evitaria a construção simbólica de suas imagens pelos leitores da tese.

3.6 O mapa da viagem

Como já mencionado neste capítulo, utilizarei como instrumento de coleta de dados quatro documentos: a Lei nº 5.764, o Estatuto da Cooperativa, o Regimento da Cooperativa e as Atas das assembleias, além da observação participante, das conversas colaborativas e das entrevistas. Esses instrumentos de coleta de dados são importantes porque foram coletados e gerados dentro de um contexto sociocultural que evidenciam as forças ocultas que determinaram suas escolhas linguísticas. Os procedimentos de análise que coadunam com a linguagem enquanto aspecto sociocultural de um povo é a Análise de Discurso Crítica.

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma corrente teórica e também um método para realizar análise no âmbito da pesquisa social crítica, a qual deve preocupar-se com os problemas sociais que enfrentamos no dia a dia, o que leva o pesquisador a refletir sobre os problemas sociais e, principalmente, questionar a existência de pessoas que vivem em situação de inóxia, enquanto outras em contexto de abundância. Assim, o pesquisador crítico carrega a missão de se preocupar com um trabalho de investigação que possa contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas que se encontram em situação de desigualdade social.

Análise de Discurso Crítica é, nesse sentido, uma abordagem multidisciplinar (Pedro, 1997, p. 26), interdisciplinar (Wodak & Meyer, 2009, p.7) e transdisciplinar (Fairclough, 2003, p.6) para estudos críticos da linguagem como prática social. Está inserida na tradição da “ciência social crítica”, comprometida em oferecer suporte científico para questionamentos de problemas sociais relacionados a poder e justiça (Silva, 2003a, 2010, 2011). Ao dialogar com outras áreas de conhecimento, a ADC operacionaliza seus conceitos e, da mesma forma, pretende ser útil para estudos críticos que envolvam linguagem, pois em tudo que envolve linguagem há uma relação com o social e esta é dialética. Segundo Chouliaraki & Fairclough (1999, p. vii), “questões sociais” são, em parte, “questões do discurso” e vice-versa. De tal modo, a linguagem está para a vida social da mesma forma que a vida social está para a linguagem.

Contribui Silva (2008, p.268) para a discussão voltada para questões sociais, ao relatar, em seu trabalho a questão da pobreza nas ruas. Ressalta a autora a importância de

pesquisas voltadas para desnaturalização de práticas sociais geradores de opressão, comungando o objetivo da ADC de emancipação, que se volta para problemas enfrentados pelos “perdedores” em determinadas formas de vida social – os pobres, os excluídos sociais, as pessoas sujeitas a relações opressivas devido ao seu gênero ou sua raça (Fairclough, 2003, p. 185).

A propósito, assinando a discussão com Fairclough (2003) acerca da importância de emancipação balizada pelos estudos da ADC e do realismo crítico, Papa (2005; 2008a) e Barros (2009, 2010) destacam três níveis de reflexão crítica os quais são de fundamental importância para a compreensão dos fenômenos sociais, incluindo seus poderes e causas. São eles: *estrutura interna; relações microssociais e relações macrosociais*. Segundo Barros, essas três níveis operam simultaneamente nas relações sociais de qualquer natureza. Compreender como essas redes são entrelaçadas é o grande desafio para pesquisadores que desejam enveredar pela busca de emancipação e transformação social.

Por outro lado, sugere van Dijk (2003, p. 354) que a ADC é um tipo de pesquisa de análise de discurso que primeiramente estuda a maneira como abuso de poder, domínio e desigualdades são promulgados, reproduzidos e resistidos pelo texto e pela fala no contexto social e político. Ainda ao corroborar as discussões de van Dijk, Pedro (1997, p. 25) relata que um dos objetivos da ADC é “o de analisar e revelar o papel do discurso na (re) produção da dominação”. Conforme a autora, o exercício do poder social por elites, instituições ou grupos resulta em desigualdade social, onde estão incluídas a desigualdade cultural, política e a que deriva da diferenciação e discriminação de classe, de raça, de sexo e de características étnicas. Portanto, o analista quer compreender, expor e, finalmente, resistir às desigualdades sociais promovidas pelas relações de poder de um grupo sobre outro.

3.7 A bússola metodológica de quatro estágios

Esta seção configura quatro estágios balizados pela proposta mais recente de Fairclough (2010), em termos do arcabouço teórico-metodológico de análise nos moldes críticos. Deste modo, Fairclough (2010, p. 226) propõe uma variante da crítica explanatória de Bhaskar (1986) e de Chouliaraki & Fairclough (1999), que pode ser formulada em quatro estágios, conforme apresentado na Figura 3.2, a seguir:

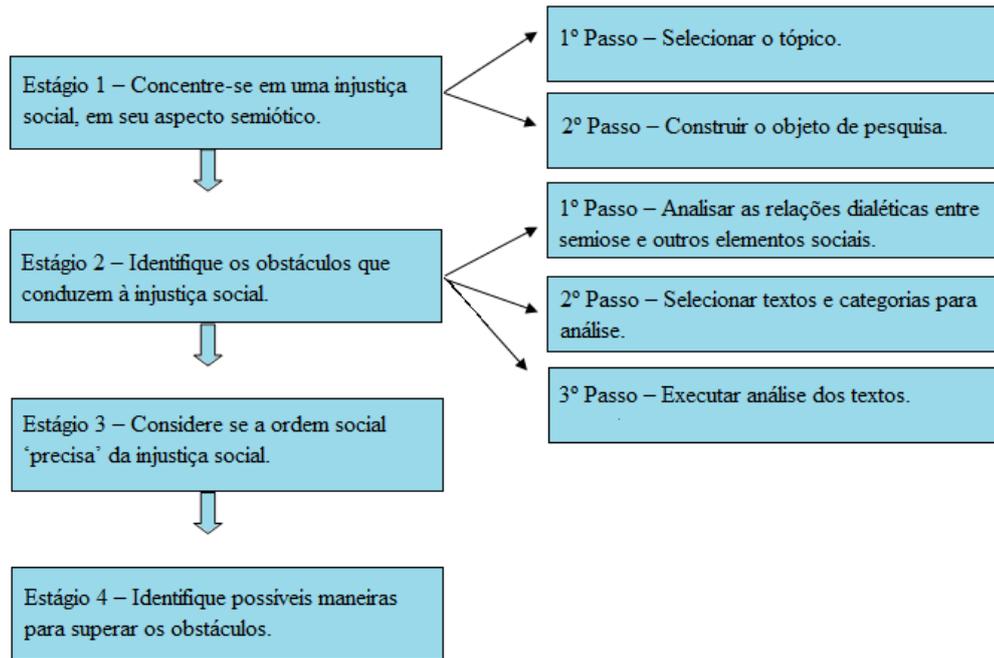


Figura 3.2 – Estágios e passos da metodologia em ADC.

Fairclough (2010, p.226) explica que o termo ‘*social wrong*’, que traduzo, aqui, como ‘injustiça social’, é usado para incluir injustiças e desigualdades que as pessoas experienciam, mas se fossem dadas certas condições sociais, elas poderiam ser corrigidas ou pelo menos mitigadas. O autor cita, como exemplo, assuntos de desigualdades em acesso a bens materiais, falta de direitos políticos, desigualdades diante da lei ou das diferenças de identidade cultural e étnica. Ainda ao argumentar sobre a escolha do termo ‘*social wrongs*’, Fairclough (2010, p.235) esclarece que ‘injustiças sociais’ podem ser compreendidas como ‘aspectos de sistemas sociais, formas ou ordens que são prejudiciais ao bem-estar humano e que poderiam a princípio ser melhoradas, se não eliminadas. Portanto, a sua proposta com a pesquisa crítica estaria voltada para melhorar, se não eliminar, situações que deixam as pessoas em situação de desvantagens sociais, culturais e econômicas e não proporcionam o bem-estar humano.

A partir dessas considerações, Fairclough (2010, p.235) propõe a divisão do Estágio 1 em dois passos. No primeiro passo, cabe ao pesquisador selecionar o tópico da pesquisa que se relaciona com ou aponta para uma injustiça social que pode produtivamente ser aproximado de maneira transdisciplinar com um foco particular nas relações dialéticas entre a semiótica e outros ‘momentos’, compreendidos aqui os vários momentos do desenvolvimento da pesquisa. Já o segundo passo consiste em construir objeto de pesquisa, inicialmente tópicos de pesquisa, identificados por teorizá-los de maneira transdisciplinar. Nesse sentido, o tópico de pesquisa marca a relação entre as estratégias e políticas nacionais e a economia global. Há

uma preocupação do autor quanto à delimitação do objeto de pesquisa. Ele apresenta alguns exemplos, entre eles, uma controversa formulação de ‘injustiça social’ poderia ser que o bem-estar (prosperidade material, segurança, liberdade política) de algumas pessoas está sendo injusto ou sacrificado injustamente pelos interesses de outras pessoas. O autor também deixa evidente que não há uma perspectiva teórica certa para atender a essas necessidades, mas isso é uma questão de decisões de pesquisadores sobre quais perspectivas teóricas podem enriquecer o campo teórico com uma base para definir objetos coerentes para a pesquisa crítica e para aprofundar a compreensão desse processo, as suas implicações para o bem-estar humano e as possibilidades para melhorá-lo.

Nesta pesquisa, por exemplo, o desligamento de catadores de materiais recicláveis de uma cooperativa constitui o tópico de pesquisa. Esse tópico foi escolhido porque os catadores de materiais recicláveis são pessoas que vivem socialmente apagadas, sobrevivendo daquilo que a sociedade moderna descarta. Trata-se de uma classe de trabalhadores que estão em busca de reconhecimento e de melhoria das condições de trabalho e de vida. Já o objeto de pesquisa são os discursos que circulam no contexto de trabalho de catadores de materiais recicláveis, uma cooperativa e o lixão. A partir dos estudos realizados com esses discursos, procurar-se-á compreender o que acontece nesse ambiente de trabalho que vai de encontro ao bem-estar humano dos catadores.

Para Fairclough (2010, p.237), o estágio 2 propõe ao pesquisador chegar à injustiça social de forma indireta ao questionar de que maneira a vida social está estruturada e organizada para preveni-la de estar direcionada. Para ele, é necessário propor uma análise de ordem social e um ‘ponto de partida’ para esta análise pode ser semiótico, o qual requer selecionar e analisar textos relevantes e direcionar as relações dialéticas entre a semiose e outros elementos sociais. Assim, ele divide em 3 passos o estágio 2. O primeiro passo consiste em analisar as relações dialéticas entre semiose e outros elementos: ordens de discurso e outros elementos da prática social, bem como textos e outros elementos dos eventos. O segundo passo versa em selecionar textos, focalizar e categorizar para a análise deles à luz da constituição do objeto de pesquisa apropriado. O terceiro implica desenvolver a análise de textos de forma interdiscursiva e semiótica/linguística.

Esses três passos, para o referido autor, devem ser desenvolvidos juntos e indicam uma característica importante dessa versão da ADC ao propagar que a ‘análise textual é somente uma parte da análise semiótica e a primeira deve estar adequadamente moldurada dentro da última’. O objetivo é desenvolver especificamente um ‘ponto de partida’ para constituição do objeto de pesquisa através do diálogo entre teorias e disciplinas diferentes.

Fairclough (2010, p.238) anuncia que a análise textual inclui tanto uma análise linguística quanto uma análise interdiscursiva (análise de quais gêneros, discursos e estilos são desenhados e como eles estão articulados juntos). Além disso, a análise interdiscursiva tem o efeito crucial de constituir um internível de mediação que conecta a análise linguística com formas relevantes da análise social e a análise de texto como parte de um evento com a análise de práticas sociais – para o autor, em termos mais gerais, a análise de evento (ação e estratégia) com a análise de estrutura. Dessa maneira, a análise interdiscursiva compara como os gêneros, discursos e estilos estão articulados juntos em um texto, como parte de um evento específico, e ordens de discursos mais estáveis e duráveis como parte de redes de práticas sociais que são objetos de várias formas de análise social.

Ao verificar o primeiro passo, analisar as relações dialéticas entre semiose e outros elementos sociais, vejo como ponto de partida para esse estudo, identificar os obstáculos que corroboram o afastamento dos catadores da cooperativa e, conseqüentemente, o enfraquecimento das vozes dos catadores. Depois, relacionar esse evento a outros eventos e ordens de discurso que permeiam esse contexto. A ordem do discurso jurídico, estabelecida pela Lei nº 5.764/71, que regulamenta o trabalho cooperado no Brasil e dita o que deve ser prescrito no estatuto, determina como devem agir os catadores. Nesse sentido, a relação intertextual da Lei com o Estatuto que versa do nacional para o local, pode não ser de harmonia, pois nem sempre as mesmas estratégias e políticas atendem a iguais necessidades. No Brasil temos vários tipos de cooperativas e cada apresenta uma identidade muito peculiar. Além disso, relacionar o discurso dos catadores afastados com o discurso da presidente da cooperativa pode elucidar os outros eventos que desenvolvem dentro desse mesmo contexto por retirar o bem-estar humano.

O segundo passo, conforme afirma Fairclough (2010, p.245), ‘a constituição do objeto de pesquisa indica a seleção de textos que contribuirá com estratégias de des/politização. Se o objeto de pesquisa são os discursos que circulam em contexto de trabalho de catadores de matérias recicláveis, os textos selecionados foram entrevistas orais, pautadas em um tópico guia com catadores filiados a uma cooperativa, com catadores independentes e com a presidente de uma cooperativa, bem como a análise documental, o estatuto. O foco voltou-se para o motivo que afasta os catadores da cooperativa e as categorias utilizadas para análise foram modalidade, sistema de transitividade (processos e participantes bem como voz passiva) e as estratégias semióticas, tais como, estrutura genérica, intertextualidade, representação de atores sociais que realizam des/politização incluindo realizações de

legitimação, manipulação, cooperação e identidade. E depois, para concluir o estágio 2, o terceiro passo, que está moldurado pela execução da análise dos textos.

Os catadores que se desligaram não percebem as ordens discursivas presentes na cooperativa, de um lado um presidente que luta para o não fechamento da cooperativa e tenta cumprir o estatuto, e, de outro, a prefeitura, responsável pela gestão dos resíduos sólidos do município e pelo problema social gerado, a inclusão das pessoas no mercado de trabalho.

O estágio 3, para Fairclough (2010, p.238), leva-nos a considerar se a injustiça social em foco é inerente à ordem social, se ela pode ser abordada dentro da ordem social, ou unicamente mudá-la. É uma maneira de ligar ‘é’ ao ‘deve’: se a ordem social pode ser mostrada para inerentemente dar uma elevação às injustiças sociais mais amplas, então esta é a razão para pensar que talvez ela devesse ser mudada, principalmente se a mudança é possível e desejada. Isso, segundo Fairclough (2010, p.239), também se conecta com as questões de ideologia, pois o discurso é ideológico na medida em que contribui para manter e estabelecer relações particulares de poder e dominação.

Assim, o 3º estágio permite ao pesquisador considerar se a ordem social (redes de práticas) prescinde da injustiça social, ou seja, se a ordem social tem interesse que o problema não seja resolvido. O enfraquecimento da cooperativa, por exemplo, fortalece os atravessadores que estão ligados à prefeitura, conseqüentemente, desobrigando o governo municipal de ações de empoderamento que respaldem e ajudem os cooperados a serem independentes. Dessa forma, eles estarão sempre dependendo do assistencialismo do poder público.

No estágio 4, Fairclough (2010, p.239) propõe uma análise crítica mais positiva. Há a necessidade de identificar possibilidades dentro do processo social existente para superar os obstáculos que direcionam para a injustiça social em questão. Isto inclui desenvolver um ‘ponto de partida’ semiótico na pesquisa, de forma que estes obstáculos sejam de fato testados, desafiados e resistidos, situá-los dentro de grupos ou movimentos políticos ou sociais organizados, ou mais informalmente em pessoas no trajeto de seu trabalho diário, vidas sociais e domésticas. Um foco semiótico específico incluiria maneiras em que o discurso dominante seria reagido, contestado, criticado e oposto.

Neste trabalho, busquei a conversa colaborativa com a presidente da cooperativa como uma estratégia de empoderamento da presidente para superar os obstáculos que conduzem o grupo para exclusão social. Escolhi a presidente porque é figura central que move o trabalho cooperado, detém o poder de agregar bem como afastar. É a pessoa que representa e luta pelos direitos dos catadores. Nesse contexto pesquisado, os atravessadores de materiais recicláveis

detêm o poder financeiro e político porque compram o material reciclável dos catadores por um preço bem abaixo do mercado e exportam essa mercadoria para outros estados. É necessário que o grupo de catadores se veja enquanto participante de uma sociedade e que deve permanecer unido para transformar o contexto de trabalho em que está inserido, cobrando da prefeitura suas devidas responsabilidades com a coleta dos resíduos sólidos e orgânicos da cidade, firmadas nos Decretos nº 7.404/2010 e nº 7.405/2010.

Dessa forma podemos desenhar esta pesquisa como exibido na Figura 3.3.

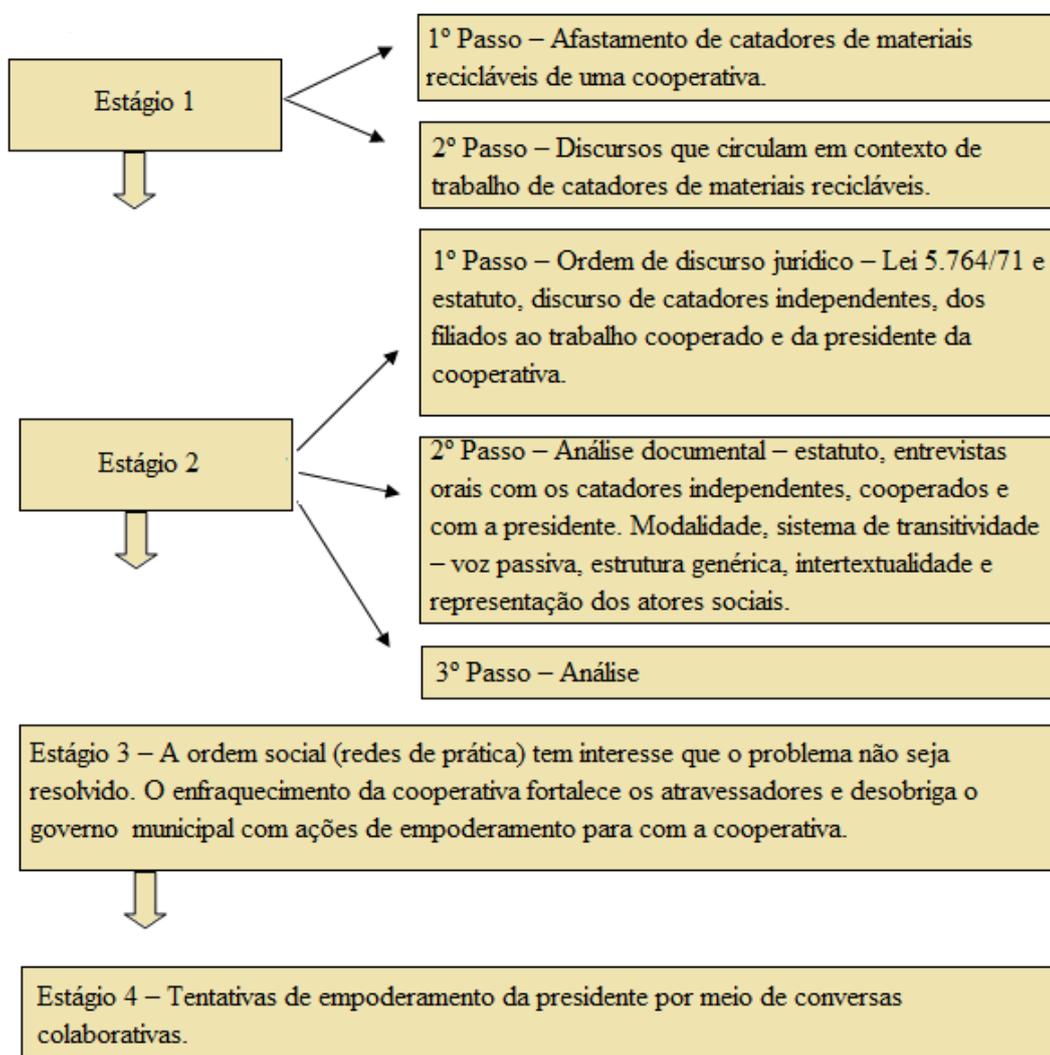


Figura 3.3 – O desenho da pesquisa

A Análise do Discurso Crítica, voltada para a pesquisa social, bem como as ferramentas da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday & Mathiessen, 2004), nos moldes sugeridos por Fairclough (2010) para a análise textual, desdobradas pelas categorias de atores sociais (van Leeuwen, 1997), constituem o ponto de intersecção que nos permite analisar,

descrever e interpretar os textos de maneira crítica. Assim, a união desses três pontos, uma abordagem de análise linguística textual, uma teoria do funcionamento social da linguagem e um estudo das agências sociológicas, possibilitam-nos realizar um estudo em linguagem que contemple a gramática, o contexto social e os sentidos produzidos.

3.8 O GPS utilizado na viagem²²

A linguística de *corpus* é uma ciência que utiliza ferramenta computacional para o armazenamento, tratamento e análise de dados linguísticos. Nesta pesquisa, será utilizado o programa *WordSmith Tools* (Scott, 2008) para organização dos dados e, ao mesmo tempo, busco averiguar como as palavras se comportam no texto documental. O programa disponibiliza ao analista uma série de recursos para o exame de aspectos da linguagem como a composição lexical e a organização composicional de gêneros discursivos que serão objetos de estudo. O instrumento *WordSmith Tools* é composto de um conjunto de programas: Lista de Palavras (*Wordlist*), Concordância (*Concord*) e Palavras-Chave (*Keywords*).

O programa Lista de Palavras (*Wordlist*) possibilita ao analista fazer um levantamento das palavras que compõem o ‘*corpus*’ investigado, colocando-as em ordem alfabética e em ordem de frequência (Scott, 2008).

O *Concord*, usado para análise lexical, permite criar concordâncias das palavras de busca (listas de palavras em contexto), gerar listas de colocados (listas das palavras que ocorrem à esquerda e à direita da palavra de busca selecionada, em ordem de frequência), listas de padrões de colocados (frases comuns) e listas de agrupamentos lexicais, e, finalmente, exibe de um mapa gráfico que mostra onde a palavra ocorre no *corpus*.

Apesar de ter sido idealizado com o objetivo de lidar com grandes quantidades de textos, o programa, quando utilizado em pequeno *corpus*, possibilita categorizar as palavras para análise e interpretação pelo pesquisador, porém, neste estudo, é utilizado como uma ferramenta complementar, para agilizar a localização e a posição dos vocábulos no texto e, ao mesmo tempo, medir a frequência dos mesmos. O uso do *WordSmith Tools* possibilitou-me fazer uma análise mais quantitativa dos dados, o que permite aumentar a confiabilidade e a fidedignidade à pesquisa ora desenvolvida.

²² GPS é um aparelho eletrônico usado para localizar endereços e foi usado metaforicamente neste texto porque o *WordSmith Tools* também é uma ferramenta que o pesquisador utiliza para localizar palavras.

3.9 A triangulação teórica, metodológica e de dados

A triangulação é um recurso metodológico utilizado para imprimir validade e reforçar a fidedignidade da pesquisa por meio do emprego de fontes múltiplas de dados, métodos, teorias, entre outros. Para Duarte (2009), há quatro tipos de triangulação: triangulação de dados – refere-se a recolha de dados recorrendo a diferentes fontes; triangulação do investigador – os investigadores recolhem dados independentemente uns dos outros sobre o mesmo fenómeno em estudo e procedem à comparação de resultados; triangulação da teoria – são usadas diferentes teorias para interpretar um conjunto de dados de um estudo, verificando-se a sua utilidade e capacidade; e triangulação metodológica – utilização de diferentes métodos para coleta e geração de dados.

Nesta pesquisa, é realizada a triangulação teórica, a partir do aporte teórico da Análise do Discurso Crítica, da Linguística Sistemico-Funcional e da Representação dos atores sociais; a triangulação metodológica direciona-me para os procedimentos da Análise do Discurso Crítica, da Pesquisa Colaborativa Crítica e de alguns princípios da etnografia; e a triangulação de dados que me guiaram para as entrevistas, as conversas colaborativas e o documento - estatuto. A tentativa de aproximar a triangulação metodológica, a teórica e de dados é para ampliar e complementar os aportes que sustentam esta pesquisa. Segundo Flick (2004, p.238), esses aportes estariam mais voltados para ampliar o escopo, a profundidade e a consistência nas condutas metodológicas do que uma estratégia para validar resultados e procedimentos. Dessa forma, poderia representar as triangulações propostas, como exibido na Figura 3.4.

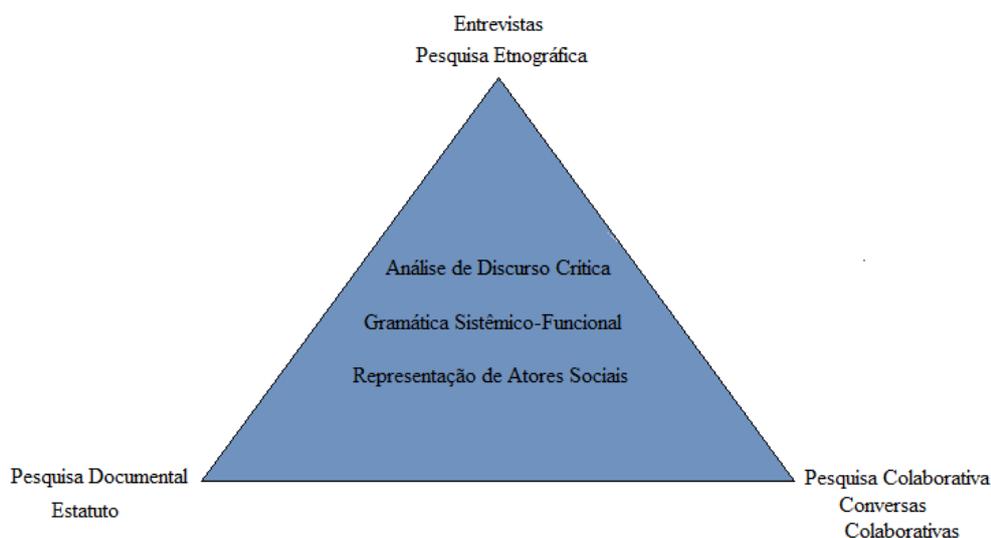


Figura 3.4 – Triangulações da pesquisa

Nesse sentido, a triangulação é importante para execução da pesquisa porque ajuda a fortalecer a credibilidade e a fiabilidade da investigação pela imposição de protocolo como pode contribuir para apontar possíveis contradições.

3.10 O tratamento dos dados

Devido à natureza dos dados, documental e de cunho etnográfico, organizei e tratei os dados de maneira diferente. Assim, No capítulo, 4 apresento a análise dos dados documentais – o Estatuto e, no capítulo 5, a análise dos dados etnográficos – entrevistas e conversas colaborativas.

Quanto ao Estatuto, a primeira ação foi uma leitura minuciosa e detalhada, com foco nos direitos e deveres dos cooperados, seguida de um estudo de sua estrutura composicional. Depois, outra leitura para identificar o estilo do texto e, posteriormente, para acessar as vozes que se faziam presentes. Em seguida, passei a realizar uma análise da representação de discurso por meio de intertextualidade e interdiscursividade. Após essa análise, percebi que a materialidade linguística do texto, representação de processos, voz passiva e modalidade, trazia importante contribuição para identificar a inclusão e a exclusão de atores sociais. Com a ajuda do instrumento computacional *Wordsmith Tools*, fiz levantamento dos processos mais recorrentes no *Wordlist* e a conferência desses processos em seu contexto de uso com o *Concondance*, conforme descrição detalhada no capítulo 4. A partir desse mapeamento, identifiquei as orações flexionadas na passiva e formatadas com modalizadores, com seus respectivos atores sociais, na busca incansável de compreender melhor as intenções discursivas desse texto no contexto de trabalho de catadores de materiais recicláveis.

Quanto aos dados etnográficos, o volume de material selecionado foi bem expressivo. Assim, optei pelas entrevistas mais significativas do ponto de vista do objeto estudado. Procurei usar duas com cada tipo de catador para equilibrar as representações, por eles, construídas, as quais foram aparelhadas de acordo com o tópico em discussão e com a representação construída da profissão, da cooperativa, de si, do lixão, da presidente da cooperativa, do estatuto, do prefeito e do trabalho que executa. Para as entrevistas, pautei-me na análise dos processos e da modalidade.

As conversas colaborativas com a presidente foram elencadas por último. E organizadas de maneira que traziam tópicos relevantes que ajudavam na compreensão das vozes em conflito, assim, exibiam as representações construídas da profissão, dos catadores independentes, dos catadores cooperados, da cooperativa, do cargo de presidente, do lixão,

dos problemas enfrentados na cooperativa e da organização da cooperativa. Os dados também foram tratados com a representação dos processos e modalidade.

3.11 Algumas Considerações

Neste trabalho, optei pela escolha de uma abordagem teórica e metodológica que pudesse contribuir para análise de dados e, assim, auxiliar na aproximação de respostas às questões de pesquisa. As triangulações discutidas neste capítulo proporcionaram-me atribuir sentidos aos diferentes discursos que permeiam o contexto de trabalho de catadores de materiais recicláveis.

A articulação entre os diferentes métodos permitiu-me ampliar o olhar sobre o objeto de pesquisa. Assim, por meio da análise documental, tentei mostrar a estrutura composicional do estatuto, acessar as outras vozes que foram entrelaçadas para a constituição do texto, identificar a representação dos atores sociais e apontar como as escolhas linguísticas contribuem para a omissão de responsabilidades e mitigação de obrigações. Por meio das entrevistas, busquei acessar as representações discursivas dos catadores cooperados, bem como dos catadores independentes para compreender a que discursos eles se filiavam e corroboravam a diminuição do número de trabalhadores na cooperativa, bem como o seu enfraquecimento. Por meio das conversas colaborativas, timidamente, procurei discutir com a presidente da cooperativa alguns entraves que contribuíram com o afastamento dos cooperados, bem como algumas ações que poderiam ser implantadas na cooperativa para fortalecer o grupo.

CAPÍTULO 4

PARADAS PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

*Faça o que fizer. Sou mano de fé.
Sou pai de família. "Sai daqui mané!"
Eu cato papelão. Esse é o meu ganha pão.
Pode acreditar, não sou ladrão.
Cato no lixo, no final do comércio,
na porta do barraco e na porta do edifício.
(Afroage, Catador de papelão, 2008)*

Este capítulo traz uma análise de dados, ancorada nos procedimentos metodológicos adotados, com vistas a responder à seguinte questão de pesquisa: que vozes estão presentes no estatuto que regulamenta a cooperativa de materiais recicláveis? A aproximação de respostas à questão formulada encontra-se balizada pelos trilhos dos significados acionais e representacionais patentes no documento selecionado, cuja análise se desdobra em duas seções, nas quais delimito estações e paradas. Na seção 4.1, apresento o estatuto como documento legal que marca a existência da cooperativa de catadores de materiais recicláveis e como um tipo de texto pertencente a uma cadeia genérica que articula vozes da Lei 5.764/71. Esta seção subdivide-se em dois momentos analíticos. A primeira parada analítica (4.1.1) mostra a estrutura composicional e o estilo que permeiam a escritura do texto e a seguinte (4.1.2) dedicada à intertextualidade manifesta e constitutiva. A seção 4.2, destinada à apresentação da ferramenta computacional *Wordsmith Tools*, envolve uma análise, subdividida em três seções voltadas para a materialidade linguística do estatuto. Na primeira seção, descortino todos os processos presentes no texto com destaque aos processos materiais na voz ativa bem como aos atores sociais incluídos e excluídos. Na segunda, mostro a importância da voz passiva como recurso linguístico, ora de supressão, ora de encobrimento dos atores sociais em elaboração de documentos. Já na terceira, exponho o uso de modalizadores com estruturas na voz ativa e na voz passiva com os respectivos atores sociais. Finalmente, na seção 4.3, faço algumas considerações acerca da análise realizada no presente capítulo 4.

4.1 O nicho do Estatuto como documento legal

Os documentos utilizados para este estudo são a *Lei* nº 5.764/71 do Cooperativismo no Brasil, o *Estatuto* moldado pelos valores da referida Lei, o *Regimento Interno* que

regulamenta as ações dos catadores da COOTRAMAMARE, bem como as *Atas* de registro de decisões, de anseios, expectativas e sonhos dos cooperados.

Nesta seção, apresento a forma hierárquica dos textos que circulam na cooperativa e discuto o motivo que me fez escolher o Estatuto como documento principal para análise linguístico-discursiva. Isso com o propósito de aproximar, já de início, respostas à questão anunciada:

Que vozes estão presentes no estatuto que regulamenta a cooperativa de catadores de materiais recicláveis?

Os demais documentos legais aqui listados serão utilizados de maneira paralela como balizadores que guiam a interpretação de eventos específicos ocorridos no contexto de trabalho de catadores de materiais recicláveis. Uma vez que se trata de textos pertencentes à mesma esfera social da ordem de discurso voltada para o campo jurídico, enquanto documentos cobrem o objetivo de regular, bem como de registrar as ações dos catadores. Apreciemos a Figura 4.1, que permite visualizar o estatuto na hierarquia dos documentos.

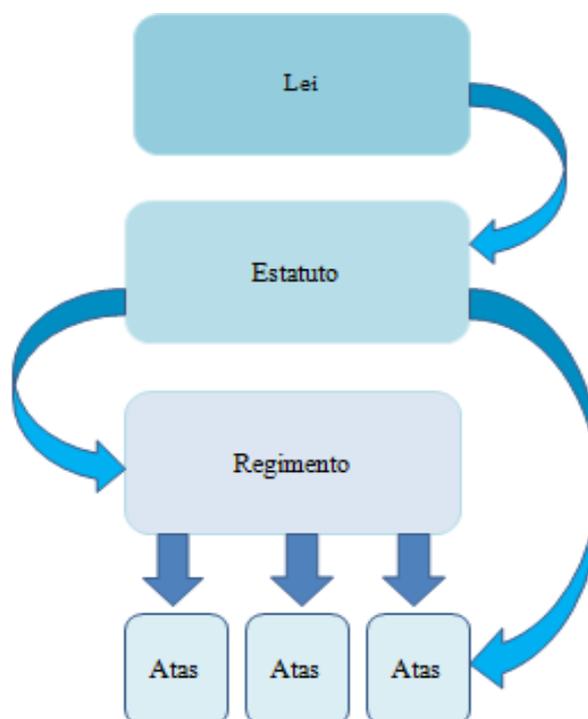


Figura 4.1 – Hierarquia dos documentos²³

O estatuto foi selecionado para abrir o capítulo analítico por representar o documento que marca a existência da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis –

²³ Os documentos são descritos na Seção 3.3.

COOTRAMAMARE – e por se constituir no principal regulador das ações internas desses atores sociais. Como tal, trata-se de um instrumento que determina o que pode e deve ser feito na cooperativa a partir do que está ou não inscrito na Lei nº 5.764/71. No topo da hierarquia, o estatuto segue o que determina a referida Lei e, por se tratar de um documento de base legal, traz regras específicas para o regimento e regulamenta a elaboração das atas.

Essa hierarquia, dentro de uma cadeia genérica de texto pertinente à mesma esfera social, controla e determina ações. Por isso, torna-se relevante observar as vozes que circulam na lei e que são contempladas no estatuto. Nessa perspectiva, faz-se necessário também discutir por que outras vozes foram excluídas do texto.

Ressalte-se que, para Fairclough (2003, p. 75), os gêneros, como forma de interação, constituem tipos particulares de relações sociais entre interactantes que podem variar em duas dimensões: poder e solidariedade, de um lado, e hierarquia ou distância social, de outro. Um ponto relevante de interesse na contemporaneidade concerne à relação entre o que a análise de redes de práticas, instituições, pode sugerir sobre a hierarquia e a distância social e como a hierarquia e a distância social são construídas no gênero.

O estatuto configura um tipo de texto que, desde seu nicho hierárquico, carrega a marca do poder, pois determina o que é permitido no espaço específico de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Pode-se afirmar que o estatuto da COOTRAMAMARE foi tecido com o cuidado de mitigar a distância socioeconômica, bem como os respectivos níveis de letramento existentes entre os responsáveis pela elaboração – técnicos da prefeitura – e os responsáveis pela execução das ações inscritas – os catadores. Por outro lado, a Lei nº 5.764/71, com maior abrangência, regulamenta as ações voltadas para todos os tipos de cooperativas existentes no Brasil.

Como gênero, trata-se de um documento formal relativamente estável com características composicionais bem definidas, formatadas em capítulos, artigos, seções e parágrafos, seguindo a estrutura genérica de uma lei, conforme definido na Lei nº 95/98²⁴. Como documento, versa sobre um tipo de discurso, inserido no campo textual, jurídico, que envolve práticas sociais específicas, uma vez que recontextualiza a Lei nº 5.764/71 para regulamentar os direitos e os deveres dos cooperados de uma cooperativa.

A propósito, sugere Fairclough (2003, p. 32) o termo gênero de ‘governança’ para qualquer atividade dentro de uma instituição ou organização dirigida para regular ou gerenciar

24 A Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

alguma outra (rede de) prática (s) social (s) Assim, os gêneros de governança são caracterizados por propriedades específicas de recontextualização – a apropriação de elementos de uma prática social dentro de outra, colocando a primeira dentro do contexto da última transformando-a em uma maneira particular no processo. Nessa perspectiva, pode-se considerar o estatuto, enquanto recontextualização da Lei nº 5.764/71, como gênero de governança, em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Várias cooperativas criam seus estatutos, tendo como base essa mesma legislação, mas cada um recontextualiza a Lei de acordo com as práticas sociais pertinentes a cada cooperativa.

Além disso, os gêneros de governança ligam diferentes escalas, uma vez que conectam o local e o particular ao nacional/regional (Fairclough, 2003, p.33). A Lei nº 5.764/71, texto produzido para normatização das cooperativas no âmbito nacional, está ligada aos estatutos específicos a cada comunidade local. Desse modo, o governo controla as ações das cooperativas de cada setor produtivo, como se pode observar na Figura 4.2²⁵.



Figura 4.2 – Gênero de governança nas cooperativas

²⁵ A Figura 4.2 foi tecida conforme dados da Organização das Cooperativas do Brasil do Estado de Mato Grosso (OCB/MT) por serem as mais representativas em quantidade e poder econômico no estado. Dados de 31/12/2009.

Conforme ilustrado, no ápice da figura, encontra-se o gênero de governança, Lei nº 5.764/71, essencialmente especializado para 'ação à distância', que, além de conectar o nacional ao local, via estatuto, dita normas e regulamenta o gerenciamento das cooperativas, sem levar em consideração o contexto específico de cada cooperativa, bem como a condição social e econômica de seus cooperados. A cooperativa de catadores de materiais recicláveis recebe o mesmo tratamento que as cooperativas que detêm maior poder econômico, como as do setor agropecuário, educacional, saúde e de crédito. A Lei estabelece a comunicação entre o governo e os catadores de materiais recicláveis e, como bem sugere Fairclough (2003, p.75), a comunicação entre organização e indivíduos é elevada em hierarquia social – as organizações tendem a exercer poder sobre indivíduos – e distância social. As organizações operam em escalas nacional, regional, global enquanto os indivíduos ocupam locais específicos. Essa hierarquia de gênero, topicalizada na Lei e movida pela força centrípeta do Estatuto, funciona como um dispositivo regulador, aumentando o poder de organizações que operam em escala global sobre o individual, o que pode implicar legitimação e alienação.

Como bem observa van Leeuwen (2008, p.108), há várias formas de legitimação. Neste estudo a legitimação presente é a autoridade impessoal das leis, regras e regulações que determinam as ações das pessoas. Os catadores até podem questionar várias coisas que lhes são impostas pela legislação, mas não detêm o poder de modificar, pois ninguém tem autonomia para mudar o que prescreve um gênero de governança, principalmente uma lei.

Apresento, a seguir, uma breve discussão acerca da estrutura composicional e do estilo do estatuto enquanto gênero de discurso²⁶. Depois discuto a intertextualidade e a interdiscursividade, categorias presentes na tessitura do texto em análise.

4.1.1 Entre a estrutura composicional e o estilo

O estatuto é um gênero que apresenta uma estrutura composicional de uma lei, uma vez que está formatado de acordo com as instruções da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Segundo Marcuschi (2004, p. 5), “os gêneros são vistos como textos da vida diária com padrões sócio-comunicativos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo, realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas”.

26 Rojo (2005, p. 185) relata que gêneros discursivos e gêneros textuais são vertentes diferentes, pois a primeira centra-se, sobretudo, no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos e a segunda, na descrição da materialidade textual. Meurer (2005, p.82) aborda que cada gênero ocorre em determinado contexto e envolve diferentes agentes que o produzem e o consomem, por isso a importância de estudar não apenas o texto em si, mas também sua interação com as estruturas sociais.

No caso do estatuto em análise, identifica-se uma estrutura dividida em três partes composicionais. A primeira parte compreende o enunciado do objeto: denominação, sede, foro, área de atuação, prazo de duração e ano social. A segunda apresenta o texto das normas relacionadas com a matéria regulada: os direitos e deveres dos cooperados, a composição do capital social, a organização dos órgãos sociais e do processo eleitoral, os fundos, o balanço, as sobras e as perdas, os livros, a dissolução e a liquidação. A terceira parte envolve as disposições gerais e transitórias. A estrutura composicional do estatuto pode ser apreciada na Figura 4.3 apresentada a seguir.

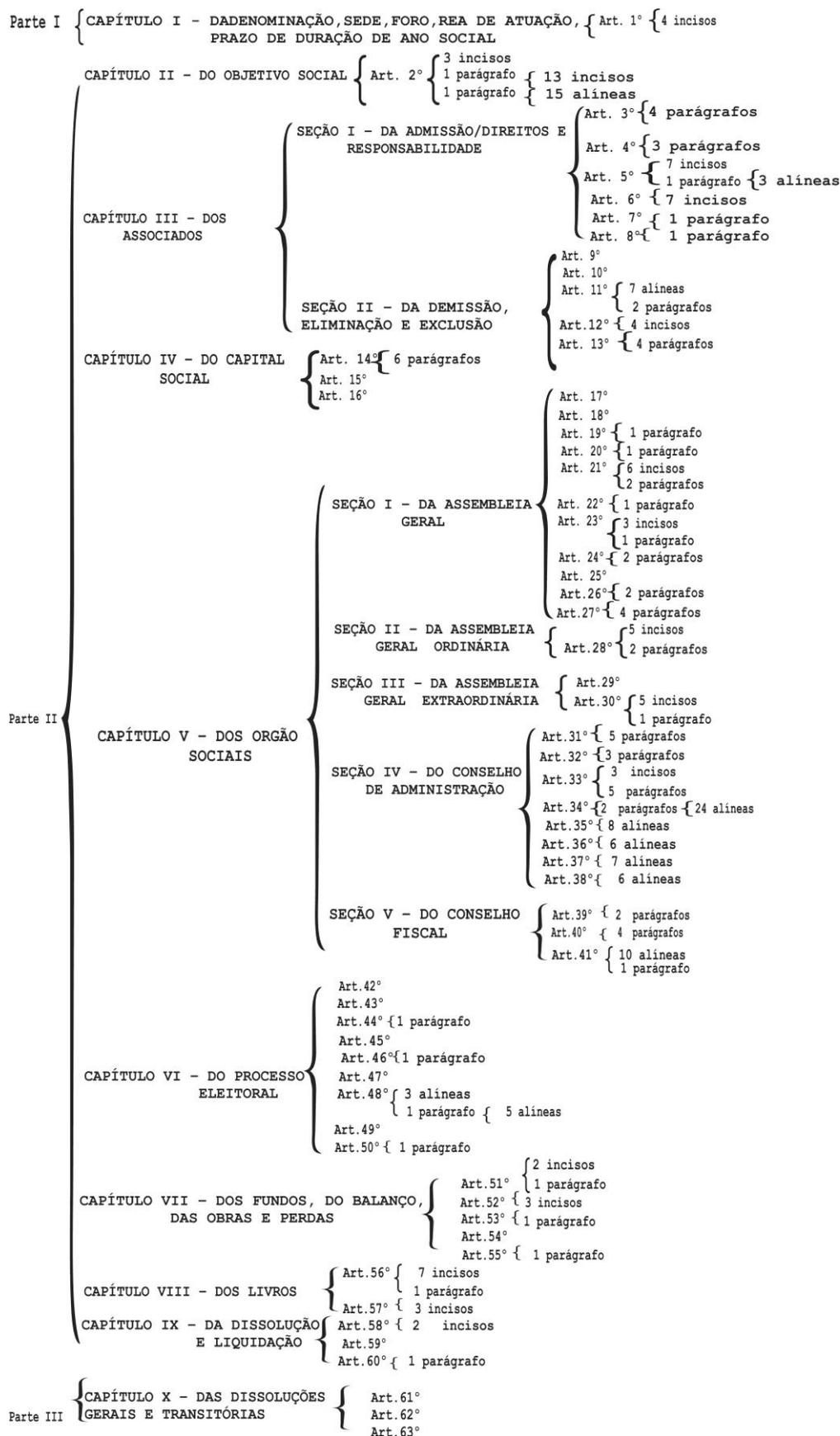


Figura 4.3 – Estrutura composicional do estatuto

De início, cabe destacar que as três partes encontram-se estruturadas de acordo com as orientações da Lei nº 95/1998. Os capítulos I, II, IV, VI, VII, VIII, IX e X são compostos por artigos, unidade básica de articulação, indicados pela abreviatura “Art.”, seguidos de numeração ordinal e sem o símbolo §. Alguns artigos estão desdobrados em parágrafos e/ou incisos, ou em parágrafos e/ou alíneas. Mas o registro do estatuto não segue todas as determinações da Lei nº 95/1998, que apregoa:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

Nota-se que há uma quebra na hierarquia da estrutura de Artigo para alínea nos Artigos 11, 35, 36, 37, 38, 41, 48. Os parágrafos são escritos por extenso, seguidos de numeração ordinal ou utilizando a expressão "parágrafo único"; os incisos são representados por algarismos romanos e as alíneas por letras minúsculas; os redatores do texto não usaram o desdobramento seguindo a orientação da lei até chegar aos itens, menor unidade básica de articulação dentro do documento. Os CAPÍTULOS III e V estão divididos em seções identificadas em algarismos romanos, grafadas em letras maiúsculas e postas em negrito. Não obstante, observa-se uma procura em seguir as instruções do Art. 10 da Lei nº 95/1998.

Art.10

V - o agrupamento de artigos poderá constituir Subseções; o de Subseções, a Seção; o de Seções, o Capítulo; o de Capítulos, [...].

VI - os Capítulos, Títulos, Livros e Partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, [...].

VII - as Subseções e Seções serão identificadas em algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e postas em negrito ou caracteres que as coloquem em realce;

O inciso VII da mencionada lei sugere que as seções sejam grafadas em letras minúsculas, mas neste estatuto estão em maiúscula, o que nos leva a supor que esses outros deslizos ocorreram por falta de conhecimento da Lei nº 95/98, que controla até o estilo de redação. O estatuto, sendo um texto da ordem do discurso jurídico, deveria seguir a estrutura composicional e o estilo estabelecido na referida lei.

Estrutura composicional e estilo são termos cunhados por Bakhtin (1997, p. 326), para quem os gêneros discursivos se organizam em tema, estrutura composicional e estilo. Tema, ou conteúdo temático, forma de composição (ou composicional) e estilo são os termos com que o Círculo de Bakhtin busca descrever o gênero. Para Sobral (2005, p. 118),

tema é um termo de grande riqueza sugestiva que não se confunde com ‘assunto’: pode-se falar de um dado assunto e ter outro tema; a forma composição (ou composicional), vinculada com a forma arquitetônica, que é determinada pelo projeto enunciativo do locutor, não se confunde com um artefato, ou forma rígida, porque pode se alterar de acordo com as alterações dos projetos enunciativos; quanto ao estilo, trata-se do aspecto do gênero que indica fortemente sua mutabilidade: ele é a um só tempo expressão da comunicação discursiva específica do gênero e expressão pessoal, mas não subjetiva, do autor ao criar uma nova obra no âmbito de um gênero.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o tema do estatuto configura o controle dos eventos a serem realizados em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, razão pela qual apresenta a forma composicional e o estilo de uma lei, como já mencionado.

Quanto ao estilo, a Lei nº 95/98 preconiza o seguinte:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

- a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;
- b) usar frases curtas e concisas;
- c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;
- d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;
- e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para a obtenção de precisão:

- a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;
- b) expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;
- c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;
- d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais; [...]

III - para a obtenção de ordem lógica:

[...]

- b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

- c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;
- d) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens.

O estilo que permeia o texto do estatuto exhibe uma construção de parágrafos com períodos compostos por subordinação, às vezes com a inversão dos termos integrantes da oração; por uso de vocabulário da área jurídica; voz passiva com ou sem os agentes; verbos modais e estruturas flexionadas no futuro do presente. Observa-se que tal forma de estruturação dificulta a produção de sentido, pois se torna complexa para o público-alvo a que se destina. Na seção 4.3.1 da tese, apresento a análise da materialidade linguística em que foi tecido o estatuto.

Por ora cabe lembrar que o estatuto é o documento utilizado para regulamentar as ações e as decisões de uma cooperativa e, com tal força, carrega consigo aspectos linguístico-discursivos da Lei nº 7.654/71 do cooperativismo. Nesse sentido, Gouveia (1997, p. 277) sugere que os regulamentos codificam normas previamente existentes, visando à formalização de práticas e comportamentos, a partir de uma base legal e racional, permitindo assim a sua eficaz autorreprodução. A análise linguístico-discursiva do estatuto permite revelar as relações de poder exercidas na cooperativa, pois pode contribuir para a identificação das vozes que ecoam no contexto do trabalho cooperado de catadores de materiais recicláveis e, de certa forma, são impostas pela hierarquia genérica dos documentos oficiais, a lei, por isso costumam transcender ordens sem a preocupação de serem adequadas para esse ou aquele contexto.

Escreve Fairclough (2001, p.134) que os “textos são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outro texto”. Igualmente o estatuto apresenta uma relação vertical e horizontal (Kristeva, 1986a, 36 *apud* Fairclough, 2001, p.135) com a Lei nº 5.764/71. Vertical porque está dentro de uma hierarquia genérica – Figura 4.1 – e constitui contextos historicamente ligados a uma Lei de 1971, que abrange a regulamentação de todas as cooperativas do Brasil, e horizontal porque estabelece o diálogo com a mesma Lei como o texto que o antecede e com o Regimento como texto que o precede – Figura 2.1.

Ainda cabe ressaltar que a Lei nº 5.764/71 traz, no CAPÍTULO IV – Da Constituição das Sociedades Cooperativas, a Seção II – Do Estatuto Social, a normatização para elaboração do estatuto das cooperativas, conforme se segue:

Seção II: Do Estatuto Social

Art. 21 - O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no art. 4º, deverá indicar:

I. a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;

II os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais;

III. o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado;

IV. a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;

V. o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;

VI. as formalidades de convocação das assembleias gerais e a maioria requerida para sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiverem interesse particular sem privá-los da participação nos debates;

VII. os casos de dissolução voluntária da sociedade;

VIII o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;

IX. o modo de reformar o estatuto;

X. o número mínimo de associados.

Esses itens se fazem presentes no estatuto da cooperativa, alguns são mais detalhados, outros apenas mencionados ou citados, os quais serão discutidos mais adiante. Vejamos o Quadro 4.1, o qual sumariza os aspectos intertextuais da Lei nº 5.764/71 que foram recontextualizados no estatuto.

Quadro 4.1 – Capítulos da Lei 5.764/71 recontextualizados no estatuto

Lei 5.764/71 – Do Cooperativismo	Estatuto
<i>CAPÍTULO I - Da Política Nacional de Cooperativismo</i>	
<i>CAPÍTULO II - Das Sociedades Cooperativas</i>	
<i>CAPÍTULO III - Do Objeto e Classificação das Sociedades</i>	
<i>CAPÍTULO IV - Da Constituição das Sociedades Cooperativas</i>	
CAPÍTULO V- Dos livros	CAPÍTULO VIII – Dos livros
CAPÍTULO VI - Do Capital Social	CAPÍTULO IV – Do Capital Social
CAPÍTULO VII - Dos Fundos	CAPÍTULO VII – Dos Fundos
CAPÍTULO VIII - Dos Associados.	CAPÍTULO III - Dos Associados

CAPÍTULO IX - Dos Órgãos Sociais	CAPÍTULO V - Dos Órgãos Sociais
<i>CAPÍTULO X - Fusão, Incorporação e Desmembramento.</i>	
CAPÍTULO XI - Da Dissolução e Liquidação.	CAPÍTULO IX – Da Dissolução e Liquidação.
<i>CAPÍTULO XII - Do Sistema Operacional das Cooperativas</i>	
<i>CAPÍTULO XIII - Da Fiscalização e Controle.</i>	
<i>CAPÍTULO XIV - Do Conselho Nacional de Cooperativismo</i>	
<i>CAPÍTULO XV - Dos Órgãos Governamentais</i>	
<i>CAPÍTULO XVI - Da Representação do Sistema Cooperativista</i>	
<i>CAPÍTULO XVII - Dos Estímulos Creditícios</i>	
CAPÍTULO XVIII- Das Disposições Gerais e Transitórias.	CAPÍTULO X – Disposições Gerais e Transitórias.
	<i>CAPÍTULO I – Da Denominação, sede, foro, área de atuação, prazo de duração e ano social</i>
	<i>CAPÍTULO II – Do Objetivo Social</i>
	<i>CAPÍTULO VI – Do Processo Eleitoral</i>

O quadro apresentado anteriormente permite observar que o estatuto desenvolve três capítulos que não estão detalhados na lei: 1) CAPÍTULO I – Da Denominação, sede, foro, área de atuação, prazo de duração e ano social; 2) CAPÍTULO II – Do Objetivo Social; e 3) CAPÍTULO VI – Do Processo Eleitoral. Por outro lado, a lei apresenta onze capítulos que não foram contemplados no estatuto: 1) CAPÍTULO I – Da Política Nacional de Cooperativismo; 2) CAPÍTULO II – Das Sociedades Cooperativas; 3) CAPÍTULO III – Do Objeto e Classificação das Sociedades; 4) CAPÍTULO IV – Da Constituição das Sociedades Cooperativas; 5) CAPÍTULO X – Fusão, Incorporação e Desmembramento; 6) CAPÍTULO XII – Do Sistema Operacional das Cooperativas; 7) CAPÍTULO XIII – Da Fiscalização e Controle; 8) CAPÍTULO XIV – Do Conselho Nacional de Cooperativismo; 9) CAPÍTULO XV – Dos Órgãos Governamentais; 10) CAPÍTULO XVI – Da Representação do Sistema Cooperativista; 11) CAPÍTULO XVII – Dos Estímulos Creditícios. Esses capítulos presentes na Lei e ausentes no estatuto dizem respeito ao controle do governo sobre o sistema de cooperativas, portanto são capítulos que, de certa forma, estão nas entrelinhas da gestão de qualquer cooperativa como pressuposição.

Fairclough (2003, p.40) define pressuposição como “o que não é dito, mas tomado como dado”. Os redatores do estatuto presumem que os cooperados conhecem e seguirão as

determinações inscritas na lei nº 5.764/71, o que corrobora a discussão de Fairclough (2001, p. 156), para quem “a pressuposição pressuposta constitui realmente algo tomado como tácito pelo (a) produtor (a) do texto” sendo ele o autor ou não dos textos prévios, isto é, o autor do estatuto não foi o mesmo da Lei nº 5.764/71, a pressuposição presente está ligada à força de poder da hierarquia estabelecida pela ordem de discurso jurídico.

Distingue Fairclough (2003) três grandes tipos de significados discursivos que representam as maneiras pelas quais o discurso se constitui em diferentes práticas sociais: os gêneros, os discursos e os estilos, equivalentes, respectivamente, a modos de agir, de representar e de ser. Dessa forma, o significado acional abarca, em termos discursivos, os recursos linguísticos concernentes à função interpessoal de Halliday, cuja ênfase é a (inter)ação em eventos sociais e o estabelecimento de relações sociais.

No significado acional, o texto é compreendido como forma de ação e as práticas como modos relativamente estáveis que organizam os eventos. Os elementos dessas práticas são articulados entre si, de modo que, no momento do evento discursivo, elas selecionam e estabelecem os gêneros apropriados, tornando-os significativos para os atores sociais.

Para Fairclough (2003, p.65), os gêneros são aspectos discursivos das formas de interação mediados por eventos discursivos particulares. Explica o autor que é difícil classificar e conceituar os tipos de gêneros existentes porque podem ser definidos em diferentes níveis de abstração, tais como pré-gêneros, gêneros de governança, gêneros desencaixados e gêneros situados, apresentados na seção 2.1.1. Os tipos de gêneros não são separados entre si, uma vez que podem se mesclar para formar outros gêneros, assim, não podem ser estudados como gêneros homogêneos.

Outro aspecto relevante discutido pelo autor, quanto aos gêneros, é a sua caracterização, pois o que caracteriza um texto como um gênero diferente do outro é a função que ele desempenha em dado contexto sociocultural e não simplesmente a maneira como e onde ele foi escrito.

4.1.2 Entre a interdiscursividade e a intertextualidade

Argumenta Fairclough (2010, p. 234) que a “interdiscursividade de um texto é um aspecto de sua intertextualidade, uma questão de quais gêneros, discursos e estilos recorre e como trabalha com eles em articulações particulares”²⁷. Continua o referido autor que a

27 The interdiscursivity of a text is an aspect of its intertextuality, a question of which genres, discourses and styles it draws upon, and how it works them into particular articulations, Fairclough (2010, p.234)

análise textual também inclui análise linguística, apropriada de imagem visual e de linguagem corporal, e estas características de textos podem ser vistas como realizando as características interdiscursivas da intertextualidade.

A análise interdiscursiva de um texto, para Fairclough (2010, p.359), revela como os textos articulam diferentes discursos, gêneros e estilos juntos, potencialmente desenhados de diversas ordens de discurso, para mostrar a capacidade de agentes sociais usarem os recursos sociais existentes de forma inovadora que, sujeitas a certas condições, podem contribuir para mudar o caráter e as relações entre as práticas sociais. Dessa forma, um texto particular, uma entrevista ou um evento é orientado pelos seus participantes, não como um item isolado, mas como uma parte de uma cadeia intertextual ou redes de textos e eventos. Grupos diferentes de participantes podem ver o evento localizado em diferentes cadeias ou redes. Portanto o que é dito, feito e escrito em um evento particular ou texto está relacionado intertextualmente a outros eventos e textos. Sugere Fairclough (2010, p.421) que nós não podemos compreender eventos particulares ou textos particulares, ou os significados desses pelos participantes, sem explorar essas amplas cadeias intertextuais, pois as pessoas inevitavelmente desenham, antecipam e respondem a práticas institucionais e sociais particulares. Elas estão envolvidas em um processo interdiscursivo de desenhar criativamente uma gama potencial de discursos, gêneros e estilos já estabelecidos.

Fairclough, a partir dos estudos de Kristeva já discutido na seção 2.1.1, distingue dois tipos de intertextualidade: manifesta e constitutiva. A intertextualidade manifesta foi discutida por Fairclough (2001, p. 153) em relação à representação do discurso, à pressuposição, à negação, ao metadiscurso e à ironia, como já discutido na seção 2.1.1. Parece aqui cabível discutir como se estabelece a representação do discurso da Lei no estatuto. Uma variável principal, de acordo com o referido autor, concerne ao discurso representado e se a representação vai além do significado ideacional bem como do conteúdo da mensagem, para incluir aspectos do estilo ou do contexto dos enunciados representados.

Sabe-se que existem dois tipos de representações: direta e indireta. A primeira procura reproduzir as palavras exatas usadas no discurso representado e está evidente nos textos por meio de citações diretas ou literais, com uso de aspas simples ou com recuo e apresenta a referência.

No Quadro 4.2 a seguir, pode-se apreciar uma citação direta, sem uso de aspas, mas com a citação do artigo e do parágrafo da lei de onde o texto foi retirado – *Referência*. A propósito, cabe mencionar que foram identificadas várias ocorrências desse tipo de citação no estatuto, o que leva a inferir que é uma característica do estilo do discurso jurídico. A citação

direta, apesar de modalizada com o operador de baixo grau ‘poder’ e no polo negativo, costuma expressar uma proibição com distanciamento de quem proibiu. Assim, não são os catadores, representados pelo discurso presente no estatuto, que fizeram a proibição da cooperação de pessoas que realizam trabalho do mesmo ramo da cooperativa. Trata-se de uma obediência à ordem de discurso jurídica, o que pode ser percebido pelo tom mais impositivo ao trazer a referência do parágrafo, do artigo e da lei em que a ordem foi relatada. Vejamos:

Quadro 4.2 – Representação de discurso – *Referência*

Lei nº 5.764/71	Estatuto
§ 4º Não poderão ingressar no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade. (Lei, p.9)	Parágrafo Quinto: Não poderão ingressar no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade (§ 4º Art.29, Lei 5.764) (Estatuto, p.6)

Observa-se, no Quadro 4.2, que há uma intertextualidade encaixada, o discurso da lei presente na matriz do discurso do estatuto, o qual carrega o estilo, alguns aspectos da estrutura composicional, tipos de atividade e tema proposto pela lei. Ambos, estatuto e Lei nº 5.764/71, pertencem à mesma ordem de discurso institucional e jurídico formando um sistema que configura a intertextualidade como uma marca de hierarquia entre esses gêneros.

Outra marca de citação direta em textos jurídicos é o *encaixe*. No estatuto, este encaixe é marcado pelo uso do texto da Lei, mas sem referência e sem aspas.

Quadro 4.3 – Representação de discurso - *Encaixe*

Lei nº 5.764/71	Estatuto
Art. 45 - A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade desde que mencionado no edital de convocação. (Lei, p.12)	Art. 29º. A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Sociedade desde que mencionado no Edital de Convocação. (Estatuto, p. 12)

Um paralelo comparativo entre os dois fragmentos destacados acima permite-me apontar que, apesar de não estar explicitamente marcada, como discutido por Fairclough (2001), a representação de discurso exibe uma relação de intertextualidade manifesta. Há o encaixe do texto da Lei no texto do estatuto, o que marca o estilo de ambos os textos que estão dentro da mesma ordem de discurso.

A presença de aspas simples, em palavras isoladas ou pequenas expressões, indica que as mesmas foram usadas como referidas. As aspas simples estabelecem o uso de palavras como se fosse uma voz externa, podendo ter várias funções mais específicas, como distanciar a si próprio da voz externa, usar sua autoridade para sustentar a própria posição, mostrar um uso para inovar ou introduzir uma palavra nova, conforme sugere Fairclough (2001, p.154). No estatuto, as aspas trazem o discurso representado das palavras ‘*quorum*’ e ‘*caput*’, o que pode ser apreciado no Quadro 4.4.

Quadro 4.4 – Representação de discurso – *Aspas*

Lei nº 5.764/71	Estatuto
<p>Art. 40 - Nas Assembleias Gerais o "quorum" de instalação será o seguinte: Art. 6º § 2º A exceção estabelecida no item II, in fine, do "caput" deste artigo não se aplica às centrais e federações que exerçam atividades de crédito.</p> <p>(Lei, p.11 e 2)</p>	<p>Art. 20º: Não havendo “quorum” para a instalação da Assembleia convocada nos termos do artigo anterior será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. (Estatuto, p.09) Art.48. Parágrafo Único b. Declaração de elegibilidade, Art. 51, “<i>caput</i>” da Lei n 5.764/71; (Estatuto, p.20)</p>

Observe-se que, no caso analisado, as palavras entre aspas indicam uma fidelidade para com o texto da Lei nº 5.764/71, o qual também apresenta esses termos entre aspas, em vez de citá-los em itálico, como em ‘*caput*’, por se tratar de jargão proveniente do latim. Cabe ressaltar, porém, que, ao colocá-los em destaque entre as aspas, o discurso citado evidencia uma voz externa que se faz presente nesse novo contexto social. O uso da palavra ‘*caput*’ marca uma transferência de responsabilidade, no caso, a exigência da Declaração de Elegibilidade não é ‘nossa’, produtores do texto, mas da Lei nº 5.764/7.

O Quadro 4.5 mostra que o Art. 2º do Estatuto foi elaborado com base no Art. 86 e Art. 88 da Lei. Essa reelaboração traz o Conselho de Administração como responsável pela deliberação de duas ações importantes: primeira, fornecer bens e serviços a não associados e, segunda, poder participar de sociedades não cooperativas. A primeira deliberação foi citada como está na lei, mas a segunda apresenta supressão e acréscimo de informação.

Quadro 4.5 – Representação de discurso – *Supressão e acréscimo*

Lei nº 5.764/71	Estatuto
<p>Art. 86 – As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de</p>	<p>Art.2º, Parágrafo Segundo m) Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Cooperativa poderá valer-se da faculdade que lhe confere a Lei federal nº 5.764/71,</p>

<p>conformidade com presente lei. Art. 88 – <i>Mediante prévia e expressa autorização concedida pelo respectivo órgão executivo federal, consoante as normas e limites instituídos pelo Conselho Nacional de Cooperativismo</i>, poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas, <i>públicas</i>, em caráter excepcional, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares. (Lei, p. 20)</p>	<p>nos seus artigos 86 (As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com presente lei) e 88 (Poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas para <i>melhor</i> atendimento dos <i>próprios</i> objetivos e <i>de outros de caráter</i> acessório ou complementar); (Estatuto, p. 3)</p>
---	--

A *supressão* da expressão ‘Mediante prévia e expressa autorização concedida pelo respectivo órgão executivo federal, consoante às normas e limites instituídos pelo Conselho Nacional de Cooperativismo’ do Art. 88 da Lei para o Art. 2º do estatuto implica transferência de responsabilidade do Conselho Nacional de Cooperativismo para o Conselho de Administração quanto à autorização para a cooperativa participar de sociedades não cooperativas. A omissão do termo ‘pública’ amplia essa participação, implica qualquer tipo de cooperativa. O *acréscimo* dos vocábulos ‘melhor’, ‘próprios’ e ‘de outros de caráter’ indica a finalidade dessa permissão, poder melhorar o atendimento dos objetivos da cooperativa e de outros que possam ser complementares ou acessórios a seu desenvolvimento.

O segundo tipo de representação de discurso é a forma indireta, que, ao contrário da direta, como diz Fairclough (2003, p.154), não se pode ter certeza de que as palavras do original são reproduzidas ou não. No estatuto em estudo, estão entre o eixo do resumo e da paráfrase com uso de vocabulário presente no original ou com substituição de algumas palavras e de cópias de outras, conforme Quadro 4.6.

Quadro 4.6 – Representação do Discurso – *Sinonímia e acréscimo*

Lei nº 5.764/71	Estatuto
<p>Art. 56 - A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes. § 1º Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no art. 51, os parentes <i>dos diretores</i> até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau. (Lei, p. 14)</p>	<p>Art. 39º: A Administração da Sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e <i>igual número de</i> suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes. (Estatuto, p. 17) Parágrafo Primeiro: Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados do Artigo 32º deste Estatuto, os parentes <i>dos membros do Conselho de Administração</i> até o segundo grau em linha reta ou colateral, <i>afins e cônjuge</i>, bem como os parentes entre si, até esse grau, <i>afins e cônjuge</i>. (Estatuto, p. 17)</p>

Na citação indireta do Art. 56º para o Art.39, a expressão ‘igual número de suplentes’ substitui ‘3 suplentes’. Pode-se inferir que a substituição de um termo por outro não muda a intenção discursiva. A substituição das palavras ‘dos diretores’ por ‘dos membros do conselho de Administração’ e o acréscimo de ‘afins e cônjuge’ sugerem uma preocupação para explicar mais detalhadamente quais cooperados estão impossibilitados de compor o Conselho Fiscal. A palavra ‘diretores’ limitaria os membros dos conselhos responsáveis pela gestão da cooperativa, sugerindo que só os parentes dos diretores não podem fazer parte do Conselho Fiscal.

Outra categoria analítica presente no texto do estatuto é o metadiscurso, que, segundo Fairclough (2001, p.157), ‘implica que o falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo’. Pode-se verificar no Quadro 4.7 que o texto do Art. 20 do estatuto foi permeado pela paráfrase do Parágrafo 1º do Art. 38 da Lei, mas na tessitura do Parágrafo 1º do Art. 20 há uma inserção metadiscursiva com medidas coercitivas.

Quadro 4.7 – Representação de Discurso - *Apropriação*

Metadiscurso

Lei nº 5.764/71	Estatuto
<p>Art. 38 § 1º As Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias [...]. Não havendo, no horário estabelecido, "quorum" de instalação, as assembleias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando será observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação. (Lei, p.10)</p>	<p>Art. 20º: Não havendo “quorum” para a instalação da Assembleia convocada nos termos do artigo anterior será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. Parágrafo Primeiro: <i>Se ainda assim, não houver “quorum” para sua instalação será admitida à intenção de dissolver a Sociedade.</i> (Estatuto, p.9)</p>

Os redatores do estatuto, como não são os cooperados, trazem o Art. 20 em um eixo parafrazeado, que caracterizo como apropriação, uma vez que envolve uma citação, ainda que indireta, da Lei nº 5.764/71, mas inclui o Parágrafo Primeiro, impondo uma ação não relatada na lei com intenção de punir os cooperados pela ausência deles na Assembleia Geral com a dissolução da cooperativa²⁸. Assim há uma apropriação das ideias do texto, como forma de fortalecer o controle de como os cooperados devem agir diante da convocação para a

28 Deve-se ressaltar que, enquanto a paráfrase envolve a manutenção de conteúdo com variação na forma de expressão, a apropriação implica, como o próprio termo sugere, uma apropriação, ainda que parcial, da forma do texto original, no caso, para garantir o conteúdo.

Assembleia Geral. Conforme Fairclough (2001, p.158), ‘os sujeitos são em parte posicionados e constituídos no discurso, mas eles também se envolvem na prática que contesta e reestrutura as estruturas discursivas (ordens de discurso) que os posicionam’. Pela redação do texto não se admite a falta de *quorum* e estruturas discursivas são articuladas de modo que forcem a presença dos cooperados na assembleia.

Sugere Fairclough (2001, p. 160), quanto à interdiscursividade, "que as ordens de discurso têm primazia sobre os tipos particulares de discurso e que os últimos são constituídos como configurações de elementos diversos de ordens de discurso". Esse princípio pressupõe que há normas e convenções discursivas subjacentes aos eventos discursivos realizados em uma cooperativa sem, no entanto, abrir mão da importância do papel desempenhado pelos atores nesse processo. Convém sublinhar ainda que, na perspectiva de Fairclough, as ordens de discurso podem ser desarticuladas e rearticuladas no curso da luta hegemônica. Assim, quando se recontextualiza a lei no contexto de trabalho de catadores de materiais recicláveis, há desarticulação de discursos que são de âmbito mais geral das cooperativas, inclusive não incluídos no texto do estatuto, e rearticulação de discursos que não podem estar ausentes neste mesmo contexto, alguns com certa carga semântica de punição, uma atividade elaborada pelos produtores do texto para ser executada pelos catadores.

Alude Fairclough (2001, p.161) a utilização do ‘termo gênero para um conjunto de convenções relativamente estáveis que é associado com e parcialmente representa um tipo de atividade socialmente aprovado’. O estatuto é um tipo de atividade – uma sequência estruturada de ações – escrito coletivamente por uma equipe de especialistas da prefeitura, distribuído por uma cadeia genérica e consumido por catadores de materiais recicláveis. Por outro lado, o enfoque do gênero estatuto, do ponto de vista de Hasan (1996c, p.39), permite identificar um estilo variando de acordo com três parâmetros: 1) relação que existe entre os participantes na interação – formal, oficial e regulador; 2) modo – a maneira como se estabelece a interação – escrito e jurídico; 3) campo – injuntivo e persuasivo.

Assim, pode-se inferir, conforme Ramalho & Resende (2011, p.133), que “gêneros específicos articulam vozes de maneiras específicas”, razão pela qual considero o estatuto um gênero específico, uma vez que configura um tipo de texto que está associado a um tipo de atividade particular, ou seja, regulamentar as atitudes dos participantes durante os eventos que se materializam em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. A propósito, bem como observa Fairclough (2001, 162), “um gênero como tipo de texto é associado a um tipo de atividade particular. Um tipo de atividade pode ser especificado em termos de uma

sequência estruturada de ações das quais ele é composto, e em termos de participantes envolvidos na atividade”.

Ademais, o texto do estatuto apresenta relato direto com cópias fiéis do discurso presente na Lei nº 5.764/71 e a inserção do pensamento e de representações dos seus redatores, o que evidencia que a relação entre o relatado e o original é de legitimação e as outras vozes incluídas são de imposição.

As vozes dos catadores pouco aparecem no texto. No entanto, é proeminente a voz do governo brasileiro, representado pela lei, e dos produtores do texto, que criaram os direitos e deveres dos catadores. Quando, todavia, observamos o texto em termos de recontextualização e, particularmente, em termos de como diferentes vozes são texturizadas, o relato parece mais de imposição.

A suposição de que o trabalho cooperado é bom por não estar passível de falência – Art. 4º da 5.764/71 – e é administrado por um conselho escolhido pelos donos da empresa (o que sugere igualdade de poder), pode ser vista como uma espécie de estratégia ideológica em que as relações de poder são melhores servidas por sentidos que são largamente tomados como dados, como uma realidade inquestionável e inevitável.

A seguir, apresento um resumo da intertextualidade e interdiscursividade presente no texto do estatuto.

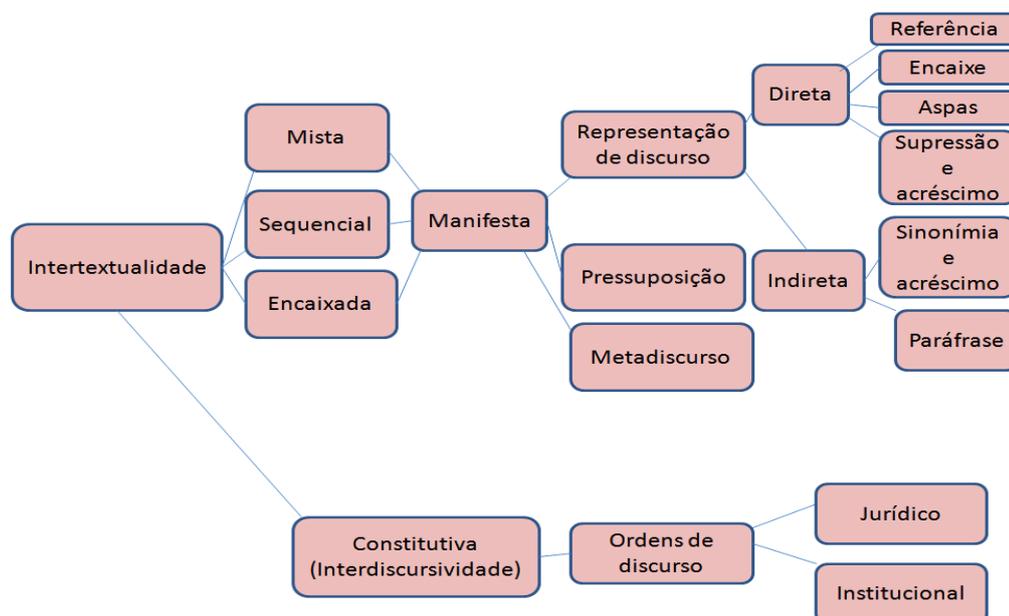


Figura 4.4 – Resumo da intertextualidade e da interdiscursividade presentes no texto

Para operacionalizar de maneira acurada a análise ora apresentada, exponho, a seguir, um detalhamento do estatuto, com base na ferramenta *Wordsmith Tools*. Como já ilustrado nas seções anteriores, ontologicamente o estatuto explicita o que está previsto na Lei.

4.2 Estação *Wordsmith Tools*

Para análise do estatuto, utilizei duas ferramentas, *Wordlist* e *Concord*, do programa computacional *WordSmith Tools*. A ferramenta *Wordlist* possibilitou uma microanálise do documento quanto ao tamanho do arquivo, quantidade de palavras diferentes e repetidas e com a respectiva frequência. Assim, depois de formatado o texto em arquivo *txt*, acessei a ferramenta *Wordlist*, selecionei o arquivo e fiz a lista de palavras. Para tanto, operei o comando *make a wordlist now*. Em seguida, selecionei o ícone *statistics* para obter os resultados que apresento na tabela 4.1.

N	text file	file size
text file (arquivo de texto)	Overall	doc Est.txt
file size (tamanho do arquivo)	48,949	48,949
tokens used for word list (palavras usadas para formar a lista)	7,087	7,087
types (distinct words) (palavras diferentes)	1,619	1,619

Tabela 4.1 – *Corpus* linguístico do Estatuto

A estação “*Wordsmith Tools*” permite-me identificar que o estatuto da COOTRAMAMARE é composto por 48.949 vocábulos, sendo que 1.619 são diferentes. Por ser um documento, a constituição do texto exige a repetição de determinados vocábulos que são chaves para a tessitura do mesmo, além daqueles que constituem os elementos dêiticos responsáveis pela coesão, como os pronomes, os artigos e os advérbios.

Com base no levantamento total de 1.619 vocábulos diferentes, que compõem o texto, realizei, na seção 4.3.1, uma análise linguístico-discursiva dos recursos lexicais utilizados para a tessitura do estatuto, ancorada pelo *Wordsmith Tools*. A análise revela como as pessoas que o teceram buscam representar as experiências do mundo físico e interior dos catadores, além de identificá-los. Essas representações e identificações se dão, respectivamente, pela metafunção ideacional, através dos principais papéis de transitividade – processos, participantes e circunstâncias –, bem como pela metafunção interpessoal, que envolve modulação e modalização.

A seção ora apresentada encontra-se dividida em três subseções. Na primeira, destaco a análise dos processos na voz ativa que marcam as representações estabelecidas no contexto de trabalho de catadores de materiais recicláveis. Na subseção 4.3.2, discuto as ocorrências da voz passiva, enquanto na subseção 4.3.3 trato do uso de modalizadores com processos na voz ativa e passiva. A presença e ausência dos atores sociais perpassam as referidas subseções.

4.2.1 Os processos na esfera do Estatuto

Para análise dos processos relativos aos elementos da transitividade – apresentados no capítulo 2, na seção 2.2.2 –, uso a ferramenta *Wordlist*, que me permite elaborar uma lista de frequência de todos os vocábulos no *corpus* selecionado, juntamente com o número de ocorrências de cada vocábulo (*tokens*). A lista pode ser classificada por ordem de frequência, com as formas de maior ocorrência em primeiro lugar, apresentada na Tabela 4.2, ou, ainda, por ordem alfabética. Organizei a lista em ordem de frequência porque o meu interesse é identificar os processos propriamente ditos, ou seja, os itens lexicais mais recorrentes para a elaboração do estatuto. Nessa perspectiva, excluí todos os itens lexicais que não eram de natureza verbal e, nos momentos de dúvida, recorri à ferramenta *Concordance* para localizar o item verbal no contexto de uso e ter certeza da classificação.

A Tabela 4.2, que exhibe os dez processos mais recorrentes no estatuto, encontra-se constituída por sete colunas, assim organizadas: a primeira coluna contém a numeração dos processos em sequência crescente; a segunda mostra os processos ordenados por maior frequência; a terceira evidencia o número de vezes em que o processo apareceu no estatuto; a quarta traz o percentual de frequência do processo no arquivo; a quinta expõe que o processo foi verificado em apenas um arquivo; a sexta determina a frequência do processo no texto e a sétima apresenta as formas como os processos foram utilizados para tecer o texto.

N	Word	Frec	%	Texts	%	Lemmas
1	SER	111	0.07	1	100.00	são[5] seja[2] sejam[3] ser[24] será[21] serão[19] é[13] sendo[8] serem[4] sido[5] foram[2] forem[5]
2	PODER	48	0.03	1	100.00	pode[2] podem[4] podendo[4] poderá[21] poderão[12] possa[2] possam[3]
3	TER	20	0.03	1	100.00	tem[2] têm[1] tendo[5] tenha[4] ter[2] terá[2] tiver[3] tiverem[1]
4	REALIZAR	19	0.04	1	100.00	realizada[3] realizadas[3] realizado[3] realizar[9] realizará[1]
5	DEVER	16	0.03	1	100.00	devem[2] devendo[2] devera[1] deverá[6] deverão[5]
6	CONVOCA	13	0.08	1	100.00	convocada[6] convocadas[2] convocar[5]
7	FAZER	13	0.01	1	100.00	fará[1] fazer[4] feita[5] feitas[2] fizer[1]
8	ASSINAR	12	0.04	1	100.00	assinado[3] assinando[2] assinar[6] assinará[1]
9	PARTICIPA	11	0.14	1	100.00	participar[10] participarem[1]
10	VOTAR	10	0.03	1	100.00	votado[2] votando[2] votar[6]

Tabela 4.2 – Os processos mais frequentes no estatuto

Como se pode observar, na Tabela 4.2, os processos mais frequentes no texto, a partir da leitura do *Wordlist*, são os seguintes: ser, poder e ter. A alta ocorrência do processo ‘ser’ indica que a estrutura do texto pode apresentar muita voz passiva ou processo relacional, o que será discutido adiante. A ocorrência dos processos ‘poder’ e ‘ter’ nos guia para uma análise da metafunção interpessoal, no que concerne às categorias, modalidade e modulação, também enfocadas mais adiante. Por hora, cabe destacar que, após a exclusão dos vocábulos que não eram processos, realizei uma classificação dos verbos com base nas orientações metodológicas da Gramática Sistemico-Funcional, o que me permitiu chegar aos seguintes resultados: de 487 processos, 77% de ocorrência são processos materiais (374), seguidos por 12% de ocorrência de processos relacionais (58), 6% de processos mentais (29), 1% de processos existenciais (3); 4 % processos verbais (19) e 0% de processo comportamental, o que sumário no Gráfico 4.1.

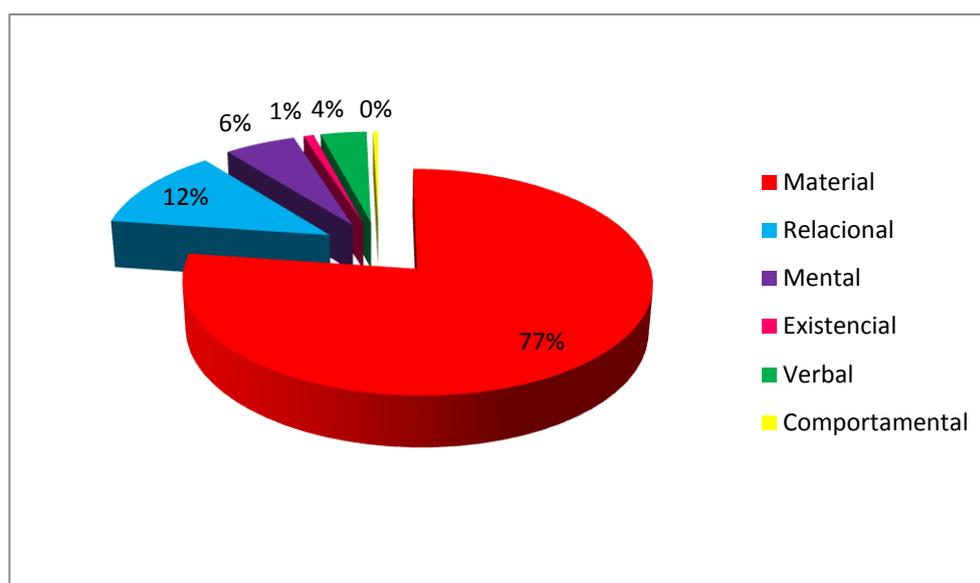


Gráfico 4.1 – Distribuição dos tipos de processos no estatuto

Observa-se que os processos materiais se sobressaem porque o estatuto envolve deveres e direitos dos associados. Desse modo, tudo o que pertence ao mundo físico do fazer e do acontecer, na cooperativa, encontra-se registrado nesse gênero textual, conforme fragmentos (14) e (15) apresentados a seguir.

- (14) **Parágrafo Terceiro:** No ato ingresso [circunstância], o interessado [ator] comprovará [processo material] a sua aptidão legal e capacidade profissional [meta] para execução dos serviços, nos termos do Regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração [circunstância].

- (15) **Art. 34º:** Competem [processo material] ao Conselho de Administração [extensão], dentro dos limites da Lei e deste Estatuto [circunstância], atendidas as decisões ou recomendações da Assembleia Geral, planejar e fixar normas para as operações e serviços da Cooperativa e controlar os resultados²⁹ [ator].

(Estatuto, Art. 3º, p.5)

(Estatuto, Art. 34º, p.19)

No fragmento (14), destaco a presença do processo material ‘comprovará’, o que reforça a regulamentação necessária para o ingresso na cooperativa. Ser cooperado não é algo tão simples e nem todas as pessoas estão aptas. Há algumas habilidades que o novo cooperado precisa demonstrar, pois a pessoa deve ter capacidade profissional para realizar coleta seletiva atendendo ao disposto no regimento interno da cooperativa bem como ter aptidão legal. O ator desse segmento oracional está explícito, ou seja, é ‘o interessado’, aquele que deseja entrar na cooperativa, e a meta é ‘a sua aptidão legal e capacidade profissional’. Cabe ressaltar, ainda, que a oração traz como informação topicalizada, ‘no ato ingresso’, o que indica ser a informação mais importante. Não é a qualquer momento que o interessado terá de comprovar sua capacidade para ser cooperado. Pode-se afirmar que está implícito o fato de ele ser impedido, caso não comprove sua aptidão legal.

O processo material ‘competem’, fragmento (15), evidencia o poder que detém o Conselho de Administração na cooperativa, ‘planejar e fixar normas para as operações e serviços da Cooperativa e controlar os resultados’, mas limitado à Lei, às decisões ou recomendações da Assembleia Geral e ao Estatuto. Dentro de um contexto cooperativo, os gestores não podem agir pelo impulso, devem seguir as deliberações das assembleias e seguir o que ditam a Lei e o Estatuto. Portanto, existem órgãos reguladores que atribuem poder ao Conselho de Administração, mas, ao mesmo tempo, controlam esse poder.

Como a ocorrência dos processos materiais foi maior que a dos outros processos, 77%, por ora já apresentados do Gráfico 4.1, busquei realizar uma análise mais acurada acerca desses processos. Assim, o Gráfico 4.2 mostra a distribuição desses processos na voz ativa e na passiva no texto do estatuto com os respectivos operadores modais.

29 As orações projetadas e encaixadas não serão analisadas neste trabalho, uma vez que o objetivo é exemplificar a ocorrência de cada processo e não uma análise detalhada de relação lógico-semântica de todos os elementos de hipotaxe.

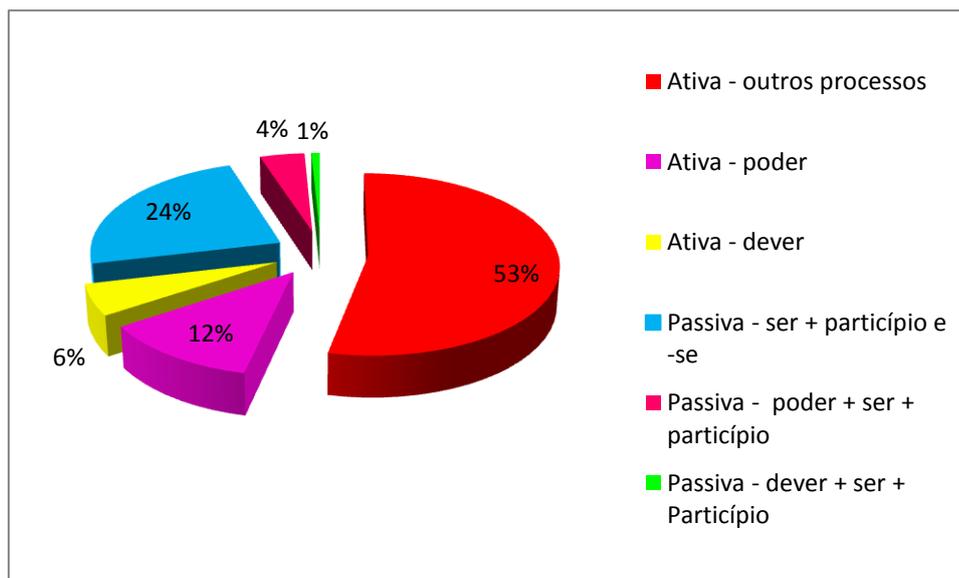


Gráfico 4.2 – Ocorrência de processos materiais no estatuto

O Gráfico 4.2 ilustra os processos materiais divididos em seis grupos: o primeiro grupo mostra que dos 77% de ocorrência dos processos materiais (374) – Gráfico 4.1 – 53% são diferentes processos materiais na voz ativa (200). O segundo e terceiro grupo evidenciam o uso dos modalizadores com processo materiais na voz ativa, sendo 12% com o operador modal ‘poder’ (45) e 6% com ‘dever’ (22), que serão discutidos na seção 4.3.3. O quarto grupo, com 29% de ocorrência de diferentes processos materiais na voz passiva (89), será tratado na seção 4.3.2. O quinto e o sexto grupo marcam, na voz passiva, o uso de modalizadores, 4% com ‘poder’ (15) e 1% com ‘dever’ (3), e também, serão discutidos na seção 4.3.3.

Os processos materiais revelam, na voz ativa, os participantes das proposições e das propostas, em termos de ator e meta. Trata-se de uma estrutura linguística recorrente sempre que há uma troca de informação ou troca de bens e serviços. Os processos materiais na voz passiva podem indicar omissão de ator ou de meta, sobretudo, quando ocorre topicalização da informação dada ou do próprio processo. Esses recursos linguísticos são significativos para uma análise linguístico-discursiva do estatuto, uma vez que auxiliam no sentido de desvelar como os catadores são representados e identificados pelos produtores do Estatuto.

Para apontar as ações atribuídas aos catadores de materiais recicláveis em seu contexto de trabalho – uma cooperativa –, procurei verificar quais processos materiais foram mais recorrentes na voz ativa faziam parte dos 53% apresentados no Gráfico 4.2, conforme explicitado no Gráfico 4.3.

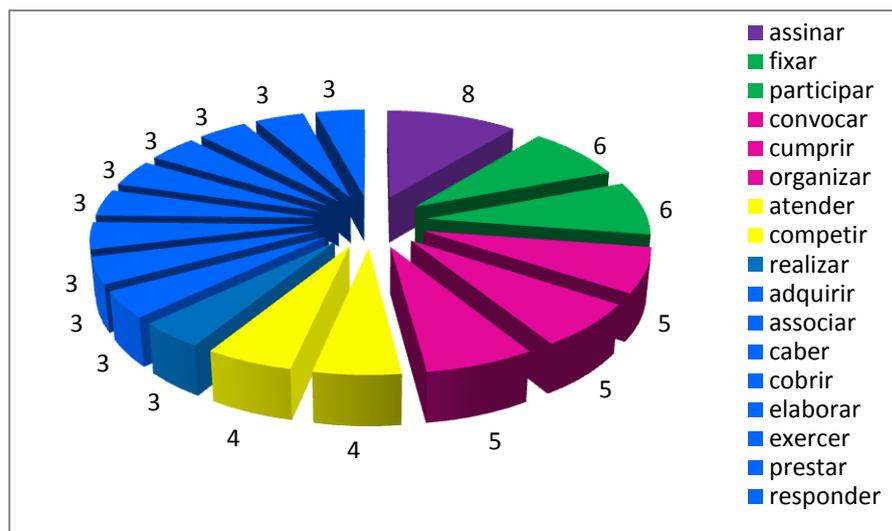


Gráfico 4.3 – Processos materiais mais recorrentes na voz ativa

Observe-se que a ação do mundo físico que mais se destaca é ‘assinar’ com 8 ocorrências, seguido dos processos ‘fixar’ e ‘participar’ com 6 ocorrências. Os processos ‘convocar’, ‘cumprir’ e ‘organizar’ ocorreram 5 vezes, ‘atender’ e ‘competir’ incidiram 4 vezes e os demais, ‘realizar’, ‘adquirir’, ‘associar’, ‘caber’, ‘cobrir’, ‘elaborar’, ‘exercer’, ‘prestar’, ‘responder’ e ‘votar’ apareceram 3 vezes. Outros processos materiais fizeram parte da tessitura do texto, mas as ações descritas no Gráfico 4.3 são as mais frequentes. Esses processos ilustram mais os deveres dos cooperados, bem como dos administradores, que seus direitos.

Quase não há ocorrência de processos materiais na voz ativa com os participantes elípticos, ator e meta. Isso sugere a não omissão dos responsáveis pelas ações dentro da cooperativa. As tarefas estão bem distribuídas com seus respectivos responsáveis e, quando ocorre a omissão do ator, ele está implícito, conforme o fragmento (16).

(16) **Parágrafo Primeiro:** Para a consecução de seus objetivos valer-se-á do uso dos seguintes instrumentos e ações:

V – Realizar [processo material] seminários de Educação Ambiental em parcerias com Entidades Públicas e privadas com temáticas relativas ao meio ambiente no contexto local regional e global, envolvendo [processo material] professores, alunos, líderes comunitários, catadores e entidades afins [meta], além da comunidade em geral [circunstância];

(Estatuto, Art. 2º, p.2)

Ressalte-se, aqui, o fato de que alguém deverá realizar seminários para atingir os objetivos da cooperativa. Apesar de o ator do processo ‘realizar’ não estar explícito, subentende-se que o ator social a executar tal ação é a cooperativa, representada, no caso,

pelos seus associados. Assim, um determinado cooperado terá a missão de desenvolver todas as ações inscritas no Parágrafo Primeiro do Art. 2º do estatuto.

Quanto aos atores sociais na categoria de incluídos, os processos materiais na voz ativa permitem apreciar os que mais se destacaram no texto, conforme o Gráfico 4.4.



4.4 – Atores dos processos materiais na voz ativa

Os processos materiais na voz ativa têm como atores verbos no infinitivo com 61 ocorrências, associados com 10, sejam administradores eleitos ou contratados, qualquer pessoa física e a cooperativa com 5, o conselho de administração, o interessado e a assembleia geral com 3 ocorrências. Nesse caso, como sugere van Leeuwen (2008, p.33), ocorre exclusão ou inclusão por ativação, pois os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas no desempenho de suas respectivas atividades.

Em contextos impessoais, quando o processo verbal recai nas formas ‘caber’ e ‘competir’, os atores do processo material são as ações no infinitivo, enquanto a meta são os administradores (cf. fragmento (15) e (9)). Já as formas verbais, ‘planejar’, ‘fixar’ e ‘controlar’ funcionam como atores do processo competir, cuja meta são os administradores. A partir daí, pode-se ponderar que quando existe a possibilidade de usar o infinitivo como participante, parece que o infinitivo é mais expressivo que qualquer outra palavra, pois os atos de ‘planejar’ e ‘fixar’ normas para as operações e serviços da Cooperativa, bem como ‘controlar’ os resultados, competem ao Conselho de Administração. Isso nos permite inferir que existe algo mais que ‘o planejamento e a fixação de normas para as operações e serviços

da Cooperativa e o controle dos resultados’. Parece que a regularidade no uso do infinitivo como ator do processo material desencadeia a ideia da ação situada no tempo presente e, de certa forma, projetada no futuro, com tom de obrigatoriedade.

Por outro lado, para van Leeuwen (2008, p.29), o uso de orações reduzidas de infinitivo, que funcionam como um participante gramatical, equivale a um tipo de supressão, mas, no caso, o uso das formas verbais ‘competir’ e ‘caber’ com as orações reduzidas de infinitivo, na língua portuguesa do Brasil, evoca a obrigação de realizar a ação do processo à meta, no caso do presente texto, o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal. Ocorre uma exclusão por encobrimento, uma vez que sua atividade encontra-se explícita, deixando vestígios para que os leitores, pelo contexto, possam inferir quem é o ator social.

A seguir, ressalto o papel dos participantes – enquanto atores dos processos materiais –, ou seja, ‘os administradores eleitos’ ou ‘contratados’ e o ‘conselho de administração’.

- (17) **Parágrafo Terceiro:** Os administradores [ator], eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, as [extensão] responderão [processo material] solidariamente [circunstância] pelos prejuízos resultantes de seus atos se agirem com culpa o dolo.
(Estatuto, Art. 31º, p.17)

- (18) a. Certificar-se se o Conselho de Administração [ator] vem se reunindo [processo material] regularmente [circunstância] e se existem cargos vagos na sua composição;
(Estatuto, Art. 41º, p.24)

Os fragmentos antes destacados permitem apontar uma inclusão por categorização – funcionalização, que categoriza os participantes pela função que desempenham na cooperativa. Essa categoria de pertencer a uma instituição, como uma cooperativa, que desempenha um papel relevante na identificação.

O participante ‘associado’, conforme aparece no fragmento (19), equivale à categorização por identificação. Trata-se de uma identificação relacional. O ator social é representado pelas relações de trabalho, associado a uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

- (19) **Art. 58º:** [...] I. Por deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, desde que 20 (vinte) associados [ator] não se disponham [processo material] de assegurar a sua continuidade [extensão];
(Estatuto, Art. 58º, p.28)

Como bem observa van Leeuwen, citando Berger (1966, 115), qualquer função na sociedade está ligada a certa identidade, ainda que seja uma identidade trivial ou mesmo temporária. O associado de hoje pode não ser o de amanhã, mas sempre será um associado da cooperativa.

- (20) **Art. 3º:** Pode ingressar [processo material] na Cooperativa [circunstância], salvo se houver qualquer impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa física [ator] que, tendo livre disposição de sua pessoa e bens, e concordando com as disposições deste estatuto, resida [processo material] na área de ação da Sociedade [circunstância], se disponha a executar [processo material] serviços como autônomo [meta] e que não pratique [processo material] outras a atividades que possam prejudicar ou colidir com os objetivos da entidade [meta] e que se enquadre [processo material] nas seguintes profissões [circunstância].
- (Estatuto, Art. 3º, p.5)

O participante ‘qualquer pessoa física’, fragmento (20), indica indeterminação, um grupo não identificado, ocorrência marcada pelo pronome indefinido usado numa função nominal cujo uso ‘anonimiza’ o ator social e marca a sua identidade como menos importante.

- (21) **Parágrafo Quarto:** A Cooperativa [ator] responderá [processo material] pelos atos a que se refere o parágrafo anterior [meta], se houver ratificado ou deles logrado proveito;
- (Estatuto, Art. 31º, p.17)
- (22) **Parágrafo Único:** A assembleia geral [ator], nos limites de suas atribuições, poderá em qualquer época destituir [processo material] os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal [meta], designando seus substitutos.
- (Estatuto, Art. 60º, p.28)

Outro traço que remete à representação dos atores sociais é a impersonalização, que, nos fragmentos em análise, ocorre através de substantivos concretos, cujo significado não inclui a característica semântica humana, tais como ‘a cooperativa, a assembleia geral’, fragmento (21). Essa impersonalização – objetivação por espacialização marca a referência ao local, ‘a cooperativa’, ou coisa diretamente associada à atividade a que estão ligados, ‘a assembleia geral’. Conforme van Leeuwen (2008, p. 47),

a impersonalização pode encobrir a identidade e/ou o papel dos atores sociais, pode fornecer autoridade pessoal ou força a uma atividade ou qualidade de um ator social e pode acrescentar conotações negativas ou positivas a uma atividade ou enunciado de um ator social.

Quando ‘a cooperativa’ é ativada em relação à atividade de ‘responder pelos atos [...]’, fragmento (21) e a ‘ Assembleia Geral’, de ‘destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal’, fragmento (22), o texto traz ‘a cooperativa e a assembleia geral’ como as responsáveis pela execução da ação, agentes com habilidades humanas, uma impersonalização. A impersonalização presente na tessitura deste estatuto, considerado um texto que carrega marcas da linguagem da burocracia, pode ser compreendida como uma forma de organização de atividade humana que é constituída a partir da negação da responsabilidade e governada por procedimentos impessoais que, uma vez colocados em seus lugares, são quase impermeáveis à agência humana (van Leeuwen, 1997, p. 210).

Os processos relacionais estabelecem uma relação entre dois participantes. Os processos relacionais atributivos servem para caracterizar. Assim, o portador se constrói como um membro de uma classe descrita por um atributo e a relação é estabelecida entre um membro e uma classe. Os processos relacionais identificativos operam no campo da identificação. Ao identificar se constrói uma relação de simbólica entre dois participantes, o identificado e o identificador. Essa mesma relação também pode caracterizar-se como uma relação entre um símbolo, característica –uma categoria específica e um valor – categoria mais geral. São os processos que pertencem ao mundo das relações abstratas. Ghio & Fernandes (2008, p.107) sugerem que as orações relacionais indenticativas tem dois papéis participantes que pertencem a diferentes ordens de abstração e se relacionam entre si de maneira simbólica, como a relação que se estabelece entre símbolo e simbolizado, forma e significado, nome e referente, ator e papel.

Esses processos tiveram 12% de ocorrência no estatuto (59 processos) – Gráfico 4.1. Por constituir o segundo processo com maior recorrência, apresento uma análise mais detalhada com a subclassificação nos moldes de Halliday & Matthiessen (2004), conforme Gráfico 4.5.

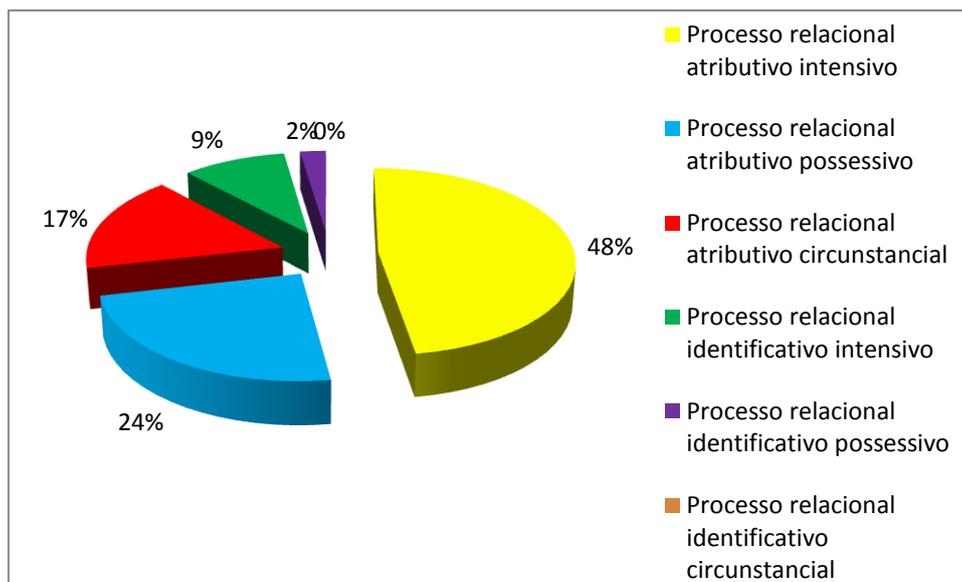


Gráfico 4.5 – Ocorrência e subclassificação dos processos relacionais

Dentre os 12% de ocorrência dos processos relacionais – Gráfico 4.1 –, 48% são processos relacionais atributivos intensivos (29), 24% são processos relacionais atributivos possessivos (14), 17% são processos relacionais atributivos circunstanciais (10), 9% são processos relacionais identificativos intensivos (5), 2% processos relacionais identificativos possessivos (1), porém os processos relacionais identificativos circunstanciais não fizeram parte do texto.

As orações relacionais atributivas intensivas constroem relações de descrição, pois caracterizam ou atribuem uma qualidade a uma entidade. O portador é a entidade descrita, enquanto o atributo é uma qualidade conferida.

- (23) **Parágrafo Quarto:** A quota-parte³⁰ [portador][meta] é [processo relacional atributivo intensivo] indivisível, intransferível [atributo] e não poderá ser negociada [processo material] de modo algum, nem dada em garantia, e todo o seu movimento de subscrição, realização, transferência e restituição [meta] será sempre escriturado [processo material] no Livro de Matrícula [circunstância].

(Estatuto, Art. 14º, p.10)

No fragmento (23), os atributos ‘indivisível e intransferível’ são conferidos ao portador, ‘quota-parte’ pelo processo relacional atributivo intensivo ‘é’. ‘Quota-parte’ é portador do processo relacional atributivo intensivo e meta do processo material ‘podrá ser

³⁰ Quantia com a qual uma pessoa deve contribuir para a formação de um capital ou de uma soma com destinação específica (Houaiss Eletrônico, 2007).

negociada’. Trata-se de atributos que enfatizam a importância da quota-parte para a constituição da cooperativa. Isso porque é o capital que possibilita a movimentação financeira e, conseqüentemente, não poderá ser transferido nem dividido para terceiros.

- (24) **Parágrafo Primeiro:** Os herdeiros do associado falecido [possuidor] têm [processo relacional atributivo possessivo] direitos ao capital realizado e demais créditos pertencentes ao espólio [possuído], nos termos da decisão judicial [circunstância].
(Estatuto, Art.8º, p.8)

O fragmento (24) apresenta a relação de posse codificada como processo, sendo o possuidor o portador ‘os herdeiros do associado falecido’, e o possuído, o atributo ‘direitos’. Esses processos estabelecem a relação x tem A e sempre indicam posse.

- (25) **Art. 22º:** É [processo relacional atributivo circunstancial] da competência das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias [circunstância], a destituição dos membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal [atribuidor].
(Estatuto, Art.22º, p.12)

No fragmento (25), o uso do processo relacional atributivo circunstancial ‘é’ traz a ‘destituição dos membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal’ como atribuidor e ‘da competência das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias’ como a circunstância em que as ações devem ser desenvolvidas. Esse processo aponta sempre em que circunstância as ações podem ser atribuídas.

As orações relacionais identificativas constroem relações de identificação e igualdade, pois decodificam sentidos conhecidos e codificam novos sentidos. Vejamos:

- (26) **Art. 23º:** O “quorum” de associados [identificado/característica] em condições de votar [circunstância], para instalação da Assembleia Geral [circunstância], é [processo relacional identificativo intensivo] o seguinte [identificador/valor]:
(Estatuto, Art.23º, p.12)

Em (26), o processo relacional identificativo intensivo ‘é’ confere uma característica ‘O “quorum” de associados’ e um valor ‘o seguinte’ como imposição para instalação da Assembleia Geral. ‘O seguinte’ serve para definir a identidade do ‘quorum’ necessário para realizar as eleições na cooperativa.

- (27) **Parágrafo Primeiro:** O Conselho de Administração [possuidor] *tem* [processo relacional identificativo possessivo] o prazo de 30 (trinta) dias [possuído] a contar da data da reunião deliberativa [circunstância], para comunicar [processo verbal] ao associado [receptor] a sua eliminação por processo que comprove a data da remessa e recebimento [verbiagem].
(Estatuto, Art.11º, p.9)

No fragmento (27), o processo relacional identificativo possessivo ‘tem’, marca relação de posse entre duas entidades, ‘o Conselho de Administração’, identificador/característica, e ‘o prazo de 30 (trinta) dias’, identificado/valor. A relação de posse é estabelecida como processo, neste exemplo, realizado com o verbo ‘ter’. Halliday & Matthiessen (2004, p.246) relatam que, além de relação de posse, essa categoria inclui relações abstratas de contenção, envolvimento e outras afins. No exemplo, o Conselho de Administração é designado como autoridade que possui prazos para finalizar suas ações.

O processo relacional identificativo circunstancial não fez parte da tessitura do estatuto, talvez por relacionar uma entidade a outra por uma característica de tempo, modo, lugar, uma construção desnecessária para estabelecer direitos e deveres, papéis principais incumbidos ao estatuto.

Enquanto os processos relacionais encontram-se voltados para o mundo das relações abstratas, os processos mentais estão ligados à experiência interna, àquilo que experienciamos como acontecendo dentro de nós mesmos, no mundo da consciência e da imaginação. São os processos do “sentir”. Nessa perspectiva, envolvem participantes humanos ou entidades humanizadas. Eles codificam o mundo interior da consciência, por isso retratam ações cognitivas da percepção dos cooperados ou dos administradores, tais como ‘conferir’, ‘verificar’ e ‘examinar’ como ilustrado no fragmento (28).

- (28) **Art. 41º:** Compete [processo material] ao Conselho Fiscal [extensão] [...]
 - b. Conferir [processo mental] mensalmente [circunstância], o saldo do numerário existente em caixa [fenômeno], verificando [processo mental] também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho da Administração [fenômeno];
 - c. Verificar [processo mental] se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa [fenômeno];
 - d. Examinar [processo mental] se os montantes das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração [fenômeno];
 (Estatuto, Art. 41º, p.23)

Cabe, aqui, destacar que os processos mentais indiciam que as ações desenvolvidas na cooperativa não são apenas físicas. É de responsabilidade dos administradores da cooperativa

- (30) **Art. 5º:** São [processo relacional atributivo intensivo] direitos dos associados [atributo]:
 I. Participar [processo material] das Assembleias Gerais [meta], *discutindo* [processo verbal] e votando [processo material], os assuntos que nelas forem tratados, ressalvados os casos disciplinados no parágrafo deste artigo [verbiagem];
 (Estatuto, Art. 5º, p.6)
- (31) **Art. 26º:** Nas Assembleias Gerais em que foram *discutidos* [processo verbal] os balanços das Contas [verbiagem], o Presidente da Cooperativa [dizente], logo após a leitura do relatório do Conselho de Administração das peças contábeis e do parecer do Conselho fiscal [circunstância], *solicitará* [processo verbal] ao Plenário [receptor] que indique um associado para coordenar os debates e votação da matéria [verbiagem].
 (Estatuto, Art. 26º, p.13)

Tanto em (30) quanto em (31) encontram-se verbos do ‘dizer’ nas formas ‘discutir’ e ‘solicitar’. De acordo com Halliday & Matthiessen (2004, p. 253), ‘dizer’ tem de ser interpretado em um sentido mais amplo, já que ele cobre qualquer tipo de troca de significado simbólico. No fragmento (30), o processo verbal ‘discutindo’ está na forma nominal de gerúndio e indica a continuidade da ação a ser realizada pelo cooperado durante as Assembleias Gerais, o que é, inclusive, um de seus direitos enquanto dizente. Já no fragmento (31), o processo verbal ‘discutidos’ flexionado na voz passiva, omite o dizente e topicaliza a circunstância ‘nas assembleias’ para apresentar o Presidente da cooperativa enquanto dizente do processo ‘solicitará’. Aquele que tem o controle sob a Assembleia Geral e como tal pode se dirigir para o plenário, o ‘receptor’, e solicitar a indicação de um cooperado para coordenar os debates e a votação. Apesar do encobrimento do ator social de algum processo verbal, no decorrer do texto, observam-se os cooperados enquanto dizente, representados pela Assembleia Geral.

Há, nesses fragmentos, uma relação forte de poder de hierarquia estabelecida pelo estatuto ao presidente, mas mitigada pela força do plenário que indicará o responsável pela coordenação dos debates e da votação. Nota-se que a verbiagem do primeiro processo verbal é ‘os balanços das contas’, pois se trata de uma Assembleia para prestação de contas, uma ação que, conforme dados etnográficos e atas, suscita desconfiança e, conseqüentemente, o afastamento dos cooperados, o que provoca o enfraquecimento da cooperativa, mas é necessária, principalmente nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, onde a fome e a pobreza imperam.

Os processos comportamentais estão no limite entre os materiais e os mentais, pois são aqueles que representam manifestações exteriores de atividades internas, ou seja, a

externalização dos processos da consciência e dos estados fisiológicos. Eles constroem comportamentos fisiológicos e psicológicos, por isso não contribuíram na tessitura desse *corpus* documental. Esses processos retratam ações voltadas para seres humanos apresentando uma reação física resultante de uma manifestação da consciência de um participante. São ações que não fazem parte do contexto de trabalho de uma cooperativa, por isso não se encaixam como deveres e direitos que precisam ser regulamentados, papel atribuído ao estatuto.

A seguir, segue um resumo das categorias concernentes à referenciação dos atores sociais atrelados aos processos discutidos neste capítulo.



Figura 4.5 – Trilhas de identificação de atores sociais (adaptado de van Leeuwen, 1997)

Discute van Leeuwen (2008, p.29) que a representação de atores sociais pode adotar papéis passivos submetendo-se à atividade, ou como sendo receptores dela. Um modo de passivação é a supressão – apagamento de agentes e de atividades enquanto a outra pode ser de encobrimento – quando menciona a atividade, mas apaga os atores ou os atores são mencionados em outra parte do texto, ocorrências que serão discutidas a seguir.

4.2.2 Voz Passiva

A voz passiva é marcada em relação à ativa, pois os usuários de uma língua preferem a ativa para interagir. Como bem observa Thompson (2004, p. 92), existe uma razão particular para o participante escolher uma oração na passiva, quando isso ocorre, há uma quebra na ordem dos constituintes. Na língua portuguesa, a meta tende a ocupar a posição inicial da oração e o ator/agente ocorre mais frequentemente na posição pós-processo, ou na maioria das vezes é omitido. A estrutura de passiva afeta a correspondência entre os papéis semânticos e as relações gramaticais, pois permite que a meta de um processo semanticamente transitivo passe para a posição de ator e tópico, estando o ator omitido ou apresentado num sintagma preposicionado. Sendo assim, a maneira como a construção é disposta não é aleatória, segue o princípio da ordenação linear, ou seja, o falante coloca à frente de seu discurso aquilo que tem maior relevância em sua intenção comunicativa, geralmente aquilo que constitui o tópico para o qual se pretende chamar a atenção.

O Gráfico 4.6 exibe a ocorrência detalhada da voz passiva no estatuto a partir dos 24% apresentados no Gráfico 4.2, sem o uso dos modalizadores.

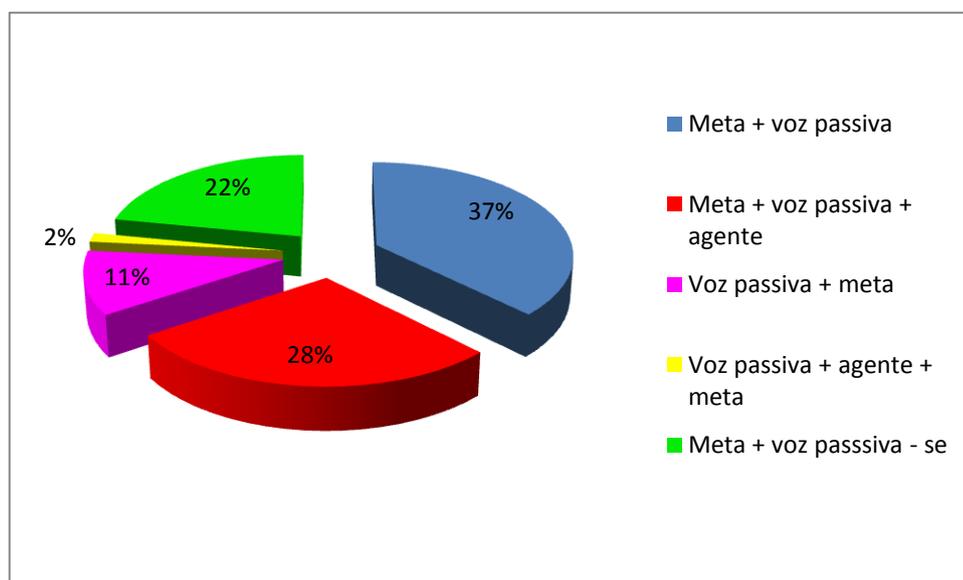


Gráfico 4.6 – Posição da meta e do agente na construção da voz passiva

O Gráfico 4.6 mostra que, de 89 estruturas na voz passiva, 37% trazem a topicalização da meta e a omissão dos agentes; 28% das orações apresentam a meta topicalizada e o agente após o processo; 11% topicalizam o processo e a meta está posposta ao processo omitindo também o agente; 2% mostram o processo topicalizado seguido pelo agente e pela meta; 22%

são os processos flexionados na voz passiva com a partícula -se, estando a meta em proeminência.

As estruturas, meta + voz passiva, meta + passiva + se, com a omissão dos agentes, aparecem com 59% de frequência, registrando a ordem direta da passiva que tem como objetivo colocar a meta em proeminência. Quando a meta é tematizada e o agente é omitido, nota-se que é uma informação importante para que os responsáveis pela cooperativa se mantenham atentos quanto às ações a serem desempenhadas por eles. As informações geralmente são ‘o número de associados’, ‘a cooperativa’, ‘o capital social’, ‘o edital de convocação’, ‘as perdas’. Fica explícito o poder da Lei nº 5.764/74 presente no estatuto enquanto agente que determina essas ações. Vejamos o fragmento (32):

- (32) Parágrafo Primeiro: O Capital Social [meta] *é dividido* [processo material] em quotas-partes de valor unitário igual a R\$ 1,00 (um real) [circunstância] corrigido monetariamente conforme a Lei em vigor.

(Estatuto, Art. 14º, p.10)

O uso da voz passiva no decorrer do documento muda o foco da ação, quem é responsável pela execução do processo, evidenciando a meta do processo – o capital social –, em vez do ator, inclusive omitido nesse fragmento. Isso pode acarretar dois sentidos que o participante pretenda produzir. Por um lado, amenizar a responsabilidade do ator ao executar o processo, pois ele vem em segundo plano, como segundo participante. Por outro lado, colocar a meta como foco principal do que foi dito, ela está em primeiro plano, como primeiro participante e topicalizado.

- (33) Art. 40º: O Conselho Fiscal [meta] *reúne-se* [processo material] ordinariamente [circunstância] uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de 03(três) de seus membros.

(Estatuto, Art. 40º, p.23)

- (34) Art. 47º: As inscrições das chapas para Conselho de Administração e Conselho Fiscal [meta] *realizar-se-ão* [processo material] na sede da cooperativa [circunstância] nos prazos estabelecidos, em dias úteis, no horário comercial, devendo ser utilizado, para tal fim, o livro de registro de inscrição de chapas.

(Estatuto, Art. 47º, p.25)

As orações na voz passiva com a partícula ‘se’ apontam o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal como meta. As orações no tempo futuro apresentam como meta ações que serão desenvolvidas na cooperativa, tais como as inscrições das chapas, as eleições, a

demissão, o número de associados presentes, a assembleia geral, a COOTRAMAMARE e o mandato do primeiro conselho, conforme fragmentos (33) e (34).

- (35) Parágrafo Único: *É facultada* [processo material] a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, inclusive emitidas por processamento eletrônico de dados [meta].
(Estatuto, Art. 56º, p.28)

A topicalização do processo – é facultada, fragmento (35) – deixa a meta, ‘a adoção de livros de folhas soltas’, em segundo plano. Quando isso ocorre, a informação mais importante da oração vem primeiro, ou seja, o fato de ser facultativo para a cooperativa adotar livro em folhas soltas ou fichas.

Quanto ao uso da passiva com o apagamento do ator, van Leeuwen (1997) sugere como representação de atores sociais por encobrimento, fenômeno que, para o referido autor, apaga o ator, mas a sua atividade é expressa. Observe-se que nos fragmentos (32), (33), (34) e (35), há o apagamento do ator. No fragmento (32), a atividade expressa e topicalizada é a divisão do Capital Social, mas quem estabeleceu como deve ser esta divisão está encoberto. Pelo contexto, pode-se inferir que o ator encoberto é uma Lei, e como lei, ninguém pode sequer apetecer uma mudança. Nos fragmentos (33) e (34), o encobrimento do ator com a meta topicalizada registra um tom mais impositivo. Parece ser obrigação do ‘Conselho Fiscal’ se reunir sempre que necessário e ‘as inscrições das chapas para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal’ se realizarem na sede da cooperativa.

A estrutura voz passiva + agente + meta ocorre apenas na percentagem de 2% no estatuto, mas é relevante apresentá-la, devido à intenção linguístico-discursiva que se estabelece nesse gênero.

- (36) Parágrafo Quarto: Os deveres de associado [ator] perduram [material] para os demitidos, eliminados ou excluídos [extensão], até que *sejam aprovadas* [material], *pela Assembleia Geral* [agente], as contas do exercício em que o associado deixou de fazer parte da sociedade [meta].
(Estatuto, Art. 13º, p.10)

Nesse fragmento, nota-se que a informação importante está relacionada aos deveres dos associados, por isso explicita-se o agente responsável para aprovar as contas da cooperativa, ‘Assembleia Geral’, mesmo para os que dela desejarem se afastar. O uso do item lexical ‘até’ delimita o tempo para cessar os deveres dos cooperados que se desligarem da cooperativa.

A estrutura voz passiva – ser + particípio pode ocorrer com a presença de meta e de ator. Quando há presença de meta e de ator na construção da oração, há uma evidência de que alguma ação será feita por alguém que está em um cargo e tem poder de decisão. Essa estrutura aparece 28% de ocorrência no estatuto, sempre colocando o Presidente da cooperativa, o Conselho de Administração, os associados, a maioria simples de voto, quatro primeiros signatários e o Conselho Fiscal como agentes/atores do processo responsáveis pela execução da meta. Essa ocorrência está representada no Gráfico 4.7.

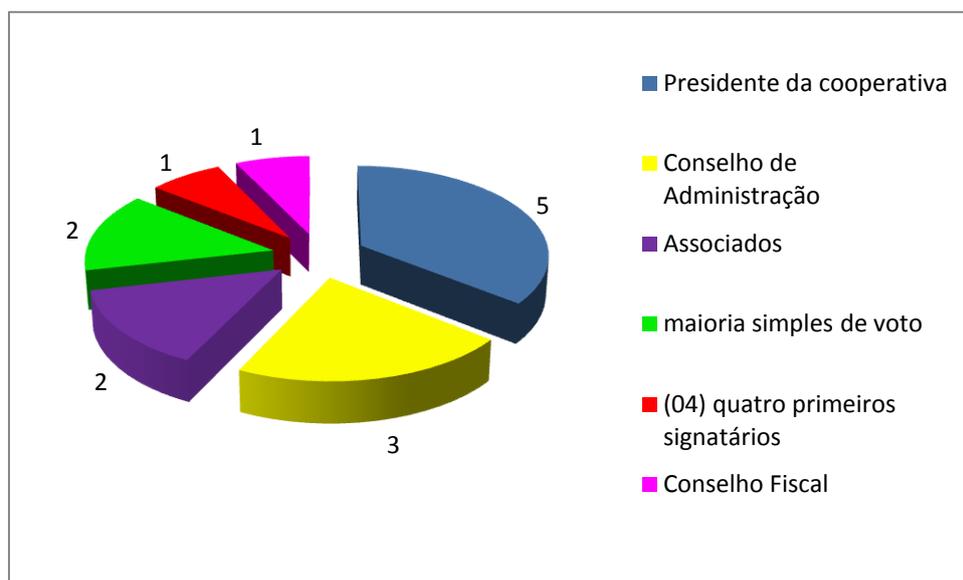


Gráfico 4.7 – Atores sociais dos processos materiais na voz passiva

- (37) Parágrafo Primeiro: No caso da convocação ser feita [processo material] por associados [ato/agente], o Edital [meta] *será assinado* [processo material], no mínimo, pelos 04 (quatro) primeiros signatários do documento [ator/agente] que a solicitou.
(Estatuto, Art. 21º, p.12)
- (38) Art. 31º: A Cooperativa [meta] *será administrada* [processo material] por um Conselho de Administração [ator/agente] composto de 05 3 (três) (cinco) membros todos associados, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, sendo obrigatória, ao término do mandato, renovação de no mínimo 02 (dois) dos seus componentes.
(Estatuto, Art. 31º, p.17)

No fragmento (37), a meta é o ‘edital’ e o agente, os associados, que assinarão o edital. No fragmento (38), a meta é ‘a cooperativa’, e o agente ‘um conselho de Administração’, que administrará a cooperativa. Há a necessidade discursiva de apontar os

responsáveis para assinar os editais e administrar a cooperativa. Por serem ações que não podem ficar com os atores e metas omitidos ou encobertos, as responsabilidades devem estar bem claras. A identidade do agente é importante em função do papel social que ocupa na cooperativa, o que reforça a legitimidade da hierarquia e da relação de poder presente nesse contexto de trabalho, pois nem todos os cooperados podem realizar tais ações.

Ademais, apesar de Hodge & Kress (1993, p.133) afirmarem que, quando há supressão do ator da passiva, é mais provável uma interpretação relacional, neste trabalho, analisei como transformação de voz ativa em voz passiva, portanto, como processos materiais.

Os referidos autores também ampliam a discussão acerca do estilo do texto. O apagamento de atores é típico de discurso acadêmico e científico em geral, pois cria a impressão de objetividade por meio da impersonalização. Ao contrário do que acontece com o discurso jurídico, tal recurso omite os responsáveis para executarem a ação ou os deixa em segundo plano com o encobrimento. Parece que há fatos mais importantes para o primeiro plano que merecem destaque no registro ou há a necessidade de não colocar em evidência os responsáveis, já que é um texto da ordem do discurso jurídico.

O uso também do presente nas estruturas na voz passiva é relevante, pois indica a certeza sobre a validade da proposição ou da proposta que o falante tem no momento da fala. Além disso, convém reforçar que o tema da oração muda de ator para paciente e na maioria das ocorrências, topicalizado. A esse respeito, contribui Silveira (2008, p. 228), ao relatar que a *voz passiva* é muito frequente nos gêneros da burocracia administrativa, principalmente aqueles que se enquadram no que se pode chamar de *provisões legislativas*³¹, ou seja, leis, estatutos, regimentos, regulamentos, contratos, para ‘impersonalizar’ a ação da instituição que está impondo o regulamento.

A seguir, trato a presença dos modalizadores na tessitura do estatuto – Gráfico 4.2 – com os processos materiais na voz ativa, 12% com poder e 6% com dever e com os processos materiais na voz passiva, 4% com poder e 1% com dever.

4.2.3 Os modalizadores

Vários são os estudos sobre modalidade que circulam na academia. Entre eles destaco os trabalhos realizados por Neves (2002), Oliveira (2003), Halliday & Matthiessen (2004),

31 Termo traduzido pela autora de Bhatia (1993, p. 101) ‘legislative provisions’.

Eggins (2004), Thompson (2004), Ghio & Fernández (2008) e Lunguinho (2010), que balizaram a compreensão dos modalizadores no texto, por ora analisado.

Define Oliveira (2003, p.263) modalidade como a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes, um fenômeno de grande amplitude, pois existem, em uma língua, formas diversas de expressar um mesmo tipo de modalidade como também uma expressão pode apresentar diferentes modalidades. Nesse sentido, Neves (2000, p.172) apresenta três definições de modalidade balizadas nos estudos realizados por Quirk (1985), Saint-Pierre (1992) e Maingueneau (1990). A primeira definição está no campo mais amplo, pois compreende modalidade como ‘o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ela expressa’. A segunda, a partir de um enfoque mais pragmático, é definida como operação de assunção do conteúdo proposicional de seu enunciador em relação a um evento ou a uma relação intersubjetiva em que se distingue o *dictum* – o conteúdo de pensamento, do *modus* – atitude que o sujeito toma em relação a esse conteúdo. E a terceira, como a própria autora menciona, de maneira bem simples, “a modalidade é a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado”.

Ambas as definições comungam com os trabalhos que o grupo de seguidores de Halliday vem desenvolvendo sobre modalidade, a atitude do participante frente ao seu dizer. Thompson (2004, p. 66) endossa os estudos de Eggins (2004), quando menciona que um ponto inicial para definição de modalidade seria o espaço entre o *sim* e o *não*. Continua o autor que, se a mercadoria que está sendo trocada é informação, a modalidade relata como validar a informação que está sendo apresentada em termos de probabilidade ou usualidade (qual a probabilidade e a frequência de ser verdadeira). Por outro lado, se a mercadoria trocada for bens e serviços, a modalidade diz respeito à quão confiante o falante pode parecer no eventual sucesso da troca. Em comandos, isto diz respeito ao grau de obrigação sobre a outra pessoa para executá-lo – o que é permitido, aconselhável, obrigatório –, e, em ofertas, ao grau de disponibilidade e inclinações do falante para cumprir a oferta – capacidade, boa vontade, determinação.

Hodge & Kress (1993, p 122), usam a metáfora ‘O que os poderosos dizem frequentemente é tido como "certo" porque é dito pelos poderosos’, para explicitarem que a modalidade indica um grau de autoridade no enunciado. A modalidade pode ser expressa com vários recursos linguísticos, mas os auxiliares modais, ao executarem esta função, mostram uma ambiguidade sistêmica sobre a natureza da autoridade, se ela está baseada primeiramente no conhecimento ou no poder.

Outra discussão proposta por Hodge & Kress (1993, p. 128) é acerca do uso da modalidade pelo falante. Para os referidos autores, um falante usa modalidade para proteger suas declarações de críticas. Um grande número de modalizadores indica medo considerável por parte do falante e vulnerabilidade, em vez de incerteza intelectual. Neste caso, o falante sinaliza ansiedade mesmo que ele possa estar certo.

Os modalizadores constituem o estatuto com duas estruturas verbais: a voz ativa e a voz passiva, cuja ocorrência está demonstrada no Gráfico 4.2 e detalhada no Gráfico 4.8. a seguir.

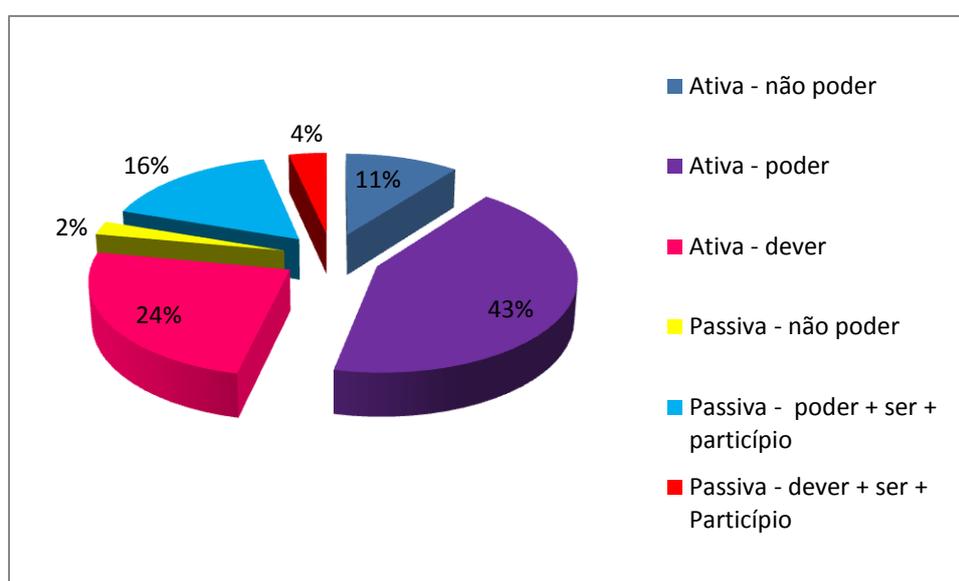


Gráfico 4.8 – A frequência dos operadores modais ‘dever e poder’ no estatuto

Os operadores modais presentes no estatuto totalizaram 18% na voz ativa contra 5% na voz passiva totalizando 85 processos, sendo que na voz ativa 12% ocorreram com ‘poder’, 6% com ‘dever’ e 11% com ‘poder’ no polo negativo e, na voz passiva, 16% com o operador modal ‘poder’, 4% com ‘dever’ e 2% com ‘poder’ no polo negativo.

Os processos materiais, com presença de modalizadores – fragmentos (39) a (51) –, remetem-nos a algumas reflexões sobre o papel dos participantes, tais como: quem será o responsável pelas ações na e da cooperativa? Por que determinadas ações estão modalizadas? Que experiências estão sendo trocadas? Para ter uma atuação no cenário, o ator se valerá de ações que demandam obrigação, probabilidade, proibição ou permissão. Para Halliday & Matthiessen (2004), o verbo “dever” indica modulação (metafunção interpessoal) e está no campo da obrigação e da necessidade, sendo usado quando o participante faz uma proposta para outro participante.

A propósito, a modalidade pode ser compreendida como um recurso linguístico utilizado pelos falantes para trocar informação (modalização – elaboração de proposição) e para pedir bens e serviços (modulação – elaboração de propostas). A proposição é algo que pode ser argumentada de maneira específica. Sugere Eggins (2004, p.172) que ao trocar informação, estamos argumentando se alguma coisa *é* ou *não é*, o que envolve também os graus de probabilidade entre elas. Assim, além da modalização ser o ponto intermediário entre o *sim* e o *não* porque a informação pode ser afirmada ou negada, é usada para argumentar sobre probabilidade ou frequência das proposições. Parece que ao recorrer à modalização, os usuários da língua costumam imprimir presença na mensagem, mediante expressão de atitude e julgamentos de vários tipos.

Quando a modalidade é usada para argumentar obrigação e inclinação de propostas, é referida como modulação. A modulação, para Eggins (2004, p. 181), é um recurso utilizado pelos falantes para expressar seus julgamentos e atitudes sobre as ações e os eventos. A autora complementa, ao afirmar que, quando estamos fazendo as coisas para nós mesmos ou para os outros, não temos somente escolhas dogmáticas de fazer ou não fazer, dar ou não dar. Entre estes dois polos de complacência e recusa, expressamos graus de obrigação e inclinação.

O Gráfico 4.9 mostra a ocorrência dos processos materiais com modalizadores na voz ativa, no polo positivo e negativo e no tempo verbal flexionado.

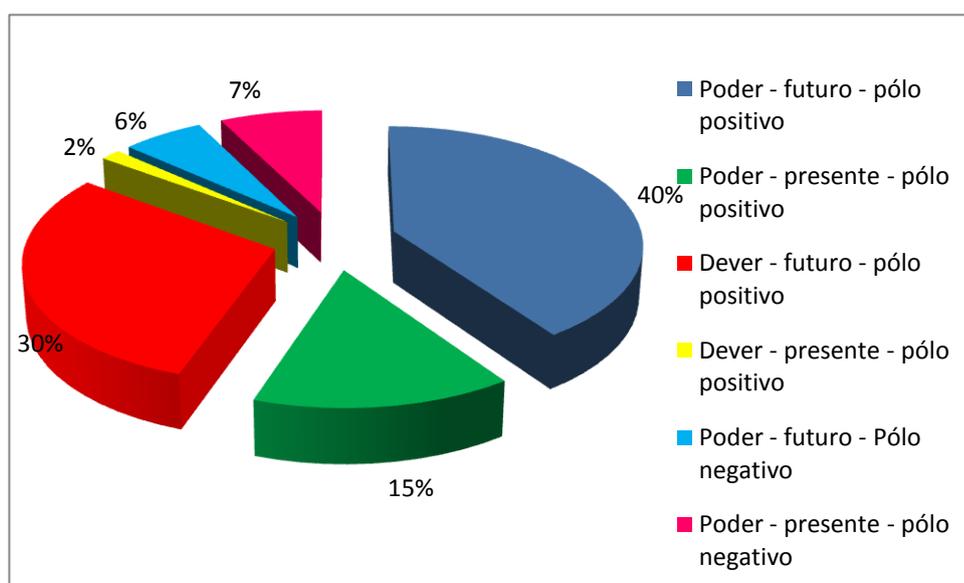


Gráfico 4.9 – Ocorrência dos processos materiais com modalizadores na voz ativa

Observe-se que, entre os 67 verbos modais na voz ativa, 40% retratam o verbo ‘poder’ no polo positivo e flexionado no futuro do presente do modo indicativo. Já com o verbo ‘poder’, há 15% no polo positivo, flexionado no tempo presente do modo indicativo, bem como no presente do subjuntivo. Com o verbo ‘dever’ no polo positivo e flexionado no futuro do presente do modo indicativo há uma ocorrência de 30%, enquanto 2% apenas com verbo ‘dever’ no polo positivo e flexionado no presente do modo indicativo. Quanto à ocorrência com o verbo poder no polo negativo, há ocorrência de 6% com o verbo flexionado no futuro do presente e 7% com o verbo flexionado no presente do modo indicativo.

- (39) Parágrafo segundo – O Conselho de Administração da Cooperativa [ator] poderá determinar [processo material] que a restituição do Capital seja feita em parcelas e no mesmo prazo e condições da integralização [meta].
(Estatuto, Art. 13º, p.9)
- (40) Parágrafo Primeiro: Em regra, a votação será a descoberta, mas a Assembleia [ator] poderá optar [processo material] pelo voto secreto [extensão], atendendo-se, então, as normas usuais.
(Estatuto, Art. 27º, p.14)

Os processos materiais na voz ativa com o verbo poder, flexionado no futuro do presente com 40% de ocorrência, indicam modalidade (metafunção interpessoal). O participante usa uma proposição para indicar o grau de probabilidade de o evento acontecer ou permissão. Ao flexionar o verbo no futuro do presente do modo indicativo, gera dúvida quanto à realização da ação. Assim, não é certeza que o Conselho de Administração divida em parcelas a restituição do Capital, fragmento (39), bem como a opção do voto secreto pela Assembleia, fragmento (40).

A propósito, o uso do futuro do presente em textos deliberativos era uma marca utilizada por Aristóteles para aconselhamento/desaconselhamento. Vian Junior (1997, p.35) comenta o seguinte:

Aristóteles fazia considerações quanto ao tempo verbal de cada tipo de discurso (judiciário, demonstrativo e deliberativo), pois “cada um destes gêneros tem por objeto uma parte do tempo que lhe é próprio” (Aristóteles, s.d.:39): o gênero deliberativo, portanto, utilizar-se-ia do futuro, tendo-se em vista a deliberação que será feita.

O uso do futuro bem como do presente do modo indicativo também é orientação para a redação das leis conforme Art. 1, alínea ‘d’ da Lei nº 95/98, mencionado anteriormente.

- (41) Art. 44º: Somente [circunstância] podem concorrer [processo material] às eleições [meta], candidatos que integrem chapa completa [ator].

(Estatuto, Art. 44º, p.24)

O verbo ‘poder’ flexionado no presente do modo indicativo, fragmento (41), retrata permissão. Esse processo está posposto à circunstância ‘somente’ que interfere no sentido da permissão expressa. Assim, o processo passa a ter um tom mais impositivo, indica a proibição de candidatos que não integrem chapa completa para concorrerem à eleição.

- (42) b) Divulgar informações relevantes, sigilosas ou inverídicas sobre a sociedade [ator] que possam prejudicá- [processo material] la [meta] nas suas atividades e negócios sociais [circunstância];
(Estatuto, Art. 11º, p.8)

O operador modal ‘poder’, flexionado no presente do modo subjuntivo, fragmento (42), marca as ações possíveis, hipotéticas ou duvidosas que possam ocorrer na cooperativa, estando, portanto, no campo da probabilidade remota.

Os processos materiais, na voz ativa com o operador modal (Gráfico 4.8, p. 43) ‘poder’, no polo negativo, tiveram 13% de ocorrência – 6% no futuro do presente do modo indicativo e 7% no presente do modo indicativo. Esses processos apontam as proibições cabíveis dentro da cooperativa tanto para os cooperados quanto para os membros dos conselhos.

No estatuto em análise, uma proibição com alto grau de gradação como “não deve” inexistente. Assim, a substituição de um termo lexical por outro mostra a suavização das proibições que devem ser cumpridas por todos na cooperativa. Parece haver uma preocupação com a polidez, minimizando o potencial para conflitos e confrontos inerentes às trocas entre os redatores do estatuto e os cooperados.

- (43) Parágrafo segundo – *Não* [polaridade marcada] podem compor [material] o Conselho de Administração [meta] parentes entre si até o segundo grau, em linha direta ou colateral [circunstância], parentes afins e cônjuge [ator].
(Estatuto, Art. 31º, p.17)

No fragmento (43), o ator, responsável pela execução do processo, está posposto ao verbo, ocorrendo a topicalização do adjunto “não”, marcando a principal informação da proposição. Nota-se que essa topicalização põe em evidência a proibição de parentes – ator do processo material – comporem o Conselho de Administração – a meta.

Há a proibição de o associado participar em dois cargos de gestão, um princípio de moralidade e que demonstra a preocupação de as pessoas dominarem a gestão e acabarem impondo seus pontos de vista nas decisões que devem ser de todo grupo.

- (44) Parágrafo Segundo: O associado [ator] não [polaridade marcada] pode exercer [processo material] cumulativamente cargos nos conselhos de Administração e Fiscal [meta].

(Estatuto, Art. 39º, p.23)

O fragmentos (45) apresenta o verbo principal flexionado no futuro do presente. Há uma proibição hipotética remetendo às ações futuras necessárias na cooperativa, tais como proibição dos membros da gestão da cooperativa votarem as matérias que dizem respeito à prestação de contas dos órgãos da Administração – item I – bem como à fixação do valor dos honorários para os membros do Conselho de Administração – item IV.

- (45) Parágrafo Primeiro: Os membros dos órgãos de administração e fiscalização [ator] não poderão participar [processo material] da votação das matérias referidas nos itens I e IV deste artigo [meta].

(Estatuto, Art. 28º, p.15)

Isso legitima as pesquisas realizadas por Silva (2010), para quem as propriedades do discurso como prática social contribuem para a análise dos eventos comunicativos que emergem do contexto de situação e refletem no contexto de cultura, que na perspectiva de Motta-Roth & Heberle (2005, p.15), ‘um conjunto compartilhado de contextos de situação constitui um dado contexto de cultura, sistema de experiências com significados compartilhados’. Nesse ponto, temos um estatuto criado para deliberar ações dentro do contexto de situação, ou seja, “a cooperativa”, mas se reflete na posição social de cada associado dentro de um contexto de cultura.

Observe-se que, na voz ativa, os atores sociais com modalizadores que indicam a proibição são ‘parentes entre si’ – fragmento (43), ‘o associado’ – fragmento (44), ‘os membros dos órgãos de administração’ – fragmento (45)’.

- (46) Art. 11º - Além de outros motivos [circunstancia], o Conselho de administração [ator] deverá eliminar [material] o associado [meta]

(Estatuto, Art. 11º, p.8)

- (47) Art. 21º: Dos Os Editais de Convocação das Assembleias Gerais [ator] deverão constar [processo material]:

(Estatuto, Art. 21º, p.12)

- (48) Art. 60º: Os liquidantes, investidos de todos os poderes normais de administração [ator] devem proceder [processo material] à liquidação [meta], conforme o disposto na legislação cooperativista[circunstância].

(Estatuto, Art. 60º, p.28)

As ações que demandam obrigação com o uso do verbo “dever”, 24% de ocorrência, vem designando de forma direta a obrigação que cada catador e cada membro do conselho tem com a cooperativa. As orações estão na voz ativa, flexionadas no futuro do presente, fragmentos (46) e (47), ou no presente, fragmento (48) ambos do modo indicativo, e retratam que o ator social terá a obrigatoriedade de cumprir uma proposta estabelecida; o uso do futuro indica uma ação provável de acontecer, pois está atrelada a uma infração ou alguma outra ação futura a ser executada por esses atores sociais. No fragmento (46), a meta é afetada pelo processo “eliminar”, o que autentica a punição ao cooperado.

O Gráfico 4.10 mostra a ocorrência dos processos materiais na voz passiva no polo positivo e negativo e no tempo verbal flexionado.

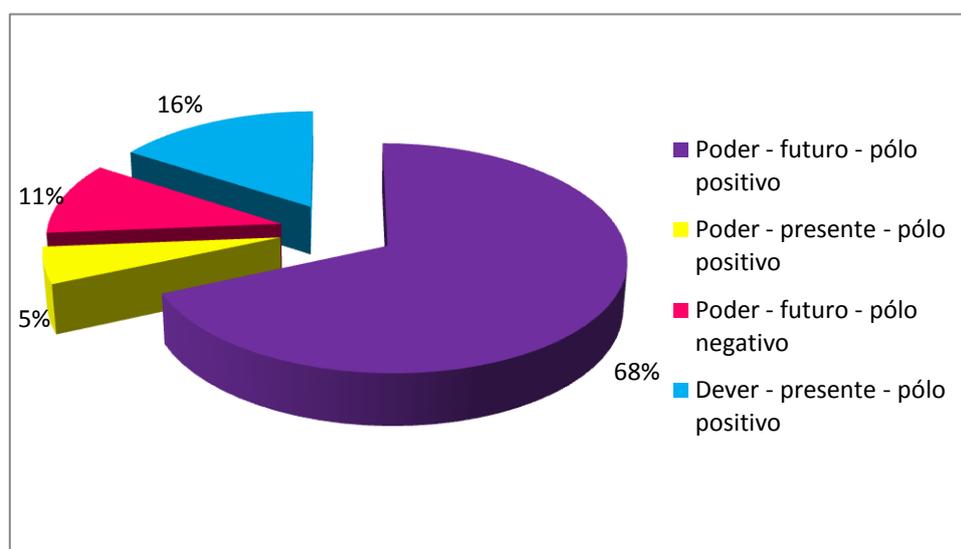


Gráfico 4.10 – Ocorrência dos processos materiais com modalizadores na voz passiva

Dos 22% de ocorrência de verbos modalizadores na voz passiva –18 processos, Gráfico 4.8 –, 68% foram marcadas pela presença do verbo ‘poder’, flexionado no futuro do presente do modo indicativo e no polo positivo; 5% como verbo ‘poder’, flexionado no presente do modo indicativo e no polo positivo; 11% com o verbo ‘poder’, flexionado no futuro do presente do modo indicativo e no polo negativo; 16% com o verbo ‘dever’, flexionado no presente do modo indicativo. Há ocorrência maior com verbos flexionados no futuro do presente do modo indicativo, os quais expressam um fato que pode realizar-se em um tempo vindouro com relação ao momento presente.

(49) Art. 58º: A sociedade [meta] poderá ser dissolvida [processo material] voluntariamente [circunstância]:

(Estatuto, Art. 58º, p.28)

(50) Parágrafo Único: As 03 (três) convocações [meta] poderão ser feitas [processo material] num único Edital [circunstância], desde que dele

constem, expressamente, os prazos de cada uma delas [circunstância].
(Estatuto, Art. 19º, p.12)

Nos fragmentos (49) e (50), o verbo ‘poder’ flexionado no futuro do presente indica uma probabilidade e uma permissão respectivamente. No fragmento (49), há a probabilidade de alguém acabar com a existência da cooperativa, mas não dá para saber se será o ator desse processo, pois o mesmo foi omitido. Já no (50), alguém tem a permissão de fazer as três convocações em único edital, mas há uma ressalva expressa por uma circunstância ‘desde que dele constem, expressamente, os prazos de cada uma delas’. As metas, ‘a sociedade e as 03 convocações’, estão topicalizadas, mas os atores sociais estão implícitos. No fragmento (50), o ator, implícito enquanto cooperado ou o presidente, parece ser o responsável pela elaboração do edital.

(51) Art. 9º: A demissão do associado [meta], que não poderá ser negada [processo material], dar-se-[processo material] á unicamente a seu pedido [extensão] e será requerida ao Presidente, sendo por este levada ao Conselho de Administração em sua primeira reunião e averbada no livro de Matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.

(Estatuto, Art. 9º, p.8)

(10) **Parágrafo Quarto:** A quota-parte [portador][meta] é [processo relacional atributivo intensivo] indivisível, intransferível [atributo] e *não poderá* ser negociada [processo material] de modo algum, nem dada em garantia, e todo o seu movimento de subscrição, realização, transferência e restituição [meta] será sempre escriturado [processo material] no Livro de Matrícula [circunstância].

(Estatuto, Art. 14º, p.10)

Os fragmentos (51) e (10) apresentam as proibições retratadas nesse estatuto, materializadas com o operador modal ‘poder’ no polo negativo. São proibições que estão no campo da hipótese, por isso foram elaboradas no futuro do presente, estando as metas, ‘a demissão do associado e a quota-parte’, topicalizadas. Quanto aos atores sociais, pode-se mencionar que do fragmento (51) será o Conselho de Administração e do (10), há encobrimento do ator. Pode-se inferir que esse encobrimento ocorre devido às vozes da Lei 5.764/71 que ecoam no estatuto.

Ainda quando o tema é demissão, o estatuto é claro, ‘dar-se-á unicamente a pedido do associado’, mas isso não ocorre no dia a dia do trabalho do catador. Cabe, aqui, mencionar que a ata e os dados etnográficos apontam demissão de cooperado por decoro, solicitada por colegas após aprovação em Assembleia.

(52) m) Indicar [processo material] o banco ou bancos [meta] nos quais devem ser feitos [processo material] os depósitos de numerários contábeis disponíveis [meta];

(Estatuto, Art. 34º, p.20)

O operador modal ‘dever’ no polo positivo, uma modulação de alto grau, ocorre quando se trata de ações bancárias, a obrigação de realizar depósitos. Está veiculada às atividades econômicas realizadas na cooperativa para manter a sua existência. Ademais, para ampliar a discussão sobre os verbos modais, Lunguinho (2010, p. 123) relata que os verbos modais ‘dever’, ‘poder’ e ‘ter de’ podem expressar variados tipos de modalidade e o contexto é fundamental para delimitação de sua interpretação. Isso vai ao encontro de Coquet (1976), citado por Neves (2002, p.179), ao proferir que ‘a língua não é um espaço fechado e abstrato, mas, sim, um universo discursivo, em um espaço polêmico no qual as significações se colocam em oposição e em interação’. Nessa perspectiva, o verbo modal ‘dever’ com uso de probabilidade, modalidade epistêmica, não ocorre no texto do estatuto.

O Gráfico 4.11 apresenta a frequência dos verbos modais que indicam proibição, obrigação e permissão – modulação – probabilidade – modalização, respectivamente.

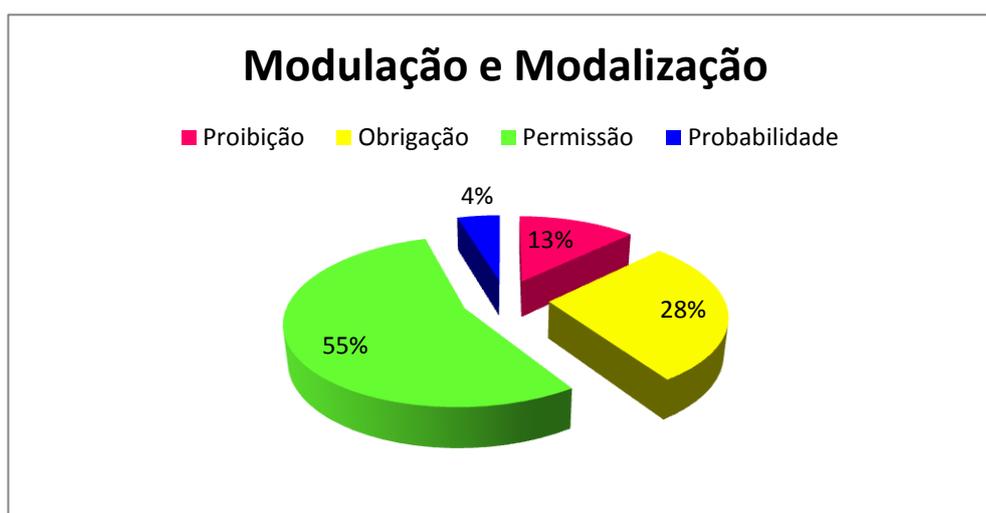


Gráfico 4.11 – Modulação e Modalização

Os verbos modais (Gráfico 4.11) presentes na tessitura do estatuto sugerem que ocorre mais troca de bens e serviços, modalidade deôntica do que troca de informação, modalidade epistêmica. A troca de bens e serviços indica ordem, mas no estatuto tal ordem é mitigada pelo uso dos verbos flexionados no futuro do presente e pelo uso do verbo ‘poder’ indicando permissão.

Além dos verbos modais, há outras escolhas linguísticas que sinalizam obrigação e/ou proibição que foram modalizadas. Com 56 ocorrências, as circunstâncias terminadas em -mente ocupam papel importante enquanto modalizadores no estatuto.

(53)

Art. 28º: A Assembleia Geral Ordinária [meta] realizar-se-á [processo material] *obrigatoriamente* [circunstância] uma vez por ano [circunstância], no decorrer dos 03 (três) primeiros meses após o encerramento do

exercício, social e deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia.

(Estatuto, Art. 28º, p.14)

No fragmento (53), o uso do modalizador deôntico ‘obrigatoriamente’ suaviza o tom da obrigação da realização das Assembleias Gerais, mas não omite o dever de cumpri-la. Já no fragmento (54), o modalizador delimitador ‘somente’ retrata uma limitação e soa como uma forma de imposição e de relações de poder. As Assembleias Gerais ficam limitadas a decidir sobre assuntos que estejam previamente mencionados no edital, não havendo a possibilidade de inclusão e nem de decisão de nova pauta mesmo se for solicitada e aprovada pela Assembleia. Nota-se que esse advérbio não garante nem nega propriamente o valor de verdade do que se diz, mas delimita o âmbito da afirmação segundo a perspectiva do falante. Para Neves (2000, p.250), essa modalização possibilita o falante de circunscrever os limites dentro dos quais o enunciado deve ser interpretado, e dentro dos quais, portanto, se pode procurar a factualidade, ou não, do que é dito.

Ademais, os modalizadores deônticos indicam que o falante considera o conteúdo de proposta como um estado de coisas que deve ocorrer. Assim, parece que o falante veicula sua mensagem para levar o ouvinte a fazer algo, ditando regras do que se deve fazer, do que é certo ou errado, o que faz transparecer um controle sobre o outro.

(54) Art. 27º: As decisões das Assembleias Gerais [ator] *somente* poderão versar [processo material] sobre os assuntos constantes do Edital de Convocação [extensão].

(Estatuto, Art. 27º, p.14)

Os advérbios modalizadores, para Neves (2000), expressam alguma intervenção quanto à validade e ao valor do enunciado pelo falante, que modaliza quanto ao valor da verdade, quanto ao dever, restringe o domínio, define a atitude e avalia a própria formulação linguística. A linguística brasileira divide esse grupo de advérbios em quatro grupos: 1 – epistêmicos: expressam uma avaliação quanto ao valor de verdade do que é dito no enunciado (certamente, possivelmente, provavelmente, etc.);

2 – delimitadores: fixam condições de verdade, delimitam o âmbito das afirmações e das negações (teoricamente, tecnicamente, historicamente etc.); 3 – deônticos: revelam que o enunciado deve ocorrer, dada uma obrigação que alguém tem (obrigatoriamente, necessariamente etc.); 4 – afetivos: demonstram reações emotivas do falante em relação ao conteúdo da asserção (felizmente, francamente, infelizmente).

No caso da cooperativa, a proposta feita aos participantes é o cumprimento das obrigações sociais e jurídicas, por isso os modalizadores mais presentes foram os deônticos e

os epistêmicos, os quais modalizam o discurso do Estatuto quanto ao dever e ao direito de cada cooperado.

4.3 Algumas considerações

Os documentos oficiais, tais como as leis, os regimentos, os estatutos, entre outros, apresentam uma linguagem de legitimação pelas relações institucionais entre as entidades oficiais e as juridicamente constituídas com características bem ritualísticas, as quais detêm um poder específico de regular, normatizar e punir os que não obedecerem a elas.

Nesta pesquisa, a intertextualidade manifesta – representação de discurso – registra a recontextualização, a voz da lei representada no estatuto de várias maneiras: referência, encaixe, aspas, supressão e acréscimo, sinonímia e acréscimo, apropriação e metadiscurso. Esses recursos utilizados na tessitura do estatuto mostram a relação de poder do gênero de governança que impõe ações e, algumas vezes, camuflam as decisões dos autores do estatuto, transformando-os como meros sujeitos passivos diante da legislação.

Além disso, a análise da materialidade linguística aponta para presença de processos materiais, na voz ativa e passiva com e sem modalizadores. A presença deles configura as ações que foram e serão realizadas pelos cooperados (ora representados enquanto associados) Conselho Fiscal, Conselho de Administração e a própria, a cooperativa. Já a voz passiva marca a impessoalização do discurso jurídico, o qual coloca a atividade em evidência. Os modalizadores mitigam as obrigações e destacam ações ancoradas na permissão e na probabilidade. Cabe ressaltar que a troca de informação foi mais presente que a troca de bens e serviços materializada pelos operadores modais.

O texto apresenta um tipo de registro cuja agência social é apagada e encoberta na maioria das vezes. Há nas entrelinhas, enquanto pressuposição, a Lei nº 5.764/71 como agência transportando os deveres e os direitos que qualquer cooperado de qualquer ramo de atividade deve ter, do nível nacional ao local, agindo assim sobre os indivíduos e regulando suas ações e decisões.

Assim, Marcuschi (2002, p. 22) aponta que “os gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo”.

O próximo capítulo é dedicado à análise e à discussão dos dados de natureza etnográfica.

CAPÍTULO 5

PARADAS PARA ANÁLISE ETNOGRÁFICA

*Essa é a vida de levar o pão pra a mesa
Só quem viu pode dizer o tamanho da pobreza
[...]
Hoje estou aqui para falar de exposição
De seres humanos que trabalham no lixão
É dia, é noite e também de madrugada
Com a certeza de levar alguma coisa pra casa
Então, começa a luta e a disputa pelo pão
Na rampa da Maria, na Rampinha e no Rampão*

(Rap de Gramacho: autoria de Elias Riquinho, manobrista do aterro de Jardim Gramacho)

O Objetivo deste capítulo é perfilar a análise dos dados de natureza etnográfica, a qual se encontra dividida em três seções. Na primeira, trago as entrevistas realizadas com dois catadores que trabalham de maneira independente no lixão e nas ruas. Na segunda, apresento outras duas entrevistas com dois catadores que estão filiados a uma cooperativa. As entrevistas foram efetivadas para comparar e distinguir os elementos léxico-gramaticais presentes no discurso dos catadores e, conseqüentemente, apontar se as representações discursivas que diferenciam ambos os grupos estão mais voltadas para legitimação de vozes que ecoam no contexto de trabalho, uma cooperativa ou um lixão, ou para sobrevivência dos catadores. Assim, busco responder a três questões de pesquisa:

- b) *A que discursos se filiam os catadores de materiais recicláveis, tanto os cooperados quanto os independentes?*
- c) *Que representações discursivas são preponderantes nas falas desses catadores?*
- d) *Em que medida as práticas discursivas desses dois grupos de catadores representam a diferença entre alienação e sobrevivência?*

Na terceira, apresento recortes de três conversas colaborativas, registradas em áudio, com a presidente da cooperativa, para compreender como ela reage a algumas sugestões para mitigar o afastamento dos cooperados desse contexto de trabalho e, conseqüentemente, ‘empoderar’ a cooperativa. Essas conversas versam sobre a legislação do cooperativismo, com ênfase na gestão e poder de voz dado a cada cooperado, o que proporcionará reflexões

sobre o dia a dia do catador. Isso provavelmente poderá contribuir para que a gestão possa buscar a união desses dois grupos e favorecer o fortalecimento da inclusão sócio-político-econômica dessa classe no cenário do centro-oeste brasileiro.

É comum os cooperados acharem que a gestora é responsável por tudo, enquanto a eles não cabe nada mais além de coletar e receber o dinheiro. Inclusive se afastam da cooperativa e dizem não fazer mais parte dela, sem sequer seguir o trâmite legal conforme a Lei nº 5.764/71 do Cooperativismo e o próprio estatuto, que prescrevem a obrigatoriedade de emissão de uma carta dirigida ao presidente, solicitando o desligamento da cooperativa, da verificação de despesas ou de lucros, aprovação do pedido de desligamento em assembleia bem como a baixa do cooperado no livro de registro.

A seguir apresento e discuto as vozes dos catadores que não são filiados à cooperativa.

5.1 As vozes dos catadores independentes

O trabalho de coletar material reciclável no Brasil, como já mencionado neste trabalho, não é novo e vem agregando cada vez mais trabalhadores, uma vez que, no sistema econômico implantado no mundo, o capitalismo, a meta das empresas é obter cada vez mais lucro. Para isso acontecer, há a necessidade de mão-de-obra cada vez mais qualificada. O empregado que estava na fazenda, sem nível de escolaridade, não consegue ter acesso aos cursos de qualificação. Dessa forma, ele é demitido, sem ser reabsorvido pelo mercado de trabalho, restando-lhe, como alternativa possível para a sobrevivência, o trabalho com materiais recicláveis. Como escreve Bauman (2005, p.98), ‘hoje em dia, somos consumidores numa sociedade de consumo. Esta é a sociedade do mercado. Todos estamos *dentro* e *no* mercado, ao mesmo tempo clientes e mercadorias’³². Na realidade, não sabemos para onde vamos. Parece que hoje somos clientes e consumidores, amanhã, seremos consumidos. Estamos diante de um sistema que massacra e exige uma qualificação profissional constante e não tem piedade de excluir aqueles que não seguem o mesmo fluxo.

A situação de precariedade do catador de material reciclável é tão grande que ele prefere trabalhar de maneira independente, nos famosos lixões, do que estar unido a uma cooperativa. Estar ligado a uma cooperativa significa obrigações financeiras a cumprir, pagamento de 15% para Fundo de Reserva e Fundo de Assistência Técnica, horário rígido a

32 Grifo do autor

cumprir. É muito dinheiro pela quantia que ganha, a qual mal dá para o catador e sua família, seus dependentes, se alimentarem. Quando se chega a um depósito de lixo – o lixão – a sensação que se tem é de nojo. Há um forte odor de chorume misturado a urubus e garças, além dos ratos e outros animais que se alimentam, no calar da madrugada, dos dejetos depositados a céu aberto nas cidades do Brasil.



Fotografia 5.1 – O contexto de trabalho desses catadores (Souza, 2011).

A Fotografia 5.1 exhibe o contexto de trabalho dos catadores independentes que forma parte da presente pesquisa: o lixão ou o depósito de lixo. É um contexto em que a prefeitura joga os resíduos coletados da cidade, sem a mínima organização e planejamento. Os caminhões simplesmente chegam, acionam a caçamba e despejam os resíduos. Pode-se identificar papelão, plásticos, pedaço de madeira, latas de tinta, enfim, tudo que a sociedade moderna utiliza e descarta.

Diante desse contexto, muitos se perguntam: por que uma pessoa é catadora? E, como os dados revelam, a escolha não é aleatória. Elas são empurradas para o trabalho.

Apresento, no início de cada subseção de entrevistas, a história de vida dos catadores, por meio dos recortes que foram analisados. Prefiro trazer a história de vida de cada um antes dos fragmentos, e não na metodologia, porque acredito ajudar os leitores na identificação dos colaboradores e na compreensão, sobretudo, porque determinadas escolhas linguísticas aparecem no desenrolar das entrevistas.

A seguir, apresento a descrição dos participantes, bem como os fragmentos das entrevistas³³ com eles realizadas, ambos catadores independentes.

5.1.1 A entrevista com Mina e Franco

A colaboradora Mina tem 39 anos, estatura média de 1,60, bem magra, morena clara, mas a pele traz marcas do sol, enrugada e manchada. Estudou até 4ª série primária, hoje o 5º ano. Mora em residência própria, uma casa, cujo telhado tem duas águas, pintada de branco, que já está marrom, com dois quartos bem pequenos que mal cabem as camas, uma sala, uma cozinha e um banheiro, também bem pequenos. As janelas são minúsculas. Não há varanda, portanto a casa está exposta ao sol de Mato Grosso, quente a maior parte do ano. A casa fica no centro do terreno e, ao redor, há vários *bags* com material reciclável. Ela tem três filhos: uma menina com nove anos de idade, outra com seis e a caçula com um ano e seis meses. A catadora nasceu no Estado da Bahia. Deste, mudou-se para Nova Brasilândia, onde trabalhava como doméstica e, depois, para Carde, local em que iniciou o trabalho com material reciclável. Ela narra que conheceu o trabalho de reciclagem em uma viagem que fez a Cuiabá há 8 anos e preferiu trocar de profissão, porque o dinheiro que ganhava como doméstica não era suficiente para pagar o aluguel e uma pessoa que pudesse cuidar de seus filhos enquanto trabalhava.

Franco tem, aproximadamente, 65 anos, preto, algumas rugas e a pele bem castigada pelo sol, estatura média de 1,75, olhos bem vivos. Não possui casa própria. É casado, mas a esposa não trabalha. Tem 5 filhos, todos adultos, porém uma netinha de 4 anos mora na casa dele. Também estudou até a 4ª série primária, não continuou estudando porque foi obrigado a trabalhar. Nasceu no Estado da Bahia, depois foi para o Estado do Paraná, trabalhar na roça e de lá para Mato Grosso, onde já trabalhou como empregado, também na roça, e há nove anos trabalha com material reciclável.

(55)

Pesquisadora: O que fez a senhora escolher a profissão de catadora?

Participante: É [processo relacional atributivo], doméstica [atributo], eu [ator] trabalhava [processo material] de doméstica [atributo], na época [circunstância], eu, eu [ator] morava [processo material] de aluguel [circunstância]. *Aí não dava pra pagar [processo material] o aluguel [meta] e pagar [processo material] babá pra minha menina [meta].* Aí eu [experenciador], conheci [processo mental] ele [fenômeno]::: lá de Cuiabá,

33 As entrevistas encontram-se anexadas. Devo lembrar ao leitor que o nome de todos colaboradores são fictícios, por motivos de ordem ética.

aí resolvi [processo mental] eu e um amigo meu [experienciador] trazer [processo material] de Cuiabá pra cá [circunstância]. *Nós* [portador] *fomo* [processo relacional atributivo intensivo] *muito rejeitado* [atributo] *no começo* [circunstância]::: porque nós [ator] começamo [processo material]. Aí nós [ator] resolvemo catar [processo material] e nós [experienciador] já conhecia [processo mental] as firma de Cuiabá [ator] [fenômeno] que mexia [processo material] com isso [meta]. Aí continuamos [processo material] e demos [processo relacional atributivo intensivo] certo [atributo].
(Mina, dia 10/04/2011)

O discurso da Mina é balizado por modalidade epistêmica, com a presença recorrente de processos materiais (seguidos de processos mentais e processos relacionais atributivos), uma vez que envolve o relato do motivo que a levou seu trabalho braçal com materiais recicláveis. Ela trabalhava como doméstica antes de ser catadora. E justifica ter mudado de profissão porque, antes, não ganhava o suficiente para pagar suas despesas básicas, como aluguel e alguém para cuidar de sua filha. Ao utilizar o processo relacional atributivo intensivo ‘fomo’, lembra o atributo que a sociedade marcara em sua vida ‘rejeitado’ no início do trabalho como catadora. A sociedade a rejeitava, mas com persistência conseguiu continuar no ofício. Isso sugere que o trabalho de catação nessa sociedade foi, aos poucos, sendo naturalizado e aceito. A sociedade, de forma geral, vê o trabalho do catador com desprezo e até mesmo como uma ação desnecessária, pois é um labor que traz a ideia de sujeira, rejeito, como a participante coloca, e isso gera uma sensação de repulsa nas pessoas. A representação que as pessoas têm dos catadores não é positiva. Inclusive, muitos parecem vê-los como preguiçosos.

- (56) **Pesquisadora:** É ::: sempre... quando o senhor saiu de lá que veio pra cá, por exemplo, a profissão sempre foi com reciclagem ou não?
Participante: Não. Quando eu [ator] saí [processo material] de lá [circunstância], primeiro eu [ator] fui trabalhar [processo material] em roça [circunstância] [Pesquisadora: Roça], lavrador, no Paraná [circunstância], aí depois que eu [ator] vim [processo material] pra aqui [circunstância], aí agora [circunstância] eu [ator] passei a trabalhar [processo material], trabalhando [processo material] de empregado [circunstância]. Aí quando eu [ator] saí [processo material] do negócio de [meta] (...), já faz [processo existencial] nove ano [existente] que *eu* [experienciador] *não quis* [processo mental] mais, aí eu [ator] vim [processo material] pra aqui [circunstância] e comecei a trabalhar [processo material] nisso [meta] aqui, e to [processo relacional atributivo] até hoje [circunstância] trabalhando [processo material] nisso [meta]. É [processo relacional identificativo] a única forma de trabalhar [característica] [processo material] que eu [portador] tenho [processo relacional atributivo] é essa [atributo], porque *eu* [característica] *não tenho* [processo relacional identificativo] *outra serventia* [valor]
 [...]

Participante: O problema [valor] de eu [ator] trabalhar [processo material] é [processo relacional identificativo] o patrão [experienciador] [característica] querendo [processo mental] enrolar [processo material], não querer [processo mental] pagar meus direito [fenômeno]. E eu [experienciador] não aguentava [processo mental], aí sentava [processo material]. E aí eu [dizente] digo [processo verbal], peguei [processo mental] um dia [fenômeno] disse [processo verbal]: Eu [ator] não vou trabalhar [processo material] mais assim [circunstância] [verbiagem] e passei [processo material] pra o lixo, na reciclagem [circunstância].

(Franco, 10/04/2011)

Da mesma forma do relato anterior da catadora, Franco usa processo material, existencial, mental, comportamental, verbal e relacional para narrar a sua trajetória até ser um catador. Era um lavrador que, ao ser excluído do campo, procurou outro trabalho para executar, mas com a exploração do patrão, ao não pagar seus direitos trabalhistas, o salário, foi empurrado para o trabalho com a reciclagem. O catador, ao dizer ‘eu não tenho outra serventia’, sabe que o mercado de trabalho atual não lhe dará mais oportunidades. Ele se identifica como o material que ele próprio coleta, ‘só tem uma ‘serventia’, a reciclagem. A propósito, um estudo desenvolvido por Rosa (2005, p. 31) sugere que o desenvolvimento capitalista e as transformações sociais, na perspectiva da globalização, têm gerado segmentos de trabalhadores que, sem conseguir acompanhar as mudanças do perfil de emprego e da sociedade, sofrem os efeitos de forte alijamento do mercado de trabalho. Por outro lado, Bauman (2005, p.47) comenta que a implacável globalização contribui para a produção de lixo humano, pessoas rejeitadas, não mais necessárias ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e, portanto, de acomodação impossível numa estrutura social compatível com a economia capitalista.

Ainda, na perspectiva de compreender porque os catadores resistem ao trabalho cooperado, enfoco, a seguir, a concepção dos catadores quanto a sua presença nesse ambiente de trabalho. Hoje, o MNCR luta para unir a categoria em associação ou/e cooperativa, pois entende que a partir da união dos catadores é possível fazer chegar até eles recursos financeiros para ampliar e melhorar a qualidade do trabalho prestado e, como consequência, a vida e a renda. Já em 2001, na Carta de Brasília, uma das intenções do MNCR era o fechamento de todos os lixões do Brasil e, de acordo com o Decreto nº 7.404/2010, em 2013, não deverá mais existir lixões nas cidades brasileiras com mais de 30.000 habitantes. O fechamento dos lixões está veiculado à criação de aterros sanitários sob a gestão de cooperativa ou associações.

- (57) **Pesquisadora:** Por que a senhora saiu da cooperativa?
Participante: É porque eu [portador] *não* tinha [processo relacional atributivo] condições [atributo] pra manter os horários da cooperativa [circunstância].
Pesquisadora: A cooperativa exigia um horário?
Participante: É. Porque eu [característica] tenho [processo relacional identificativo] os menino pequeno [valor] que *eu* [experenciador] *tenho que dedicar* [processo mental] também a eles [fenômeno] e a creche [ator] *não* pega [processo material] todos eles [meta].
Pesquisadora: A senhora ficou quanto tempo na cooperativa?
Participante: Eu [ator] não cheguei a cadastrar [processo material] na cooperativa [circunstância].
Pesquisadora: Ah, não chegou.
Participante: Não. Eu [característica] sou [processo relacional identificativo] autônomo [valor], todos os meus documentos [portador] é [processo relacional atributivo intensivo] autônomo [atributo].
(Mina, dia 10/04/2011)

Mina emprega em sua fala o processo relacional identificativo ‘sou’ para se identificar como uma trabalhadora autônoma. Trabalhar na cooperativa não é possível porque ela possui filhos pequenos. Assim, lança mão de uma modalidade deontica para firmar a obrigação de mãe ‘eu tenho que dedicar também a eles’, cuidar dos filhos. O discurso de Mina está permeado por outros discursos: discurso laboral, horário para cumprir nas empresas, mesmo sendo uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis; discurso familiar bem matriarcal, é obrigação das mães cuidar de seus filhos. E ainda apresenta um agravante para as mulheres que pertencem a uma camada social menos favorecida, as creches no Brasil não recebem crianças com idade inferior a dois anos de idade.

Além de horário a cumprir, a divisão em partes iguais do dinheiro recebido com a venda dos materiais recicláveis, independente do quanto coletou, contribui para o afastamento de alguns cooperados.

- (57) **Pesquisadora:** O que seria necessário fazer pra todo unir todo mundo e fazer a cooperativa ser mais forte?
Participante: É ter [processo relacional atributivo possessivo], é::: unidade [atributo]. Por exemplo, eu [ator] trabalho [processo material] com boa vontade [circunstância], seu João [ator] trabalha [processo material] com boa vontade [circunstância]. O que interessa é [processo relacional indentificativo] eu [ator] pegar [processo material] o carrinho [meta] e ir trabalhar [processo material], nem que saia [processo material] na rua [circunstância] e ache [processo material] vinte quilo de material [meta], o seu João [ator] sai [processo material] e acha [processo material] trezentos [meta], mas às vezes eu [ator] achei [processo material] naquela época [circunstância], eu [ator] achei [processo material] vinte [circunstância], mas eu [ator] fui [processo material] atrás [circunstância]. Eu [portador] não fiquei [processo relacional atributivo] sentado [atributo]. Ele [experenciador] mesmo vai ver [processo mental], ó, o Baiano [ator] não

trouxe [processo material] tanto [meta], porque por onde eu [ator] fui [processo material] eu [ator] achei [processo material] tanto [meta], achou [processo material] menos [meta]. Mas o cara [ator] saiu [processo material] pra trabalhar [processo material]. Agora, o cara [ator] chega [processo material] lá::: ir [processo material] pra casa dormir [processo comportamental] ::: coisa, e eu [ator] catar [processo material] trezentos [meta] e ele vinte [meta] e ponha [processo material] igual [meta], aí não tem [processo existencial] como.

(Franco, dia 10/04/2011)

Franco arma sua fala com uma modalidade epistêmica, arquitetada por processos materiais, mentais, comportamental e relacional atributivo para narrar o motivo que o fez desistir de ser um cooperado. Trata da divisão do lucro da cooperativa em partes iguais, independentemente, da quantidade que coletou. O salário de cada cooperado na cooperativa depende do trabalho de todos. Catam juntos e, no final do mês, vendem e dividem o lucro em partes iguais. Mas Franco não aceita isso, porque há pessoas que tentam enganá-los, fazem de conta que vão coletar material, mas, na realidade, vão para casa dormir, e, no final do mês, recebem o mesmo salário que ele. Observe-se que, o início de sua fala é marcado por um processo relacional atributivo possessivo ‘tem’ com o atributo de posse ‘unidade’, com o sentido de união, como o recurso necessário para fortalecer a cooperativa. Mas a união que ele exige é a de responsabilidade e honestidade, pois argumenta que o importante não é a quantidade que se coletou, mas o fato de ter trabalhado. Quando ele argumenta isso, é importante salientar que depende do dia e da rota, é a quantidade de material reciclável que um catador consegue coletar. Há dias em que o catador anda pela cidade e não consegue coletar mais que 5 quilos de papelão. Já em outros, anda duas quadras e já enche o carrinho.

(59)

Pesquisadora: Hoje, assim, pensando no mercado de reciclado, o que a senhora acha que precisaria pra melhorar esse trabalho?

Participante: Pra falar [processo verbal] a verdade [verbiagem] pra você [receptor], você [experienciador] quer saber [processo mental] *Precisaria* que o prefeito [ator] da minha cidade deixasse [processo material] nós trabalhar [processo material]. Porque ele [ator] já proibiu [processo material] nós de trabalhar [processo material].

Pesquisadora: Por que houve essa proibição?

Participante: Eu [experienciador] não sei [processo mental]. Ele [dizente] diz [processo verbal] que::: eu [experienciador] esqueci [processo mental] lá, tem [processo existencial] um negócio [existente] lá da, da ... diz [processo verbal] que tem [processo existencial]::: eh::: que mexe [processo material] com negócio da ambiente [meta] que multou [processo material] ele [meta] e agora ele [ator] descontou [processo material] em nós [meta].

Pesquisadora: E aí ele não deixa de jeito nenhum?

Participante: Não. Ele, ele [ator], não deixa [processo material] assim [circunstância], ele [dizente] fala [processo verbal], mas só que ninguém

[experienciador] obedece [processo mental].

Pesquisadora: Vocês estão indo no depósito ainda?

Participante: Sim, nós [ator] tá trabalhando [processo material] a mesma coisa[meta]. Só que lá, onde que joga [processo material] o lixo [meta], no lixão [circunstância], ninguém [ator] tá indo [processo material] não, ele [ator] colocou [processo material] até fiscal [meta] pra prender [processo material] nós [meta] lá. Ele [dizente] chama [processo verbal] até a polícia [verbiagem]. Tem [processo existencial] polícia [existente] lá 24 horas [circunstância]. Até a polícia [ator] corre [processo material] com nós [meta] de lá [circunstância].

(Mina, dia 10/04/2011)

A proibição de coletar material no lixão, segundo as entrevistas e anotações de campo, foi o episódio que mais causa indignação entre os catadores. Nota-se que a catadora usa os processos verbais ‘diz’ e ‘fala’ para reproduzir os discursos que chegam até ela sobre a proibição do trabalho no depósito de lixo da cidade, mas ao mesmo tempo, usa processo mental no polo negativo ‘não sei’, reafirmando que não sabe de fato o motivo da proibição. Há uma relação assimétrica entre o prefeito e os catadores, expressa na modalidade hipotética ‘precisaria o prefeito deixar nós trabalhar’. Afinal o prefeito detém o poder, manda na cidade e nos catadores, mas eles, como crianças rebeldes, não o obedecem. Apesar da blindagem que o prefeito fez no lixão, com presença de fiscal e de polícia, os catadores não desistem de trabalhar, pois o que está em jogo vai muito além de questões ambientais e jurídicas. Trata-se da fome de crianças, que são atendidas por alimentos adquiridos com recurso financeiro que o lixão oferece.

A catadora tem uma representação negativa do prefeito. Ela o vê como uma pessoa vingativa, por não ter conhecimento de como funciona a legislação brasileira sobre os lixões do Brasil. De acordo com a legislação, é proibida a queima do lixo nos lixões, e cada município deve ter um local apropriado para deposição desses dejetos, para evitar a poluição dos lençóis freáticos. De acordo com conversas informais com o Secretário de Meio Ambiente e com os catadores, pode-se observar que o prefeito recebeu uma multa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, porque o depósito de lixo da cidade estava sempre em chamas, o que é proibido no Estado de Mato Grosso entre os meses de agosto a novembro e está localizado próximo a uma lagoa, o que configura poluição das águas. Isso gerou certo desconforto, porque a prefeitura culpava os catadores pelo fogo. Por outro lado, os catadores diziam não ter interesse em incinerar o material que lhes fornece o sustento diário. Em meio a esse descompasso, o lixo aparece em lugares como o da foto a seguir.



Fotografia 5.2 – A lagoa. Souza (2011)

Nota-se que a lagoa está com a água azulada, devido à contaminação do chorume do depósito de lixo. Há garrafas de vidro, pedaços de madeira, garrafas *pet* e vários outros objetos boiando, além da visibilidade de bolhas, sinal de fermentação da água.

(60)

Participante: Não. Porque se eu [ator] saio [processo material] daqui [circunstância] , por exemplo, se eu [ator] saio [processo material] daqui [circunstância] pra recolher [processo material] (...), não compensa [processo material], onde compensa [processo material], *eu* [ator] *não posso* ir [processo material]. Então meu problema mais [característica] é [processo relacional identificativo] esse aí [valor].

[...]

Participante: De ir [processo material] no lixão [circunstância]. Porque pra minha renda [meta] seria liberado [processo material]. Porque aí eu [ator] pago [processo material] aluguel, eu::: eu [ator] faço [processo material] a minha despesa pra casa[meta].

(Franco, 10/04/2011)

De maneira lamentável, a maior parte da renda do catador independente provém do lixão. Franco usa modalidade deôntica no polo negativo ‘não posso’ para relatar a proibição de ir ao lixão. Se o lixão está fechado, a renda do catador diminui e ele não tem como pagar suas contas e continuar lutando pela sobrevivência. Nota-se que a preocupação é a ‘liberação da renda’, uma analogia à liberação do lixão. Além disso, Franco usa o processo material

‘compensa’, no polo negativo, para sinalizar que, perambular pela rua para coletar material, fica mais difícil para o catador. Usa voz passiva com omissão do agente, modalizada hipoteticamente ‘seria liberado’, topicaliza a meta ‘minha renda’ para indicar o que o está impossibilitando de pagar aluguel e despesa da casa. Observe-se que a sobrevivência dele depende da liberação do lixão, do poder público, representado pelo prefeito.

- (61) **Participante:** Éhhh:::, ué, a coisa [portador] não tá [processo relacional atributivo] fácil [atributo] pra nós [circunstância].
Pesquisadora: Mas eles têm algum plano pra vocês?
Participante: Tem [processo existencial] projeto. Ó, pra começar, tem [processo existencial] um projeto [existente], é [processo relacional identificativo] o seguinte [valor]. O governo [ator] deu [processo material] uma verba [meta] que *foi comprado* [processo material] um loteamento [meta] e esse lote [meta] *foi embarcado* [processo material] pelo, é:::, pelo FREMA [ator] que diz [processo verbal] que no local tem [processo existencial] mina de água [verbiagem].
Pesquisadora: Ah::: nascente.
Participante: É. Aí ele [ator] foi e comprou [processo material] outro [meta] lá no industrial [circunstância], só que não tem [processo existencial] o barracão [existente]. E só a cooperativa [ator] ta trabalhando [processo material] com três cooperado [circunstância]. Os *outro cooperado* [meta] *foi tudo afastado* [processo material].
Pesquisadora: Por que eles afastaram?
Participante: Éhhh::: porque lá o que [portador] tá sendo [processo relacional atributivo intensivo] chefe [atributo] lá tem [processo relacional atributivo possessivo] o olho maior que o outro [atributo]. E assim, a dona X e o seu Y, entendeu [processo mental]. O problema [portador] é [processo relacional atributivo] que, é::: o:::
Pesquisadora: Mas vocês não seguem, a cooperativa não tem um estatuto?
Participante: Tem [processo relacional atributivo]. É isso [verbiagem] que eu [experenciador] queria [processo mental] falar [processo verbal] pra você [receptor]. O pessoal [ator] que fez [processo material] o estatuto [meta], da prefeitura [circunstância], que veio [processo material] da cooperativa [circunstância], não, não, *não envolveu* [processo material] *mais com isso*[meta].

(Mina, dia 10/04/2011)

Após o fechamento do lixão, a luta pela sobrevivência dos catadores e de suas famílias não ficou fácil, como diz Mina. O fechamento do lixão ocorreu porque a prefeitura já detinha um projeto a ser implantado para regularizar a própria situação junto à nova legislação de resíduos sólidos, Decreto nº 7.404/2010, que estabelece a participação de catadores organizados em cooperativa e/ou associações na gestão dos resíduos gerados nas cidades do país. Contudo, a catadora se expressa por meio de processos materiais na voz passiva ‘foi comprado’ e ‘foi embarcado’ para relatar a dificuldade que a prefeitura tem passado para instalação do aterro. Veio o dinheiro, comprou-se o terreno, mas o local era inadequado. Há que se considerar que a existência de uma nascente implicou a não liberação pela SEMA para

a construção. Diante disso, sugere a improvisação, alugou-se um barracão no Distrito Industrial e a cooperativa foi transferida para lá (Fotografia 5.2).

O problema maior está em fechar o lixão sem um planejamento estratégico para a sobrevivência das pessoas que desse local alimentam seus filhos e garantem a própria sobrevivência. Na época em que o lixão foi fechado, os catadores se viram obrigados a percorrer a cidade à procura de material reciclável, antes que a maior parte desse material fosse recolhida pelo caminhão da prefeitura. Isso aumentou a carga horária de trabalho do catador e diminuiu o salário, uma vez que três horas de trabalho no lixão proporcionam um salário bem melhor do que uma semana de trabalho percorrendo as ruas da cidade. No lixão, o material está disponível em todo lugar e na cidade se encontra espalhado, exigindo, inclusive, um esforço físico muito maior.

Pode-se afirmar que o número de cooperados que efetivamente trabalha na cooperativa é pequeno. A maioria dos cooperados se afastou da cooperativa, mas não se desligou legalmente. Esse afastamento, segundo Mina, parece ocorrer pelo poder cristalizado que ainda existe naquele contexto de trabalho. Na fala da catadora, identifica-se o processo relacional atributivo intensivo ‘é’ e possessivo ‘tem’, para evidenciar o atributo ‘chefe’ ao gestor da cooperativa que ‘tem olho maior que o outro’. Isso designa o egoísmo e o poder em um contexto de trabalho cooperado, onde todos deveriam ter os mesmos direitos e deveres.

Além disso, a catadora usa processos materiais ‘fez’, ‘veio’ e ‘não envolveu’ para ainda relatar o distanciamento de alguns profissionais da prefeitura que elaboraram o estatuto da gestão da cooperativa. Ela carrega a esperança de uma intervenção do poder público na cooperativa para melhorar a atual situação. A catadora, apesar de saber da existência do estatuto, não compreende o que é uma cooperativa e qual papel social tem os atores que fazem parte desse contexto de trabalho.

- (62) **Participante:** Eu, aqui a cooperativa [portador] pra mim não tem [processo relacional atributivo] solução pra nada [atributo].
Pesquisadora: O senhor é cooperado?
Participante: Não. Eu [portador] não sou [processo relacional atributivo].
 [...]
Participante: Porque pra mim não me interessou [processo mental] e outra UM AQUI [portador]. É [processo relacional atributivo] DUM JEITO [atributo] E ÁS VEIS [circunstância] OUTRO [portador] É [processo relacional atributivo] DE OUTRO [atributo]. E aí num se une [processo material] todo mundo por igual [meta], aí não tem [processo existencial] jeito [existente].

(Franco, 10/04/2011)

Ainda quando o assunto é a cooperação, Franco narra que não é cooperado, porque não percebe a necessidade da existência da cooperativa, ‘não tem solução pra nada’. Ele almeja uma cooperativa ativa que atenda aos anseios de seus cooperados. Além disso, usa processo relacional atributivo ‘é’ para caracterizar a incerteza da administração da cooperativa não mantém as mesmas regras, assim, ele não sabe o que será o futuro, pois cada um gesta de uma maneira. Fica implícito, no discurso de Franco e de Mina, fragmento (61), que o estatuto é um papel que fica a mercê dos cooperados, e os gestores da cooperativa não seguem o que está prescrito nele.

(63) **Participante:** Quanto ao preço, não é [processo relacional atributivo] tanto preço [atributo], é::: eu [ator] trabalho [processo material] , por minha conta [circunstância], eu [ator] trago [processo material] o material [meta] aqui [circunstância], se eu [ator] saio [processo material] pra vender [processo material] é porque eu [ator] *tô precisando* [processo material] do dinheiro [meta]. Aí chega [processo material] aqui [circunstância] não tem [processo existencial], *quem* [ator] *comanda* [processo material] *aqui* [circunstância] não tem [processo relacional atributivo] condições [atributo] de pagar [processo material] porque não tem [processo relacional identificativo] o dinheiro [atributo]. Quer [processo mental] comprar [processo material], mas se não tem [processo relacional identificativo] o dinheiro [valor], como é que eu [ator] vou fazer [processo material] Aí eu [portador] fiquei [processo relacional atributivo] na rua [circunstância], é a mesma coisa. É mais por isso também que eu [ator] não entrei [processo material].

Pesquisadora: Uhum.

Participante: Porque eu [experienciador] não aguento [processo mental] passar [processo material] trinta dia pra *poder fazer* [processo material] qualquer coisa pra sobrevivência [meta], aí não entrei [processo material]. Mais nada.

(Franco, 10/04/2011)

Outro fator que contribui para a não adesão de cooperados à cooperativa é a falta de recursos financeiros, capital de giro, para movimentação de compra de produtos da cooperativa. Franco usa processos materiais ‘trabalho’, ‘trago’, ‘saio’ e ‘vender’ para narrar suas ações diárias como catador, atreladas a um motivo muito forte que o faz trabalhar ‘tô precisando de dinheiro’. A modalidade deôntica ‘precisando’ marca a necessidade do catador, dinheiro para garantir o seu sustento. E, como diz Franco, “eu não aguento passar trinta dia pra poder fazer qualquer coisa pra sobrevivência”. Como pode um catador ficar 30 dias sem dinheiro, como comprar comida, a alimentação diária de sua família? Além disso, percebe-se na fala de Franco que há alguém que comanda a cooperativa, retomando a noção de chefe. As pessoas não sabem que as responsabilidades de uma cooperativa são compartilhadas, não podem recair na figura única da presidência.

Ele ainda identifica uma metáfora em sua fala: ‘Aí eu fiquei na rua’ – para reforçar que a falta de dinheiro na cooperativa deixa desamparados os cooperados e as pessoas que dependem dela para o sustento diário.

- (64) **Pesquisadora:** Ah, ta. Então por isso que a senhora guarda aqui, vai armazenando aqui.
Participante: Éhhh. Porque, quando agora mesmo, eu [portador] tava [processo relacional atributivo] com os meu menino [atributo], eu [ator] junto [processo material] aqui [circunstância], depois eu [ator] levo [processo material] pro depósito [circunstância].
 (Mina, dia 10/04/2011)

Quando o catador não é filiado a uma cooperativa, não tem onde colocar o material que coleta, ele deixa esse material em casa. Assim a casa fica rodeada de *bags* enormes com o material dentro. Esses *bags* contribuem para geração de conflitos com vizinhos, pois geram moscas, odores, água parada, aumentando a reprodução de mosquito causador de dengue, além de aumento de insetos. Outra ação bem comum no contexto da catação é o trabalho infantil. Na maioria dos contextos de trabalho de catadores, as crianças, geralmente os filhos dos catadores, como ocorre com Mina, ajudam os pais no trabalho. É uma ação que o MNCR, desde 2001, com a Carta de Brasília³⁴, vem lutando para exterminar.

- (65) **Pesquisadora:** Por que é melhor? Além da questão das crianças, do pagamento de uma babá, o que tem por trás do comércio que é melhor?
Participante: É porque você [ator] *pode cumprir* [processo material] horário [meta] conforme você [ator] *pode ir* [processo material]. E outra coisa, hoje, se eu [experienciador] quisesse [processo mental] pagar [processo material] uma babá [meta], eu [ator] *poderia pagar* [processo material] uma babá [meta], só dela [ator] cuidar [processo material] do meu filho [meta], dava [processo material].
 (Mina, dia 10/04/2011)

Mina usa uma modalidade epistêmica ‘pode cumprir conforme pode ir’ em seu discurso para relatar a flexibilidade de horário de trabalho que tem como catadora independente. Seguindo Eggins (2004, 172), a modalização envolve a expressão de dois tipos de sentido: 1. probabilidade: quando o falante expressa julgamento como a probabilidade de alguma coisa acontecer ou ser; 2.usualidade: quando o falante expressa julgamento como a

34 A Carta de Brasília, elaborada em 2001, é o primeiro documento escrito que marca o início da luta de catadores.

frequência que alguma coisa é ou acontece. No caso da modalidade epistêmica usada por Mina, é uma modalização marcada por um operador modal ‘pode’ com médio grau de probabilidade de o evento acontecer. Já o uso da modalidade categórica hipotética ‘poderia’, a modalização indica baixo grau de probabilidade de o evento acontecer. Ainda seguindo o caminho da modalidade, para Fairclough (2003), a modalidade epistêmica e hipotética respectivamente e tem a ver com o grau de comprometimento e de afinidade do falante para com sua proposição. Assim, ela ‘não paga a babá’ porque não tem necessidade.

Ao mesmo tempo, esses trabalhadores expressam sentimentos de prazer, ao desenvolverem suas atividades sem regras e horários estabelecidos, bem como na ausência de um chefe que as determine. Parece que essa flexibilidade nas relações de trabalho aporta certa satisfação para o catador independente, na medida em que o coloca no controle do seu trabalho.

(66) **Participante:** Trabalha [processo material] a hora que quer [meta] [processo mental]. Você [ator] trabalha [processo material] na chapada [circunstância], (...) tinha [processo relacional atributivo possessivo] carteirinha de catador [atributo] lá [circunstância], depois vim [processo material] pra aqui [circunstância], meu negócio [característica] é [processo relacional identificativo] esse [valor]. Se eu [ator] saio [processo material] daqui [circunstância], se eu [ator] for [processo material] pra Brasília [circunstância], meu serviço [característica] é [processo relacional identificativo] esse [valor], é [processo relacional identificativo] o *único* [valor] *hoje que eu* [portador] *tenho* [processo relacional atributivo]. Se eu [ator] for [processo material] pra Bahia [circunstância], é [processo relacional identificativo] esse [valor] aí também porque *ninguém* [experienciador] *vai me querer* [processo mental] pra empregado [fenômeno].

Pesquisadora: Por que ninguém vai querer o senhor pra empregado?

Participante: *Mode da da minha idade*, mode da minha idade e:::

Pesquisadora: Quantos anos o senhor tá mesmo?

Participante: Sessenta e cacetada. Agora, tem [processo existencial] *o estudo*, *tem:::se não tem* [processo relacional identificativo] o estudo [valor], quem [portador] é [processo relacional atributivo] que vai me pegar [processo material]? Ninguém. Aí a desclassificação, já saio [processo material] na hora [circunstância]. Agora, se eu [portador] tivesse [processo relacional atributivo] boas maneira [atributo], se tivesse [processo relacional atributivo] curso [atributo] lá, me aproveitava [processo material]. Na prefeitura [circunstância] tem [processo existencial] nego de setenta ano [existente] que tá trabalhando [processo material]. Lá no governo [circunstância] tem [processo existencial] nego de noventa ano [existente] que tá trabalhando [processo material].

(Franco, 10/04/2011)

Com o discurso balizado pelos processos materiais, 'trabalha', 'saio', 'for', 'pegar', 'aproveitava' e 'trabalhando', relacionais atributivos 'tinha', 'é', 'tenho', 'tem' e 'tivesse' e relacionais identificativos 'é' e 'tem', Franco narra as ações e expressa os atributos e o valor que o fazem ser catador em qualquer lugar do país. Percebe-se que é um trabalho que não exige um horário fixo para executá-lo e que há demanda no cenário brasileiro, em qualquer lugar que se chegar, não se fica sem trabalho. Já com processo mental, 'vai querer', cujo experienciador é um pronome indefinido 'ninguém' e fenômeno um pronome pessoal do caso oblíquo 'me pra empregado', ele relata o que vivencia em seu dia a dia, a exclusão dele do mercado de trabalho. Ainda com processo relacional identificativo no polo negativo 'não tem', modalidade epistêmica, apresenta o valor que ele não possui para ser incluído 'o estudo' e com processo relacional atributivo 'tivesse', uma modalidade categórica hipotética, 'expõe os atributos que corroboram sua exclusão, 'boas maneiras' e 'curso'. Com esses atributos, Franco retoma o discurso do Governo Federal, o que, de certa forma, parece ser o discurso da inclusão, o qual tem a educação como única forma de proporcionar melhores condições de vida para as pessoas e dessa forma a incluí-las socialmente.

Observe-se que a narrativa de Franco nos leva a refletir sobre o *continuum* da vida no mundo globalizado, que, muitas vezes, começa positivo e, conforme o tempo passa, vai expurgando o trabalhador para uma situação cada vez mais miserável, negativa, na gradação da vida. O sonho de ter um trabalho digno com sua idade fica cada vez mais distante, conforme representado na Figura 5.1.

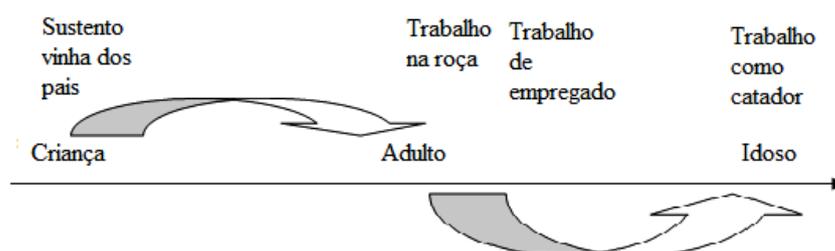


Figura 5.1 – O percurso de alguns catadores de Mato Grosso

Não obstante, a escolha desse trabalho não foi e não é ele quem fez, como afirma Franco: '*ninguém vai me querer pra empregado*'. Há uma força maior que exclui os idosos sem nível de escolaridade do mercado de trabalho. Como sugere Bauman (2005, p.44):

a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos polos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as

suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro polo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não tem direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que os estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam...

Franco carrega a identidade de idoso, mas isso não gera problema porque faz parte da vida de qualquer ser humano. Não se escolhe a idade e nem ninguém a impõe ao indivíduo. É o curso natural da vida. Como o próprio Franco diz, há pessoas mais velhas que ele e se encontram no serviço público, trabalhando. A identidade de catador já não é uma escolha, é uma identidade que está atrelada a vários fatores sociais e econômicos mais amplos. É uma identidade que, hoje, Franco não consegue abandonar nem tampouco mudar. Mas, o que é pior, estigmatiza-o.

(67)

Participante: Aí esse ofício [meta] mandado [processo material] agora [circunstância] foi dito [processo verbal] pra ele [receptor] claramente [circunstância], se ele [experienciador] não decidir [processo mental], nós [ator] *vamos ter que ir* [processo material] pra Cuiabá [circunstância]. Então o prefeito [ator] deu [processo material] até julho [circunstância] pra nós [ator] limpar [processo material] a cidade [meta], sair [processo material] fora da cidade, mas ele [ator] não deu [processo material] lugar [meta] pra ninguém trabalhar [processo material].

[...]

Participante: Não. Não. Foi já declarado [processo verbal] que é [processo relacional atributivo] isso [verbiagem]. Agora, você [experienciador] já pensou [processo mental]? Como é que eu [ator] vou fazer [processo material]? Eu, com três filhos, o que é que eu [ator] faço [processo material] com eles [meta], se eu [ator] vivo [processo material] disso? Eu [portador] não sou [processo relacional atributivo] estudada [atributo], *não tenho* [processo relacional atributivo] *serviço* [atributo] e ele [dizente] declarou [processo verbal] que a partir de julho não é [processo relacional atributivo] pra vir [processo material] mais [verbiagem].

Pesquisadora: Vai proibir tudo.

Participante: Vai proibir [processo material]. Agora [circunstância], o que ele [experienciador] quer [processo mental] com o lixo [fenômeno], eu [experienciador] não sei [processo mental].

(Mina, dia 10/04/2011)

Mina expõe que o prefeito, além de proibi-los de coletar lixo no lixão, agora os está proibindo de trabalhar na rua. Como a colaboradora disse: ‘vamos limpar a cidade’, em uma alegoria que sugere deixar a cidade limpa, sem lixo; mas não, é limpar a cidade no sentido de terem de abandonar o trabalho de catação que realizam na cidade e também apagar a

presença dos catadores da rua. Parece que ela não aceita tal atitude, uma vez que demonstra enfrentamento com uso de modalidade deôntica ‘vamos *ter que ir* pra Cuiabá’, como se existisse alguém, com mais poder em Cuiabá, que pudesse impedir o prefeito de tais ações. Alguém que no organograma político estivesse hierarquicamente acima do prefeito. Cuiabá é a capital do Estado onde se encontram os políticos e todos os órgãos estaduais e federais.

Ela se mostra desesperada com a situação: está proibida de coletar material reciclável, registra sua angústia com uso de modalidade epistêmica e processo relacional atributivo intensivo no polo negativo – ‘não sou’ –, com o atributo ‘estudada’ para evidenciar que ela sabe que sem estudo fica difícil arrumar outro trabalho. E com processo relacional possessivo, também no polo negativo, ‘ não tenho’, cujo atributo de posse é ‘estudo’ –, assinala que não tem outra fonte de renda e é mãe de três filhos. Com uma angústia que está preza em seu peito, desabafa: ‘o que ele quer com o lixo, eu não sei’. Ademais, fica nas entrelinhas do discurso da catadora que o catador é um ‘sem serviço’. O que na realidade não é. O catador tem muito serviço. Talvez, a catadora queira mostrar que ela não tem outro trabalho, ou outra fonte de renda.

Segundo Eggins (2004, p. 275), a modalização expressa a atitude do falante em respeito ao que está dizendo. É a forma que o falante tem para expressar seu juízo em relação à certeza, a probabilidade, a frequência que algo se dá ou acontece. O uso dos modalizadores contribui, desse modo, para a construção do sentido de ser catador e permite-lhes distanciar-se ou comprometer-se com os seus enunciados, determinando maior ou menor grau de engajamento com aquilo que é dito. Nessa perspectiva, conforme Fairclough (2003, p.166), o modo como as pessoas se comprometem com o seu dizer tem grande relevância na construção de suas identidades e dos outros. E, no modo como elas se manifestam no texto, por meio da modalidade, o falante assume uma posição de julgamento e de validade frente ao seu próprio dizer.

Mediante o Quadro 5.1, apresento um resumo das representações discursivas presentes nos discursos dos catadores que trabalham de maneira independente.

Quadro 5.1 – Representações discursivas dos catadores independentes

Colaborador	Tópico	Representação construída
Mina	Profissão catador	‘ganha mais’ ‘é bom’ ‘rejeitado’ ‘sem serviço’
	Cooperativa	‘exige horário de trabalho’ ‘local que dá poder’
	De si	‘não tem outro emprego’ ‘não tem estudo’
	Lixão	‘local ideal de trabalho’
	Presidente da cooperativa	‘egoísmo’ ‘olho maior que a barriga’
	Estatuto	‘foi esquecido’
	Prefeito	‘vingativo’ e ‘descontou em nós’
	Trabalho	‘tá difícil’
Franco	Profissão	‘tem demanda em qualquer lugar’ ‘não exige formação’
	Cooperativa	‘não serve pra nada’ ‘divisão em partes iguais do lucro’ ‘há horário a cumprir’
	De si	‘não tenho serventia’
	Lixão	‘lugar ideal de trabalho’
	Presidente da cooperativa	‘os que manda’
	Estatuto	‘ninguém segue’ ‘um é de um jeito, o outro é de outro’
	Prefeito	‘não deixa trabalhar’
	Trabalho	‘tá complicado’

A seguir apresento as vozes dos catadores filiados à cooperativa.

5.2 As vozes dos catadores filiados à cooperativa

A cooperativa é o local de trabalho que hoje abriga onze cooperados e está localizada no distrito industrial da cidade. Hoje³⁵, amparada pela prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente, ela possui dois caminhões com *slogan* da campanha da coleta seletiva ‘Reciclar é um ato de cidadania’. Funciona em um galpão fechado e está com todos os documentos que a SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) exige para o funcionamento, desde a licença ambiental ao alvará municipal.



Fotografia 5.3 – Cooperativa COOTRAMAMARE (Souza, 2011)

O galpão é de alvenaria, fechado, apenas a lateral direita foi construída de madeira para aumentar o tamanho e atender a demanda do trabalho dos catadores, mas ainda é um espaço pequeno, sem ventilação, pois há apenas uma janela pequena. Dentro do galpão, ao lado esquerdo, fica a velha prensa. Após a ‘carrera’, o caminhão é conduzido para o interior do galpão, um catador entra e retira os materiais recicláveis de dentro do caminhão, depositando-os no chão. Ao mesmo tempo, duas catadoras já vão fazendo o processo de seleção lançando esses produtos em *bags* que, depois de cheios, são levados para a área externa do galpão. O papel, como não pode molhar, fica no interior do galpão até ser prensado formando grandes fardos. Depois os fardos são levados para a área externa e colocados sobre palites de madeira para evitar contato com o chão e com a umidade.

Para adquirir esses produtos, os catadores têm uma rota diária a cumprir, que foi planejada com o Secretário de Meio Ambiente, atendendo à demanda do município. A cada dia da semana eles percorrem um bairro. Saem às 6 horas da manhã da cooperativa, dois catadores responsáveis pela coleta dos materiais que estão nas lixeiras em frente às casas e pela deposição desse material na esquina por onde o caminhão vai passar. Logo atrás, vem o caminhão com mais dois catadores com a função de jogar o material que está amontoado na esquina dentro do caminhão. Quando o caminhão enche, os catadores vão à cooperativa, descarregam e continuam o trabalho da esquina em que pararam. Às onze horas e trinta minutos, eles param para almoçar uma marmita paga pela prefeitura. Retornam ao trabalho às treze horas e permanecem até cumprir com a missão do dia, ou seja, a rota.

Dentro desse contexto de trabalho, estão dois catadores, cuja história de vida será apresentada nesta seção. Como já justificado nas seções anteriores, trago a história de vida dos catadores no início da análise para contextualizar melhor os fragmentos que serão analisados na seção. Além disso, esta escolha facilita a compreensão de como esses atores sociais foram socialmente injustiçados e excluídos do mundo do trabalho até chegarem a ser catadores.

5.2.1 A entrevista com Fama e Vana

Fama é uma senhora de aproximadamente 1,50 de altura, branca, mas com a pele cheia de marcas do trabalho que realiza ao relento, com muito sol, cabelos meio brancos, longos e lisos, está sempre com o cabelo preso. É casada, tem casa própria, 5 filhos, um deles, o caçula, está com 16 anos e já trabalha com material reciclável. Todos os filhos estudam, inclusive a mais velha, que está na universidade. Fama nasceu em São Paulo e de lá veio para Mato Grosso para trabalhar em fazenda. Nunca estudou e, quando mudou da fazenda para a cidade, há seis anos, começou a trabalhar como catadora. Está na cooperativa desde a fundação em 2005. Achou também na catação melhores condições de vida.

A outra colaboradora é Vana. É uma senhora de estatura baixa, um pouco acima do peso, morena clara, com cabelos longos, encaracolados e pretos, e olhos castanhos escuros. Tem 51 anos, estudou até 3ª série primária, hoje o 4º ano. Nasceu em São Vicente, Estado de São Paulo, e mudou-se para Mato Grosso, porque o pai veio trabalhar como empregado em fazenda. Ela fez parte da cooperativa desde a fundação em 2005, mas o trabalho como catadora começou entre 2003 e 2004. Depois, ficou dois anos afastada e agora retomou o trabalho. É solteira e tem uma filha de 11 anos, que estuda a 3ª série primária, 4º ano. Possui residência própria. Começou trabalhar com 17 anos na roça, junto com os pais, depois foi para região de garimpo trabalhar como cozinheira. A cada dois anos mudava de lugar, até que chegou a Carde e fixou residência.

Pelos depoimentos das colaboradoras, o fechamento do lixão não prejudicou apenas o trabalho dos catadores independentes, afetou a produção da cooperativa, já que a maioria dos catadores filiados à cooperativa coletavam materiais depositados no lixão.

(68)

Pesquisadora: Ate o dia que a gente foi lá não tinha mesmo guarda...

Participante: Então eu [ator] já [circunstância] fui [processo material] lá varias vezes [circunstância] joga [processo material] lixo [meta] por que nós [ator] *tem que fazer* [processo material] faxina [meta] aqui

[circunstância], ne nos [ator] enche [processo material] o caminhão [meta] e vai [processo material] lá [circunstância] jogá [processo material] aí enquanto ele [portador] tá [processo relacional atributivo] lá [circunstância] despejando [processo material] lixo [meta] eu [ator] corro [processo material] lá [circunstância] e cato [processo material] plástico [meta], cato [processo material] as coisas [meta], mas ir [processo material] pra catar [processo material] mesmo, nos [ator]::: nunca mais [circunstância] fui [processo material] não.

(Fama, 10/04/2011)

Fama, por meio de modalidade deôntica ‘tem que’ e de processos materiais ‘fazer’, ‘enche’, ‘vai’, ‘jogá’, ‘despejando’, ‘corro’, ‘cato’, relata uma das obrigações do catador da cooperativa ‘fazer faxina’, seguida de todas as ações que desencadeiam o fato. Mostra que são obrigados a acatar a decisão do prefeito de não trabalharem no lixão, mas, quando possível, comenta que arma uma situação para fazer coleta no referido lugar.

O lixão é visto pelos catadores como ‘a maior riqueza’, pois é dali que eles retiram toda matéria prima que lhes permite adquirir o pão de cada dia. Nota-se que vivemos os dois extremos da sociedade pós-moderna da era do descartável. De um lado, alguns, social e economicamente privilegiados, com maior poder aquisitivo, compram e descartam mais e, no outro lado, ficam aqueles que lutam para coletar aquilo que foi descartado como o único recurso para sua sobrevivência.

(69)

Pesquisadora: Tinha quantas pessoas antes de fechar o lixão?

Participante: não::: da cooperativa mesmo, *acho* [processo mental] que é [processo relacional atributivo] 22 associados [fenômeno], mas só que não trabalhava [processo material] não, trabalhava [processo material] no lixão [circunstância], mas vendia [processo material] fora [circunstância], não vendia [processo material] só aqui [circunstância] pra cooperativa [beneficiário], vendia [processo material] pra fora [beneficiário], pra outros compradores [beneficiário] que mora [processo material] aqui [circunstância] mesmo, mas particular [atributo], *mas eu* [portador] *sempre* [circunstância] *fui* [processo relacional atributivo] da cooperativa [atributo].

(Fama, 10/04/2011)

A cooperativa usa processos materiais, modalidade epistêmica, ‘trabalhá’ e ‘vendia’, no polo negativo, para mencionar o fato de os catadores não venderem o material que coletam somente para a cooperativa. Isso nos remete ao fragmento (50), em que um catador independente relata o mesmo episódio. Na realidade, para os catadores filiados à cooperativa, esta é uma atitude não fiel. É como se eles estivessem fortalecendo os atravessadores que pouco a pouco vão acabando com as forças da cooperativa. Quanto aos atravessadores, estes realmente não têm o interesse na organização dos catadores, visto que a organização dos catadores implicaria a redução de materiais recebidos por eles e, conseqüentemente, menos

lucro. Está implícita no discurso de Fama a proibição de o catador filiado à cooperativa vender material para atravessadores, pois ele tem a obrigação de ajudar e fortalecer a cooperativa. Observa-se que ela usa processo mental ‘acho’, uma modalidade subjetiva, para indicar que não sabe o número exato de catadores que trabalham com ela na cooperativa.

A relação de trabalho do catador com o atravessador é sempre de humilhações. O atravessador sempre paga menos pela mercadoria. Em muitos episódios, conforme pude observar, ocorre um endividamento crescente para o catador, que não consegue pagamento pelo que vende. Como o atravessador dificilmente cumpre com os acordos estabelecidos, o catador acaba sendo obrigado a se manter nesse tipo de trabalho em condições precárias, o que evoca a exploração da mão-de-obra nos tempos da escravidão. Como registra a Cartilha de Formação (2009, p.11), ‘o trabalho torna-se, muitas vezes, forçado, por meio da coerção moral e, também, com o uso da violência física’. Vejamos outro par dialógico da entrevista com Fama.

(70)

Pesquisadora: Aqui em Carde não tem é... Indústria de reciclagem né?

Participante: Não, tudo [ator] *tem que* tirar [processo material] pra fora [meta] e nós [portador] *não tem* [processo relacional atributivo possessivo] *condições* [atributo] de mandá [processo material] pra fora [circunstância], não ganha [processo material] o suficiente [meta] pra *poder mandá* [processo material] lá [circunstância], pra onde [circunstância] éhh, tem [processo existencial] mesmo, eu [experenciador] acho [processo mental] que é lá pra Abradina [fenômeno], eles [ator] compram [processo material] e vai [processo material] pra lá Abradina São Paulo [circunstância], os de Cuiabá [ator] compram [processo material], vai [processo material] pra Cuiabá [circunstância], de Cuiabá que eles [ator] levam [processo material] pra Abradina [circunstância], eu que ::: nem Cuiabá [portador] não tem [processo relacional atributivo] essas coisas [atributo] que faz [processo material] reciclagem [meta]

(Fama, 10/04/2011)

Quanto ao mercado de reciclagem, compra e venda de produtos, Fama usa uma modalidade deôntica, ‘tem que’, para relatar a situação em que os catadores se encontram quando precisam executar as vendas, obrigados a procurar, em outras cidades, uma pessoa que possa comprar os materiais da cooperativa por um preço melhor. A cidade onde a cooperativa está localizada não oferece opções de escolha. A colaboradora, por meio de processo relacional atributivo possessivo, no polo negativo, ‘não tem’, relata o grande problema da cooperativa: falta de dinheiro até para enviar os materiais para outro Estado, o que poderia também garantir uma venda melhor. Ela expressa um processo mental,

modalidade subjetiva, ‘acho’ evidenciando que nem sequer sabe o local para onde a mercadoria é vendida, ou onde pode achar um preço melhor.

- (71) **Participante:** Lá tinha [processo existencial] umas dez famílias [existente] que vivia [processo material] só de lá [circunstância] ,ganhava [processo material] bem [circunstância], todo mundo [ator], agora [circunstância], hoje [circunstância] fechou [processo material] o lixão [meta] também, que ta [processo relacional atributivo circunstancial] aqui na rua [circunstância], *pouca* gente [portador] ta [processo relacional atributivo circunstancial] ai [circunstância], *alguns* [ator] foram trabalhar [processo material] de empregado [meta], *outros* [ator] não tá trabalhando [processo material].
(Fama, 10/04/2011)

A colaboradora expressa um processo existencial, ‘tinha’, para relatar a quantidade de família que vivia no lixão e de lá tirava o sustento de seus filhos. Fama expressa também os pronomes indefinidos, ‘alguns’ e ‘outros’, como atores dos processos materiais ‘foram trabalhar’ e ‘tá trabalhando’. Isso, para narrar a falta de conhecimento quanto ao número exato de catadores que conseguiram, ou não, trabalho. O fechamento do lixão acabou provocando um grave problema social, o vem apoiar a discussão feita por Silva (2008, p. 6, 2011, p.) sobre a pobreza no cenário de Brasília. Seguindo as palavras da pesquisadora, há em Brasília um processo crescente de pobreza e exclusão social que pode ser considerado como uma espécie de resultante dentro de um *continuum* que envolve uma série de rupturas configuradas nas perdas de vínculos sociais. Assim, a perda do trabalho pode lançar o catador para a condição de miserabilidade total.

- (72) **Pesquisadora:** E eles não conversaram com vocês não pensaram em montar nada pra não deixar vocês desempregados?
Participante: Não, na boca deles lá, no dia que tiraram [processo material] *a gente* [meta], falaram [processo verbal] que vai sair [processo material] a cooperativa mesmo, o barracão, o aterro [verbiagem], só que já tem [processo existencial] 4 anos [existente], vai fazer [processo material] 5 anos [meta] já que começou [processo material] esse barracão [meta].
(Fama, 10/04/2011)

Outro ponto importante enfatizado pela catadora, ao usar a expressão ‘na boca deles’ e pelo processo verbal ‘falaram’, é a promessa da construção do aterro e da sede da cooperativa que receberam dos agentes que trabalhavam na prefeitura. Os catadores seriam retirados do lixão porque a prefeitura estaria viabilizando o aterro, com o barracão para funcionar a cooperativa, mas como diz a catadora, é uma promessa de cinco anos que ainda não foi realizada. Ficou no campo da intenção.

- (73) **Pesquisadora:** Quando a senhora começou a trabalhar com material

reciclável?

Participante: olha [processo mental], foi [processo relacional atributivo circunstancial] em dois mil e::: 2004 [circunstância], não sei [processo mental] se foi [processo relacional atributivo circunstancial] 2004 ou 2003 [circunstância], que eu [experenciador] conheci [processo mental] uma colega [fenômeno], que eu [portador] tinha [processo relacional atributivo] uma sobrinha [atributo] que morava [processo material] com a gente [meta], então *ela* [ator] *tava passando* [processo material] *uma fase* [meta] *difícil* [atributo], aí a *gente* [ator] começou [processo material] a juntar [processo material] na rua [circunstância], a gente [portador] tinha [processo relacional atributivo possessivo] um colega [atributo] [ator] que comprava [processo material] ferro [meta], aí *a gente* [ator] começou [processo material] juntar [processo material] na rua de carriolinha [circunstância] né, aí chegou [processo material] uma colega da gente [ator], hoje eu [portador] tenho [processo relacional atributivo] sentimento [atributo] dela não fazer [processo material] parte da cooperativa [meta] porque foi [processo relacional atributivo] ela [portador] que foi [processo relacional atributivo] *um exemplo de vida pra mim* [atributo], da... desse meu serviço que eu [portador] estou [processo relacional atributivo circunstancial] nele [circunstância].

(Vana, dia 17/08/2011)

Vana foi motivada por uma amiga a coletar material na rua, a fim de ajudar a sobrinha que morava com ela e estava passando por dificuldades financeiras. Os processos materiais ‘morava’, ‘tava passando’, ‘começou’, ‘juntar’, ‘chegou’, ‘fazer’ como recursos linguísticos são elencados pela catadora para relatar esse período de sua vida. Assim, elas coletavam e vendiam para um amigo. Com processo relacional ‘tenho’ e ‘foi’ expressa o sentimento de pesar que tem, porque essa colega não é uma cooperada. É uma pessoa que Vana admira, em suas palavras, ‘um exemplo de vida pra mim’.

O trabalho com material reciclável, na percepção do trabalhador, não é ruim tampouco desprezível como a sociedade, de um modo geral, considera. É um trabalho digno, com o qual se consegue manter a família, bem como o estudo dos filhos.

(74)

Pesquisadora: Mas ela ainda trabalha com reciclagem?

Participante: ela [ator] trabalha [processo material] e ela [portador] tem [processo relacional atributivo possessivo] uma demanda muito grande com a população, com a prefeitura [atributo], que a prefeitura quer [processo mental] tirar [processo material] o lixo da porta da casa dela [fenômeno], ela [experenciador] não quer [processo mental] aceitar [processo material] [fenômeno], mas *não* sei [processo mental] o motivo porque ela [ator] *não* vem [processo material] [fenômeno], né. Então, ela [ator] me [beneficiário] ajudou [processo material] muito, ela [experenciador] que me deu a idéia [processo mental] de ir pro lixão [fenômeno]...e essa minha...

(Vana, dia 17/08/2011)

A catadora continua relatando a importância da amiga em sua vida, por tê-la convidado para trabalhar no lixão; mas apresenta também os problemas que a amiga vem

enfrentando com ‘a população’ e com a prefeitura, por armazenar o material reciclável que coleta em frente e ao redor de sua casa. Usa processo mental ‘quer’ para narrar o desejo da prefeitura, ‘retirar o material da casa dela’. Isso deixa a colaboradora triste, pois ela tem um sentimento de gratidão pela colega. Agora, que está na cooperativa, é o momento de ela retribuir o que a colega fez no passado.

(75)

Pesquisadora: [A senhora morou no lixão?]

Participante: Não, não cheguei de morar [processo material] não, eu [ator] ia [processo material] e vinha [processo material] *todo dia, de bicicleta com chuva, sol* [meta], *mas a gente* [ator] *ia* [processo material] de manhã cedo [circunstância] e voltava [processo material] quase de noite [circunstância] e assim ficamos [processo relacional atributivo circunstancial] lá [circunstância] até... Quando foi [processo relacional atributivo circunstancial] nesse...nessa data [circunstância], parece [processo relacional atributivo circunstancial] que 2004 [circunstância], uma coisa assim, não tenho [processo relacional atributivo possessivo] certeza [atributo], que saiu [processo material] a arrumação da cooperativa COOTRAMAMARE [ator] né, aí a *gente* [ator] ainda fez [processo material] *passeata na cidade* [meta] aí a *gente* [ator] começou [processo material] *catar* [processo material] na cidade [circunstância], empurrar [processo material] carrinho [meta], *catar* [processo material] na cidade [circunstância], aí desse tempo pra cá [circunstância], nunca mais saí [processo material] da reciclagem [circunstância], continuo [processo material], aí veio [processo material] agora [circunstância] a ajuda do prefeito [meta] pra nós [beneficiário], né, que *ele* [ator] *deu* [processo material] *uma mão e bem grande* [meta] *pra nós* [beneficiário] ele [ator] deu [processo material] o caminhão [meta], tá dando [processo material] até agora o alimento [meta] pra nós [beneficiário] de todos os dias [circunstância], né, ele [ator] está mandando [processo material], tá saindo [processo material] da prefeitura [circunstância], então, por aí eu [portador] não tenho [processo relacional atributivo possessivo] o que dizer [processo verbal] nada [atributo], eu [ator] apenas só agradeço [processo material] muito pelo que ele [ator] tá fazendo [processo material] por nós [beneficiários] [meta].

(Vana, dia 17/08/2011)

Vana narra uma parte de sua vida quando trabalhava no lixão. Ela não morava no lixão, como muitos outros faziam, tinha que se deslocar de bicicleta todos os dias. Observa-se que a única coisa que aponta como desfavorável é o sol e a chuva, mas ao dizer ‘a gente ia’ mostra que isso não era empecilho para não cumprir sua obrigação e não estar presente no ambiente de trabalho. Ela inicia a narrativa usando o pronome ‘eu’, mas em seguida, substitui ‘eu’ por ‘a gente’ para incluir os outros catadores que trabalhavam no lixão, lá não residiam, mas realizavam a mesma tarefa dela, ir e vir todos os dias.

Ela contribui com informações que marcam a saída dos catadores do depósito de lixo urbano para iniciar o trabalho com o sistema de cooperativa. Percebe-se que, a catadora fala

em 2004, período em que foram fomentadas as primeiras conversas sobre a criação da cooperativa. Foi um momento especial na vida dos catadores, que estavam contentes, pois realizaram até passeata para mostrar para sociedade que estariam em um novo momento de suas histórias. A passeata é uma atividade que, de certa forma, em Mato Grosso, tem um cunho político. É vista como um momento em que as pessoas se organizam para reivindicar ou apresentar uma proposta para a sociedade; mas no caso dos catadores, como havia a prefeitura por trás dessa organização, a passeata mostrava para a sociedade que os miseráveis do lixão estavam tendo uma nova oportunidade de trabalho. E, além disso, as pessoas que lançavam esses produtos em lixeiras teriam uma cidade mais limpa. Isto serviu para fazer propaganda da administração do prefeito.

Em 2009 ocorre o fechamento do lixão e muitos catadores que não aceitaram aderir à cooperativa ficaram sem trabalho, já discutido em alguns fragmentos. Em 2011, o prefeito implanta coleta seletiva na cidade e dá condições financeiras mínimas para a cooperativa ser a principal gestora dos resíduos sólidos da cidade, com base nas orientações do Decreto nº 7.404, no Art. 11, o qual sugere que ‘o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, constituídas por pessoas físicas de baixa renda’.

A catadora, com um discurso ingênuo, expressa gratidão ao prefeito, por pagar a alimentação deles e ter doado um caminhão para a cooperativa. Nota-se que ela não percebe que ainda é uma ação muito tímida diante do poder econômico que possui a prefeitura e da exigência da legislação pela inclusão das cooperativas de catadores na gestão da coleta seletiva. O prefeito não tem só que dar a mão bem grande, como diz a catadora, ele tem de implantar o aterro sanitário com condições adequadas para os catadores realizarem o trabalho com segurança e aumentar a renda. Cabe ressaltar ainda que essa prática de assistencialismo que permeia o contexto do poder público, poderíamos dizer do Brasil, não é a melhor alternativa para ajudar grupo de pessoas que se encontram em situação de pobreza e exclusão. Relacionada a essa prática, deveria implantar ações que tornem os catadores letrados, com autogestões, com cursos de formação sobre reciclagem, noções de contabilidade – balanço mensal e administração de cooperativas e propor-lhes condições para, de fato, escolherem a profissão que desejam executar.

(76)

Pesquisadora: Que expectativa a senhora tem com a cooperativa e com essa ajuda que a prefeitura está dando pra vocês?

Participante: Eu [experenciador] espero [processo mental] que daqui dentro de uns 6 meses [circunstância], que a cooperativa [ator] consiga caminhar [processo material] sozinha [circunstância] [fenômeno], mesmo com muita demanda [existente] que está tendo [processo existencial], a gente [ator] *está com precisão* [processo material] de funcionário [meta], ninguém [experenciador] que não... num confia [processo mental], não acredita [processo mental] que *ela* [ator] *vai crescer* [processo material] [fenômeno] mas, eu [portador] tenho [processo relacional atributivo possessivo] esperança [atributo] que ela [ator] vai crescer [processo material], que::: *alguém* [experenciador] *que interessa* [processo mental] *pelo menos pra ajudar* [processo material] *a gente* [meta] *pra ela* [ator] *não deixar cair* [processo material], então *a gente* [experenciador] espera [processo mental] que, eu [portador] tenho [processo relacional atributivo possessivo] esperança [atributo] que jamais ela [ator] caia [processo material] [fenômeno], daqui pra frente ela [ator] vai crescer [processo material] e *a gente* [portador] tem [processo relacional atributivo possessivo] uma esperança [atributo] de::: *a gente* [portador] ter [processo relacional atributivo possessivo] um futuro maior [atributo] na frente né, ter [processo relacional atributivo possessivo] um lugar [atributo] pra nós [beneficiário], ter [processo relacional atributivo possessivo] um cantinho [atributo]...

(Vana, dia 17/08/2011)

Há outros fatores que intensificam a paixão que os catadores têm pela profissão. A esperança por dias melhores está marcada na fala de Vana por processos mentais ‘espero’ e processos relacionais atributivos possessivos ‘tenho’ e ‘tem’, seguidos dos atributos de posse ‘esperança’, ‘uma esperança’, ‘um futuro melhor’, ‘um lugar pra nós’, ‘um cantinho’. A colaboradora inicia sua fala, afirmando a esperança que deposita no crescimento da cooperativa, mas, em seguida, inclui outras pessoas no processo com uso de ‘a gente’. Ele repete várias vezes o mesmo processo relacional atributivo possessivo ‘ter’ intensificando essa esperança que vai de uma visão macro, ‘um futuro maior’, para micro, ‘um cantinho’.

Além disso, Vana conta também com a esperança de alguém se interessar pela cooperativa e ajudá-los pelo menos a não deixá-la entrar em decadência. O medo de a cooperativa perder seu fluxo financeiro é muito presente, pois os catadores já passaram por várias situações de desprezo e de abandono, e ela sabe que, se a prefeitura não ajudar, eles não têm condições de manter o trabalho. Isso marca a falta de pessoas para trabalhar na cooperativa, como ela diz: ‘ninguém que não... num confia, não acredita’, talvez pelo fato de receberem várias promessas desde a fundação da cooperativa até o momento atual, de implantação da coleta seletiva.

O catador não percebe que essas mudanças estão atreladas a exigências maiores, à Lei nº 12.305/2010 – Política de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404/2010 – Regulamentação da Política de Resíduos Sólidos e o Decreto nº 7.405/2010 – Programa Pró-Catador. Pode-se

inferir que os gêneros de governança, as leis e os decretos estão atuando em um local específico, na realidade, estão impondo que o prefeito siga o que eles, leis e normas, prescrevem.

(77)

Pesquisadora: O que mais impulsionou assim a senhora a ir trabalhar com reciclagem, além dessa amiga da senhora que motivou, a sobrinha que estava passando por necessidade, é, sair de uma profissão, entrar em outra profissão, o que, que mais motivou a senhora?

Participante: Éhh... porque é [processo relacional atributivo intensivo] um serviço [atributo] que *não é* [processo relacional atributivo intensivo] *muito cansativo* [atributo], e é [processo relacional atributivo intensivo] um serviço [atributo] *que todo mundo é* [processo relacional atributivo intensivo] *alegre* [atributo], não vê [processo mental] tristeza [fenômeno], não vê [processo mental] ninguém [fenômeno] assim, maltratando [processo material] um ao outro [meta], é [processo relacional atributivo intensivo] tudo [portador] unido [atributo], e você [ator] trabalhando [processo material] de empregado [circunstância], um dia *o patrão* [ator] *te trata* [processo material] *mal* [circunstância], outro dia a patroa [portador] tá [processo relacional atributivo circunstancial] com a cara ruim [atributo], o dia que quer [processo mental] receber [processo material] “ah, não tem [processo relacional atributivo possessivo] esse dinheiro [atributo]”, “*não posso* te arrumar [processo material]” e a gente [ator] trabalhando [processo material] assim não, de todo jeito vende [processo material] a mercadoria [meta], chega [processo material] no final do mês [circunstância] a gente [portador] tem [processo relacional atributivo possessivo] aquele dinheirinho certo [atributo], quem [portador] tem [processo relacional atributivo possessivo] filho em casa [atributo], não quer [processo mental] saber [processo mental] da onde sai [processo material], quer [processo mental] saber [processo mental] que quer [processo mental] a comida [fenômeno] na mesa [circunstância], eu [portador] porque tenho [processo relacional atributivo possessivo] minha filha [atributo], ainda ta [processo relacional atributivo intensivo] pequena [atributo] depende [processo material] de mim [meta], tem [processo existencial] o meu pai [existente] que já está [processo relacional atributivo intensivo] de idade [atributo], mesmo ele [portador] é [processo relacional atributivo intensivo] aposentado [atributo] mais é [processo relacional atributivo intensivo] pouco [atributo], mesmo que eu [ator] ganhei [processo material] uma casa do governo [meta], eu [ator] deito [processo material] na minha cama [circunstância] tranquila [atributo] sem preocupar [processo mental] com alugueis [fenômeno] e *tenho* [processo relacional atributivo possessivo] *minha vida folgada* [atributo] sem se preocupar [processo mental] com amanhã ou depois [fenômeno], né.

(Vana, dia 17/08/2011)

Vana usa processo relacional atributivo intensivo no polo negativo ‘não é’ para conferir o atributo ‘cansativo’ ao tipo de trabalho que realiza na cooperativa. Nota-se que ela mitiga o sentido do advérbio ‘muito’, que caracteriza intensificação, com a negativa. Outro aspecto que pode contribuir para o trabalho não ser cansativo é o modo como os catadores

conduzem o trabalho, alegres, sem tristeza e sem se maltratarem, na fala da catadora, ‘tudo unido’.

Quanto ao trabalho como empregado, ela não gosta. Relata por meio de processo material que, nesse contexto, o patrão ‘trata mal os empregados’, e a patroa pode se apresentar com a cara ruim. Além disso, há o problema com o recebimento do salário, que nem sempre ocorre no dia em que empregado deseja. Observa-se que, no discurso de Vana, há marca de intertextualidade manifesta. Ela traz o discurso do patrão de forma direta, o que Fairclough vai nomear de representação de discurso. Assim, Vana representa o discurso do patrão quanto ao pagamento de empregados como algo não muito bom que passou quando trabalhava de empregada nas fazendas de Mato Grosso. Inclusive, ela usa o tom impositivo para marcar, na oralidade, a assimetria entre empregado e patrão, que está sempre permeada pelo poder e pela exploração de quem detém maior poder econômico e determina como as coisas devem ser conduzidas no contexto de trabalho. Algo muito diferente do praticado nas cooperativas com uma gestão compartilhada, que no final do mês, não importa a quantia, recebe o dinheiro.

A colaboradora usa o vocábulo ‘dinheiro’, flexionado no diminutivo, para enfatizar que a quantia que recebe não é muita. Usa processo relacional atributivo ‘tem’ e processo mental ‘quer saber’ e ‘quer’ para apontar as cobranças do dia a dia de uma mãe de família, prover o sustento de todos que dela dependem, filha e pai idoso. Quanto à cobrança da filha, a catadora é clara, ela não quer saber de onde vem, quer a comida. Já quanto ao pai, lança mão de processos relacionais atributivos ‘está’ e ‘é’ para apresentá-lo como um senhor de idade aposentado, mas com recebimento insuficiente para manter suas próprias despesas.

A catadora utiliza o processo material ‘ganhei’ para narrar sobre o presente que o governo lhe deu, ‘uma casa’. E isso a faz dormir despreocupada, pois não necessita de dinheiro para pagar aluguel. Nota-se que o desejo de uma catadora não é muito, apenas comida e moradia. Aquilo que a faz sobreviver no dia a dia, direitos que deveriam ser garantidos a todos os cidadãos, mas parece serem negados pelo sistema econômico vigente.

A seguir, apresento o Quadro 5.2, que sumariza as representações discursivas dos catadores que trabalham na cooperativa.

Quadro 5.2 – Representações discursivas dos catadores cooperados

Colaborador	Tema	Representação construída
Fama	Profissão catador	‘vende para atravessadores’ ‘são infiéis’
	Cooperativa	‘não tem dinheiro’
	De si	
	Lixão	‘proporciona uma boa renda’ ‘é a maior riqueza’
	Presidente da cooperativa	
	Estatuto	
	Prefeito	‘só tem promessa do aterro e cooperativa, mas não cumpre’
	Mercado	‘mercado é difícil para venda’
Vana	Profissão	‘estava com uma fase difícil’
	Cooperativa	‘trabalhar na cooperativa é bom’ ‘trabalhar na cooperativa é melhor que de forma independente’ ‘tenho esperança da cooperativa andar com as próprias pernas’ ‘tenho esperança que alguém possa ajudar a não deixar a cooperativa cair’
	De si	‘tenho a vida folgada’
	Lixão	‘é fonte de renda’ ‘é um local de trabalho como o formal’
	Presidente da cooperativa	
	Estatuto	
	Prefeitura	‘tem demanda com a prefeitura, eles não não aceita que ela armazene o material em casa’ ‘o prefeito é bom, dá uma mãozona’

5.3 As conversas colaborativas

As conversas colaborativas foram realizadas porque, à medida que minhas visitas se tornavam mais frequentes, as entrevistas iam-se efetivando. Ao mesmo tempo, eu me familiarizava com aquele contexto que absorvia minha posição de pesquisadora. Percebia, pelas conversas informais e gravações, que a maior contribuição que poderia dar era realizar um trabalho paralelo com a presidente para ajudá-la a perceber o quanto o trabalho dela era importante para conseguir agregar o grupo. No início da pesquisa, propus trabalhar com

workshops para estudarmos a legislação do cooperativismo e o estatuto, para elaborarmos o regimento, mas os catadores não acharam uma boa ideia, porque o tempo que eles tinham disponível era muito pouco. Inclusive a frequência deles nas assembleias é baixa. Diante disso, optei pelas conversas com a presidente, porque percebia que algumas ações deveriam ser discutidas e implantadas, tais como, conhecer o estatuto, elaborar o regimento, prestar contas mensalmente do movimento financeiro da cooperativa em assembleia, exarar a ata, expor em mural, analisar preço de mercado, elaborar ficha de controle interno de peso e de classificação do material coletado e recebido como doação, além de mostrar via recibo todo pagamento das despesas com arame, energia e telefone, entre outros. Ademais, outra contribuição importante estava voltada para a valorização humana dos trabalhadores, qual seja, quebrar a concepção do discurso naturalizado de que ‘é a presidente quem manda’. Na realidade, não existe quem oficialmente dá as ordens em uma cooperativa. Há um grupo de trabalhadores que são escolhidos a cada dois anos para assumir a responsabilidade administrativa, e esse grupo compartilha as decisões em assembleias.

Devo informar que não foi possível a gravação de mais conversas colaborativas, porque o tempo disponível da presidente era muito limitado. Era muito trabalho para a quantidade de catadores que se encontravam na cooperativa, e ela tinha que estar à frente de todas as ações na rua, no lixão, na cooperativa e nas empresas. Parar de trabalhar para atender a pesquisadora significava diminuição da renda mensal da presidente, pois ela não recebe salário para administrar a cooperativa, a renda provém daquilo que ela própria coleta.

A primeira conversa colaborativa, realizada no dia 16/06/2011, surgiu com a necessidade de conhecer o estatuto e elaborar um regimento interno que até então não existia. Foi previamente agendada porque havia necessidade da presidente ler o estatuto antes. Foi uma conversa relativamente longa. A pesquisadora detinha mais o turno, porque estava lendo uma prévia de regimento elaborado por ela para a presidente, para depois reunir com mais quatro catadores que faziam parte da gestão, também para acrescentar e/ou tirar artigos, de acordo com os anseios e às necessidades do grupo, e, finalmente, apresentá-lo em assembleia para apreciação dos outros cooperados.

5.3.1 As conversas com Tina

A cooperativa já contou com várias presidentes e um presidente, mas atualmente está sob a gestão de Tina. Tina tem 4 filhos, duas meninas e dois meninos, com idades que variam de 3 anos aos 16 anos. Possui ensino fundamental incompleto, estudou até o 6º ano. Tem 49 anos, é casada, mora em casa própria. É morena, olhos claros, cabelos pretos de tamanho médio, mas sempre presos. Possui a pele marcada pelo sol, com algumas manchas. Não para, está sempre se movimentando na cooperativa. Quando precisa, não se acanha e conta que até fardo de papelão com aproximadamente 200 quilos, ela ajuda a colocar na carregadeira antes do caminhão.



Fotografia 5.4 – O fardo (Souza, 2011)

A Fotografia 5.3.1 exibe Tina, o marido e o filho empurrando um fardo de papelão em direção à pá da carregadeira, para, depois, pôr no caminhão que se encontra estacionado na parte externa da cooperativa. Observe-se que é um trabalho bem pesado.

- (78) **Participante:** No caso, eu [ator] que faço [processo material] isso [meta]? ((falando sobre a prestação de conta))
Pesquisadora: Isso! O conselho adminis... você pode até regulamentar se você quiser, ficando a cargo do grupo decidir::: você que sabe.

Participante: Sabe [processo mental] o que é [fenômeno]... que a gente [portador] é [processo relacional atributivo intensivo] muito pequena [atributo], assim sabe [processo mental] ...eu [ator] *tenho que ir* [processo material] pra lida [circunstância], eu *tenho que ir* [processo material] pra rua [circunstância].

Pesquisadora: Tem, eu sei que você tem que ir:::

Participante: Isso que eu [dizente] to falando [processo verbal], por que nossa eu [experenciador] *acho* [processo mental] que nem a mulher [dizente] falou [processo verbal] [fenômeno], nossa... tem [processo existencial] tantas coisa [existente] que você [ator] *pode* tá buscando [processo material], tantos direito [atributo] que vocês [portador] tem [processo relacional atributivo possessivo]. Só que aí fica [processo relacional atributivo intensivo] assim [atributo], quando eu [experenciador] vejo [processo mental], a semana já passou [processo material] [fenômeno], eu [ator] não dei [processo material] conta de nada [meta]...

(Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

Durante a primeira conversa colaborativa, à medida que os artigos do regimento iam sendo lidos para a presidente, várias reflexões surgiam em seu discurso, principalmente da responsabilidade que ocupa para dar conta de tudo. Assim, algumas tarefas que no estatuto deveriam estar a cargo da presidente, como a prestação de conta, ela não deseja fazer. Ela usa processo relacional atributivo ‘é’ e o atributo ‘pequena’ com a presença da circunstância ‘muito’, chamando atenção para a quantidade de cooperados e para justificar que esta atividade não pode ficar sob sua responsabilidade, já que tem outras atividades para desenvolver. Utiliza modalidade deôntica ‘tem que’ para expressar essa obrigação de ela estar na rua junto com os outros catadores. Nota-se que a obrigação maior dela é a luta diária, o trabalho prestado na rua com a coleta, não é como alguns presidentes de cooperativas que colocam os catadores na rua e se limitam ao serviço burocrático.

Por outro lado, Tina usa processo mental ‘acho’, uma modalidade subjetiva, para apontar o seu papel hoje na cooperativa, ficar disponível para buscar outros recursos. Inclusive, ela usa a dizente ‘mulher’, uma indeterminação, para relatar que foi informada que eles têm direitos, mas ela não dispõe de tempo para buscá-los. Ela se mostra entre o desejo de estar à frente, buscar os direitos que são atribuídos aos catadores, mas, por outro lado, sabe que sua situação atual não a permite, pois a renda dela está veiculada somente àquilo que ela coleta. Quando sai para resolver problemas da cooperativa, o trabalho dela fica sem ser executado, ninguém coleta para ela.

(79)

Pesquisadora: Oh... qual é a responsabilidade desse coordenador: organização do estoque no galpão bem como sua limpeza; organização e supervisão dos trabalhos internos; controle da produção diária, controle do material coletado e seu rejeito; supervisionar e acompanhar a saída e entrada de materiais para comercialização em conjunto. É essa, esse o

objetivo do coordenador. Você quer isso aí ou não?

Participante: Uai, eu [experienciador] achava [processo mental] interessante [fenômeno] tanto que no caso o coordenador, tem [processo existencial] o fiscal [existente] também porque muito assim...

Pesquisadora: [Fiscal... a palavra fiscal tem um PESO de sentido assim... vai cuidar de mim.]

Participante: Não, eu [experienciador] sei [processo mental], então isso que eu [dizente] falo [processo verbal] pra você [receptor], porque muitas vezes a reclamação [característica] era [processo relacional identificativo] que fulano [portador] tava [processo relacional atributivo] naquela quadra [atributo] e fulano [portador] tava [processo relacional atributivo] sentado lá na outra [atributo] [valor]!

(Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

Observe-se que a presidente usa um processo mental ‘achava’, modalidade subjetiva, para sugerir a criação de outra função dentro da gestão da cooperativa, o que ela vai denominar de ‘fiscal’, mas imediatamente a pesquisadora propõe uma reflexão sobre o sentido que a palavra ‘fiscal’ poderia adquirir dentro do contexto de trabalho de cooperativa, já que há uma prática inscrita de um fiscalizar a vida do outro. Isso corrobora as brigas internas e a desunião do grupo. Ela se justifica, relatando as reclamações que ela recebe no dia a dia. Assim, fica claro que o catador vigia o colega e não aceita a exploração de um pelo outro. Até parece que são máquinas e não podem sentar para descansar, devem ter um ritmo acelerado de trabalho.

(80)

Pesquisadora: [sim esse material tem que ser, ele é da cooperativa.]

Participante: Isso que eu [dizente] tô falando [processo verbal]...

Pesquisadora: Como vocês estão trabalhando individualmente, só que tem que constar aqui. Ele é da cooperativa

Participante: Então isso que eu [dizente] tô falando [processo verbal]. Esse material, esse material de doação, tipo papelão [meta] que o pessoal [ator] traz [processo material] ali [circunstância], traz [processo material] um plástico [meta] e coloca [processo material] ali [circunstância], *teria de ser separado* [processo material].

[...]

Participante: Aí eu [experienciador] acho [processo mental] assim [fenômeno], o::: juntaria [processo material] os cooperado [meta], vamos separar [processo material] uma equipe [meta] pra separar [processo material] esse material [meta].

Pesquisadora: Por exemplo, tudo que vem , que é doação, ele é da cooperativa, certo. Não é nem seu, nem da Vanda, nem de ninguém. Esse dinheiro vai pro fundo de reserva. Em que você vai usar esse dinheiro Tina, do fundo de reserva? No desenvolvimento da cooperativa.

Participante: Só que o que não vai dar na cabeça do povo [característica] é [processo relacional identificativo] que esse material *tem de ser separado* [valor]; esse material [ator] *vai ter que* ir [processo material] pra prensa [circunstância], ninguém [experienciador] vai entender [processo mental] isso [fenômeno] porque vai falar [processo verbal] ah vai ficar [processo

material] pra cooperativa [beneficiário] porque eu [ator] vou gastar [processo material] meu dinheiro [meta] pra separar [processo material]?
(Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

Além da cobrança de trabalho acelerado, sem direito a descanso, há outros problemas que permeiam esse contexto de trabalho. Até junho 2011, como já relatado neste trabalho, a cooperativa funcionava no centro da cidade e a administração pagava o cooperado por aquilo que ele coletava individualmente. Apenas o espaço físico para armazenar o material era comum a todos, mas multifacetado em pequenos montes que pertenciam a cada cooperado. A cooperativa sempre recebeu material de doação. Isso implica em um material que chega e não é coletado por nenhum catador, mas é da cooperativa. A pesquisadora chama atenção da presidente que isso deve estar regulamentado no regimento.

A presidente usa uma modalidade categórica hipotética, ‘*teria de ser separado*’, mitigando a força da obrigação ‘*ter de*’. Pode-se inferir que o material não está sendo separado e ela também não menciona para onde vai o dinheiro desse material. Usa modalidade subjetiva ‘*acho*’, processo mental, para sugerir a participação coletiva dos cooperados para separar o material. Ela continua com a argumentação, com uma modalidade deôntica ‘*tem de ser*’ e ‘*vai ter que ir*’, para mostrar a obrigação de o material ser separado e ir para prensa. Ela usa processo mental ‘*vai entender*’, cujo experienciador é um pronome indefinido ‘*ninguém*’ e fenômeno ‘*isso*’ para continuar a argumentação de que os outros cooperados não se doam e nem ajudam a cooperativa porque, na concepção deles, eles estão trabalhando de graça para a cooperativa quando ela é a beneficiária dos materiais. Percebe-se pela fala da presidente que os cooperados não se veem como donos da cooperativa. Eles se sentem empregados, e tudo o que acontece nesse contexto não afeta a vida deles.

- (81) **Participante:** É que eu [experienciador] pensei [processo mental], o parente lá [meta], o que eu [ator] vou fazer [processo material]?
Pesquisadora: O teu parente *não pode*. Quer ver :: *não podem* compor uma mesma diretoria constituídos por parentes entre si até segundo grau, em linha reta ou colateral.
Participante: Eu [característica] tenho [processo relacional identificativo] a minha irmã [valor] aqui [circunstância], eu [ator] vou fazer [processo material] o que com ela [meta]?
Pesquisadora: Ah, fica como cooperada, ela pode ser uma cooperada e uma coordenadora de trabalho.
 (Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

À medida que a conversa ia desenrolando seu fio, outras dúvidas iam surgindo e a pesquisadora, ancorada na Lei nº 5.764/71 do cooperativismo e no estatuto, procura mostrar

para a presidente as ações que estão proibidas de serem realizadas na cooperativa. Uma dessas ações é a inclusão de parentes no Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Ao saber disso, a presidente usa o processo relacional identificativo possessivo ‘tenho’ para expor o desejo de incluir a irmã em um dos conselhos.

- (82) **Pesquisadora:** É. Aí por exemplo eu falei que deu três e setecentos, dividido por seis... seis vezes seis 36, 630 divide por 30 dias vai dar... vinte e pouco por dia, vinte e pouco vezes 15, que vai dar aí:: (...)
Participante: Pois é, então isso [característica] é [processo relacional atributivo identificativo] o que dona Mana [experienciador] queria saber [processo mental] [valor] e ela [ator] não conseguiu [processo material]. Nem eu.
Pesquisadora: Como assim?
Participante: Porque a gente [ator] desde quando [circunstância] entremo [processo material], uns três anos atrás [circunstância] a gente [ator] sempre cooperou [processo material] e eu [ator] tirei [processo material] a minha vesícula [meta], e eu [portador] fiquei [processo relacional atributivo] a Deus dará [atributo].
Pesquisadora: Sabe por quê? Porque vocês não recolheram o INSS
Participante: Nada, a dona Mana [portador] ficou [processo relacional atributivo] doente [atributo] e conseguiu [processo material]. Ela [ator] foi [processo material] atrás de advogado [circunstância], por que ela [portador] ficou [processo relacional atributivo]...
 (Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

Quando a discussão estava voltada para regulamentação de afastamento por motivo de doença, havia a sugestão de a cooperativa arcar com o pagamento do cooperado pelos quinze primeiros dias de afastamento e o salário seria a média ponderada dos últimos seis meses e, se o cooperado precisasse de mais dias, seria encostado pelo INSS. A pesquisadora procura explicar para a presidente como ela deveria fazer essas contas para chegar ao valor que o cooperado receberia. A presidente usa processo mental ‘queria saber’, modalidade hipotética, para relatar que eles não sabiam como proceder quando um cooperado tivesse que se ausentar do serviço por problemas de saúde. Em seguida, utiliza processos materiais ‘entremo’, ‘cooperou’, ‘tirei’ para narrar seu percurso na cooperativa e um episódio que aconteceu com ela. Foi submetida a uma cirurgia e não teve auxílio nenhum, porém outra cooperada já conseguiu auxílio depois que procurara ajuda de um advogado.

- (83) **Participante:** Eu [dizente] , nunca falei [processo verbal] nada, mas chegaram de falar [processo verbal] que a Mana [portador] não tinha [processo relacional atributivo possessivo] gasto [atributo] aqui [verbiagem], e tem [processo relacional atributivo possessivo]. Esse aqui [portador] é [processo relacional atributivo intensivo] só uma das vezes [atributo] que pega [processo material] arame [meta] na CB [circunstância]

pra prensar [processo material] esse material [meta] (...) nós [ator] já pegamos [processo material] duas vezes [meta].

Pesquisadora: Pois é, mais aí que eu to te perguntando: você compra o material deles mais barato.

Participante: Isso que eu [dizente] tô te falando [processo verbal] pra você [receptor] que eu [ator] pago [processo material] 500 reais [meta] ::: na pet [circunstância], vamos supor [processo mental] que tá [processo relacional atributivo] mil reais a pet [atributo], eu [ator] pago [processo material] 500 pra eles, 600 reais na pet [meta]. Então 400 reais [meta] fica [processo material], entendeu [processo mental]?

Pesquisadora: Aí vocês tem o arame:::

Participante: Aí tem [processo existencial] um pouco de arame, prensador, contadora, telefone::: tudo isso [existente]. Se quebrou [processo material] alguma coisa [ator] *tem que* sair [processo material] daqui [circunstância]...

(Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

No fragmento (83), a presidente chama atenção para um problema grave que ocorre na cooperativa. Geralmente os catadores não confiam nas pessoas que estão na gestão, acham que eles desviam dinheiro da cooperativa. Um dos principais motivos que leva a essa desconfiança é a falta de transparência na prestação de contas, o que, de fato, quase não se percebe, pois o dia a dia da presidente é tão cheio de atividades que ela não se dá conta de que já acabou um mês, já foi outro e a prestação não foi realizada. Nota-se que a presidente, ao usar o processo verbal ‘chegaram de falar’, com indeterminação do agente para apontar as falácias de que a cooperativa não tinha despesa. Agora que ela está na presidência, ela sabe que há muitos gastos.

Para compreender como as despesas da cooperativa são pagas, a pesquisadora pergunta sobre o valor que a cooperativa compra os produtos dos cooperados. A presidente argumenta que para cobrir as despesas com arame, telefone, contadora, prensador, ela compra o produto com uma margem de lucro de 40%. Continua seus argumentos com uma modalidade deontica ‘tem que sair’ para evidenciar que a cooperativa tem a obrigação de manter tudo funcionando.

(84)

Pesquisadora: O Fundo de Reserva. Aí você tem que organizar a sua parte contábil, pelo menos no mês... você tá organizando?

Participante: No caderno. Tem [processo existencial] o peso de Mana [existente]... aqui [circunstância]. Eu [portador] tenho [processo relacional atributivo]::: controle de latinha [atributo] que entrou [processo material] e saiu [processo material] daqui [circunstância]... isso [portador] aqui fica [processo relacional atributivo] meio... [atributo] deixa eu [dizente] falar [processo verbal] pra você [receptor], a pessoa [portador] que *tem que* ficar [processo relacional atributivo] aqui [circunstância] [atributo], *tem que* ficar [processo relacional atributivo] aqui [circunstância] [atributo], tem [processo existencial] vez o menino da contadora [existente] chega [processo material] e me [receptor] pede [processo verbal] bloco

[verbiagem], eu [portador] não tenho [processo relacional atributivo] nada pronto [atributo]!

(Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

A pesquisadora cobra a organização da parte contábil da cooperativa para a cooperada, que diz ter as anotações em um caderno. Para dar certeza de sua afirmação, a catadora usa modalidade epistêmica, moldada por processo relacional atributivo possessivo ‘tenho’ com o atributo ‘controle de latinha’ e processos materiais ‘entrou’, ‘saiu’. Usa também o processo verbal, modalizado com um pedido de permissão ‘deixa eu falar para você’, como se estivesse clamando para a pesquisadora, a receptora da verbiagem, que ouvisse o seu problema. Acrescenta a informação usando uma modalidade deôntica ‘tem que ficar’, para indicar a obrigação de quem foi escolhido para ficar no topo da gestão não tem condições de executar sua tarefa diária. Assim, ela mostra que a parte contábil está sempre atrasada.

A pesquisadora insiste na organização e divulgação da parte contábil, conforme prescrito no estatuto, porque é o motivo que, segundo conversas informais e anotações de campo, gera desconfiança entre os cooperados e afastamento deles da cooperativa.

(85)

Pesquisadora: Não, no teu caso, você vai entrar em contatos de parceria. Você vai ter que trabalhar interna no pátio.[...]. Eu sou contra aquele sistema de cooperativa que o cara fica lá todo bonitinho, lindinho olhando os outros...

Participante: Eu [portador] também sou [processo relacional]. Acho [processo mental] que *tem que por* [processo material] a mão na massa [meta], porque eu [experenciador] penso [processo mental] assim [fenômeno], se::: como agente [portador] tá [processo relacional atributivo intensivo] individual [atributo], se eu [ator] saio [processo material] hoje [circunstância]...

[...]

Participante: [...] Então, como eu [dizente] tô falando [processo verbal] pra você [receptor], muitas vezes eu [ator] *não posso* sair [processo material] daqui, [...] e ir [processo material] lá no viveiro [circunstância] porque eu [ator] *tenho que ir* [processo material] pra rua catar [circunstância]. Eu [ator] fiquei [processo material] ate 10horas esperando [circunstância] [...] ninguém [experenciador] num vai saber [processo mental], cheguei [processo material] no final do meu dia [circunstância], o que [atributo] é [processo relacional atributivo possessivo] pra eu [portador] ter [processo relacional atributivo possessivo], num tenho [processo relacional atributivo possessivo]! Se eu [portador] tenho [processo relacional atributivo possessivo] material [atributo], eu [portador] tenho [processo relacional atributivo possessivo], se num tenho [processo relacional atributivo possessivo] no final do mês [circunstância] quem [portador] fica [processo relacional atributivo intensivo] sem é eu [atributo].

(Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

A pesquisadora mostra suas percepções para a presidente com relação ao trabalho de alguns presidentes de cooperativa que limitam seu trabalho no escritório, recebem um salário, enquanto os catadores se matam debaixo de sol e chuva na rua. A presidente se mostra ser contra também esse tipo de comportamento de alguns presidentes de cooperativas de catadores. Para validar sua proposição, usa a modalidade subjetiva ‘acho’ para expressar seu ponto de vista, seguida por uma modalidade deontica ‘tem que’, a qual marca a obrigação de o presidente pôr a mão na massa, ou seja, trabalhar como qualquer cooperado. Contudo, ela chama atenção para o que ela vivencia na cooperativa em que trabalha. Se ela não coletar material para si própria, só ficar correndo atrás dos interesses da cooperativa, quando chegar ao final do mês, não terá dinheiro para pagar suas despesas.

Ela usa modalidade deontica no polo negativo ‘não posso sair’, como se fosse uma proibição deixar o espaço físico da cooperativa para recolher material de doação, porque ela se vê obrigada ‘tenho que ir para a rua’, pois é na rua que ela garante o seu salário. Explica com uso de modalidade epistêmica e processos relacionais atributivos possessivos ‘ter’, ‘tenho’ que as pessoas da cooperativa não sabem o quanto de tempo ela gasta para ver as coisas de interesse da cooperativa, e isso faz com que ela fique sem recursos financeiros.

(86)

Pesquisadora: [se o Mano colocar é ::: colocar mesmo em prática, esse projeto das escolas, vai vir muito material de doação (...)]

Participante: (...) foi igual eu [dizente] falei [processo verbal], eu [ator] *posso...* eu *posso*, Vera, sentar [processo material] aqui [circunstância]::: entendeu [processo mental]? e ficar [processo relacional atributivo intensivo] sentada de boa [atributo] , aqui dentro aqui [circunstância], só sabendo [processo mental] dessa latinha [fenômeno], eu [ator] trato [processo material] dos meus filho [meta]. Só mexendo [processo material] com essa latinha eu trato [processo material] dos meus filhos muito bem. Só que eu *não posso* sentar [processo material] aqui e ficar [processo relacional atributivo circunstancial] aqui; vai ser [processo relacional atributivo intensivo] o que quando chegar [processo material] o final de semana? Eu [ator] só tirei [processo material] pra mim [beneficiário] e isso [portador] é [processo relacional atributivo intensivo] uma coisa [atributo] que NÃO É [processo relacional atributivo circunstancial] PRA MIM [circunstância], isso aí é [processo relacional atributivo intensivo] de todo mundo. Eu [ator] trabalho [processo material] com o dinheiro DA EMPRESA [meta] se o povo [experenciador] quiser [processo mental] que me [meta] tire [processo material] daqui [circunstância], então eu [portador] *poderia* muito bem ficar [processo relacional atributivo intensivo] sentada [atributo] aqui [circunstância] esperando as pessoa [ator] traz [processo material] r...

(Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

O discurso de Tina traz a modalização com o operador modal ‘poder’ no polo negativo e afirmativo. Assim, ela apresenta em seu discurso uma modalidade epistêmica e categórica ‘posso’, marcado pela probabilidade de ficar sentada esperando as coisas acontecerem dentro da cooperativa. Uma modalidade hipotética ‘poderia’, de baixo grau, a qual sinaliza que jamais deixaria de trabalhar em prol de todos os cooperados. E uma modalidade deôntica ‘não posso’, a qual sinaliza a proibição de ficar esperando tudo acontecer, sua moral não permite tal atitude porque ela sabe que o dinheiro que entra na cooperativa não é só dela, mas de todos. Para ela, não importa somente ter o dinheiro para manter os seus filhos, há a preocupação com os outros. Do mesmo modo, fica claro a sua responsabilidade enquanto presidente de uma cooperativa de grupo que se encontra em situação de exclusão social, lutando para sua sobrevivência e dos outros que ali estão. Poderíamos representar suas ações com esses modalizadores em um *continuum* na Figura 5.2.



Figura 5.2 – *Continuum* de usos do operador modal ‘poder’

Esse *continuum* mostra a modulação marcada por uma proibição – não posso, a passagem da proibição para a probabilidade de baixo grau – poderia. A transformação da modulação para a modalização, conseqüentemente, uma probabilidade de médio grau – posso.

Para Eggins (2004, p.172), quando nós trocamos informação, a oração toma forma de uma proposição. A proposição é algo que pode ser argumentado, mas argumentado de forma particular. Quando nós trocamos informação, estamos argumentando se alguma coisa é ou não é. A informação pode ser afirmada ou negada. Mas entre esses dois polos há um grande número de escolhas de graus de certeza, ou de usualidade. Quando a modalidade é usada para argumentar sobre probabilidade de proposições, é referida como modalização. Quando a modalidade é para argumentar sobre obrigação, proibição e inclinação de propostas, é referida como modulação.

(87)

Participante:[...], ‘Ô Tina, o pessoal [ator] tá ligando [processo material] lá de baixo lá [circunstância] , é pra buscar [processo material] papelão’[meta]! [...] desde a hora que acordou [processo comportamental] é [processo relacional atributivo circunstancial] desse jeitinho aqui [circunstância]. Papelão, vai vê [processo mental] o tanto de papelão que ele [ator] trouxe [processo material] só hoje.[circunstância] [fenômeno] [...] só que o papelão [portador] pra nós hoje [circunstância] não é [processo relacional atributivo intensivo] lucro [atributo]. Nós [ator] tá fazendo [processo material] porque é [processo relacional identificativo] nossa obrigação de fazer [valor]. Ele [ator] não paga [processo material] o arame [meta].[...] Aí você [ator] soma [processo material] lá tudinho [meta],

quanto [característica] é [processo relacional atributivo identificativo] o arame [valor], quantos metros de arame [ator] que vai [processo material] nesse fardo [meta] e vê [processo mental] se (...). a gente [ator] tá levando [processo material] prejuízo com isso [meta]. Então não tem [processo existencial] condição [existente]. Não é [processo relacional atributivo intensivo] verdade [atributo]?

(Conversa Colaborativa 1, 16/06/2011)

Uma grande preocupação de quem está à frente da gestão do serviço cooperado é a relação compra, venda e lucro. Tina recorre aos processos matéias ‘tá ligando’, ‘buscar’, ‘trouxe’, ‘tá fazendo’, ‘paga’ ,’soma’ e ‘tá levando’ para narrar um grande problema que a cooperativa enfrenta quando algum tipo de material reciclável está com preço baixo no mercado. Esse material sobra na cidade porque nenhum catador o coleta.

Com processo relacional identificativo ‘é’, ela identifica a cooperativa como responsável pela coleta do papelão mesmo que este esteja dando prejuízo para a cooperativa. Recorre ao processo material no polo negativo ‘não paga’ para mostrar que o dinheiro que recebe com a venda do papelão não cobre o custo que tem com o arame que amarra os fardos. Nota-se certa indignação por fazer algo que não traga retorno financeiro para a cooperativa.

A partir do discurso de Tina, percebe-se que a sociedade já está com a prática naturalizada de que o único responsável pelo resíduo sólido na cidade é o catador. Ela se omite de suas responsabilidades de consumo, o que faz gerar mais resíduos sólidos.

A segunda conversa colaborativa, em 07/07/2011, teve como tópico os preços de compra e de venda dos produtos da cooperativa. A escolha desse tópico ocorreu porque a cooperativa estava com telefone bloqueado por falta de pagamento. Como tudo leva a outros questionamentos, perguntei para a presidente o que estava acontecendo, e a resposta foi ‘tá tudo uma bagunça’. Percebi então que deveria investigar um pouco mais e, se necessário, ajudá-la com algumas sugestões. Solicitei as fichas de controle de entrada e saída de produto. Não tinha. Solicitei a ficha de controle interno dos cooperados. Estava procurando compreender o movimento mensal da cooperativa de receitas e despesas. Em seguida achei as fichas de controle interno, todas manuscritas e em folhas soltas, como mostra a Fotografia 5.5.

Time	Notes	Values
8:00	Prático	400
9:00		400
10:00		400
11:00		400
12:00		400
1:00		400
2:00		300
3:00		300
4:00		300
5:00		300
6:00		177,70

NOTE: Tina

Fotografia 5.5 – Ficha de controle de produto

Como podemos observar, as fichas são bem simples, contêm o peso do material, nesse exemplo, o plástico. O nome do responsável por este produto está escrito no verso da folha. Com informação ainda bem incipiente, achei melhor conversar com a presidente e registrar também essa conversa, da qual apresento poucos fragmentos porque o objetivo maior foi atender às necessidades da cooperativa e, para isso acontecer, foi um diálogo pautado em preços de compra e de venda em um movimento cíclico.

(88)

Pesquisadora: Quanto que você paga no plástico...

Participante: 400, qualquer tipo de plástico.

Pesquisadora: Não dá prejuízo?

Participante: Não porque tem [processo existencial] vez que ganho [processo material]...

Pesquisadora: O plástico, você paga 400 para o cooperado?

Participante: Pro cooperado, porque ai eu [ator] perco [processo material] no plástico mole né 300 [meta], mas talvez (...)

[...]

Pesquisadora: Mas ai você vai ter que ter cuidado pra não ter que receber mais colorido

Participante: Mas mesmo assim o que eu [ator] perco [processo material] no colorido [meta], porque ele [característica] é [processo relacional identificativo] 300 [valor] né, então eu [ator] vendo [processo material] a 400 [meta]...

Pesquisadora: Mas isso é só para os cooperados?

Participante: Só para os cooperados. [...]

(Conversa Colaborativa 2, 07/07/2011)

Tina entende bem da mercadoria que compra e vende, fala das classificações do material plástico com imensa facilidade, da mesma forma discute preços em toneladas e

quilos sem nenhum deslize. Usa processos materiais ‘compro’, ‘vendo’, ‘pago’ e ‘perco’, moldados por modalidade epistêmica para relatar a lida diária com a movimentação de venda e de compra dos produtos que circulam pela cooperativa. Ela conta que paga 400 reais para qualquer tipo de plástico, nesse sentido ganha com um e perde com outro, mas, no final, não fica com prejuízo. É importante observar na fala de Tina que há uma diferença no preço de compra da cooperativa. Quando o produto é de um cooperado, o valor pago é maior. Isso demonstra um tratamento diferenciado que possa contribuir para o cooperado manter seu vínculo com a cooperativa.

- (89) **Pesquisadora:** [ninguém paga melhor do que você, esses preços aqui pros cooperados...]
Participante: Tem [processo existencial] os atravessadores [existente] que se eles [portador] têm [processo relacional atributivo possessivo] cooperativa [atributo]...
Pesquisadora: Qualquer cooperado??
Participante: 75 centavos um pelo outro, dá [processo material] 750 a tonelada [meta].
Pesquisadora: Como é que eles fazem?
Participante: Um pelo outro, compram [processo material] tudo junto [meta]. Esse [característica] é [processo relacional identificativo intensivo] o ‘Alti’ [valor] que é [processo relacional atributivo identificativo intensivo] o que [valor] ta [processo relacional atributivo circunstancial] aí [circunstância].

(Conversa Colaborativa 2, 07/07/2011)

A pesquisadora continua a conversa para saber mais sobre o papel da cooperativa e dos cooperados sob a gestão de Tina. Essa relação de mercado, compra e venda, com o objetivo de verificar exploração, se a cooperativa está obtendo um lucro muito alto com o trabalho dos catadores. Tina usa processo existencial para relatar o existente, ‘os atravessadores’, que moram na cidade e pagam, a partir de uma leitura rápida, um preço melhor, 750 reais a tonelada; mas, na realidade, eles pagam esse valor sem diferenciar os diversos tipos de plástico, já na cooperativa o valor está atrelado em duas categorias: plástico mole e duro.

- (90) **Participante:** Eles [ator] *nem podem* tirar [processo material] daqui da cooperativa [circunstância]. Por que tem [processo existencial] esse impasse [existente], eles [portador] são [processo relacional atributivo intensivo] cooperados [atributo] então *não podem* tirar [processo material] daqui [circunstância].
Pesquisadora: Mas ninguém faz escondido, você tem certeza?
Participante: Bom, o seu Jonas [ator] já fez [processo material], que é o que paga [processo material] à parte [circunstância]. Entendeu [processo

mental]? Então a coisa assim, até a comitiva de Mana [portador] que foi [processo relacional atributivo intensivo] errado [atributo], *num devia ter* passado [processo material] pra ele [beneficiário]. Por que esse aí *tem que* tá usando [processo material] como tá [processo relacional atributivo circunstancial] no estatuto [circunstância], NE? a cooperativa no seu benefício próprio. Então você [ator] *não pode* ta desviando [processo material] aquele alvo [meta] dentro da cooperativa [circunstância]

(Conversa Colaborativa 2, 07/07/2011)

Ao longo de nossas conversas, aparece a voz do estatuto, a qual apregoa que o cooperado não pode usar a cooperativa em benefício próprio. Quando um cooperado usa o espaço da cooperativa para guardar seu material e depois o vende para atravessadores, caracteriza-se isso. Quando a voz presente é do estatuto, percebe-se uso de modalidade deôntica ‘nem podem’, ‘não podem’, ‘não devia’, ‘não pode’ e ‘tem que’ para expressar proibições e obrigações de certas ações dentro da cooperativa. Os cooperados são proibidos de retirar os materiais de dentro da cooperativa e vender para atravessadores.

(91) **Pesquisadora:** Que mais que você tem de coisas que você... que dá pra movimentar?

Participante: Que dá pra movimentar [processo material]... o PET

Pesquisadora: Que mais? Ferro...

Participante: Ferro. O ferro eu [ator] não compro [processo material] ele [meta], a gente [ator] só recolhe [processo material]

Pesquisadora: Quanto você vende ele?

Participante: Eu [ator] vendo [processo material] ele [meta], a... 70 a lata, o ferro bruto a 100 [circunstância]...

Pesquisadora: Como assim??? 70 reais?

Participante: A tonelada

Pesquisadora: Só isso?

Participante: Uhum..

(Conversa Colaborativa 2, 07/07/2011)

Além dos produtos coletados pelos catadores que a cooperativa adquire pelo viés da compra, há outros produtos, como o ferro, que a presidente da cooperativa recolhe nas ruas. É um produto que entra livre, apesar de ter um preço bem baixo no mercado, custar 70 reais a tonelada. Percebe-se que quando Tina usa o processo material ‘compro’ ela usa como ator ‘eu’ e com o processo ‘coleta’, ela usa o ator ‘a gente’. Isso mostra que determinadas ações são executadas por ela, sozinha, e outras ações por ela mais os cooperados.

Quando terminou a conversa, chegamos à conclusão que deveríamos elaborar uma planilha em que ficaria registrado o tipo e o peso da mercadoria e o valor da compra e da venda, para que os administradores da cooperativa bem como os cooperados tivessem facilmente acesso a essas informações. Além disso, houve a necessidade de elaborar uma

planilha de custo mensal para lançamento de todas as despesas. Esses documentos estão anexos.

Seguindo o desejo de propor alguma reflexão, continuamos com as conversas colaborativas. A conversa colaborativa 3 deveria-se pautar na organização da cooperativa, mas vários outros tópicos foram discutidos, como o local de trabalho dos cooperados; organização da parte financeira, quanto pagar para cada cooperado, já que eles estavam na nova sede da cooperativa e não havia estoque suficiente para vender e dar um bom salário, e, de agora em diante, o trabalho começava apontar para uma cooperativa com divisão das partes iguais do lucro; pauta de assembleia; a dificuldade para resgatar os cooperados que se afastaram da cooperativa e conseguir novos cooperados que atendam o Decreto nº 7.405/2010.

(92)

Pesquisadora: Vai vir a cobrança, entendeu? E se vocês não souberem lidar com essa reclamação dela, vai chegar o ponto que vocês vão ficar(...)

Participante: Só que é [processo relacional atributivo circunstância] assim [atributo], ó, igual eu [dizente] falo [processo verbal] assim ó [verbiagem], Jú [portador] tem [processo relacional atributivo possessivo] medo de vir [processo material] aqui com ela [circunstância] [atributo], aqui cansa [processo material] também, NE, a rua [circunstância].(...) aí eu assim, eu [ator] vou [processo material] muito por eles [extensão] , alguém [experienciador] quer [processo mental] ir [processo material] pra rua [circunstância] [fenômeno]? Quem quer [processo mental] ficar [fenômeno]? Entendeu [processo mental]? Aí um [ator] entra [processo material] numa boa [circunstância], eu [ator] vou [processo material], outro [portador] fica [processo relacional atributivo intensivo] ali pra ajudar [circunstância].

Pesquisadora: É bem maleável, né. Isso aí...

(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

A pesquisadora chama atenção de Tina quanto aos problemas de relação interpessoal que existe na cooperativa, principalmente uma cooperada de, aproximadamente, 57 anos, que tem problemas de coluna, às vezes não consegue trabalhar e reclama de tudo. Mas Tina, com o discurso moldado por modalidade epistêmica e processos materiais ‘vir’, ‘cansa’, ‘vou’, ‘ir’ e ‘entra’, relata as ações que garantem o trabalho compartilhado. Com processo mental ‘quer’, observa que ela está atenta e sempre procura para os cooperados o local em que eles desejam trabalhar, na cooperativa ou na rua. Nesse sentido, ela mitiga a relação de poder que carrega como presidente e faz com que as pessoas se sintam mais à vontade no contexto de trabalho.

(93)

Participante: Mas é [processo relacional atributivo intensivo] igual [atributo] eu [dizente] falei [processo verbal], a gente [experienciador] *tem*

que suportar [processo mental], até então a gente [ator] conseguir [processo verbal] nosso objetivo [meta], que é debater [verbal] o trabalho [verbiagem], então ela [portador] *tem que tá* [processo relacional atributivo intensivo] redonda [atributo], ela [portador] *tem que tá* [processo relacional atributivo intensivo] uma cooperativa [atributo] de verdade pra gente [ator] conseguir [processo material] isso [meta]. Pra que a gente [ator] consiga [processo material] lá [circunstância] seja o trabalho individual, queira [processo mental] formar [processo material] equipe [meta] [fenômeno], igual àquela cooperativa lá, tudo bem, só que ai até então nos [ator] *temos que manter* [processo material] até o final do ano [circunstância], até a entrega [circunstância], até setembro [circunstância] nos [ator] *tem que manter* legal [atributo], manter [processo material] bonitinha [atributo], arruma [processo material] a cooperativa [meta] (...)

(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

Ademais, a organização da cooperativa quanto ao valor recebido por cooperado, pelo trabalho prestado, era tópico constante na conversa. Antes dessa nova estrutura, a ajuda da prefeitura com pagamento do aluguel do barracão, caminhão, cada cooperado recebia por aquilo que ele coletava, era uma produção individual. Agora, a produção é coletiva. O lucro da cooperativa é dividido em partes iguais. A pesquisadora conversa com Tina sobre isso, porque em anotações de campo e em registro de algumas entrevistas, percebeu-se que os cooperados tinham resistência à divisão do lucro em partes iguais, alegando uns trabalharem mais de que outros. Inclusive, este foi um dos motivos que contribuiu para o afastamento de alguns cooperados.

Nesse sentido, Tina argumenta com modalidade deontica ‘tem que’ balizada pelo processo mental ‘suportar’, experienciador ‘a gente’ e fenômeno ‘até conseguir’ que a luta não é fácil. Os cooperados tem a obrigação de conseguir a meta da cooperativa, divisão de lucros. Para isso, ela continua com o discurso modalizado deonticamente com processo relacional ‘tem que tá’ para indicar que ela pretende com o trabalho em equipe deixar a cooperativa ‘redonda’, ou seja, bem organizada, sem nenhum problema de ordem administrativa. Além disso, agora ela almeja ‘uma cooperativa’, o que evidencia uma mudança de concepção do que é uma cooperativa. Para ela, uma cooperativa é todo mundo unido, trabalhando e partilhando os mesmos anseios e lucros, e não um trabalho fragmentado, isolado, como antes. Ela sabe que até poderá mudar de opinião, mas com uso de processo material, também modalizado deonticamente, ‘tem que manter’, aponta prazos que também sofrem uma gradação para que essa mudança possa começar ocorrer ‘até o final do ano, até a entrega, até setembro’. Nota-se que ela não tem certeza de quando poderá implantar a gestão da cooperativa com trabalho individualizado e/ou com trabalho em equipe. Além de modalizar deonticamente o discurso com processo material ‘tem que manter’ seguido de

circunstâncias, ela usa o mesmo processo com os atributos ‘legal e bonitinha’. Esses atributos são conferidos à cooperativa, caracteriza que cada cooperado está com a responsabilidade de desenvolver ações positivas dentro da cooperativa.

Além de modulação, ela apresenta modalização em seu discurso, com modalidade epistêmica para relatar o conhecimento que está adquirindo com o trabalho cooperado. Ao manter o trabalho em equipe, ela consegue, nas entrelinhas da união, manter a sua renda mensal, sem mencionar para os cooperados que ela precisaria de um salário fixo para cuidar da parte burocrática da cooperativa. Dessa forma, ela pode sair, ir às empresas, buscar por outros recursos, manter contato com a prefeitura, atender a comunidade empresarial e, ainda, coletar material para a cooperativa sem provocar ciúmes e reclamações.

Há uma tentativa de criar uma identidade única para esse grupo de catadores. Como afirma Hall (2000, p. 103), a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. Assim, em relação aos processos identitários, o ideal de cada catador tem a intenção de homogeneizar esse processo de identificação. É uma tentativa de criar uma “comunidade” unificada que luta pelos mesmos direitos, para construir identidades culturais homogêneas, Hall (2000, p. 93).

(94)

Pesquisadora: Você tem todos esses recibos?

Participante: Eu [portador] tenho [processo relacional atributivo possessivo] todos [atributo]; tá [processo relacional atributivo circunstancial] aqui [atributo] a bagunça [portador] que eu [portador] não tive [processo relacional atributivo possessivo] tempo de arrumar [atributo] [...]

Pesquisadora: Nessa assembléia você tem que colocar o que vocês têm em estoque e porque que está assim

Participante: Isso, eu [experenciador] sei [processo mental], por que não é [processo relacional atributivo circunstancial] muito [circunstancia], tá [fenômeno]. Porque meu dinheiro [portador] esta [processo relacional atributivo circunstancial] aqui [circunstancia], eu [ator] vou fazer [processo material] o que [meta]; eu [ator] vou *ter que tirar* [processo material] isso [meta] aqui, ou não, ou deixar [processo material] pra lá, só que isso [portador] aqui, nem a cooperativa [atributo] pertence [processo relacional atributivo possessivo], ele [portador] pertence [processo relacional atributivo possessivo] á Mana [atributo]. Isso [característica] aqui é [processo relacional identificativo possessivo] IPVA da Mana [valor] porque eu [ator] paguei [processo material].

Pesquisadora: Porque você pagou o IPVA da Mana?

Participante: Porque tava [processo relacional atributivo circunstancial] tudo [portador] no nome dela [circunstância], até então, que não foi feita [processo material] a carta de mudado [meta], o nome da presidente, E eu [ator] *precisava* [processo material] da certidão negativa da cooperativa [meta].

Pesquisadora: Mas tudo isso aí tem que colocar em assembleia, a transparência da assembleia, Tina, é justamente isso. porque eles têm que sentir o peso de que uma pessoa que tá na presidência de uma cooperativa, tem que ser uma pessoa idônea

(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

A todo momento em que é solicitado algum documento, a presidente sabe onde está, mas pontua que tudo está desorganizado. Este é o maior entrave para ajudar na organização da cooperativa. A presidente ter tempo para cuidar do serviço burocrático e manter um ritmo de organização em seu dia a dia. Como faz tudo com muita correria, os documentos são deixados dentro das gavetas ou dentro de pastas, sem serem lançados em ficha de controle e isso vai refletir na prestação de conta. Ao que parece, esta nunca foi realizada conforme está prescrito no estatuto.

A pesquisadora também modela o discurso com modalidade deôntica para chamar atenção da presidente de que ela deverá ser uma pessoa idônea, com uma gestão bem transparente, pontua a necessidade de convocar assembleia e registrar em ata tudo aquilo que ela faz na cooperativa. Tina relata com processo mental ‘sei’, uma modalidade subjetiva, que ela tem consciência de sua obrigação. Com modalidade epistêmica e deôntica, usa os processos materiais ‘vou fazer’, ‘deixar’ e ‘vou ter que tirar’ para narrar sua angústia com relação ao dinheiro pessoal que usou para pagar IPVA que estava em nome da ex-presidente da cooperativa, porque ela precisava de uma certidão negativa. Essa inclinação ‘precisava’ mostrar que a responsabilidade de qualquer presidente de cooperativa é algo muito sério. O nome deve estar sempre limpo, caso contrário, a administração é impedida de executar o seu trabalho e, assim, prejudica várias outras pessoas que dependem do serviço cooperado.

(95) **Participante:** É isso que eu [experienciador] quero [processo mental] fazer [processo material], pra ninguém [experienciador] desconfiar [mental de mim, entendeu [processo comportamental]?

Pesquisadora: ISSO!

(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

Novamente a pesquisadora chama atenção da presidente quanto à prestação de contas, uma gestão transparente, e a resposta vem de forma positiva. Ela usa processo mental ‘quero’ para expressar o desejo de fazer a prestação de conta para ninguém desconfiar de seu trabalho. Fica bem evidente que ela sabe que pode correr o risco de alguém começar criticá-la na cooperativa, inclusive desconfiando de sua honestidade.

- (96) **Participante:** Ehhh um terreno [meta] bem grande [atributo], se eu [ator] conseguisse [processo material] ter [processo relacional atributivo possessivo] essa vaga [atributo] lá [circunstância] [meta], o ferro [meta] eu [ator] mandaria [processo material] pra Cuiabá em Cuiabá [circunstância], daria pra vender [processo material] esse ferro [atributo] lá, eu [portador] tenho [processo relacional atributivo possessivo] ferro [atributo] também né cara, eu [experenciador] *acho* [processo mental] que eu [portador] tenho [processo relacional atributivo possessivo] uns quatro mil quilo [atributo] ali [circunstância], se eu ... eu [experenciador] *penso* [processo mental] em colocar [processo material] esse ônibus [meta] que eu [portador] tenho [processo relacional atributivo possessivo] ai fora [circunstância], em cima dum caminhão [circunstância] um [atributo] que seu Valir [portador] tem [processo relacional atributivo possessivo] aqui [circunstância] cabe [processo material] a gente [ator] colocaria [processo material] ele [meta] ali em cima do caminhão [circunstância], encheria [processo material] ele de ferro [meta], na máquina [circunstância] e levaria [processo material] pra Cuiabá [circunstância], só que isso eu [portador] *teria que ter* [processo relacional atributivo possessivo] um contato [atributo] lá em Cuiabá com ferro [circunstância].

(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

Ainda pontuando sobre a organização da cooperativa, agora uma organização voltada para o espaço físico, Tina usa modalidade hipotética para relatar os problemas com espaço que continuam rondando a cooperativa. Nota-se que ela começa a narrativa com uma condição expressa ‘se conseguisse’ seguida de processos materiais flexionados no futuro do pretérito ‘mandaria’, ‘daria para vender’, ‘colocaria’, ‘encheria’ e ‘levaria’ para mostrar o sonho que tem de organizar o ferro em outro espaço e vendê-lo. Isso sugere ações que estão no campo da imaginação e que, possivelmente, se realizaria.

Além de não ter o terreno, Tina também não tem um contato em Cuiabá com alguém que compra ferro. Assim, seu desejo fica ainda mais difícil de ser realizado. Percebe-se que ela suaviza o sentido da modalidade deôntica, do campo da obrigação, ‘tenho que ter’ ao usar ‘teria que ter’, uma modalidade hipotética, lançando para o mundo do desejo a ação. Ela também emprega modalidade subjetiva balizada por processo mental ‘acho’ e ‘penso’ para relatar que não sabe com precisão a quantidade de ferro que possui e como deveria agir para enviar esse material para fora de sua cidade.

- (97) **Pesquisadora:** Você ta vendo a minha preocupação?
Participante: Então eu [dizente] to falando [processo verbal] pra você receptor] vai dar [processo material] duzentos e poucos reais [meta] pra cada [beneficiário],
Pesquisadora: Eu acho muito pouco.
Participante Ehhh... que a gente [portador] não tem [processo relacional atributivo possessivo] mês fechado [atributo], entendeu. Num tem [processo relacional atributivo possessivo], a gente [portador] num tem [processo relacional atributivo possessivo] 20 dias [atributo] trabalhando

[processo material]. Esse material aqui (...)

(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

A pesquisadora conversa com Tina sobre o valor previsto que cada cooperado receberá. Mostra-se preocupada porque, com a nova sede, mais seis cooperados entraram para a cooperativa, e, se o salário for muito baixo, alguém pode desistir do trabalho. Isto é um problema porque implica no número geral de cooperados na cooperativa, que, pela legislação brasileira, deve ser de, no mínimo, 21. Tina emprega modalidade epistêmica em seu discurso para construir seus argumentos e acalmar a pesquisadora, ao afirmar que não há vinte dias de trabalho, portanto, o valor de duzentos e poucos reais não é tão pouco assim.

(98) **Pesquisadora:** Essas pessoas que eram da cooperativa, você foi atrás, ninguém quer voltar?

Participante: Uns [portador] pegou [processo relacional atributivo intensivo] birra, raiva da cooperativa [atributo], entendeu [processo mental]?

Pesquisadora: Por quê?

Participante: Invés dela... Invés dele, tentar aderir [processo material] eles [meta] na cooperativa [circunstância], depois que ela [ator] cresceu [processo material], eles [portador] tomaram [processo relacional atributivo intensivo] birra [atributo]. Birra. A Mana [dizente] mesmo falou [processo verbal] que tomou [processo relacional atributivo intensivo] birra [atributo] depois que ela [experenciador] viu [processo mental] que nós [portador] foi [processo relacional atributivo circunstancial] pra frente [circunstância][fenômeno][verbiagem].

(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

Ao continuarem a conversa, chega a hora do questionamento que carrega o objetivo geral da pesquisa, agregar mais trabalhadores na cooperativa para fortalecer o grupo. Percebe-se que algumas pessoas que eram cooperadas não querem voltar. Tina usa os atributos ‘birra’ e ‘raiva’ para relatar o estado em que essas pessoas se encontram quando o assunto é a cooperativa. Relata o discurso de uma ex-cooperada que não gostou de ver o desenvolvimento da cooperativa, o que alude um sentimento negativo, de inveja, rancor. Seria a participação da prefeitura com pagamentos de algumas despesas que estaria provocando esse ciúme ou inveja? O que leva uma pessoa a ter tal sentimento, se o olhar for do prisma das condições sociais de cada membro da cooperativa? São respostas difíceis de obter, pois estariam mais voltadas para questões psicológicas e de ordem internas do ‘eu’ de cada pessoa.

Isso sugere uma discussão mais ampla sobre o interior de um ser humano, conforme discutido por Barros (2009, p. 111), a partir de estudos pautados no Realismo Crítico, a auto-emancipação, a qual pressupõe ‘a transformação do próprio indivíduo, do ‘eu’ individualista, unificado, centrado na própria pessoa, para um eu exterior, voltado para a solidariedade e

fraternidade'. Parece serem valores internos que ainda não desfilam nesse contexto de trabalho. Para transformar esse contexto, há a necessidade de as pessoas mudarem o seu eu e seus valores.

(99)

Participante: Tá, mas aí como eu [ator] *fazeria* [processo material] isso [meta]. Eles [ator] *teria que* armazenar [processo material] esse material [meta]... Eu [ator] *não posso fazer* [processo material] uma parceria [meta] com um catador lá dentro [circunstância], ele [ator] colocando [processo material] o material [meta] lá dentro [circunstância]. Eu [experenciador] já *acho* [processo metal] ilegal [fenômeno].

[...]

Pesquisadora: [...] De repente ela e o marido poderiam ser cooperado APENAS do lixão, só os dois ficaria no lixão, e todo material do lixão viria pra cá [...]

Participante: Mas eles [dizente] vão falar [processo verbal] assim ah, vão ficar [processo relacional atributivo circunstancial] só os dois lá de mamata [atributo] ? [...] Oh, eles [experenciador] não quis [processo mental] ser parceiro nosso [fenômeno], não quis [processo mental] trabalhar junto com nós [fenômeno]. Então nós [ator] vamos comprar [processo material] o material deles [meta], dar [processo material] um preço X [meta], com certeza não vou pagar [processo material] o preço [meta] que vai valer. Porque aqui [característica] é [processo relacional identificativo circunstancial] uma empresa [valor] e nós [portador] *temos que ter* [processo relacional atributivo possessivo] lucro [atributo]. Então o lucro do material deles que nós [ator] vamos vender [processo material] pra nós [cliente] aqui [circunstância], é rateado [processo material] entre nós [meta].

(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

Ainda na busca por soluções para conseguir o retorno dos cooperados que estão afastados da cooperativa, a pesquisadora propõe uma cooperação com trabalho e lucro individualizado de um casal de catadores que não quer voltar para o trabalho coletivo, implantado na cooperativa. A presidente da cooperativa usa alguns argumentos, mostrando ser contra esse tipo de cooperação. Primeiro, ela modaliza hipoteticamente o discurso 'fazeria' indicando dúvida para executar a ação e 'teria que armazenar', mitiga a obrigação, para relatar que esses dois catadores usariam o espaço da cooperativa para guardar os materiais coletados. Em seguida, usa modalidade deôntica no polo negativo 'não posso fazer' para narrar à proibição de realizar esse tipo de parceria e modalidade subjetiva 'acho' para expor seu ponto, a ilegalidade da ação.

Além da ilegalidade, Tina se mostra preocupada com o que os outros catadores vão dizer a respeito do assunto. Usa processo mental 'quis' com certa indignação para expor que os dois catadores se negaram a parceria com os outros na cooperativa e agora vai comprar material deles. Observa-se que há certo rancor na fala de Tina 'com certeza não vou pagar o

preço que vai valer’, como se os catadores que se afastaram, por não aceitarem a condição coletiva de trabalho, devessem ser punidos. Continua sua justificativa, afirmando que a cooperativa é uma empresa e preza pelo lucro, inclusive usa uma modalidade deontica ‘temos que ter’ para evidenciar a obrigação do lucro na cooperativa.

- (100) **Participante:** mas a ideia [portador] é [processo relacional atributivo intensivo] boa [atributo], gostei [processo mental]. *Achei* [processo metal] legal [fenômeno], porque eu [ator] vou unir [processo material] o útil ao agradável [meta]. Porque ele, tudo [portador] o que ele [ator] quer [processo mental] é [processo relacional atributivo intensivo] o lixo [atributo] [fenômeno]. Tudo [portador] o que ele [experenciador] quer [processo mental] tá lá [circunstância], é [processo relacional atributivo intensivo] a vida dele [atributo] [fenômeno] [...]
(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

Em seguida volta atrás, com uso de modalidade subjetiva. Diz ser uma ação legal porque ‘unirá o útil ao agradável’. Essa metáfora significa que terá os catadores de volta para a cooperativa, terá mais material reciclável na cooperativa e cobrará deles os 15% do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, além de lucro por pagar um valor abaixo do de mercado pelos produtos. Em seguida, com uso de modalidade epistêmica e processo mental ‘quer’, narra que esse é o grande desejo desses dois catadores. O lixo é a vida deles.

- (101) **Participante:** Tem [processo existencial] muita gente [existente], ‘ah eu [ator] não vou entrar [processo material] na Avenida Brasil’ [circunstância], entendeu [processo mental]? E não vou pegar [processo material] naqueles catadores, naquelas lixeiras, na Avenida Brasil [circunstância], porque lá tá [processo relacional atributivo intensivo] tudo cheio de lixeirinhas [atributo], você [experenciador] viu [processo mental]? Tudo bonitinha que Mario [ator] colocou [processo material]. Eu [ator] não vou pegar [processo material] lá, fulano [ator] [experenciador] vai passar [processo material] lá e me [fenômeno] ver [processo mental]. Tem [processo existencial] muito disso [existente]... Eu [ator] cheguei [processo material] numa colega minha, que eu [ator] trabalhei [processo material] na YY junto com ela [circunstância]... [...] Tá [processo relacional atributivo circunstancial] aqui [circunstância], achou [processo material] quem quer [processo mental] trabalhar [processo material] [fenômeno]:: Assim você [ator] vai [processo material], não vou [processo material], não vou [processo material], de jeito nenhum [circunstância]:: Nisso ela [dizente] tinha me [receptor] contado [processo verbal] um problema [verbiagem], que ela [ator] tava devendo [processo material] aluguel, água e luz [meta]... Falei [processo verbal], cara, pois eu [ator] cato [processo material] lixo [meta], não devo [processo material] água [meta], não devo [processo material] luz [meta], não devo [processo material] mercado [meta], [...].
(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

Outro problema que corrobora a falta de cooperados na cooperativa é a vergonha de sair na rua coletando material. Tina com uso de processos materiais ‘não vou entrar’, ‘não vou pegar’, ‘colocou’, ‘vai passar’, ‘cheguei’, ‘trabalhei’, ‘achou’, ‘vai’, ‘não vou’, ‘tava devendo’ narra o encontro que teve com uma amiga que estava passando por dificuldades financeiras e a convidou para trabalhar na cooperativa. E para sua surpresa, a colega não aceitou porque alguém poderia vê-la na rua coletando material. Ela contra-argumenta o posicionamento da colega, com uso de processos materiais, ‘cato’ e ‘não devo’, mostrando que o trabalho que ela realiza pode não ser bem visto pela sociedade, mas ela não deve nada para ninguém, e suas necessidades básicas são supridas.

(102) **Participante:** Mais não adianta [processo material], né Vera... eu *não posso fazer* [processo material] assim [circunstância], colocar [processo material] cargo especial [meta] para alguma pessoa [beneficiário], entendeu? (...)...
(Conversa Colaborativa 3, 11/08/2011)

A pesquisadora sugere que essa amiga dela poderia realizar o trabalho de catação nos bairros, afastado do centro da cidade. A presidente é firme, com uso de uma modalidade deôntica no polo negativo ‘não posso fazer’, pontua ser uma ação que ela está proibida de executar. Compreende-se que tudo na cooperativa deve ser igual para todos. Se isso acontecesse, poderia gerar um desconforto entre os cooperados e questionamento de o porquê a amiga dela estar sendo privilegiada ao ter uma rota específica somente para ela.

Vejamos, a seguir, o Quadro 5.3, que sumariza as representações discursivas da presidente da cooperativa quanto aos catadores que trabalham na cooperativa e de forma independente bem como do trabalho que executa nesse contexto.

Quadro 5.3 – Representações discursivas da presidente da cooperativa

Tema	Representação construída
Profissão	‘catador não pode vender para atravessador’ ‘o salário, não é pouco’ ‘algumas pessoas não entram para cooperativa porque tem vergonha de coletar material na rua’
Catadores independentes	‘eles não querem voltar para cooperativa porque tem inveja’ ‘eles tem sentimentos negativos porque não aderiram ao fato de a cooperativa estar crescendo’
Catadores cooperados	‘eles reclama que um trabalha e o outro fica sentado’ ‘eles não trabalham de graça para a cooperativa’ ‘ele não quer gastar dinheiro em benefício da cooperativa’ ‘é responsabilidade de todos separar o material doado’
Cooperativa	‘a cooperativa é responsável para manter o funcionamento de todos seus equipamentos’ ‘tem o lucro de 40% do material que compra dos cooperados’ ‘o dinheiro da cooperativa não é só dela’ ‘trabalho individualizado não caracteriza uma cooperativa’
Do cargo de presidente	‘tenho que ficar na cooperativa’ ‘se eu ficar sem coletar material, fico sem nada porque ninguém vai coletar pra mim’ ‘tenho que ir pra lida, pra rua’ ‘e aí, chega sábado eu tenho, e os outros?’ ‘Sentimento de rancor pelos catadores não aceitarem trabalhar na cooperativa’ ‘tenho que pagar menos, não quis vir colaborar com nós’ ‘chamo e pergunto, onde querem ficar’
Lixão	‘a vida do catador é o lixão’ ‘todo catador adora o lixão’
Problemas enfrentados na cooperativa	‘ela reclama o tempo todo’ ‘é proibido parente nos conselhos’ ‘eles não recebem quando estão afastados por motivo de saúde, Mana conseguiu porque foi atrás de advogado’ ‘pra quem vou vender o ferro?’
Da organização da cooperativa	‘é a prestação tá atrasada’ ‘a cooperativa vai ficar organizada e bonita’ ‘organizo conforme eles querem’ ‘organizar não é um trabalho fácil, tenho que parar e como parar?’ ‘tenho que ser honesta’ ‘transparente com a gestão’ ‘relatar tudo em assembleia’ ‘prestar constas em assembleia’ ‘a cooperativa não pode ter nome sujo’ ‘não quero que desconfiem de mim’ ‘aqui tá pequeno’

A seguir, apresento algumas considerações sobre as entrevistas realizadas com ambos os grupos de catadores e com a presidente da cooperativa.

5.4 Algumas considerações

Nota-se que a representação discursiva dos catadores independentes e dos catadores ligados a uma cooperativa, bem como da presidente da cooperativa, quanto ao trabalho no lixão é positiva. Eles não reclamam, não acham perigoso estar trabalhando nesse lugar que exala cheiro de chorume e vários tipos de gases tóxicos que, possivelmente, trarão sérios problemas à saúde deles no futuro. Compreende-se, porque os catadores defendem esse ambiente de trabalho, a abundância de material disponível e próximo um do outro sem lhes causar grande esforço físico.

O trabalho de catação também é defendido, tendo como argumento principal a liberdade de ir e vir. Isso significa que o trabalho que os catadores possuíam antes, doméstica ou trabalhadores na lavoura, moldava-os, obrigando-os a cumprir horário de entrada e de saída, além de problemas com o recebimento de salário no final do mês ou quando precisavam de antecipação salarial. O fato de os catadores poderem ir e vir, não significa que eles têm todas as garantias trabalhistas conforme a legislação brasileira. Quando há problemas de saúde, eles ficam à mercê da sorte, não recebem salário. Parece que quando trabalhavam no campo, esse direito também lhes era negado.

O prefeito da cidade também aparece nas entrevistas com uma representação positiva por parte de um catador da cooperativa e negativa por parte dos catadores independentes e outro cooperado. Dessa forma ele é representado como vingativo, alguém que não deixa as pessoas trabalharem, pois proibiu os catadores de irem ao lixão, tornando o trabalho deles ainda mais difícil e mais complicado para sua sobrevivência. Todavia, para os catadores da cooperativa o prefeito é bom, pois ajuda os catadores com a cesta básica mensal, pagamento do aluguel do novo galpão, doação de dois caminhões com motorista para levar os catadores para realizar a coleta seletiva. A seguir apresento de forma sucinta as discussões realizadas com ambos os grupos de catadores.

Quadro 5.4 – Resumo das representações discursivas dos catadores.

Representações construídas				
Tema	Catadores Independentes		Catadores Cooperados	
	Positiva	Negativa	Positiva	Negativa
Profissão ‘catador’	X	X	X	X
Cooperativa	-	X	X	X
De si	-	X	X	X
Lixão	X	-	X	-
Presidente da Cooperativa	X	X	-	-
Estatuto	-	X	-	-
Prefeito	-	X	X	X
Trabalho	X	X	X	X

Nota-se que há mais representações negativas construídas pelos dois catadores independentes que positivas. Isso implica em insatisfação com relação ao trabalho que fazem e às pessoas que, de certa forma, são responsáveis pela gestão da cooperativa e da prefeitura. Para os catadores cooperados, as representações são mais positivas, pois, de outra maneira, eles se encontram em zona de maior conforto que os outros catadores.

A seguir exibo as perguntas de pesquisa e procuro respondê-las a partir das análises por ora já apresentadas.

A CHEGADA

Q

uando fazemos uma viagem, aprendemos muito com o novo que atravessa nosso caminho, ainda que o percurso seja traçado para uma meta planejada com rigor científico. O nosso olhar registra mais do que planejamos buscar e, como é o caso da temática desta tese, nossas emoções afloram de maneira surpreendente quando conhecemos e convivemos com pessoas simples, que nos dão verdadeiras lições de vida. Essa viagem traçada para elaborar uma tese de doutorado muitas vezes me pareceu longa, cansativa e até mesmo desgastante, mas tudo isso foi superado. Por um lado, aprendi a dar mais valor ao mundo, onde não passamos de meros viajantes em trânsito.

Por outro lado, poder falar sobre a situação de vida do outro e, no caso, contribuir com reflexões voltadas para a batalha diária de catadores de materiais recicláveis, perante a legislação, o poder público e os colegas de trabalho continua muito significativo, não só no âmbito do presente estudo. Assim, diante dos caminhos percorridos, bem como dos obstáculos encontrados, ao longo das interações realizadas com diferentes atores sociais, teço algumas considerações pertinentes aos resultados alcançados neste trabalho de tese, mediante a retomada das quatro perguntas que motivaram minha pesquisa, delineando algumas sugestões para o empoderamento daqueles/as que vivem da catação de materiais recicláveis.

Como já foi citada na apresentação – O Percurso –, a viagem de trabalho foi motivada por uma inquietação pessoal e pela necessidade de buscar instrumentos que possibilitassem a mitigação de vozes em conflito, a ecoar em um contexto de trabalho de catadores de materiais recicláveis, com o firme propósito de promover o empoderamento das pessoas, colaboradores da pesquisa, trabalhadores filiados a uma cooperativa de materiais recicláveis e independentes. Para tanto, ancorei-me em procedimentos teóricos, bem como em uma espécie de *GPS* metodológico, para levar a cabo a interação com dois grupos de catadores, alicerçada nas *conversas colaborativas* com a presidente de uma cooperativa, *entrevistas* com um grupo de cooperados, bem como com um grupo de catadores independentes, além de meus próprios registros em *diário de campo*.

Para promover, todavia, momentos de reflexão sobre o papel de cada ator social dentro dessa ampla conjuntura, que é o trabalho de catação, busquei a legislação que regula as práticas sociais naquele contexto de trabalho, o que me permite apresentar, agora, respostas

que se aproximam da pergunta inicial da pesquisa: *Que vozes estão presentes no estatuto que regulamenta a cooperativa de materiais recicláveis?*

Algumas vozes se fazem presentes no estatuto. As vozes da lei e dos especialistas da prefeitura, presentes no estatuto, partem da Lei nº 5.764/71, bem como dos profissionais que elaboraram o estatuto da cooperativa. As vozes da lei seguem a hierarquia que se mantém dentro dos contextos institucionalizados, ao passo que os catadores de materiais recicláveis não têm suas escolhas próprias, sabem que o círculo da legitimação avança fronteiras sob o controle do governo brasileiro. Nesse sentido, a ADC contribui para nos mostrar como os eventos ocorridos em um contexto de uma cooperativa de catadores são moldados pela legislação, uma voz oculta e silenciosa que determina e obriga segui-la, sem a chance de escolha.

A propósito, parece que, via de regra, as normas são determinadas pelo sistema burocrático, sem que haja consulta pelas pessoas que deverão obedecer a elas. Silveira (2008), ao citar Mendonça (1987, p.22), comenta que o sistema burocrático é um sistema de comunicação fechado porque é reflexo de um sistema administrativo também fechado, hierarquizado, impessoal, autoritário. No caso do estatuto, trata-se de um texto que traz, em seu estilo, a anulação da autoria do indivíduo e de qualquer marca que evidencie explicitamente a pessoa responsável pelas ações, mas evidencia a ‘agência institucional’, no caso, a cooperativa, os conselhos, a Lei. Isso é observado pelo uso das estruturas na voz passiva com os agentes excluídos ou subtendidos na redação do texto.

Ressalte-se que o estatuto pertence à ordem do discurso jurídico. Trata-se de um gênero textual relativamente monológico que, além de não admitir múltiplas leituras, pressupõe uma autoridade de imposição de quem o produz, mediante o uso de uma linguagem técnica e oficial, com uma gramática que parece encobrir a ordem ‘igualar para melhor dominar’. Como bem observam Tfouni & Monte-Serrat (2012, p. 14), o discurso jurídico é a aplicação formal da lei em contextos institucionalizados, como funcionamento das relações interpessoais marcadas por relações de poder inscritas numa esfera de tensão, pois é um discurso embebido no ‘deve ser’ e tem suas origens nas relações coercitivas do Estado em relação ao indivíduo. A essa perspectiva se alinha à segunda pergunta da pesquisa: *A que discursos se filiam os catadores de materiais recicláveis, tanto os cooperados quanto os independentes?*

Há vários discursos que permeiam a vida do catador; mas os resultados da análise dos dados empíricos de natureza etnográfica, colhidos entre os cooperados e os independentes,

permitem-me afirmar que ambos os grupos de catadores se filiam ao discurso familiar imediato, uma vez que cabe aos pais o sustento da família, e é do lixo que provém esse recurso. Não obstante, os catadores independentes aproximam-se também de um discurso capitalista no seguinte sentido: quanto mais se trabalha, mais tem de ganhar. Trata-se de um grupo que não aceita a divisão de lucros, ao contrário dos que trabalham na cooperativa que, ao final do mês, divide o lucro da venda da coleta em partes iguais.

Resulta que o discurso laboral e capitalista representa o papel central do controle sobre as pessoas, por meio da prática naturalizada de que todo trabalhador tem de obedecer a um horário para entrar e outro para sair do serviço, E, assim, a ordem é trabalhar cada vez mais para ganhar mais. O discurso ambiental e jurídico, representado pela SEMA, determina o que deve ou não ser feito quanto ao lixo e às ações voltadas para o meio ambiente na cidade e no Estado.

Já a presidente da cooperativa apresenta um discurso filiado a vários outros que perpassam o contexto de trabalho de uma cooperativa. O discurso trabalhista, que ela incorpora, não aceita um cooperado ficar doente e não ter garantia de se afastar com remuneração. Em termos de discurso empresarial, a cooperativa é uma empresa que não pode ter prejuízo. Tem-se, assim, um discurso de gestão democrática e cooperativista, uma vez que no ambiente cooperado todos têm os mesmos direitos e deveres. E mesmo a presidente tem de trabalhar como os outros cooperados. Identifica-se, pois, o discurso regulador, visto que todos devem seguir o estatuto e a legislação, que incorpora também o discurso ambiental: o catador tem de coletar mesmo sem obter lucro. Registra-se o compromisso institucionalizado com o meio ambiente. Por outro lado, há o discurso da vingança, o cooperado que se afastou recebe menos pelo material que vende para a cooperativa. Não obstante, pode-se afirmar que a presidente se preocupa com tudo e todos dentro da cooperativa. Afinal, parece ser um trabalho que exige muita dedicação por parte de todos os cooperados. Essas práticas estão relacionadas a representações discursivas que os catadores carregam ao longo de sua vida. Uma vida marcada por muitas coisas que são negadas, inclusive o reconhecimento do trabalho prestado à sociedade, que, de modo geral, parece tratar o pessoal que trabalha na coleta de materiais recicláveis do mesmo modo com que o lixo é despejado nos aterros, ou seja, sem dar o tratamento correto. E é dessa forma naturalizada que o catador configura-se como ‘um rejeitado’.

Nesse ponto, encontrei o caminho para aproximar respostas à terceira pergunta da pesquisa: *Que representações discursivas são preponderantes nas falas desses catadores?*

A própria representação que a maioria dos catadores possui deles é negativa também. Eles se veem como ‘sem estudo’, ‘falta de boas maneiras’, ‘não tenho serventia’, ‘o trabalho é para os sem formação’. Trata-se de atributos negativos que corroboram a ausência de autoestima para desenvolver outra atividade. E o que é mais agravante, marcam de maneira negativa identidades já enfraquecidas pelas circunstâncias de vida. Entre os entrevistados, apenas uma catadora declara ter uma vida folgada hoje. Isso, diante da condição muito dura e difícil que passou quando trabalhava como doméstica em fazendas.

Quanto à representação que os catadores têm da cooperativa, pode-se afirmar que já era o esperado. Os catadores não filiados à cooperativa encontram vários argumentos para desqualificar o trabalho cooperado. Assim, apontam causas, como ‘exigências para cumprir horário’; ‘local em que as pessoas se revestem de poder’; ‘não serve para nada’; uns exploram os outros por não trabalharem o mesmo tempo e receber a mesma quantia’. Uma das catadoras filiada à cooperativa mostrou representação negativa quanto à parte financeira. Isso se deve ao motivo de a cooperativa não dispor de recursos financeiros para vender seus produtos por preço melhor. Dessa forma, fica sujeita a vender para os atravessadores na própria cidade, ou para aqueles que podem pagar o frete. Já outra cooperada tem uma representação positiva. Trabalhar na cooperativa é bom, embora se sinta temerosa de as coisas não se firmarem naquele espaço, uma vez que a ajuda recebida da prefeitura costuma ser transitória.

Observei que os catadores que trabalham na cooperativa não mencionam o estatuto e o nome da presidente ou de seus gestores nas entrevistas. A meu ver, isso pode indicar o grau de satisfação com a situação atual da cooperativa. Por outro lado, os catadores independentes têm uma representação negativa da gestão. Mencionam que o estatuto foi esquecido e que a gestão não segue o que nele está prescrito. Além disso, a presidente da cooperativa, que luta pela volta dos cooperados, menciona que a cooperativa, hoje, é um ambiente que pode causar inveja devido ao fato de estar organizada, conforme fala de Tina durante a conversa colaborativa 3.

***Participante:** aí assim, ela viu que foi pra frente, elas nunca... Durante todo esse tempo elas nunca conseguiram tirar (...) da cooperativa, nunca conseguiram licenciar ela, ter o alvará legal, entendeu? Então o que eu fiz, em vez de tentar ajudar eles, eu causei uma coisa bem assim, você entendeu? No caso foi uma coisa assim mais... Digamos, afastei mais eles. Parece que eu afastei mais eles, entendeu? não sei se é::: a inveja... se é::: a...*

(Conversa colaborativa 3, 17/08/2011)

Quanto à modalidade nos discursos dos catadores independentes bem como dos filiados à cooperativa sobressaem à modalidade epistêmica e a categórica não hipotética, as quais exibem o comprometimento com suas preposições quando a interação está pautada. De acordo com Fairclough (2003, p. 16), a análise da modalidade em textos é muito importante para a compreensão da construção de determinadas identidades, pois ela revela a relação entre o autor de um texto e a representação, uma vez que o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é – então escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização de autoidentidades.

Como bem observam Hodge e Kress (1988, p.123), em qualquer enunciado proposicional, o produtor deve indicar um grau de afinidade e de comprometimento com a proposição. Nas entrevistas com os catadores, a modalidade subjetiva (eu/auto-referencial) é relevante para explicitar o grau de conhecimento do falante para com seu ponto de vista. A modalidade subjetiva, com o uso dos pronomes (eu, nós, a gente), modelou o grau de aproximação (inclusão) dos catadores em relação a seu papel político e reforçou o compartilhamento de uma mesma ansiedade, angústia, embate e lutas vividas nos dois ambientes de trabalho. Para o grupo de catadores independentes, representados por Mina e Franco, a modalidade subjetiva revelou o ponto de vista negativo deles quanto à divisão de lucro da cooperativa em partes iguais, o trabalho de catação e a proibição de coletar material no lixão.

Para o grupo de catador da cooperativa, representado por Vana e Fama, a modalidade subjetiva exhibe angústias sobre o salário deles depois do fechamento do lixão, sobre o valor de mercado do material reciclável e a incerteza quanto à presença de polícia no depósito de lixo. Logo a modalidade subjetiva com processo mental ‘acho’ indica o não conhecimento de determinado assunto dentro da cooperativa, tais como para onde o produto da cooperativa é vendido, o número de pessoas que aderiram ao serviço cooperado, o destino final dos produtos que recolhem da rua ou do lixão e a multa que a prefeitura recebeu.

A modalidade deôntica, no polo afirmativo, que balizou o discurso de alguns cooperados, sinaliza desde a obrigação que possuem quanto à venda de seus produtos para fora da cidade, ou do Estado, em busca de melhor preço, passando pela limpeza que devem executar na cooperativa, bem como a obrigação que os catadores têm com a família, até as lutas por melhores condições de trabalho com a administração e seguir o prescrito no estatuto, não privilegiando ninguém. Para alguns catadores independentes, a modalidade deôntica, no polo negativo, registra a proibição de trabalhar no lixão e de esperar 30 dias para receber o dinheiro da venda do material coletado. Nesse caso, sinaliza também a necessidade de

dinheiro, de ter um lugar melhor para vender seus produtos e receber mais, o que revela a obrigação de buscar ajuda fora da cidade para resolver problemas internos da cooperativa.

A modalidade hipotética quase não foi representada discursivamente pelos catadores independentes, mas quando marcou presença, sinalizou incerteza do catador quanto à profissão que possuía antes de ingressar no serviço de catação. Para os cooperados, essa modalidade retrata incerteza quanto ao futuro, à renda do catador, um trabalho melhor e possibilidade de pagar alguém pra cuidar dos filhos.

Portanto, pode-se afirmar que esses dois grupos, apesar dos discursos não serem harmoniosos, estão lutando por um espaço na sociedade que lhes foi negado, precisam de trabalho para sustentar filhos, pais idosos, enfim, todos aqueles que desses heróis da catação dependem, o que nos permite uma aproximação a respostas pertinentes à quarta pergunta da pesquisa: *Em que medida as práticas discursivas desses dois grupos de catadores representam a diferença entre alienação e sobrevivência?*

Assim, a organização político-social dos catadores deveria ir além das paredes das cooperativas, chegar às ruas e às portas daqueles que os veem, mas não os enxergam, talvez esteja aqui, uma das limitações desse estudo. Outra limitação talvez esteja pautada na ampliação das conversas colaborativas, uns dos poucos momentos em que pude abrir janelas para ampliar os horizontes e ajudá-los, na figura da presidente, a compreender as imposições dos gêneros de governança, a Lei nº 5.764/71 recontextualizada no Estatuto, a compra e venda de produtos, as falácias que sempre vinham, e a luta por uma cooperativa que fosse modelo de gestão democrática. Talvez se as conversas colaborativas tivessem sido estendidas aos outros cooperados bem como aos catadores independentes, os discursos em conflito estariam mais brandos, e o retorno dos catadores para cooperativa teria sido mais significativo, pois daria para partilhar todas essas ideologias e relações de poder que muitas vezes não são saudáveis em um contexto de trabalho, nas palavras de Fairclough (2010, p 235), tentaria ajudá-los a perceberem as ‘ordens que são prejudiciais ao bem-estar’ do ser humano e cruzam seus caminhos.

Esse foi o motivo que me fez escolher a pesquisa qualitativa como o guarda-chuva para a pesquisa colaborativa, pesquisa documental e alguns princípios da etnografia. Como proferem Denzin & Lincoln (2006, p.17), a pesquisa qualitativa é uma atividade situada, que localiza o observador no contexto de pesquisa por meio de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Ver e agir no mundo para prover o bem-estar humano coadunam com os aspectos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica.

Quatro catadores independentes, depois de vários convites e insistência da presidente, aderiram ao trabalho cooperado, e dois que diziam estar afastados também depois de muitas conversas, retornaram. Cabe pontuar, aqui, que pelas representações construídas pelos catadores tanto da cooperativa quanto pelos independentes e pela presidente, as vozes em conflito giram em torno de ações muito pequenas diante do universo da necessidade e precariedade de material concreto que eles têm. São vozes que parecem retratar ciúmes, inveja, egoísmo, ambição, desconfiança e falta de união. São substantivos abstratos, mas antagonicamente, concretos, uma vez que se materializam nas práticas sociais e emperram o desenvolvimento do trabalho cooperado que visa ao bem-comum de todos.

Para promover uma mudança significativa, seria necessário algo que pudesse ir além das reflexões e pontuações discursivas. Sinto que as conversas ajudam a resolver os problemas imediatos de organização, bem como da relação compra e venda de produtos, como algo palpável e concreto. Isso, porém, é muito pouco, precisaria de algo que tocasse na formação e princípios internos que moldam o ser humano, por exemplo, como desenvolver ações que visem ao bem-comum e rompam as correntes do egoísmo, da inveja, dos ciúmes, da ambição e da desconfiança para constituição de uma cooperativa, onde todos zelem pela imagem e bem-estar do outro. Resgato, aqui, o trecho de um depoimento que colhi recentemente:

Vera, estou até tomando calmante::: de tanta coisa! É um que fala daqui, outro que fala dali, resolve aqui, resolve ali, não paro, só resolvo problemas de um, de outro...é difícil!

(Tina – anotações em diário de campo, dia 10/10/2012)

Com base na situação relatada por Tina, pode-se ponderar que a precarização do trabalho do catador é marcante nesse ciclo de vida de produtos recicláveis, marcado pela pressão do contexto econômico em termos gerais e do contexto de situação em que se encontra a catadora. Quanto mais precária for a situação em que se realiza essa atividade, quanto mais próximo ao limite da sobrevivência ela se estabelece, mas maior será a lucratividade de todos, menos a dos que vivem da catação: aqueles que trabalham nos lixões, recuperando os objetos, as sobras da sociedade abastada, transformadas, de maneira mecânica, em lixo. Assim, pode-se ponderar, ainda, que essa trabalhadora é colocada no mesmo patamar que o lixo mecanizado e, ali, muitas vezes se confunde com ele.

O trabalho de catação não é novo no Brasil e vem aumentando cada vez mais devido à expansão do capitalismo, diante da exigência de mão-de-obra qualificada que siga a velocidade de sua própria expansão na modernidade. As pessoas que estão no mercado de

trabalho, quando pensam, o tempo já se passou. A era é outra, e a exigência também é outra. Uma observação a mais se faz, aqui, necessária. Muitos catadores desse contexto de pesquisa provêm do campo. Dormiram e, quando acordaram, o campo já estava invadido por verdadeiras máquinas computadorizadas para realizar em pouco tempo um tipo de trabalho que eles levariam um mês para levar a cabo. Não resta outra opção, a não ser migrar para a cidade, morar em casas doadas pelo governo ou em barracos na periferia. E para se sustentarem, resta-lhes a catação.

Por outro lado, à medida que cresce o poder financeiro centralizado nas mãos de poucas pessoas, aumenta a pobreza dos que vivem do trabalho. O aumento da concentração de renda aflora o consumo que produz maior número de objetos descartados nos lixões. Cresce, contudo, também o número de pessoas que não pode consumir o suficiente para sua sobrevivência. Em Mato Grosso, apesar de o Estado ter um grande potencial agrícola, há várias pessoas que vivem na miséria e buscam, no lixo, o sonho de uma vida melhor, sem sequer perceber a miséria que está em sua volta. O trabalho do catador beneficia diretamente a indústria e as prefeituras. Existe um verdadeiro exército de trabalhadores que limpam, conservam e preservam o meio ambiente e, ao mesmo tempo, trabalham para a indústria e governos municipais sem carteira assinada ou concurso público.

Que as considerações tecidas ao longo desta pesquisa, bem como os dados de natureza etnográfica, que subsidiaram respostas às perguntas condutoras dos caminhos traçados para uma viagem de trabalho de tese, possam significar uma contribuição para práticas sociais fortalecedoras, bem como futuros trabalhos de pesquisa em favor de profissionais no centro-oeste brasileiro e em outras regiões do Brasil, que vivem, ainda, em situação de exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFROAGE, Maurício. **Catador de Papelão**. Disponível em <http://www.vagalume.com.br/mauricio-afroage/catador-de-papelao.html>. Acesso em 18 de junho de 2011.

ANDRADE, Maria M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6ª Ed., São Paulo: Atlas. 2003.

ANDRE, Maria Elisa D. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus. 1995.

BAILEY, Francis. The role of collaborative dialogue in teacher education. In: FREEMAN, Donald. e RICHARDS, Jack. (orgs.). **Teacher learning in language teaching**. 3rd ed. Cambridge: CUP, p.260 – 280, 2001.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo: ed. Hucitec, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BARBARA, Leila & GOUVEIA, Carlos A. It is not there, but [it] is cohesive: the case of pronominal ellipsis of subject in Portuguese. **Direct Papers no. 46**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brazil, and AELSU, University of Liverpool, United Kingdom, 2001.

BARROS, Solange Maria de. Formação crítica do educador de línguas por uma política emancipatória e de transformação social. In: ASSIS-PETERSON, Ana Antônia & BARROS, Solange Maria de (orgs.). **Formação crítica de professores de línguas: desejos e possibilidades**. São Carlos : Pedro & João editores, p. 17 – 25, 2010.

BARROS, Solange Maria de. Realismo crítico e análise de discurso crítica: reflexões interdisciplinares para a formação do educador de línguas em processo de emancipação e transformação social. in: **Polifonia**. Periódico do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem – Mestrado [do] Instituto de Linguagem, UFMT – ano 17. Nº 17. Cuiabá: editora Universitária, V. I, p.141 – 154, 2009.

BAUER, Martin W. & AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W. & GASKEL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, p.39 – 6, 2003.

BAUER, Martin W. & ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W. & GASKEL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p.17 – 36, 2003.

BAUER, Martim W. & GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Editora Vozes: São Paulo, 7ª edição, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Lei Nº 5.764/1971**. Brasília, DF, 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm. Acesso em 19 março de 2009.

BHATIA, Vijay K.. **Analysing genre: language use in professional settings**. London: Longman, 1993.

BRASIL. Ministério do Meio ambiente. **Lei Nº 12.305/2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em 19 setembro de 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto Nº 7.404/2010**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm. Acesso em 10 janeiro de 2011.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Decreto Nº 7.405/2010**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm. Acesso em 10 janeiro de 2011.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei COMPLEMENTAR Nº 95/1998**. Brasília, DF, 26 de fevereiro de 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp95.htm. Acesso em 24 de maio de 2012.

BRUNER, Edward. M. Introduction: The ethnographic self and the personal self. In BENSON, Paul (ed), **Anthropology and Literature**. Urbana: University of Illinois Press, p. 1 – 26, 1993.

CARTA DE CAXIAS DO SUL. Disponível em http://www.mncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-caxias-do-sul. Acesso em 10 de abril de 2010.

CAMINHAR É RESISTIR...: formação nível 1. 1ª edição 2009. Disponível em http://www.mncr.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf. Acesso em 10 de abril de 2010.

CARTILHA DE FORMAÇÃO do MNCR, 2005. Disponível em http://www.mncr.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf. Acesso em 10 de abril de 2010.

CHOULIARAKI, Lilian & FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. London: Edinburgh : University Press, 1999.

DESLANDES, Suely Ferreira, NETO, Otavio C., GOMES, Romeu & MINAYO, Maria Cecília de S. (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: rio de Janeiro: vozes, 1994.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S.. O sétimo momento - Deixando o passado para trás. In: DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S.(orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, p. 389 – 406, 2006.

DUARTE, Teresa. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). CIES e-Working Papers. Lisboa : Portugal. 2009. cies@iscte.pt. Disponível em

http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf. Acesso dia 20/10/2012.

EGGINS, Suzanne. **An introduction to systemic functional linguistics**. 2ª Edition, London: Pinter publishers, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis: the critical study of language**. 2ª Edition, London: Pearson Education Limited, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. 4th. Edition, London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. e pref. à ed. bras. Isabel Magalhães. Trad. I. Magalhães *et al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FLICK, Uwe, KARDORFF, Ernst & STEINKE, Ines. (eds.) **A companion to qualitative research**. London: Sage, 2004.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W. & GASKEL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, p.64 – 89, 2003.

GHIO, Elsa & FERNÁNDEZ, Maria D. **Linguística Sistêmico Funcional: aplicaciones a la lengua española**. 1ª Edição Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, Waldhuter Editores, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. (trad. Plínio Dentzien) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. (trad. Raul Fiker) São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOUVEIA, Carlos A.M. & BARBARA, Leila. **Tema e estrutura temática em PE e PB: um estudo contrastivo das traduções portuguesa e brasileira de um original em inglês**, 2003. Disponível em [HTTP://lael.pucsp.br/direct](http://lael.pucsp.br/direct). Acesso em 15 de abril de 2011.

GOUVEIA, Carlos A.M. regulamentos, disciplina e hierarquia de relações na instituição militar. *In*: PEDRO, Emília R.(org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, p. 261 – 291, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALLIDAY, Michael A. K. & MATTHIESSEN, Christian M. M. . **An introduction to functional grammar**. 2ª Edition. Londres: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, Michael A. K.. **Introduction to functional grammar**. 2ª Edition. Londres: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael A. K. & HASAN, Ruqaiya. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**.Chapter 1 – Context of situation e Chapter 2 – Functions of language, p. 09 – 27, 1989.

HAGUETTE, T. M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

HASAN, Ruqaiya. What's going on: a Dynamic view of context in language. *IN*: CLORAN, Carmel., BUTT, David. & WILLIAMS, Geoffrey. (orgs.) **Ways of saying: ways of meaning**. Selected papers of Ruqaiya Hasan, London: Cassel, p. 37 – 50, 1996c.

HEBERLE, Viviane. Análise crítica do discurso e estudos de gênero: subsídios para a leitura e interpretação de textos. *In*: FORTKAMP, M.; TOMITCH, L. (orgs.). **Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao prof. Hilário Inácio Bohn**. Florianópolis, p. 289 – 316, 2000.

HORIKAWA, Alice Y. Interação pesquisador-professor: por uma relação colaborativa. *In*: MAGALHÃES, Maria Cecília C. (org.). **A formação do professor como um profissional crítico**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, p. 121-144, 2004.

HODGE, Robert & KRESS, Gunther. **Language as ideology**. London and New York: Routledge. 2 Edição, 1993.

HODGE, Robert & KRESS, Gunther. **Social semiotics**. Cambridge: Polity Press; Ithaca: Cornell university Press, 1988.

JONSTONE, Barbara. **Qualitative Methods in sociolinguistics**. New York: Oxford University Press, 2000.

KFOURI-KANEOYA, Marta Lúcia C. O professor reflexivo: uma proposta de encaminhamento à conscientização pedagógica contínua de professores atuantes em um centro de línguas do interior paulista. *In*: CONSOLO, Douglas A. & VIEIRA ABRAHÃO, Maria Helena (orgs.). **Pesquisas em linguística aplicada: ensino aprendizagem de língua estrangeira**. 1. ed. São Paulo: editora UNESP, p. 15 – 30, 2004.

KINCHELOE, Joe L. & MCLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. *In*: DEZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S.(orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KINCHELOE, Joe L. **A formação do professor como compromisso político. Mapeando o pós-moderno**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBERALI, Fernanda C. Agente e pesquisador aprendendo na ação colaborativa. *In*: GIMENEZ, Telma (org.). **Trajetórias na formação de professores de línguas**. 1. ed. Editora UEL: Londrina, p. 109 –122, 2002.

LIMA-LOPES, Rodrigo E. Padrões Temáticos em Cartas de Negócios. **Trabalho apresentado no 6º CBLA (Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada)**, UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 2001.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUNGUINHO, Marcus V. Concordância modal em português. *In*: **Cadernos de Linguagem & Sociedade**. Brasília: Thesaurus. Vol 11(12), N. 2, p. 117 – 140, 2010.

- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Gêneros textuais e produção linguística**. UFPE, 2004. (mimeo)
- MARCUSCHI, L. Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Angela P; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (orgs.). **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- MAGALHÃES, Maria Cecília C. O professor de línguas como pesquisador de sua ação: a pesquisa colaborativa. *In*: GIMENEZ, Telma (org.). **Trajетórias na formação de professores de línguas**. 1. ed. Editora UEL: Londrina, p. 39 – 58, 2002.
- MAUTNER, Gerlinde. Checks and balances: how corpus linguistics can contribute to CDA. *In*: WODAK, Ruth & MEYER (orgs.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2nd Edition, London: SAGE, 2009.
- MEURER, José L., Viviane Maria. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. *In*: MEURER, José L., BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Ed., 81 – 107, 2005.
- MOTTA-ROTH, Désirée & HEBERLE, Viviane Maria. O conceito de “estrutura potencial do gênero de Ruqayia Hasan. *In*: MEURER, José L., BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Ed., 12 – 28, 2005.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- NEVES, Maria Helena Moura de. A modalidade. *In*: KOCH, Ingedore G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. v. 6. Campinas: UNICAMP, p. 171 – 208, 2002.
- OBERHUBER, Florian & KRZYŻANOWSKI, Michal. Discourse analysis and ethnography. *In*: WODAK, Ruth & KRZYŻANOWSKI, Michal (orgs.). **Qualitative discourse analysis in the social sciences**. New York: Palgrave Macmillan, p 182 – 203, 2008.
- OLIVEIRA, Fátima. Modalidade e modo. *In*: **Gramática da Língua Portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- PAPA, Solange Maria de B. I. **Prática pedagógica emancipatória: o professor reflexivo em processo de mudança. Um exercício em análise crítica do discurso**. São Carlos : Pedro & João editores, 2008a.
- PAPA, Solange Maria de B. I. **O professor reflexivo em processo de mudança na sala de aula de língua estrangeira: caminhos para a (auto) emancipação e transformação social**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem, LAEL - PUC/SP, 2005.
- PEDRO, Emília R. Análise Crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. *In*: PEDRO, Emília R.(org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, p. 19 – 46, 1997.
- PESSOA, Rosane R. Diferentes olhares de uma pesquisa colaborativa. *In*: **Cadernos de resumos. I Congresso Latino Americano sobre Formação de professores de línguas**. UFSC: Florianópolis, 2005.

PIMENTA, Selma G. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez, p. 521 – 539, 2005.

RAMALHO, Viviane & RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011. Coleção Linguagem e Sociedade, vol. 1.

RESENDE, Viviane de Melo. Reflexões teóricas e epistemológicas em torno da análise de discurso crítica. In: **Polifonia**. Periódico do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem – Mestrado [do] Instituto de Linguagem, UFMT – ano 17. Nº 17. Cuiabá: editora Universitária, V. I, p.125 – 140, 2009.

RESENDE, Viviane M. A naturalização da miséria contemporânea: análise discursiva crítica de uma circular de condomínio. In: **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 1. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, p. 71 – 92, 2008.

RESENDE, Viviane M. e RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. 1. ed. São Paulo: contexto, 2006.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.). **Gêneros: teorias. Métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

ROSA, Cleisa M. M.. **Vidas de rua**. São Paulo: Editora Hucitec/Rede Rua. 2005.

RUBIN, Herbet J. & RUBIN, Irene S. **Qualitative interviewing: the art of hearing data**. London: SAGE Publications, 1995.

SEIDMAN, Irving. **Interviewing as qualitative research: a guide for researchers in education and social sciences**. 2nd edition, New York: Teachers college Press, 1998.

SCOTT, Mike. **Wordsmith Tools version 5**, Liverpool: Lexical Analysis Software Ltda, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano. I, n.I, jul. 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em 26 maio de 2011.

SILVA, Denize Elena Garcia da & RAMALHO, Viviane. **Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos**. Disponível em <http://www.portaled.com/pt-br/reflex%C3%B5es-para-uma-abordagem-cr%C3%ADtica-dos-g%C3%AAneros-discursivos>. Acessado em 06 de junho de 2011.

SILVA, Denize Elena G., **A gramática da pobreza em práticas discursivas de atores sociais: uma perspectiva crítica**, 2012. (no prelo).

SILVA, Denize Elena G., Adolescentes em situação de pobreza: pelo resgate de identidades perdidas nas ruas. In: **Linguagem e Sociedade**, vol. 11 (1), Brasília: Thesaurus Editora, 2011.

SILVA, Denize Elena G., Miradas cruzadas hacia la pobreza: uma perspectiva crítica transdisciplinária. *In: Linguagem e Sociedade*, vol. 11 (1), Brasília: Thesaurus Editora, 2010.

SILVA, Denize Elena G., Representações discursivas da pobreza e discriminação na mídia. *In: SILVA, Denize Elena G.da, LEAL, Maria Chritina D. & PACHECO, Marta C. de N (orgs). Discurso em questão: representação. Gênero, identidade, discriminação.* Goiânia: Câneone editorial, 2009.

SILVA, Denize Elena G. da. A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica social à ruptura familiar. *Discurso & Sociedade*, 2(2), p. 265-296, 2008.

SILVA, Denize Elena G. da. Discurso e gramática: motivações cognitivas e interacionais. *In: SILVA, D. E. G. da. (org.). Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras.* Brasília: Plano Editora: Oficina Editorial do Instituto de Letras, UnB, 2005.

SILVA, Denize Elena G. da. Gramática e contexto na perspectiva funcional do discurso. *In: SILVA, Denize Elena G. da, LARA, Gláucia M. P. e MENEGAZZO, Maria Adélia (orgs.). Estudos de Linguagem: Inter-relações e perspectivas.* Campo Grande: editora UFMS, p. 55 – 70, 2003c.

SILVA, Denize Elena G. A ética na pesquisa: reflexões sobre metodologia na coleta de dados. *In: VIEIRA, Josênia A. & SILVA, Denize Elena G. da (orgs.). Práticas de análise do discurso.* Brasília: Plano Editora: Oficina Editorial do Instituto de Letras, UnB, 2003 b.

SILVA, Denize Elena G. “Gramática e contexto na perspectiva funcional do discurso”. *In: SILVA, D. E. G., LARA, G.M.P., MENEGAZZO, M.A. (orgs.). Estudos de linguagem – inter-relações e perspectivas.* Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003 a.

SILVA, Denize Elena G. **A repetição em narrativas de adolescentes: do oral ao escrito.** 1ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Plano Editora: Oficina Editorial/Instituto de Letras - UnB, 2001.

SILVA, Denize Elena G. da. **A oralidade no discurso narrativo escrito de adolescentes.** Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, UnB, 1991.

SILVEIRA, Maria Inez M. O Burocratês: análise à luz de uma gramática retórica. **Revista da ABRALIN**, v. 7, n. 1, p. 215-258, jan./jun. 2008.

SIQUEIRA, Carolina P. Análise temática em estudos de tradução: o caso dos relatórios anuais de empresas brasileiras. **Comunicação de Mestrado.** PUC-SP, 2000.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin.** Campinas: Mercado de letras, 2005.

SOUZA, Silvana M.P. de. **A organização da mensagem em anúncios e cartas de pedido de emprego - um estudo transcultural.** Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. PUC-SP, 1997.

SOUZA, Veralúcia G. de. **Conversas colaborativas com professoras de inglês de escola pública: vozes em movimento.** Dissertação de Mestrado em Estudos de Linguagem. UFMT, 2007.

SPRADLEY, James P. **The Ethnographic Interview**, New York: Thomson Learning, 1979.

SWEISS, Robert S. **Learning from strangers: the art method of qualitative interview studies**. New York: The Free Press, 1995.

THOMPSON, Geoff. **Introducing to Functional Grammar**. 3rd edition, Great Britain: Oxford University Press, 2004.

TFOUNI, Leda V. & MONTE-SERRAT, Dionéia M. Efeitos Ideológicos da Gramática do Discurso do Direito. *In: Cadernos de Linguagem e Sociedade*. v. 13, nº 1 (janeiro/julho, 2012). Brasília : Thesaurus Editora, p.11 – 29, 2012.

VAN DIJK, Teun A. Critical Discourse analysis. *In: SCHIFFRIN, Déborah, TANNEN, Deborah & HAMILTON, Heide E. (orgs.). The handbook of discourse analysis*. United Kindom: Blackwell, p 352-371, 2003.

van LEEUWEN, Theo. **Discourse and practice. New tools for Critical Discourse Analysis**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

van LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais *In: PEDRO, Emília R.(org.). Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, p. 169 – 222,1997.

VENTURA, Carolina Siqueira Muniz, LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de. O tema: caracterização e realização em português. **DIRECT Papers, n. 47**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brazil, and AELSU, University of Liverpool, United Kingdom, 2002. Disponível em <<http://lael.pucsp.br/direct/DirectPapers47.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2011.

VIAN JUNIOR, Orlando. **Conceito de gênero e análise de textos de vídeos institucionais**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo apresentada ao programa de Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas. São Paulo, 1997.

VIDICH, Arthur J. & LYMAN, Stanford M. Métodos qualitativos: sua história na Sociologia e na Antropologia. *In: DEZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S.(orgs) O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2^a Edição.Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VIEIRA - ABRAHÃO, Maria Helena. Teoria e prática na formação pré-serviço do professor de língua estrangeira. *In: GIMENEZ, Telma (org.) . Trajetórias na formação de professores de línguas*. 1. ed. Editora UEL: Londrina, 2002. p. 59-7

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. *In: CARDOSO, R. (org.) A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 107 – 123, 1986.

WODAK, Ruth & MEYER. **Methods of critical discourse analysis**. 2nd edition, London: SAGE, 2009

ANEXOS

- Carta de Aprovação do Comitê de Ética
- CD ROM

Anexo A – Estatuto

Anexo B – LEI 5.764/71

Anexo C – Entrevista com Mina

Anexo D – Entrevista com Franco

Anexo E – Entrevista com Fama

Anexo F – Entrevista com Vana

Anexo G – Conversa Colaborativa 1

Anexo H – Conversa Colaborativa 2

Anexo I – Conversa Colaborativa 3

Anexo J – Planilha de Controle de Despesa

Anexo K – Planilha de Controle Interno

Anexo L – Termo de Ciência

Anexo M – Termo de Livre Consentimento de Mina

Anexo N – Termo de Livre Consentimento de Franco

Anexo O – Termo de Livre Consentimento de Fama

Anexo P – Termo de Livre Consentimento de Vana

Anexo Q – Termo de Livre Consentimento de Tina

Anexo R – Termo de Uso de Imagem de Fama

Anexo S – Termo de Uso de imagem de Tina

Anexo T – Ata 12 09 2005

Anexo U – Ata 25 04 2006

Anexo V – Ata 30 06 2006

Anexo W – Ata 16 08 2007

Anexo X – Ata 21 08 2007

Anexo Y – Ata 04 04 2011

Anexo Z – Ata 11 11 2011